REGINA PRADO LIMA DE SOUZA GUELMAN

A REIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO:

a reapropriação de sítios históricos reconhecidos como patrimônio na lógica da industria cultural

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Frederico Guilherme de Bandeira Araujo

Rio de Janeiro
2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

REGINA PRADO LIMA DE SOUZA GUELMAN

A REIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO:

a reapropriação de sítios históricos reconhecidos como patrimônio na lógica da industria cultural

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Frederico Guilherme de Bandeira Araujo

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Frederico Guilherme de Bandeira Araujo – Orientador
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

_____
Profª Dra. Fania Fridman
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

_____
Prof. Dr. Adauto Lúcio Cardoso
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

_____
Profª. Dra. Fernanda Ester Sánchez García
Escola de Arquitetura e Urbanismo – UFF

_____
Prof. Dr. José Simões de Belmonte Pessôa
Escola de Arquitetura e Urbanismo – UFF

A Pedro Gabriel, sempre.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força e inspiração.
A Nossa Senhora, pelas suas graças e proteção.
Aos santos e anjos da guarda, pela sua intercessão.
Aos meus pais e irmão, pelo amor que me dedicam.
Aos meus sogros, pelo carinho.
A Leonardo Guelman, pelo seu apoio e colaboração.
A meu amado filho, pela sua existência.
Ao Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araújo, pela sua generosidade, apoio e afeto.
Aos professores doutores, membros da banca, pelo esforço e colaboração.
Ao CNPQ, pelo incentivo.
Às pessoas de Trancoso e da Vila do Outeiro, e integrantes de instituições que cordialmente forneceram depoimentos e fontes documentais para a nossa pesquisa empírica.
À Fernanda Carneiro, pela gentil acolhida em sua casa e conversa sobre Trancoso.
A todos os professores, funcionários e colegas do IPPUR.
A Ana Lúcia Ferreira Gonçalves, Célia Regina dos Santos, Claudia Regina dos Anjos e Kátia Marina da Cunha e Silva pela revisão desta tese.

RESUMO

Neste trabalho procuramos desenvolver a ideia de que a modernidade instaura uma nova lógica de produção do espaço. É nesse momento que o modo capitalista de produção se estende ao próprio espaço da cidade. Com base nessa ideia, formulamos teoricamente o fenômeno de *reificação* do espaço, ou seja, quando este se torna valor de troca em detrimento do valor de uso. Assim sendo, nossa abordagem se fundamenta na análise inaugural de Marx sobre o conceito de *reificação*, bem como de suas posteriores interpretações por Lukács e Simmel, com o intuito de examinar a sua extensão ao próprio domínio da cidade.

Nessa perspectiva buscamos analisar dois momentos representativos da *reificação* do espaço: a cidade do século XIX e a cidade contemporânea. Esse último contexto constitui o foco maior de nossa investigação e no qual observamos a tendência mundial de *reapropriação de sítios históricos reconhecidos como patrimônio cultural*. É no bojo dessa tendência que identificamos o fenômeno central de nossa tese – a *reificação* do patrimônio - que no contexto brasileiro se manifesta sob duas modalidades recorrentes – a *cenarização* e o *espaço-simulacro*.

Para o exame dessas modalidades, respectivamente, tomamos os casos do centro histórico de Trancoso – o denominado Quadrado - e da Vila do Outeiro, no Condomínio Outeiro das Brisas, na Praia do Espelho, ambos situados no município de Porto Seguro - Estado da Bahia, por configurarem de modo complementar uma situação ao mesmo tempo *sui generis* e representativa da *reificação* do patrimônio no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Modernidade. Produção. Espaço. Reificação. Patrimônio.

ABSTRACT

In this work we seek to develop the idea that modernity sets a new logic of spatial production. It is in this moment that the capitalist mode of production spreads toward the city space itself. Based on this idea, we formulate the theory of the phenomenon of spatial reification, that is, when the space becomes a value of change in detriment of a value of use. Thus, our approach it is underling in Marx inaugural analysis about the concept of reification, as well as in its latter interpretations by Lukács and Simmel, with the aim of examining its extension to the city domain itself. In this perspective we search to analyze two representative moments of spatial reification: the city of the XIX century and the contemporaneous city. This last context it is the main focus of our investigation and where we observe the world tendency of reappropriation of historic recognized cultural heritage sites. It is at the basis of this tendency that we also identify the central phenomenon of our thesis – the reification of the heritage – that in the Brazilian context it is manifested under two recurrent modalities – the scenarization and the *spatial-simulacra.* To exam this modalities, respectively, we took the cases of the historical center of Trancoso – tittled Quadrado (square, in English) – and the case of Vila do Outeiro, in the Outeiro das Brisas Condominium, at the Espelho Beach, both located in the city of Porto Seguro – in the Brazilian state of Bahia, for they configure the complementary mode of a situation at the same time *sui generis* and representative of the reification of heritage in Brazilian context.

Keywords: Modernity. Production. Space. Reification. Heritage.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
	PARTE I – A cidade moderna: *reificação* e patrimônio	17
1	**A *REIFICAÇÃO* DA CIDADE**	21
1.1	UM EXAME DO CONCEITO DE *REIFICAÇÃO*	21
1.2	A CIDADE MODERNA COMO ESPAÇO REIFICADO	27
1.2.1	**Um primeiro momento: a *reificação* da cidade do século XIX**	31
1.2.2	**Um segundo momento: a *reificação* da cidade contemporânea**	34
2	**A *REIFICAÇÃO* DO PATRIMÔNIO**	47
2.1	VISÕES SOBRE PATRIMÔNIO	48
2.1.1	**Uma análise da noção de patrimônio**	48
2.1.2	**A *reapropriação de sítios históricos reconhecidos como patrimônio*: uma tendência na contemporaneidade**	57
2.1.2.1	A busca pelo *objeto antigo* no enfoque de Jean Baudrillar	57
2.1.2.2	A *museificação* nas abordagens de Françoise Choay e Henri-Pierre Jeudy	59
2.2	UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO NO CONTEXTO BRASILEIRO	65
2.2.1	**Os desdobramentos da noção de patrimônio no caso brasileiro**	65
2.2.1.1	O patrimônio de 1930 a 1990	65
2.2.1.2	O patrimônio a partir de 1990	70
2.2.2	***A cenarização* e o *espaço-simulacro* no quadro contemporâneo brasileiro**	71
	PARTE II – A *reificação* do patrimônio no contexto brasileiro – os casos do Quadrado e da Vila do Outeiro	76
3	**A *CENARIZAÇÃO* DO QUADRADO**	80
3.1	PRIMEIRO MOMENTO: DAS OCUPAÇÕES INICIAIS DO TERRITÓRIO AO QUADRADO DAS FAMÍLIAS – IMAGEM DE CIDADE CELESTE E PATRIMÔNIO VIVO	80
3.2	SEGUNDO MOMENTO: O QUADRADO DOS HIPPIES E DE OUTROS VIAJANTES – PARAÍSO PERDIDO E PATRIMÔNIO INSTITUCIONALIZADO	84
3.3	TERCEIRO MOMENTO: O QUADRADO DAS ELITES – O *FETICHE* DO PITORESCO E O PATRIMÔNIO *REIFICADO*	90
4	**O *ESPAÇO-SIMULACRO* DA VILA DO OUTEIRO**	118
	CONCLUSÃO	126
	REFERÊNCIAS	134
	APÊNDICES	139
	APÊNDICE A – Localização do Quadrado e da Vila do Outeiro	139

APÊNDICE B – Levantamento de processos de intervenção arquitetônica nos imóveis do Quadrado nas décadas de 1990 e 2000 140
APÊNDICE C – Levantamento de usos, proprietários e ocupantes dos imóveis do Quadrado realizado *in loco* em 2008..... 142
APÊNDICE D – Croquis e levantamento fotográfico dos imóveis do Quadrado realizados *in loco* em 2008..... 146
APÊNDICE E – Modelo geral e entrevistas transcritas - caso do Quadrado..... 147
APÊNDICE F – Tabelas de sistematização dos traços da *cenarização*, segundo as fontes de pesquisa – caso do Quadrado..... 195
APÊNDICE G – Levantamento de usos dos imóveis da Vila do Outeiro (área que corresponde à reprodução do Quadrado) realizado *in loco* em 2008..... 197
APÊNDICE H – Croquis e levantamento fotográfico dos imóveis da Vila do Outeiro (área que corresponde à reprodução do Quadrado) realizado *in loco* em 2008..... 198
APÊNDICE I – Modelo geral e entrevistas transcritas – caso da Vila do Outeiro..... 199
APÊNDICE J – Tabelas de sistematização dos traços do *espaço-simulacro*, segundo as fontes de pesquisa – caso da Vila do Outeiro..... 205

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como campo problemático a produção do espaço na modernidade, considerando-a enquanto um amplo período que se estende do século XVI aos nossos dias, e no qual se revela uma nova "experiência de tempo e espaço", conforme nos indica Berman (1986, p. 15), em seu ensaio clássico.

Assim como esse autor nos fornece um vasto panorama das mudanças sociais, políticas e econômicas que caracterizam a modernidade, em Mumford (1991), procuramos fundamento para uma análise das transformações da cidade nesse contexto.

Desse modo, na primeira parte desta pesquisa, desenvolvemos a ideia de que a modernidade instaura uma nova lógica de produção do espaço. Segundo Mumford (1991) foi no século XVII que se consolidou a passagem de uma economia mercantil para uma economia monetária, a qual influenciou decisivamente as concepções de tempo e de espaço.

Com base em sua abordagem, compreendemos que nesse contexto se inaugurou uma nova relação econômica com o espaço: este se tornou um produto altamente cambiável e a arquitetura adquiriu um caráter efêmero. Diante disso, consideramos que a cidade passou a ser produzida pela lógica do mercado, isto é, também ela passou a se constituir numa mercadoria, passível de ser constantemente trocada.

A partir dessa ideia inicial, formulamos teoricamente o tema de nossa tese, o fenômeno de *reificação* da cidade ou, num sentido mais amplo, do espaço. Fundamentados na análise inaugural de Marx (1867) sobre a *reificação* (MARX, 1998), posteriormente aprofundada por Georg Lukács (2003), na seção 1, perscrutamos o sentido desse conceito, bem como a sua extensão a todos os campos da vida material e imaterial da sociedade capitalista.

Ambos os pensadores apontam para o duplo aspecto desse fenômeno: o objetivo que se refere ao objeto, o qual adquire caracteres sociais e uma autonomia em relação aos seres humanos, e o subjetivo que diz respeito ao sujeito, que passa a se submeter às coisas.

Marx (1998) e Lukács (2003) se debruçam sobre a análise do processo de divisão social do trabalho e da mercadoria – elementos essenciais do fenômeno de *reificação*. De um lado, a divisão social do trabalho constitui o fundamento desse

processo, na medida em que as relações de produção passam a ser mediadas por coisas, e estas assumem uma existência independente dos seres humanos. De outro, a mercadoria aparece como a figura central da *reificação*. É em torno dela que Marx (1998) vislumbra uma aura de mistério, ao adquirir uma autonomia e um domínio sobre os homens.

Assim como esses pensadores nos fornecem subsídios para uma compreensão desse fenômeno, com base em Simmel (1896 apud SOUZA; ÖELZE, 2005), procuramos estendê-lo ao domínio da cidade. Em seu enfoque sobre o advento da economia monetária na sociedade moderna, o autor considera que o dinheiro e a divisão social do trabalho permitiram a separação entre as esferas subjetiva e objetiva, bem como a dominância desta sobre aquela.

A partir de sua abordagem, compreendemos que a relação do homem com o espaço não é meramente objetiva, mas envolve um conjunto de valores subjetivos. Ao trocar seus direitos à terra por dinheiro, como aconteceu no desenvolvimento da economia feudal, ou ao vendê-la, como ocorre na economia monetária, o homem abre mão não só de seu local de trabalho, mas também de um universo de valores simbólicos. Assim sendo, a economia do dinheiro veio *reificar*, tanto o objeto, o espaço que se torna mercadoria, quanto o sujeito, que tem a sua subjetividade *objetificada*.

Ao abordar a busca incessante do homem por felicidade e satisfação, a qual leva sempre à frustração, em Simmel (1896 apud SOUZA; ÖELZE, 2005), percebemos uma antevisão da sociedade contemporânea e a sua correspondente produção do espaço. Em seu enfoque sobre a situação global, já anunciava que o homem vive num estado de tensão na expectativa de alcançar algo principal, um sentido para a vida. Tal sentimento resulta de um supercrescimento dos meios e de um deslocamento cada vez maior das finalidades. Nesse processo, o dinheiro é um alvo incondicionado, cuja aspiração é possibilitada a cada instante, o que gera uma motivação para o homem moderno viver em uma permanente mobilidade. Nesse movimento, ele procura uma grande quantidade de estímulos que o leva à situação inicial continuamente e produz uma insatisfação cada vez maior.

Tal discussão acerca do comportamento humano no contexto da economia monetária capitalista nos encaminha para o foco de nossa tese. Assim como Simmel (1896 apud SOUZA; ÖELZE, 2005) nos indica que a grande cidade na modernidade

se torna um palco de estímulos, em nossa visão, o espaço contemporâneo se transforma em um espetáculo de lugares *reificados.*

É sobre esse processo de *reificação* do espaço que pretendemos nos debruçar. Inicialmente, como manifestação material das transformações de ordem social, econômica e política, a cidade do século XIX mostra os primeiros sinais de sua *reificação*, através de sua contínua mudança segundo as leis do capital. Mais adiante, tal fenômeno adquire intensidade e extensão na cidade contemporânea, tanto através da produção de novos objetos arquitetônicos, quanto na apropriação de sítios antigos e pitorescos.

É nesse segundo momento que concentramos o nosso maior interesse, tomando como fundamento as formulações teóricas de Debord (1997), Baudrillard (1995; 2004) e Jameson (1997), a respeito da sociedade contemporânea.

Examinamos, pois, a concepção de Debord (1997) sobre o *espetáculo*, não como um mero produto cultural, mas como o modo de vida e a visão de mundo dominantes. Interessa-nos, ainda, o seu entendimento sobre uma inversão da realidade, ou seja, uma hegemonia da imagem sobre a realidade objetiva, a qual se processa no atual contexto, onde a mercadoria abarcou toda vida social.

Em sintonia com seu pensamento, Baudrillard (1995, 2004) também analisa a sociedade contemporânea sob o prisma da *reificação* e aborda o processo de autonomização dos objetos. Para ele, é preciso perceber os objetos enquanto um sistema de signos distintivos e, sob essa ótica, teoriza sobre o fenômeno de *redução semiológica*, que corresponde à passagem do *símbolo* ao *signo*. Em sua visão, o *símbolo* pressupõe uma relação entre sujeitos enquanto o *signo* é a ausência de relação. O *símbolo* numa sociedade ou grupo social era dado ou trocado, já o *signo* é apropriado e manipulado como um código que rege o valor social.

A partir de seu enfoque, compreendemos que o processo de *redução semiológica* significa a própria *reificação* do *objeto simbólico*. Este que, outrora, era carregado de sentido para um grupo social, agora, se reduz a um *signo*, imagem ou marca. A abordagem de Baudrillard (1995) torna-se, então, fundamental para a construção teórica do fenômeno central de nossa tese – a *reificação* do patrimônio -, o qual desenvolvemos adiante.

Ainda no que se refere à seção 1, como mais uma referência para a nossa discussão acerca da *reificação* da cidade contemporânea, consideramos o exame de Jameson (1997) sobre o pós-modernismo, não como um estilo, e sim como a

própria lógica cultural do capitalismo tardio, o terceiro e mais forte estágio do capital, segundo a abordagem do economista Mandel (1978 apud JAMESON, 1997).

Se para Jameson (1997) a cultura é mais um produto, a arquitetura e a cidade não poderiam escapar de um processo mercadológico de produção. É nessa perspectiva que analisa os elementos constitutivos do pós-modernismo, dentre os quais destacamos: o surgimento de um novo tipo de sentimento – uma *euforia* -; uma perda de profundidade do espaço (que não é meramente metafórica) e um enfraquecimento do sentido de história.

Não obstante os diferentes enfoques desses autores, percebemos que, sob o viés da *reificação*, todos apontam para uma concepção dominante de realidade, na qual prepondera a aparência, a imagem ou a superfície. Seja sob o prisma da inversão da realidade, de um processo de *redução semiológica*, ou ainda, de uma perda de profundidade do espaço e de um enfraquecimento da historicidade, tais pensadores reiteram a nossa compreensão de que uma análise crítica sobre a produção do espaço na contemporaneidade é indissociável do exame do fenômeno de *reificação*, entendido enquanto a extensão do domínio da mercadoria a todas as esferas da vida.

A partir dessa visão e ao observar a realidade concreta, percebemos tendências de *reificação* do espaço na contemporaneidade, dentre as quais interessa-nos uma em especial que designamos de *reapropriação de sítios históricos reconhecidos como patrimônio* e na qual identificamos o fenômeno de *reificação* do patrimônio que examinamos na seção 2.

Nessa seção, consideramos necessária uma intervenção no sentido de perscrutar a própria noção de patrimônio e suas especificidades no caso brasileiro. Cabe, no entanto, ressaltar que o objetivo de nossa pesquisa não é uma análise histórica de tal conceito, a qual pode ser encontrada em outros estudos no campo da preservação do patrimônio, e sim fazer emergir modos predominantes de concepção e de ação sobre o patrimônio.

Ademais, é importante esclarecer que apesar do fato de este trabalho ter como fenômeno central a *reificação* do patrimônio, não se restringe ao campo disciplinar deste, mas procura extrapolá-lo para um território mais amplo de discussão sobre a produção do espaço na contemporaneidade. E é nesse ponto que se encontra o nosso maior desafio: examinar o patrimônio tanto no contexto da

globalização e de seus efeitos devastadores no âmbito cultural, quanto no que concerne às singularidades do caso brasileiro.

Cabe ainda salientar que esta tese foi desenvolvida no âmbito de uma instituição multidisciplinar - o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) – e, desse modo, procura interagir com outras áreas do saber. Assim sendo, em alguns momentos, examinamos conceitos e temas que são de pleno domínio dos profissionais que atuam no campo do patrimônio, mas que, em geral, não são do conhecimento de pessoas de outras áreas.

Diante do exposto, estruturamos a seção em questão em dois principais itens, nos quais procuramos abordar a noção de patrimônio, bem como a tendência atual de *reapropriação de sítios históricos*, tanto no panorama mundial, quanto no caso específico brasileiro.

No que se refere ao exame da noção de patrimônio no contexto mundial, utilizamos como principais fontes as obras de Choay (2006), Fonseca (2005) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2004). A partir dessas fontes, percebemos tanto uma evolução no conceito de patrimônio, quanto nas vias de sua legitimação. Todavia, não obstante tais mudanças, observamos nos distintos contextos examinados uma unidade no que tange ao patrimônio. Seja enquanto valor nacional, através de uma via ideológica do Estado na França revolucionária, mas que também influenciou contextos históricos subsequentes, seja em tempos mais recentes, a partir de uma visão crítica e democrática de grupos e entidades que defendem os *direitos culturais*, prevalecia o sentido e a apropriação do *patrimônio* enquanto *símbolo*, ou seja, aquilo que revela uma maneira de conceber e de expressar o mundo a cada época.

Cabe, porém, afirmar que não se trata de abordar esses diferentes contextos históricos como uma massa homogênea, mas de neles perceber os modos preponderantes de pensamento e de ação sobre o patrimônio. É sob essa ótica que trazemos um dos pontos centrais de nossa tese: na contemporaneidade, houve uma ruptura no sentido e na forma de apropriação dominantes do patrimônio. De *símbolo* da história e da cultura de uma determinada sociedade, o patrimônio passa a ser percebido e apropriado enquanto *signo* ou *imagem*, no âmbito de uma concepção historicista de tempo e de espaço.

Para a formulação dessa ideia, fundamentamo-nos nas noções de *símbolo* e *signo* fornecidas por Baudrillard (1995) no aporte teórico da seção 1. Contudo, o

mais relevante não é a nomenclatura dessas noções (a qual pode variar no campo da semiologia), e sim perceber o fenômeno que se opera de uma mudança no regime simbólico e no plano concreto no que se refere ao patrimônio. Tal fenômeno foi captado no bojo de uma tendência mundial de *reapropriação de sítios históricos e reconhecidos como patrimônio*, a qual examinamos sob as interpretações de Jean Baudrillard (2004), Choay (2006) e Jeudy (2005).

A esse respeito, Baudrillard (2004) nos aponta para uma busca pelo *objeto antigo*, como forma de distinção na atual sociedade. Para Choay (2006), há uma *inflação patrimonial*, ou seja, uma ânsia de preservação de objetos do passado, face a uma crise identitária em escala mundial. E ainda, na visão de Jeudy (2005), ocorre um culto ao patrimônio como um mecanismo de proteção diante de uma ordem simbólica que se encontra ameaçada.

Assim como no panorama mundial, procuramos também investigar formas significativas de concepção e de apropriação do patrimônio no caso específico brasileiro. Apesar das diferentes fases de atuação da instituição federal de proteção, bem como das distintas abordagens das instituições estaduais e municipais, buscamos perceber o que as une, a fim de verificar a manifestação do fenômeno de *reificação* do patrimônio na contemporaneidade.

Desse modo, num primeiro momento, analisamos o período de 1930 a 1990, no qual consideramos preponderar uma concepção e uma apropriação do patrimônio enquanto *símbolo*. A escolha desse recorte se justifica, por um lado, pelo fato de, no final da década de 1920 e nos anos 1930, ocorrerem as primeiras ações de preservação do patrimônio brasileiro, e por outro, na medida em que compreendemos a década de 1990 como um marco temporal em termos de mudança no sentido e na ação sobre o patrimônio. Num segundo momento, examinamos o período mais recente, da década de 1990 aos nossos dias, cunhado pelo fenômeno da globalização, e no qual observamos a referida ruptura no que tange ao patrimônio.

É nesse segundo recorte que identificamos, no caso brasileiro, o fenômeno de *reificação* do patrimônio, sob as modalidades recorrentes da *cenarização* e do *espaço-simulacro*. De um lado, a *cenarização* constitui uma apropriação de um sítio histórico e/ou natural concreto que rompe com a dinâmica própria do lugar e, em

contrapartida, cria-se um ambiente cenográfico e artificial[1], voltado predominantemente para o consumo e o turismo. De outro lado, o *espaço-simulacro* consiste na reprodução de um sítio histórico e/ou natural, geralmente em espaços privados, tais como condomínios, pousadas, resorts e shoppings.

Em nossa investigação empírica, que corresponde à Parte II deste trabalho, tomamos como estudos de caso, respectivamente, representativos das modalidades de *cenarização* e de *espaço-simulacro*, o centro histórico de Trancoso – o denominado Quadrado - e a Vila do Outeiro no Condomínio Outeiro das Brisas, na Praia do Espelho, ambos situados no município de Porto Seguro – Estado da Bahia.

Após a análise da tendência mundial de *reapropriação de sítios históricos* e, mais especificamente, no que concerne ao caso brasileiro, formulamos a questão central de nossa tese: seja através da *cenarização*, seja do *espaço-simulacro*, tal tendência pode ser aparentemente entendida enquanto um movimento de resistência à globalização e aos processos de homogeneização cultural, mas, aqui, procuramos examiná-la enquanto uma reafirmação do fenômeno de *reificação* do espaço, sob uma nova forma – a *reificação* do patrimônio.

Fundamentados nessa questão buscamos perscrutar se, de fato nos dois estudos de caso, se manifesta o fenômeno da *reificação* do patrimônio, sob as modalidades da *cenarização* e do *espaço–simulacro*. Para tanto, formulamos *a priori*, num plano teórico, traços característicos das duas modalidades, a fim de verificar a sua presença nas duas situações.

No que se refere ao caso do Quadrado, por tratar-se de um sítio processual e coletivamente constituído, estruturamos a seção 3, segundo três recortes temporais, no que tange aos modos de apropriação material e simbólica do lugar, bem como no que diz respeito às diferentes formas de concepção do patrimônio.

O primeiro recorte é constituído por um largo período de tempo, desde as ocupações iniciais do território até um passado mais recente, já na segunda metade do século XX, caracterizado pela presença das famílias naturais do Quadrado; o segundo se configura a partir do advento dos hippies e de outros viajantes, nas décadas de 1970 e 80; e finalmente, o terceiro recorte consiste na apropriação do lugar por grupos sociais de elite, nos últimos vinte anos. É sobre esse último

[1] O termo artificial é utilizado no sentido de dissimulado, disfarçado e fingido.

momento que recai o foco maior de nossa pesquisa e no qual buscamos examinar a modalidade da *cenarização,* através da identificação de seus traços.

Diferentemente do caso do Quadrado, o caso da Vila do Outeiro configura um empreendimento imobiliário datado e criado por iniciativa de um determinado grupo empresarial. Desse modo, distintamente da seção anterior, a qual foi estruturada segundo recortes temporais representativos do Quadrado, na seção 4, o único recorte examinado corresponde ao momento de criação do empreendimento (década de 1990) até os dias de hoje.

Em ambos os casos, a partir das fontes pesquisadas, observamos amplamente os traços das modalidades da *cenarização* e do *espaço-simulacro* definidos *a priori* num plano teórico. Todavia, também se revelaram outros traços perceptíveis somente a partir de uma investigação empírica, bem como os laços que ligam as duas modalidades, tanto num plano concreto, quanto numa dimensão simbólica de manifestação.

PARTE I - A cidade moderna: *reificação* e patrimônio

Neste trabalho partimos do entendimento de que a modernidade instaura uma nova lógica de produção do espaço urbano. Como nos indica Berman (1986, p.15), esse contexto mostra-se como uma nova “experiência de tempo e espaço”, simultaneamente, como destruição de “tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”, mas também como possibilidade de “auto-transformação”.

É nessa contradição intrínseca que a modernidade revela a sua complexidade, como na afirmação lapidar de Marx (1848 apud BERMAN, 1996, p.19) de que “em nossos dias, tudo parece estar impregnado de seu contrário.”

É um estágio de *turbilhão* - descrito no ensaio clássico de Berman (1986, p.16) - de “grandes descobertas nas ciências físicas”, da “industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos” onde se “acelera o próprio ritmo de vida”, de uma “descomunal explosão demográfica”, de uma expansão dos “sistemas de comunicação de massa [...] que embrulham e amarram no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades”, de “Estados nacionais cada vez mais poderosos” e de “movimentos sociais de massa e de nações”, ambos “dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições”, mas também o ambiente em que se revela “um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão”.

A modernidade é então, na visão de Berman (1986), essa nova experiência vital, esse estágio de turbilhão e de perpétuo *vir-a-ser*. O autor também nos aponta para duas dimensões da modernidade: a *modernização* que se refere aos campos da técnica e da ciência, mas também aos processos sociais e econômicos que engendram as transformações nesses âmbitos, e o *modernismo* que diz respeito à esfera da cultura (do pensamento e da arte).

Berman (1986) considera ainda a modernidade enquanto um amplo período que se estende do século XVI aos nossos dias e para a sua melhor compreensão propõe uma divisão em três fases. Uma primeira fase, do início do século XVI ao fim do século XVIII, na qual as pessoas tiveram um primeiro contato com a vida moderna, mas onde ainda não existia um senso de comunidade moderna. Uma segunda fase que começou com a onda revolucionária de 1790 e se caracterizou pelo surgimento de um público moderno, mas que ainda não vivia num mundo moderno por inteiro. E uma última fase que correspondeu ao século XX, na qual o

processo de modernização abarcou completamente o mundo e a cultura alcançou grandes triunfos na arte e no pensamento.

Se Berman (1986) nos fornece esse panorama geral da modernidade, procuramos em Mumford (1991) uma abordagem histórica sobre a transformação da cidade nesse momento. Com base em sua obra *A Cidade na História*, podemos perceber o processo de dessacralização que caracterizou a passagem do contexto medieval ao moderno. Gradativamente, os valores religiosos medievais foram substituídos por valores mundanos. Tal mudança estrutural na visão de mundo se expressou na própria cidade, em suas novas atividades, modos de vida e formas arquitetônicas.

Contudo, o autor destaca que essas transformações se deram de modo muito lento e, desse modo, não se pode falar propriamente de uma cidade renascentista. Traços geométricos de uma ordem renascentista foram introduzidos na malha orgânica medieval, mas isso não significou uma modificação substancial na forma da cidade.

Em sua visão, somente no contexto do século XVII, onde a estrutura medieval começou a se desfazer de modo mais definitivo, que se pode perceber uma mudança mais visível na concepção do espaço urbano, com a introdução do traçado barroco.

> Até o século XVII, todas essas modificações eram confusas e vacilantes restringiam-se a uma minoria, só funcionavam num ou outro trecho. No século XVII, o foco subitamente tornou-se mais nítido. Naquele ponto, a ordem medieval começou a se desfazer, graças a simples corrupção interior; e desde então a religião, o comércio e a política seguiram seus caminhos separados (MUMFORD, 1991, p.376).

Nesse contexto, tanto o tecido urbano tradicional é rompido de forma drástica pela abertura de grandes avenidas – símbolo de um poder político despótico -, quanto se instaura um estilo palaciano de vida – o teatro, os jardins, o museu, o hotel e a moda.

Mumford (1991) também aponta para o fato de que houve, nesse período, uma intensificação do processo de adensamento das cidades, tendo como consequências a construção de edifícios de maior altura e a competição em busca

de espaço. O que anteriormente só se manifestava em Londres, passou a ocorrer em outras capitais europeias.

Esse momento se caracterizou pela passagem de uma economia mercantil para uma economia monetária, que provocou efeitos consideráveis nas concepções de tempo e de espaço. Tanto um quanto o outro passaram a ser regulados pelo dinheiro. O tempo adquiriu um maior dinamismo e o espaço passou a ser objeto de contínuas transformações.

> Por trás dos interesses imediatos do novo capitalismo, com seu amor abstrato ao dinheiro e ao poder, teve lugar uma mudança em toda a estrutura conceptual. E a primeira delas foi uma nova concepção de espaço. Um dos grandes triunfos da mentalidade barroca foi organizar o espaço, tornando-o contínuo, reduzindo-o à medida e à ordem, estendendo os limites da grandeza, para abranger o extremamente remoto e o extremamente pequeno; finalmente, associando o espaço ao movimento e ao tempo (MUNFORD, 1991, p.396).

Nesse sentido, o tempo barroco é o tempo da mobilidade e da moda. Do mesmo modo, o espaço não é estático, mas convida ao movimento e à conquista pela velocidade. “Quer como cidadela para seu exército, quer como morada permanente para o príncipe e sua corte, a cidade–barroca era, na realidade, um ‘espetáculo de comando’” (MUMFORD, 1991, p.419).

Todavia, o autor considera que as concepções barrocas de tempo e de espaço não se restringiram ao século XVII, mas influenciaram a dinâmica e o modo de produção da cidade nos séculos seguintes. Nessa perspectiva, destaca a intervenção de Haussmann em Paris que rasgou o antigo Quartier Latin com a construção do Bulevar Saint-Michel.

> Em Paris, a abordagem barroca serviu a dois líderes imperialistas, Napoleão I e Napoleão III [...] Seu ânimo servia bem aos banqueiros e especuladores, que se aproveitaram do subseqüente aumento dos ganhos da terra e dos lucros da construção (MUMFORD, 1991, p.433).

Em nosso entendimento, tal intervenção representou de modo emblemático uma nova lógica de produção do espaço. Ao destruir um tecido urbano historicamente constituído e introduzir um cenário moderno, o Estado estava

propiciando a valorização da terra e o aumento de seu potencial construtivo, favorecendo com isso os especuladores e construtores.

Nesse momento, inaugurou-se uma nova relação econômica com o espaço: a terra passou a ser um produto altamente cambiável e a arquitetura adquiriu um caráter efêmero, ou seja, perdeu a sua solidez e perenidade ao estar sujeita a qualquer momento aos rearranjos do capital.

Segundo Mumford, esse contexto se caracterizou por uma economia monetária que colocava a cidade sobre novas bases: o dinheiro e o lucro. A terra deixou de ser um bem permanente como era na economia feudal e tornou-se um produto que fugiu de qualquer controle comunal. Desde o início do século XIX, o *laissez-faire* significava: “Pode aquele que quiser especular na elevação dos valores da terra e dos aluguéis” (MUMFORD, 1991, p.453). Nesse sentido, a cidade deixou de ser uma construção coletiva e passou a constituir um negócio privado.

Diante desse quadro, podemos afirmar que a cidade se tornou valor de troca em detrimento do valor de uso. A esfera da mercadoria alcançou o próprio espaço: além de configurar o lugar de circulação de produtos, a cidade e a sua arquitetura tornaram-se mercadorias passíveis de serem continuamente trocadas.

1 **A *REIFICAÇÃO* DA CIDADE**

1.1 UM EXAME DO CONCEITO DE *REIFICAÇÃO*

A abordagem de Mumford (1991) permite-nos perceber esse novo momento de produção do espaço urbano, mas é importante lembrar que esse contexto não constitui em si o tema de nossa pesquisa, mas sim o campo problemático no qual se criam as condições para a manifestação de um fenômeno sobre o qual iremos nos debruçar: a *reificação* da cidade.

Numa análise etimológica, verificamos que, em latim, *res* quer dizer bem concreto ou coisa e, daí deduzimos que *reificação* seria o processo de tornar algo uma coisa ou de coisificar. A *reificação* da cidade seria, portanto, o processo de *coisificação* desta. Mas, essa interpretação suscita a ideia de que a cidade só se torna coisa a partir desse processo e a questão de que, do ponto de vista de sua concretude, o que ela é, e sempre foi, senão uma coisa ou um acúmulo de coisas?

Ao tentar responder a essa questão, consideramos que, evidentemente, a cidade sempre foi coisa no sentido de que lhe é inerente uma materialidade. Contudo, o que queremos dizer é que, até então, a cidade constituía uma construção humana para seus próprios fins e, a partir dessa nova ordem econômica, lhe é atribuída uma autonomia e uma independência em relação aos seres humanos. É esse processo de autonomização da cidade que designamos de *reificação* e que pretendemos examinar, tomando como ponto de partida a visão inaugural de Marx (1867) sobre esse conceito (MARX, 1998).

Marx (1998) identificou na mercadoria o grande personagem de seu tempo, reconhecendo nesta, como se sabe, seu caráter fetichista. Assim sendo, nossa investigação assume a perspectiva da interpretação e, também, da intuição de Marx, entendendo que o próprio contexto onde circulam as mercadorias, a cidade, tende a tornar-se uma delas.

Nas primeiras obras de Marx, a idéia de *reificação* já está presente de modo implícito, mas a sua teorização mais explícita só aparece em obras posteriores, notadamente, em *O Capital*. No Livro Primeiro – Volume 1 dessa obra, na seção que versa sobre o *Fetichismo da mercadoria*, ele apresenta os elementos básicos para a teoria desse fenômeno e aponta tanto para uma *coisificação* das relações de produção quanto para uma *personificação* das coisas.

Desse modo, em Marx (1998), e como veremos adiante, em Lukács (2003), o fenômeno da *reificação* apresenta um duplo aspecto, a saber: o *objetivo*, que se refere ao objeto que se *personifica* no sentido de adquirir caracteres sociais e uma autonomia em relação aos seres humanos, e o *subjetivo*, que diz respeito ao sujeito, o qual se *coisifica*, ou seja, tem a sua subjetividade objetificada e passa a ser dominado pelas coisas.

Contudo, para uma compreensão mais profunda de tal fenômeno se faz necessário o conhecimento dos conceitos de mercadoria e de divisão social do trabalho, centrais na análise de Marx e no contexto histórico onde se manifesta a *reificação.*

Em sua visão, a mercadoria é a forma elementar da riqueza da sociedade capitalista e possui um duplo caráter, enquanto objeto útil (valor-de-uso) e como veículo de valor (valor-de-troca). A utilidade de uma coisa faz dela valor-de-uso, que se refere às suas propriedades materiais. O valor-de-troca ou valor é imperceptível aos sentidos; trata-se de uma realidade apenas social, ou seja, só existe na relação social de troca. O valor é, portanto, um produto social.

A satisfação das necessidades materiais ou imateriais por uma coisa faz dela valor-de-uso, mas não mercadoria. Marx (1998) ressalta que, para uma coisa se constituir mercadoria, é preciso que possua não só utilidade, mas tenha sido produzida para outros e transferida por meio de troca.

Também enfatiza que o duplo caráter de um produto, enquanto valor-de-uso e valor, só acontece no contexto no qual a troca já foi amplamente difundida, isto é, naquele em que a produção ocorre para a permuta e onde o valor é incorporado no momento da produção.

Além disso, quando uma coisa deixa de atender exclusivamente às necessidades dos indivíduos que a produzem para ser produzida para outros, ou seja, quando se torna mercadoria, também desaparece com ela, as diferentes formas de trabalho concreto, as quais são reduzidas a uma única espécie de trabalho - o trabalho humano abstrato.

Em consequência, as diferentes formas de trabalho concreto deixam de se relacionar diretamente e passam a ser representadas pelos produtos, nos quais se considera somente a força de trabalho despendida. Com isso, os homens não mais se relacionam diretamente através de seus trabalhos concretos, mas a sua relação

passa a ser substituída pelos produtos, os quais representam o trabalho humano abstrato.

Ao comparar a sociedade feudal e a sociedade capitalista, Marx (1998) afirma que na Europa medieval, todos os indivíduos eram dependentes entre si, tanto nas relações de produção, quanto nos demais campos da vida. Os laços pessoais constituíam o fundamento social e, por isso, não se fazia necessário que os trabalhos e os produtos assumissem uma feição fantasmagórica, tal como acontece na produção de mercadorias. A forma do trabalho era a forma concreta do trabalho e não a sua generalidade abstrata, assim como as relações sociais na produção constituíam as relações entre as pessoas e não as relações dissimuladas por coisas, tal como ocorre no capitalismo.

No que se refere a essa relação direta de trabalho, Marx (1998) acrescenta que não é preciso se remeter à forma comunitária dos primórdios da vida civilizada, mas pode-se pensar na situação próxima da indústria patriarcal rural de uma família camponesa, onde se produz para as suas próprias necessidades e as relações sociais se manifestam diretamente entre as pessoas.

Em nosso entendimento, na análise de Marx (1998) sobre o processo de divisão social do trabalho, típico do capitalismo, encontra-se o fundamento do fenômeno de *reificação*. De um lado, as relações sociais não se manifestam mais diretamente, mas passam a ser mediadas pelos produtos e, portanto, se *coisificam*. De outro lado, os produtos adquirem caracteres sociais, ou seja, se *personificam* e adquirem uma autonomia em relação aos seres humanos.

Se o processo de divisão social do trabalho constitui o fundamento da *reificação*, a figura central desse fenômeno não poderia deixar de ser a mercadoria. É em torno dela que Marx (1998, p.94) vislumbra uma aura de mistério, a qual não se refere ao seu valor-de-uso, enquanto forma de satisfação das necessidades humanas, mas sim ao fato de a mesma ocultar “a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total”. Através da redução das diferentes formas de trabalho concreto a uma forma abstrata de trabalho, representada pelos produtos, estes tornam-se *coisas sociais*.

Desse modo, o que torna a mercadoria misteriosa não diz respeito ao seu aspecto material, mas ao fato de que as relações sociais assumem a “forma fantástica de uma relação entre coisas” (MARX, 1998, p.94), ou seja, deixam de se

manifestar diretamente e passam a ser substituídas por coisas, as quais adquirem uma autonomia e uma ascensão sobre os seres humanos.

É esse fenômeno que Marx designa de *reificação* ou *fetichismo*, o qual é inseparável da produção de mercadorias e cuja origem encontra-se no processo de divisão social do trabalho, onde

> as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos (MARX, 1998, p.95).

Uma análise pouco detida sobre a descrição desse fenômeno por Marx poderia nos levar a pensar que o mesmo se restringe às relações produtivas, no sentido estrito desse termo. Contudo, é preciso compreender a antevisão própria da genialidade de Marx, ao perceber na relação de produção *reificada,* em decorrência do processo de divisão social do trabalho, o protótipo das relações sociais, amplamente difundido na sociedade capitalista. Na verdade, o que ele antevia e prenunciava era a extensão e o domínio da mercadoria a todos os campos da vida material e imaterial dessa sociedade.

Tal vislumbre foi brilhantemente captado por um de seus principais intérpretes, Lukács (2003), que em sua obra não só retomou, mas aprofundou a sua análise sobre a mercadoria e o fenômeno de *reificação.*

Para Lukács (2003), não é por acaso que as duas obras da maturidade de Marx[2] que abordam o conjunto da sociedade capitalista comecem com a análise da mercadoria. Pois, em sua visão, não há problema nessa etapa do desenvolvimento da humanidade cuja solução não deva ser buscada no enigma da mercadoria.

Todavia, enfatiza que é preciso que o problema da mercadoria seja abordado não como algo isolado ou restrito ao campo da economia, mas enquanto questão central da sociedade capitalista. Em seu entendimento, é na estrutura da relação mercantil que se encontra o modelo de todas as formas de objetividade e de subjetividade da sociedade capitalista.

A essência da estrutura da mercadoria, conforme nos diz, baseia-se no fato de que uma relação entre pessoas adquire o caráter de uma coisa e, desse modo, o

[2] *Grundrisse* e *O Capital* apud Lukács, 2003.

de uma *objetividade fantasmagórica*, a qual oculta o que realmente é: uma relação entre seres humanos.

Em sua obra, Lukács (2003) afirma que o seu objetivo é analisar os problemas que resultam do caráter *fetichista* da mercadoria, como forma de objetividade, de um lado, e de subjetividade, de outro. Mas antes de tal análise, ressalta que é preciso perceber a questão da mercadoria como algo específico do capitalismo moderno. Fundamentado em Marx, atenta para o fato de que, nas sociedades primitivas, a forma mercantil possui um caráter apenas episódico. O valor-de-troca ainda não tem uma forma independente do valor-de-uso. Em outras palavras, a produção se volta para o valor-de-uso e não para o valor-de-troca.

Sob essa ótica, considera que o processo de troca de mercadorias não aparece no âmago das sociedades naturais, mas somente em suas fronteiras, ou seja, “nos poucos pontos em que entram em contato com outras comunidades”. E é aqui que, segundo Marx, “começa a troca que, em seguida, repercute no interior da comunidade, na qual ela atua de maneira desagregadora” (1867 apud LUKÁCS, 2003, p.196).

Na visão de Lukács (2003), essa desagregação da qual Marx fala (1867 apud LUKÁCS, 2003) só ocorre quando a mercadoria penetra no conjunto das manifestações vitais da sociedade e as modela segundo a sua imagem. Assim sendo, afirma que é somente no capitalismo moderno que se manifesta o desenvolvimento da forma mercantil enquanto forma de dominação. É nesse contexto que a *reificação*, surgida da relação mercantil, influencia de forma decisiva o desenvolvimento objetivo e subjetivo da sociedade.

Nessa perspectiva, aponta para o processo de divisão capitalista do trabalho, baseado no princípio da racionalização, como determinante da fragmentação do objeto, a qual implica também na fragmentação do sujeito. De um lado, devido ao processo de especialização do trabalho, a unidade do objeto é rompida e o processo de produção torna-se a reunião de sistemas parciais. De outro lado, o homem deixa de ser o sujeito do processo de produção e passa a ser incorporado como uma peça de um sistema, a cujas leis ele precisa se submeter.

A mecanização racional do processo de trabalho, de acordo com Lukács (2003), só se tornou possível com o surgimento do trabalhador livre, cuja força de trabalho é trocada como mercadoria. Entretanto, ressalta que a *reificação* deste não se limita a sua força de trabalho, mas se estende a sua própria consciência.

Conforme vimos, Marx (1998) e Lukács (2003) se debruçam sobre a análise do processo de divisão social do trabalho e da mercadoria – elementos essenciais do fenômeno de *reificação*. Por um lado, a divisão social do trabalho aparece como fundamento desse fenômeno, na medida em que as relações de produção passam a ser mediadas por coisas, e estas assumem uma existência autônoma em relação aos seres humanos. Por outro lado, a mercadoria, com seu caráter *fetichista*, constitui a figura central da sociedade capitalista e do fenômeno de *reificação*. Este, por sua vez, envolve o próprio *ser* da mercadoria; sua *presença* no mundo; sua *existência fantasmagórica*.

De tal fenômeno podemos ainda perceber que decorrem dois principais problemas. O primeiro diz respeito ao sujeito que, no plano coletivo, deixa de se relacionar diretamente com outros homens e, no plano de sua individualidade, se *reifica*, não só através da transformação de sua força de trabalho em mercadoria, mas também em sua própria consciência. O segundo problema se refere ao objeto, a sua condição de autonomia e independência em relação aos homens.

Em nossa abordagem sobre a produção do espaço, os dois componentes apontados – sujeito e objeto - são fundamentais, pois aquilo que nos interessa examinar, não é somente a cidade em si, como coisa material, mas também os valores imateriais que a engendram.

Do mesmo modo, quanto ao tema de nossa investigação – a *reificação* da cidade -, pretendemos analisá-lo em sua totalidade, ou seja, tanto no que se refere ao sujeito, que se *coisifica*, ao ter as suas relações sociais e a sua consciência dominadas pela mercadoria, quanto no que diz respeito ao objeto – a cidade – que se *personifica*, ao se tornar uma entidade autônoma em relação aos seres humanos.

Assim sendo, o nosso foco recai sobre um fenômeno no qual, de um lado, os lugares são transformados em objetos *sagrados* e, de outro, as pessoas que os louvam têm a sua consciência unificada a ponto de os produzirem e os consumirem, sem qualquer sentido mais profundo que não seja a aura de *fetiche* que os envolve.

1.2 A CIDADE MODERNA COMO ESPAÇO REIFICADO

Mais de um século após a teorização da *reificação* por Marx, percebemos a atualidade e a força deste fenômeno no processo de produção do espaço na contemporaneidade. A cidade, nesse contexto, aparece como a exacerbação do reino da mercadoria. No exame de algumas cidades brasileiras, sejam as denominadas históricas ou, simplesmente, as turísticas, percebemos que o foco maior encontra-se na produção e no consumo de espaços mercadológicos – lojas, shoppings, restaurantes, bares, etc. O público que as visita não se interessa pelas pessoas e pelos modos de vida típicos, mas somente pelos novos produtos especialmente fabricados para elas. Assim, os sítios considerados passíveis de serem produzidos e consumidos como *culturais* ou *pitorescos* são submetidos a intervenções de *revitalização,* as quais tendem paradoxalmente a contribuir para a perda de suas singularidades físicas e vivenciais, bem como para a sua transformação em *cenários*.

Assim como Marx (1998) e Lukács (2003) nos possibilitam uma compreensão do conceito de *reificação*, em Simmel (1896 apud SOUZA; ÖELZE, 2005), procuramos fundamento para a sua extensão ao domínio da cidade. Em sua obra *A Filosofia do dinheiro*, onde aborda o advento da economia monetária na sociedade moderna, o autor considera que o dinheiro e a divisão social do trabalho permitiram a separação entre as culturas subjetiva e objetiva, a qual fornece conteúdo ao conceito de *tragédia da cultura moderna*.

Segundo Souza (SOUZA; ÖELZE, 2005, p.9),

> a tragédia da cultura instaura-se, para Simmel, com a autonomização das objetivações humanas, ou seja, das produções culturais em sentido amplo, as quais, embora produzidas por seres humanos para servi-los, assumem a partir da sua objetivação uma lógica independente da intenção original que as constituiu.

Cabe destacar que o conceito de tragédia em Simmel (1896), como nos indica Souza (SOUZA; ÖELZE, 2005), remete ao significado da tragédia grega clássica, isto é, não tem o sentido genérico de destino triste, mas de destino trágico, no qual as forças destruidoras que atuam sobre um ser foram produzidas pela sua própria estrutura interna.

Para Simmel (1896 apud SOUZA; ÖELZE, 2005), o aspecto positivo da cisão entre as culturas subjetiva e objetiva é a possibilidade de uma maior liberdade pessoal e um aumento da cultura objetiva, enquanto que o lado negativo encontra-se no fato de que somente a cultura objetiva se enriquece, ocorrendo um empobrecimento da cultura subjetiva, na medida em que o único valor vigente é o dinheiro.

A esse respeito o autor nos indica que na Idade Média, o homem achava-se envolvido numa relação com a comunidade e a sua personalidade era incorporada aos círculos de interesses práticos e sociais. Já na época moderna esta unidade foi rompida, o que possibilitou, de um lado, a autonomia e a liberdade da personalidade e, de outro, uma objetivação dos conteúdos da vida, que teve como consequência um domínio das coisas sobre os homens.

É nesse ponto de sua abordagem que identificamos o fenômeno de *reificação*, uma vez que aponta para uma separação e uma autonomização das esferas subjetiva e objetiva, bem como para uma preponderância desta sobre aquela.

Em seu entendimento, na economia natural, havia uma relação direta entre a pessoa e a posse da terra, enquanto na economia monetária, tal relação passa a ser mediada pelo dinheiro. Do mesmo modo, a relação entre o indivíduo e a comunidade se modificou. A corporação medieval integrava o homem por inteiro nos aspectos econômicos, sociais e religiosos. Já na economia monetária, as associações têm objetivos específicos, técnicos e econômicos. Esta última situação leva, por um lado, a uma objetividade nas atividades de associação e, por outro, a uma liberdade do sujeito. Daí, Simmel (1896 apud SOUZA; ÖELZE, 2005) conclui que na economia monetária, o dinheiro entremeou-se entre a totalidade objetiva da associação e a totalidade subjetiva da personalidade, assim como passou a mediar o proprietário e a posse da terra.

Do ponto de vista das relações sociais, o autor acrescenta que o círculo social do homem de épocas anteriores era diminuto, definido e impermutável, enquanto na época moderna, o homem se relaciona com um número mais vasto de outros homens, o que gera um forte individualismo, causado pela falta de interesse pela individualidade do outro.

Desse modo, na sociedade moderna, ao mesmo tempo que há o estabelecimento de círculos sociais cada vez mais amplos, ocorre também um

aumento do individualismo. Ambas as direções são transportadas pela economia do dinheiro que proporciona, de um lado, uma homogeneização de interesses e de modos de vida, e de outro, uma maior reserva da personalidade, permitindo a individualização e a liberdade.

Em nossa visão, ao abordar a transformação da relação do homem com a terra, desde o sistema feudal até o advento da economia monetária, Simmel (1896 apud SOUZA; ÖELZE, 2005) aponta para um processo de *reificação* que atinge tanto um quanto o outro. Segundo ele, aparentemente, não havia nada de injusto em os senhores feudais comprarem os direitos de seus servos, para afastá-los da terra. Contudo, esta era para eles mais do que mero valor; era, pois, o *lócus* de seu trabalho e a orientação de seu conteúdo de vida. O autor acrescenta que, na economia monetária, apesar de o único valor vigente ser o dinheiro, permanecem ainda valores especiais que são *impagáveis*.

A partir de seu enfoque, consideramos que a relação do homem com a terra, e num sentido mais amplo, com o espaço, não é só uma relação objetiva. Ao trocar seus direitos à terra por dinheiro, como aconteceu no desenvolvimento da economia feudal, ou ao vendê-la, como ocorre na economia monetária, o homem abre mão não só de seu local de trabalho (a terra enquanto valor-de-uso), mas também de um universo de valores simbólicos que constituem a sua subjetividade. Assim sendo, a economia do dinheiro veio *reificar*, tanto o objeto, o espaço que se torna mercadoria, quanto o sujeito, que tem a sua subjetividade *objetificada*.

Percebemos também que, nesse contexto, o próprio dinheiro se *reifica*, se torna uma entidade independente. Conforme Simmel (1896 apud SOUZA; ÖELZE, 2005) nos diz, na sociedade moderna, o dinheiro não é visto como um meio para se obter outros bens, mas como um bem autônomo. Os homens têm a ideia de que a felicidade e a satisfação estão ligadas diretamente à posse do dinheiro, mas tanto uma quanto a outra nunca são alcançadas, pois quando o alvo é atingido surge a frustração, pelo fato de ele ser um meio e não um fim.

Ao abordar essa busca incessante do homem por felicidade e satisfação, a qual leva sempre à frustração, em Simmel (1896 apud SOUZA; ÖELZE, 2005), percebemos uma antevisão da sociedade contemporânea e a sua correspondente produção do espaço. Em seu enfoque sobre a situação global, já anunciava que o homem vive num estado de tensão na expectativa de alcançar algo principal, um sentido para a vida. Tal sentimento resulta de um supercrescimento dos meios e de

um deslocamento cada vez maior das finalidades. Nesse processo, o dinheiro possui um papel fundamental: ele é a *chave mágica* através da qual tudo se alcança. É um alvo incondicionado, cuja aspiração é possibilitada a cada instante, o que gera uma motivação para o homem moderno viver em uma perpétua mobilidade. Nesse movimento, ele procura permanentemente uma grande quantidade de estímulos, mas como o caminho buscado é o do exagero quantitativo, o mesmo redunda em uma diversão passageira, que reproduz a situação anterior continuamente. Esse círculo vicioso leva sempre ao problema inicial, produzindo uma insatisfação cada vez maior.

Em nosso entendimento, isso se deve à própria estrutura da economia monetária, onde o dinheiro, que é um meio para obter os objetivos desejados, torna-se um fim, a que se busca constantemente. O homem vive, então, em uma eterna procura por algo que nunca chega, pois o seu alvo é, na verdade, um meio.

Tal discussão acerca do comportamento humano no contexto da economia monetária nos reencaminha para o foco de nosso trabalho sobre a produção do espaço na contemporaneidade. Como veremos adiante, o homem contemporâneo busca, nos novos espaços produzidos, uma forma de entretenimento. Assim como Simmel (1896 apud SOUZA; ÖELZE, 2005) nos diz que a grande cidade na modernidade se torna um palco de estímulos, em nossa visão, o espaço contemporâneo se transforma em um espetáculo de lugares *reificados.*

É sobre estes lugares, ou melhor, é sobre esse processo de *reificação* do espaço que pretendemos nos debruçar. Conforme desenvolveremos a seguir, no século XIX, como manifestação material das transformações econômicas e sociais dessa época, a cidade mostra os primeiros traços de sua *reificação*, isto é, de sua *autonomização* segundo as leis do capital. Ao modificar-se ininterruptamente, como uma sucessão de cenários que simbolizam um novo tempo – a modernidade -, essa nova cidade se torna tão excitante para os novos tipos humanos que nela transitam, quanto exerce um grande fascínio para os olhos de quem a observa.

Mais adiante, na cidade contemporânea, tal fenômeno adquire extensão e intensidade, através da produção de novos espaços e da apropriação de lugares *antigos* e *pitorescos*. É nesse contexto, onde a cultura e a história tornam-se objetos de consumo, que concentramos o nosso maior interesse e pretendemos examinar.

Fundamentados na abordagem de Simmel (1896 apud SOUZA; ÖELZE, 2005), passamos a compreender as bases que impulsionam os processos de

homogeneização cultural e de produção do espaço na sociedade contemporânea. Na economia monetária, onde tudo se reduz ao dinheiro, os lugares e os modos de vida tendem a se unificar e, em decorrência disso, há uma incessante busca de distinção.

É nesse processo que identificamos um paradoxo: a redução das esferas objetiva e subjetiva ao dinheiro leva a uma homogeneização, a qual estimula, por sua vez, uma busca por diferenciação. Mas, como os meios e os fins para atingi-la são sempre os mesmos, tal distinção redunda sempre em algo semelhante.

No que se refere às intervenções em espaços urbanos, no contexto mais amplo da globalização, observamos que são desconsiderados os aspectos culturais e históricos dos lugares, bem como são utilizados padrões recorrentes - de um lado, a *revitalização* e a reprodução de espaços *antigos* e *pitorescos*, e de outro, a produção de novos espaços de alta tecnologia e de autoria de arquitetos de renome internacional (a denominada *arquitetura de grife*). Ao mesmo tempo em que os meios para se alcançar essa distinção se aproximam, as finalidades também são as mesmas – a produção e o consumo de *espaços-globais*, com vistas a atrair investimentos e públicos na lógica de uma economia mundial.

1.2.1 **Um primeiro momento: a *reificação* da cidade do século XIX**

A modernidade, ao favorecer as condições de permuta do espaço, acaba por dar a este uma dimensão de mercadoria. Uma condição inicialmente pouco visível, mesmo aos olhos críticos, mas que começa a mostrar seus sinais. O espaço torna-se categoria modelável assumindo uma outra estética a partir de novos imperativos econômicos. E se, como diz Marx (1848 apud BERMAN, 1986, p. 93), “tudo que é sólido se desmancha no ar”, o próprio espaço não poderia escapar a sua conversão em algo transitório. Na dinâmica da modernidade, qualquer sentido de perenidade se desfaz. A *reificação* do espaço é acompanhada por sua contínua mudança, que revela aos olhos do observador novas cenas instáveis e transitórias.

É na cidade do século XIX que identificamos um primeiro momento de *reificação* do espaço. Cabe dizer que este não constitui o foco maior de nossa investigação, mas é importante examiná-lo como uma primeira forma de manifestação desse fenômeno que adquire força e dimensão na contemporaneidade.

O século XIX se caracteriza por grandes mudanças nos campos econômico, político e social, as quais ganham materialidade na cidade, através de novas atividades, modos de vida, tipos humanos e formas arquitetônicas. A esse novo tempo dinâmico corresponde um novo espaço em permanente transformação, o qual nos faz recorrer a outro pensador: Benjamin (1994, 2006). Ele vê na cidade e na própria modernidade uma imagem em fuga, às vezes sob uma perspectiva atroz; a história parece-lhe uma contínua demolição, um suceder de ruínas no tempo. Mas é também esse perpétuo refazer que revela novas imagens para o observador. É desse modo que a cidade de seu estudo das *Passagens*[3] (BENJAMIN, 2006) se mostra como uma permanente *passagem*, transição ininterrupta de formas e cenas.

Por duas vezes, no capítulo de *O flâneur*, Benjamin (2006) alude ao fenômeno de *colportage*[4] do espaço que se torna importante para a análise que aqui assumimos de um primeiro momento da *reificação* da cidade no século XIX. Num trecho inicial, o autor estabelece a relação entre esse fenômeno e a *flânerie* – ambos teriam se manifestado no mesmo período. Aqui, o fenômeno de *colportage* aparece como um modo de percepção do espaço (por parte do *flâneur*).

> O 'fenômeno de colportagem do espaço' é a experiência fundamental do flâneur. Como ele também se manifesta - sob um outro aspecto -, nos intérieurs de meados do século XIX, não se pode descartar a suposição de que o florescimento da flânerie tenha ocorrido na mesma época. Graças a esse fenômeno, tudo o que acontece potencialmente nesse espaço é percebido simultaneamente. O espaço pisca para o flâneur: Então, o que terá acontecido em mim? É verdade que resta ainda a explicar como este fenômeno se relaciona com a colportagem (BENJAMIN, 2006, p.463).

Em outro trecho, Benjamin (2006) faz referência ao olhar de um pintor e nos fornece a impressão de um espaço que perde a sua fixidez e adquire um caráter misterioso e ambíguo.

> Sobre o fenômeno da colportagem do espaço: 'O senso do mistério – escreveu Odilon Redon, cujo segredo o aprendera em Da Vinci – é

[3] As passagens são galerias comerciais cobertas de estrutura metálica e vidro e revestidas de mármore, típicas da Paris do século XIX. Contudo,mais do que isso, na visão de Benjamin, elas são o lugar emblemático do capitalismo e símbolo da modernidade.

[4] Termo em francês sem tradução para o português. Como veremos, alguns tradutores e intérpretes da obra de Benjamin ora utilizam o termo aportuguesado – *colportagem* -, ora como *banalização*, ora ainda, enquanto *sobreposição*. Em francês, *colporter* é a atividade do vendedor ambulante de quinquilharias ou, num sentido figurado, é o ato de anunciar novidades, idéias e notícias.

> estar o tempo inteiro no equívoco, nos aspectos duplos, triplos, na suspeição do aspecto (imagens dentro de imagens), formas que vão ser o que serão, segundo o estado de espírito do observador. Todas as coisas mais que sugestivas, já que aparecem'. (Cit. em Raymond Escholier, Artiste in Arts et métiers graphiques, 1º de junho de 1935, nº47, p.7 apud BENJAMIN, 2006, p.473).

Outra interpretação do fenômeno de *colportage* (BENJAMIN, 1994) é enquanto uma *banalização do espaço*, a qual nos remete à sensação de um espaço que perde a sua perenidade; que ora é uma coisa, ora é outra. Nesse sentido, tal fenômeno nos suscita a ideia de um *modo de ser* do tempo e do espaço na modernidade: um tempo efêmero e um espaço de pérpetuo *vir-a-ser*.

A ideia de uma *banalização do espaço* se aproxima de certo modo de nossa abordagem sobre uma *reificação* da cidade nesse contexto, ou seja, esta perde a sua historicidade e se torna *banal*, no sentido de ser aleatória e estar sujeita à destruição a qualquer momento pelas forças do capital. Essa interpretação também se faz importante, uma vez que, conforme veremos adiante, outros autores como Debord (1997) e Choay (2006) considerarão a *banalização* como um processo intrínseco à produção do espaço na contemporaneidade. O termo *banalização* é coerente ainda com o enfoque benjaminiano sobre a perda da aura da obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. Na modernidade, também a cidade se desaurifica, através de sua contínua reprodução.

Uma outra interpretação elucidativa sobre o fenômeno de *colportage* é a de Peixoto (1996) que nos indica um sentido de *sobreposição do espaço.* Ao considerar, na modernidade, a rua como um objeto ótico (do flâneur) e ao apontar para um caráter maquínico da cidade, percebemos uma aproximação com o nosso enfoque sobre uma *reificação* da cidade.

Para Peixoto (1996), o fenômeno de *colportage* retratado por Benjamin sugere a simultaneidade do tempo e do espaço. Assim sendo, ressalta a atualidade desse fenômeno na cidade contemporânea com o seu apelo visual de imagens que se sobrepõem e a sua permanente transformação.

> Daí o fenômeno de sobreposição (colportage) do espaço ser a experiência fundamental daquele que passeia. A expressão remete às coisas de menor valor, dessas vendidas em grandes quantidades em feiras – colporter é anunciar, atividade do mercador ambulante, que vende quinquilharias. Alude às formas populares de representação, como as pinturas de barracas de parques de

> diversão – centrais na teoria da arte moderna em Baudelaire. O efeito permite perceber simultaneamente tudo o que acontece potencialmente num mesmo espaço. Implica condensação de diversos eventos num só lugar ou narrativa. A colportage junta todas as coisas como num quadro taxinômico. Notável a atualidade do fenômeno: a imagem contemporânea é também uma justaposição – em contiguidade – de diversos suportes, tempos e dimensões (PEIXOTO, 1996, p.85).

Em nosso entendimento, por trás da percepção de Benjamin (1994, 2006) se revela uma das senhas de nossa pesquisa, pois seu olhar não se restringe a uma abordagem estética da cidade. Atrás desse *vir-a-ser* da paisagem se mostram os imperativos de um novo tempo: a modernidade.

Essa questão que o autor mantém de algum modo velada não deixará de ecoar ao longo de nosso trabalho fazendo-nos recolher outros sentidos da *reificação*, desde a cidade do tempo das *passagens* até as atuais e os seus processos de produção que constituem nosso foco de estudo.

Mas aqui se coloca um aspecto importante de nossa abordagem: o fenômeno de *colportage* do espaço, descrito por Benjamin (1994, 2006), com um certo fascínio, expressa tanto um modo de percepção da cidade (por parte do *flâneur*) quanto o próprio modo de sua produção no contexto da modernidade.

Esse novo fascínio, essa *fetichização*, como procuramos desenvolver, revela um primeiro sentido da *reificação* do espaço ligado ao contexto da modernidade. Seja como *banalização*, seja enquanto *sobreposição*, o fenômeno de *colportage* é aqui entendido como um primeiro momento da *reificação* do espaço, ou seja, quando este perde a sua historicidade e sua relativa perenidade, tornando-se um objeto manipulável, trocado ininterruptamente.

1.2.2 **Um segundo momento: a *reificação* da cidade contemporânea**

Assim como o fenômeno de *colportage* nos suscita uma primeira ideia de *reificação* da cidade, buscamos a seguir examinar a sua emergência no contexto contemporâneo, onde esta adquire maior intensidade e se manifesta sob novas formas.

Como fundamento teórico para tal análise, recorremos a autores que elaboram uma visão crítica sobre a sociedade contemporânea, observando os seus condicionantes e efeitos. Embora suas construções teóricas se desenvolvam em campos distintos, podemos, efetivamente, recolher uma unidade em suas

proposições. Referimo-nos, pois, à formulação da sociedade do espetáculo em Debord (1997), à análise de um novo estatuto das produções simbólicas em Jean Baudrillard (1995) e à amplitude do espectro do pós-modernismo e seus traços constitutivos a partir de Jameson (1997).

A linha que identificamos e que perpassa a crítica desses autores ajuda-nos a perceber uma mudança na própria concepção dominante de realidade, a qual se traduz diretamente na produção material e simbólica da cidade.

Como primeira referência, trazemos aqui a análise de Debord (1997) sobre o *espetáculo*, não como um mero produto cultural, mas enquanto o modo de vida e a visão de mundo preponderantes na atual sociedade. Para ele, o *espetáculo* não pode ser entendido como

> o abuso de um mundo de visão, o produto das técnicas de difusão maciça das imagens. Ele é uma Weltanschauung que se tornou efetiva, materialmente traduzida. É uma visão de mundo que se objetivou (DEBORD, 1997, p. 14).

Não é, tampouco, "[...] um suplemento do mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada", e sim, "o âmago do irrealismo da sociedade real" (DEBORD, 1997, p. 14).

Sob essa ótica, o autor afirma que ocorre, no contexto contemporâneo, uma *inversão da realidade*, ou seja, há uma hegemonia da imagem sobre a realidade objetiva e o mundo passa a ser transformado em imagens.

> Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo que era vivido diretamente tornou-se representação (DEBORD, 1997, p. 13).

É nesse ponto de sua abordagem que percebemos uma proximidade com a nossa formulação sobre uma *reificação* da cidade. Pois, em sua visão, essa inversão se manifesta no momento em que a mercadoria dominou totalmente a vida social, e cuja forma última é a imagem.

A partir daí, entendemos que o espaço na contemporaneidade tende a transformar-se em imagem ou mera aparência. Tal mudança constitui a sua *reificação* que se manifesta, tanto num plano concreto, através da sobreposição de imagens publicitárias, quanto numa dimensão simbólica, pela substituição de lugares

tradicionais da cidade, por outros que expressam imagens de marca, veiculadas pela mídia e impostas pelo capital.

Em sua abordagem, Debord (1997) também considera que ocorre a *reificação* do tempo e do espaço. No que se refere ao tempo, afirma que, hoje, a história é um produto de consumo corrente, assim como prevalece o *tempo das coisas*, que corresponde, simultaneamente, ao *tempo do consumo das imagens* e à *imagem do consumo do tempo* (o *fetiche* das férias e do lazer).

No que tange ao espaço, o autor aborda os processos de sua transformação no âmbito da sociedade espetacular e, de modo quase profético[5], anuncia o fenômeno de mundialização da economia e a decorrente unificação do espaço, que consiste num processo de *banalização*. Mas, diferentemente dos intérpretes de Benjamim, que apontam para a *banalização* como uma perda de perenidade do espaço (BENJAMIN, 1994), Debord (1997, p.111) compreende esse processo enquanto uma homogeneização e uma dissolução das singularidades dos lugares.

> A produção capitalista unificou o espaço, que já não é limitado por sociedades externas. Essa unificação é ao mesmo tempo um processo extensivo e intensivo de banalização. A acumulação das mercadorias produzidas em série para o espaço abstrato do mercado, assim como devia romper as barreiras regionais e legais e todas as restrições corporativas da Idade Média que mantinham a qualidade da produção artesanal, devia também dissolver a autonomia e a qualidade dos lugares. Essa força de homogeneização é a artilharia pesada que faz cair todas as muralhas da China.

Nessa perspectiva, aponta para o turismo como atividade de produção e de consumo de lugares *banais* e, ainda, como a "circulação humana considerada como consumo" e o "lazer de ir ver o que se tornou banal" (DEBORD, 1997, p.111). Acrescenta ainda que o planejamento de lugares diferentes corresponde à garantia de sua equivalência e, premonitoriamente, indica uma tendência espacial que desenvolveremos a seguir – a transformação de lugares em *cenários*.

Fundamentando-nos no aporte teórico fornecido por Debord (1997), compreendemos que, na contemporaneidade, o ser humano tanto consome a realidade transformada em imagens (*reificação* do espaço), quanto procura preencher seu tempo vazio com o *fetiche* das férias e do lazer (*reificação* do tempo).

---

[5] A obra A sociedade do espetáculo data de 1967.

Mecanizado pela divisão social do trabalho, ele se sente no dever de se divertir, isto é, de consumir o seu tempo livre em espaços produzidos especialmente para isto (*reificação* do tempo e do espaço).

Em sintonia com o pensamento de Debord (1997), outro pensador que fornece base para a nossa discussão é Baudrillard (1995, 2004), uma vez que examina a sociedade contemporânea sob o prisma da *reificação* e aborda o processo de autonomização dos objetos.

Seu enfoque sobre o estatuto dos objetos na denominada sociedade de consumo representa uma chave fundamental para a compreensão dessa realidade. Em conformidade com a teoria de Marx sobre a *reificação*, o autor considera que os objetos adquirem uma autonomia e um domínio sobre os seres humanos.

> Hoje, os objetos se apresentam antes de terem sido adquiridos, antecipam-se à soma de esforços e do trabalho que representam, seu consumo por assim dizer precede sua produção [...] acham-se como que suspensos acima de mim, que os devo pagar. Não me acho mais dependente por meio deles da família nem de um grupo tradicional; em compensação, torno-me dependente da sociedade toda e de suas instâncias (ordem econômica e financeira, flutuações da moda, etc.) [...] Se antes, era o homem que impunha seu ritmo aos objetos, hoje são os objetos que impõem seus ritmos descontínuos aos homens (BAUDRILLARD, 2004, p.168).

Na visão de Baudrillard (2004), é preciso perceber os objetos enquanto um sistema de signos que traduzem os valores da atual sociedade. Tal abordagem nos encaminha para um exame dos novos objetos arquitetônicos, bem como das reapropriações de sítios históricos, enquanto um sistema de signos distintivos dessa sociedade.

Ao considerar o processo de autonomização dos objetos e estes como um sistema de signos, o autor teoriza sobre o processo de *redução semiológica*, fundamental para a nossa argumentação. Primeiramente, ele estabelece uma distinção entre as categorias de *símbolo* e de *signo*, para posteriormente, construir teoricamente tal fenômeno, que corresponde a passagem do *símbolo* ao *signo*.

Como nos indica, o *símbolo* pressupõe uma relação entre sujeitos, enquanto o *signo* é a abolição dessa relação. De um lado, o *símbolo* remete à ausência enquanto relação virtual de desejo entre seres humanos ou membros de um grupo social, de outro lado, o *signo* se refere apenas à ausência de relação e a sujeitos individuais separados.

Sobre essa distinção, Baudrillard (1995, p.54) acrescenta que o *símbolo*, numa sociedade ou num determinado grupo social, era dado ou trocado, já o *signo* é apropriado e manipulado como um código que rege o valor social.

> O que percebemos no objeto "simbólico" (o presente e também o objeto tradicional, ritual ou artesanal) é não só a manifestação concreta de uma relação total (ambivalente, e total porque ambivalente) de desejo, mas também através da singularidade de um objeto, a transparência das relações sociais numa relação dual ou numa relação de grupo integrada. O que percebemos na mercadoria é a opacidade das relações sociais de produção e a realidade da divisão do trabalho. O que percebemos na atual profusão de objetos-signos, dos objetos de consumo, é a opacidade, a imposição total do código que rege o valor social, é o peso específico dos signos que regem a lógica social das trocas.

Para o autor, o fenômeno de *redução semiológica* consiste no atual *fetichismo* do objeto, ou seja, este é esvaziado de sua substância e de sua história e reduzido ao estado de marca. Em sua visão, "[...] é a própria organização semiológica, a absorção num sistema de signos que tem por fim reduzir a função simbólica" (BAUDRILLARD, 1995, pp 92-93).

Sob essa ótica, considera que na sociedade contemporânea tanto o *valor econômico* quanto o *valor simbólico* são transformados em *valor signo*. Nesse processo, o *símbolo* é reduzido somente à sua mera aparência.

> De um lado e doutro, valor de troca econômico e valor simbólico perdem seu estatuto próprio e tornam-se satélites do valor/signo. [...] o valor simbólico converte-se em função estética, isto é, não representa mais do que um adorno por de trás da operação do signo... (BAUDRILLARD, 1995, p 117).

A partir da abordagem de Baudrillard (1995), compreendemos que o processo de *redução semiológica* significa a própria *reificação* do objeto simbólico. Conforme vimos, desde a primeira teorização do fenômeno de *reificação* por Marx (1998), este possui um duplo aspecto, isto é, tanto as relações sociais (aspecto subjetivo), quanto os objetos (aspecto objetivo) se *reificam*.

Nessa perspectiva, entendemos que o objeto simbólico que outrora representava um valor e era carregado de sentido para um determinado grupo social, agora perde a sua profundidade e se reduz a uma imagem, ou como diz

Baudrillard (1995, p.54), torna-se intransitivo (não mais transita) e, desse modo, autônomo.

> É a partir do momento (teoricamente isolável) em que a troca deixa de ser puramente transitiva, em que o objeto (o material da troca) se imediatiza, enquanto tal, que ele se reifica enquanto signo. Em vez de se abolir na relação que funda, e desse modo tomar o seu valor simbólico (como no presente), o objeto torna-se autônomo, intransitivo, opaco, e passa a significar, pelo mesmo fato, a abolição da relação. O objeto-signo já não é aquele significante movediço da falha entre dois seres; é a relação reificada (como noutro plano, a mercadoria é força de trabalho reificada).

Ao trazermos esse enfoque para a nossa discussão, percebemos em algumas cidades no contexto contemporâneo brasileiro, a predominância dos *signos* sobre os *símbolos*. Os símbolos tradicionais – as praças que constituem centros cívicos e espaços de sociabilidade, bem como as catedrais e as sedes das principais instituições - são desprezados e substituídos por *signos*. Estes são, recorrentemente, tanto imagens e ícones publicitários, quanto novos edifícios de autoria de arquitetos renomados internacionalmente (a denominada *arquitetura de grife*), os quais abrigam museus e centros culturais e evidenciam a apropriação da cultura e da história enquanto produtos.[6]

Contudo, a abordagem de Baudrillard (1995) sobre a *redução semiológica* torna-se fundamental, sobretudo, para o desenvolvimento do fenômeno central de nossa tese - a *reificação* do patrimônio -, que examinaremos na seção seguinte. Em nosso entendimento, em contextos históricos anteriores, o patrimônio constituía um *símbolo* da história e da cultura de uma sociedade ou de determinado grupo social, e hoje, passa a ser apropriado e manipulado enquanto *signo*, ou seja, código *fetichizado* num sistema de valores unificado pelo consumo.

Em proximidade com Debord (1997), Baudrillard (1995) também aponta para a omissão do mundo real pela imagem, ponto de convergência com a nossa

[6] Aqui, fornecemos o exemplo da cidade de Niterói no Estado do Rio de Janeiro, onde, por um lado , o centro histórico da cidade foi desprezado no âmbito das políticas urbanas dos últimos anos e, por outro, foi projetado e parcialmente edificado um novo centro cívico - o *Caminho Niemeyer* – com obras do arquiteto Oscar Niemeyer, tais como um museu, um teatro popular, uma catedral católica, uma igreja batista e uma estação hidroviária. Nesse sentido, enquanto o governo municipal procura construir uma nova imagem mercadológica para a cidade, cujo signo é o *Caminho Niemeyer*, com a finalidade de atrair o turismo nacional e internacional e novos investimentos econômicos, os antigos espaços centrais da cidade, como são os casos do Jardim São João e da Praça da República, encontram-se ameaçados do ponto de vista físico e simbólico.

discussão acerca de um espaço que se transforma em imagem/*signo.* Em sua visão, a imagem é evocadora. Todavia, cria um vazio, pois não passa de aparência. Ela oferece para, depois, decepcionar. É preciso, então, segundo ele, compreender a sua função de omissão da realidade, função de frustração.

Aqui, mais uma vez, encontramos uma aproximação com a nossa abordagem, na medida em que consideramos que, hoje, os espaços reconhecidos como patrimônio são produzidos e ofertados apenas enquanto imagem/aparência.

Assim como Debord (1997) e Baudrillard (1995, 2004) nos fornecem fundamentos para uma compreensão mais ampla da sociedade contemporânea, através de seu enfoque sobre o pós-modernismo, Jameson (1997) nos possibilita perceber o papel central da cultura nesse contexto, bem como as novas tendências de produção da arquitetura e da cidade.

Com base nas formulações do economista Mandel (1978 apud JAMESON, 1997) que em sua obra *O Capitalismo tardio* expõe os rumos do atual terceiro estágio do capitalismo, Jameson (1997) considera que este momento é marcado pela expansão global da forma mercadoria.

Pautado na visão marxista, Jameson (1997) afirma que o desenvolvimento tecnológico é um resultado do capitalismo e não uma instância determinante em si mesma. Nesse sentido, indica que é possível distinguir estágios da revolução tecnológica no interior do capitalismo e destaca a contribuição de Mandel (1978 apud JAMESON, 1997, p.61) ao definir três rupturas na evolução do maquinário no capitalismo:

> [...] a produção de motores a vapor a partir de 1848; a produção de motores elétricos e de combustão a partir dos anos 90 do século XIX; a produção de motores eletrônicos e nucleares a partir dos anos 40 do século XX [...]

Tal periodização fundamenta a tese central de Mandel (1978 apud JAMESON, 1997) de que houve três momentos no capitalismo, a saber: o capitalismo de mercado; o estágio do monopólio ou do imperialismo e o atual, denominado capitalismo tardio ou multinacional ou de consumo.

Para Jameson (1997, pp.22-23), não há uma ruptura, mas uma continuidade entre o capitalismo tardio e o estágio que o precedeu. Dentre as suas características, destacam-se:

> [...] a nova divisão internacional do trabalho, a nova dinâmica vertiginosa de transações bancárias internacionais e das bolsas de valores [...], novas formas de inter-relacionamento das mídias [...], computadores e automação, a fuga da produção para áreas desenvolvidas do Terceiro Mundo, ao lado das consequências sociais mais conhecidas, incluindo a crise do trabalho tradicional, a emergência dos yuppies e a aristocratização em escala agora global.

Com base em Mandel (1978 apud JAMESON, 1997), afirma que as pré-condições tecnológicas para o capitalismo tardio já estavam dadas no final da Segunda Guerra Mundial, a qual também teve o efeito de reorganizar as relações internacionais, acelerar a descolonização e lançar os alicerces para a emergência de um novo sistema econômico mundial. Entretanto, no âmbito cultural, as pré-condições se encontraram nas transformações sociais e psicológicas dos anos 1960.

Em sua visão, a cultura não pode mais ser entendida enquanto uma expressão autônoma de uma organização social, mas como a própria lógica do sistema capitalista. Fundamentado no esquema tripartite de Mandel (1978 apud JAMESON, 1997), adota uma periodização dos estágios culturais, respectivamente, correspondente àquela dos momentos do capitalismo, a saber: o realismo, o modernismo e o pós-modernismo.

Para Jameson (1997, p. 16), “o pós-modernismo não é a dominante cultural de uma ordem social totalmente nova [...], mas é apenas o reflexo e o aspecto concomitante de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo” e o que o distingue das fases anteriores é o fato de que as esferas econômica e cultural se encontram intimamente relacionadas.

Todavia, ressalta que, ao considerar o pós-modernismo como a dominante cultural desse terceiro estágio do capital, não quer dizer que exista uma homogeneidade cultural do campo social, e sim que, apesar da coexistência de forças heterogêneas e resistentes, estas são dominadas e anuladas por aquela.

Nesse sentido, Jameson (1997, p.74) reafirma a sua visão sobre o pós-modernismo, não como um estilo, mas enquanto a dominante cultural e a própria lógica do capitalismo tardio. Para ele, nesse contexto, ocorre uma explosão da esfera da cultura

> [...] até o ponto em que tudo em nossa vida social – do poder econômico e do poder do Estado às práticas e à própria estrutura da psique – pode ser considerado como cultural, em um sentido original que não foi, até agora, teorizado. Essa proposição, no entanto, é totalmente consistente com o diagnóstico anterior de uma sociedade da imagem ou do simulacro, e da transformação do 'real' em uma série de pseudoeventos.

E é justamente o seu entendimento sobre a posição central da cultura no sistema econômico e a concepção desta como um produto, que constitui o ponto de maior convergência com a nossa abordagem sobre uma *reificação* do espaço. Se para Jameson (1997, p.30), a lógica do capitalismo tardio é cultural e a cultura é mais um produto, a arquitetura e a cidade não poderiam escapar desse processo mercadológico de produção. Como nos diz: "a produção estética hoje está integrada à produção de mercadorias".

É nessa perspectiva que o autor examina os elementos constitutivos do pós-modernismo, dos quais destacamos os que se relacionam mais diretamente com a nossa discussão, a saber: o surgimento de um novo tipo de matiz emocional básico; uma falta de profundidade do espaço e um enfraquecimento da historicidade.

No que se refere ao primeiro elemento constitutivo – o surgimento de um novo tipo de sentimento básico -, Jameson considera que este costuma ser dominado por uma *euforia*. Em nosso entendimento tal *euforia* corresponde a um novo *modo de ser* dominante na atual sociedade, mais superficial e imediatista, típico da sociedade de consumo e que se traduz, nas palavras de Jameson (1997, p 14), como "uma prodigiosa alegria diante da nova ordem, uma corrida às compras".

Com relação ao segundo elemento constitutivo - uma falta de profundidade ou um "achatamento" do espaço -, o autor destaca que este não é meramente metafórico, mas ao contrário, se evidencia na cultura da imagem, destacadamente, na produção arquitetônica e da cidade. E como modo de explicar tal tendência, contrapõe a produção arquitetônica moderna à pós-moderna: enquanto na primeira se visava uma transformação utópica do mundo através da arquitetura, na segunda, não há uma preocupação com os conteúdos, mas estes "[...] são somente outras imagens" (JAMESON, 1997, p.13).

Além disso, em sua visão, no pós-modernismo, a alienação do sujeito, característica do estágio cultural anterior (o altomodernismo), é substituída pela sua fragmentação, o que suscita um dos temas mais em voga na contemporaneidade: o

da *morte do sujeito*. Para ele, o fim do sujeito determina o fim de muitas outras coisas e, dentre estas, o fim do estilo pessoal na produção cultural. No que tange à arquitetura, considera que o desaparecimento do sujeito individual e a sua consequência formal, a crescente inviabilidade de um estilo pessoal, conduz à prática quase universal do *pastiche* – a imitação de estilos mortos, a fala através de todas as máscaras estocadas no museu imaginário de uma cultura que agora se tornou global." Acrescenta ainda que essa situação conduz ao que os historiadores da arte denominam de *historicismo* – "a canibalização aleatória de todos os estilos do passado, o jogo aleatório de alusões estilísticas e, de modo geral, aquilo que Lefebvre chamou de primazia crescente do 'neo'" (JAMESON, 1997, p.45).

Contudo, ressalta que essa onipresença do *pastiche* é também compatível com "[...] esse apetite, historicamente original, dos consumidores por um mundo transformado em mera imagem de si próprio, por pseudo-eventos e por espetáculos (o termo utilizado pelos situacionistas)". É para esses objetos que, segundo ele, "devemos reservar a concepção de Platão do 'simulacro', a cópia idêntica de algo cujo original jamais existiu" (JAMESON, 1997, p.45).[7]

É nesse ponto de sua abordagem que percebemos uma congruência com a nossa discussão sobre uma *reificação* do espaço, isto é, a sua perda de profundidade, ou ainda, como nos apontou Debord (1997) e Baudrillard (1995), a sua transformação em imagem. Para Jameson (1997, p.45):

> [...] a cultura do simulacro entrou em circulação em uma sociedade em que o valor de troca se generalizou a tal ponto que mesmo a lembrança do valor de uso se apagou, uma sociedade em que, segundo observou Guy Debrod, em uma frase memorável, 'a imagem se tornou a forma final da reificação.

Acrescenta ainda que a lógica do *simulacro*, com a sua transformação da realidade em imagens, não só reproduz a lógica do capitalismo tardio, mas a reforça e a intensifica. Em sua visão o *simulacro* é uma forma cultural de vício da imagem que, ao transformar o passado em uma miragem visual ou em estereótipos, abole qualquer sentido de tempo e de um projeto coletivo.

No que se refere à produção arquitetônica pós-moderna, Jameson (1997) aponta para o papel preponderante da fotografia e a transformação da arquitetura

[7] É com base nesse conceito de *simulacro* que teorizamos adiante a figura arquitetônica do *espaço-simulacro*, que significa a imagem produzida de um passado, isto é, uma imagem inventada, na medida em que o passado é irreversível.

em imagem. Na mesma linha de pensamento de Baudrillard (1995), aborda a crise do *símbolo* e a transformação de documentos históricos em *antiguidades* ou peças de decoração *yuppie*. Tal discussão se relaciona diretamente com a nossa abordagem sobre uma *reificação* do patrimônio que, de *símbolo* de uma história e de uma cultura, se reduz a *signo*, imagem e objeto de consumo.

Para ele, essa nova lógica espacial tem um efeito significativo sobre a nova concepção de tempo e, em proximidade com Debord (1997), considera que a sociedade atual é privada de toda a historicidade. Ressalta, porém, que não se trata de uma indiferença quanto à história, e sim de uma nova concepção - o *historicismo*. Trata-se, pois, de "uma impressionante fixação com a imagem fotográfica, a qual é um sintoma tangível de um historicismo onipresente, onívoro e bastante próximo ao libidinal" (JAMESON, 1997, p.45).

A esse respeito, fornece o exemplo dos denominados *filmes de nostalgia* (ou *la mode rétro* como chamam os franceses), os quais não enfrentam a questão da *representação* do conteúdo histórico, mas abordam o passado através de uma conotação estilística. E acrescenta que hoje, por um lado, há uma incapacidade de se produzirem representações da experiência corrente e, por outro, se manifesta uma tendência de buscar a História através de *imagens pop* e dos *simulacros*. Para ele, o sujeito perdeu a capacidade de se organizar no tempo e a produção cultural nada mais é do que "um amontoado de fragmentos" (JAMESON, 1997, p.52).

Como exemplo de uma produção arquitetônica pós-moderna, a qual traduz as novas concepções de tempo e de espaço, Jameson (1997, p.139) aponta para a casa de Frank Gehry na Califórnia. Ao analisar a parte antiga da casa, nos diz que esta foi apenas *citada*, esvaziada de vida concreta, transformada em uma imagem e apropriada como uma Disneylândia. Acrescenta que nessa casa

> [...] é a realidade presente que foi transformada em simulacro pelo processo de envolvimento, ou citação, e tornou-se, desse modo, não histórica, mas historicista – uma alusão a um presente excluído de história real que poderia muito bem ser também um passado removido de história real.

Para ele, essa parte da casa se relaciona a outros fenômenos não só do campo da arquitetura, mas também da teoria e da arte pós-moderna – "[...] a transformação da imagem em simulacro, o historicismo como substituto da história, a citação, enclaves na esfera cultural, e assim por diante" (JAMESON, 1997, p.139).

Ao comparar a produção cultural do altomodernismo (estágio cultural precedente) com a do pós-modernismo nos diz que: enquanto no primeiro caso foi estabelecida a distância entre os seus autores (considerados gênios) e os seus leitores, no segundo momento, a produção cultural torna-se aberta a todos. Tal mudança, por sua vez, acarreta um problema, pois o que antes era uma obra passa a ser um texto ou uma citação aleatória. Com isso, Jameson (1997) aponta para uma transformação no modo de produção da cultura – antes, havia uma separação entre o autor e o leitor e, agora, há uma generalização da produção cultural, ou seja, esta adquire um caráter popular.

Sob essa ótica afirma que, dentre as manifestações culturais da contemporaneidade, é na arquitetura que se percebem as modificações mais claras em termos práticos e teóricos. Ao contrapor novamente o modernismo ao pós-modernismo, ressalta que no primeiro havia uma nítida fronteira entre a alta cultura e a cultura de massa, enquanto no segundo movimento, ocorre o apagamento desta. Ao trazermos tal abordagem para a nossa discussão, podemos considerar que o fenômeno que designamos por *reificação* do patrimônio ocorre justamente nessa lógica de apagamento da fronteira entre a alta cultura e a cultura de massa. No período histórico que antecede o pós-modernismo, o patrimônio era objeto, na teoria e na prática, de especialistas e eruditos, bem como o seu significado era transmitido e apropriado enquanto obra de arte e testemunho histórico e cultural. Já no contexto atual, o patrimônio de *símbolo* passa a *signo*, imagem e objeto de consumo massificado, no âmbito de uma concepção historicista de tempo e de espaço.

Não obstante os distintos enfoques dos autores examinados, compreendemos que, sob o viés da *reificação,* todos apontam para uma nova concepção dominante de realidade, na qual prepondera a aparência, a imagem ou a superfície. Nesse sentido, consideramos que o mais importante é perceber que, seja sob a perspectiva de uma inversão da realidade, de um processo de *redução semiológica*, ou ainda, de uma perda de profundidade do espaço e de um enfraquecimento do sentido de história, tais pensadores contribuem para a nossa teorização sobre uma *reificação* do espaço. Além disso, a partir desse aporte teórico, reforçamos a compreensão de que uma análise crítica sobre a produção do espaço na contemporaneidade é indissociável do exame do fenômeno de *reificação*, entendido enquanto a extensão e a intensificação do domínio da mercadoria a todas as esferas da vida.

Ao pautarmo-nos nessa visão e ao observarmos a realidade concreta, percebemos tendências de *reificação* do espaço no contexto contemporâneo. Dentre estas, interessa-nos perscrutar a *reapropriação de sítios históricos e reconhecidos como patrimônio*, não mais como *símbolos* de uma história e de uma cultura, mas enquanto *signos* da moda e de *status* social. É nessa tendência que identificamos o fenômeno central de nossa tese - a *reificação* do patrimônio -, o qual examinaremos a seguir.

2 **A *REIFICAÇÃO* DO PATRIMÔNIO**

Através do caminho teórico percorrido na seção 1, buscamos examinar como a *reificação* se revela na cidade e também, de algum modo, procuramos esboçar traços de sua manifestação no âmbito daquilo que se convencionou chamar de patrimônio.

Todavia, nesse momento, faz-se necessária uma intervenção no sentido de investigar a própria conceituação de *patrimônio* e suas especificidades no caso brasileiro. Convém aqui reiterar que o objetivo desta pesquisa não é exatamente uma análise histórica desse conceito, a qual pode ser encontrada em outros estudos desenvolvidos no campo da preservação do patrimônio. Diferentemente disso o que nos interessa é fazer emergir modos predominantes de concepção e de ação sobre o patrimônio.

Além disso, é importante ressaltar que não obstante o fato de este trabalho ter como processo central a *reificação* do patrimônio, não se limita ao campo disciplinar deste, mas procura transbordá-lo para um território mais vasto de discussão. E é aí que reside o nosso maior desafio: perceber o patrimônio não como algo que se encerra em uma área específica do conhecimento, mas que se estende a uma problemática mais ampla de produção do espaço. Desse modo, pretendemos examiná-lo tanto no contexto contemporâneo da globalização e de seus decorrentes processos de homogeneização cultural, quanto no que tange às singularidades do caso brasileiro.

Face ao exposto, estruturamos a presente seção em dois principais itens, nos quais procuramos abordar a noção de patrimônio, bem como a tendência contemporânea de *reapropriação de sítios históricos*, tanto em âmbito mundial, quanto no caso específico brasileiro.

2.1 VISÕES SOBRE PATRIMÔNIO

2.1.1 **Uma análise da noção de patrimônio**

Nesse primeiro momento procuramos fazer emergir modos representativos da concepção de patrimônio no panorama mundial. Para isso, tomamos como principais referências a obra *Alegoria do Patrimônio* de Choay (2006), que constitui uma pesquisa arqueológica dessa noção no contexto europeu, e, mais especificamente, na França; a obra *O patrimônio em processo* de Fonseca (2005), na qual desenvolve uma avaliação crítica sobre a trajetória desse conceito em âmbito mundial; e finalmente, os documentos internacionais de proteção ao patrimônio, que nos permitem perceber a transformação desse conceito em determinados momentos.

Para uma primeira compreensão do sentido de patrimônio, Choay (2006) considera necessário examinar duas noções anteriores, mas que lhe estão relacionadas: *monumento* e *monumento histórico*.

Por um lado o sentido original do termo *monumento* provém do latim *monumentum* que deriva de *monere* (lembrar), ou seja, aquilo que traz a lembrança de alguma coisa. Não se trata, porém, de uma informação neutra, mas de algo que provoca a emoção. Desse modo, *monumento* significa tudo aquilo que foi edificado por uma comunidade para rememorar ou fazer que outras gerações relembrem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. O *monumento* é em sua essência um dispositivo de segurança contra a angústia da morte e do aniquilamento. É também universal: sob suas diversas formas (obelisco, coluna, arco do triunfo, etc.), encontra-se presente em diversos contextos histórico-culturais.

Há, no entanto, segundo Choay (2006), uma progressiva extinção da função memorial do *monumento*, devido a duas causas. A primeira se refere à crescente importância atribuída ao conceito de arte desde o Renascimento, tendo sido o ideal de memória gradativamente substituído pelo ideal de beleza. A segunda causa consiste no desenvolvimento das *memórias artificiais*, como a imprensa, as técnicas de gravação da imagem e do som e a fotografia.

Nessa perspectiva a autora afirma que o *monumento* erigido com fins de rememoração está praticamente extinto em nossa época. Em sua visão à medida que as sociedades desenvolvidas dispõem de técnicas mnemônicas eficientes,

deixaram de edificar *monumentos* e transferiram o entusiasmo que despertavam para os *monumentos históricos*.

Quanto à origem do *monumento histórico*, Choay (2006) nos diz que esta deve ser procurada bem antes da aparição do termo que o nomeia. É no *Quattrocento* italiano que reside a gênese do *monumento histórico*, mas sob a designação de *antiguidades*, devido ao interesse exclusivo pelos edifícios e obras da Antiguidade. É nesse contexto que surge o projeto de estudar um edifício pelo fato de ser, simultaneamente, um testemunho da história e uma obra de arte. Entretanto, a autora destaca que esse olhar distanciado e esteta, despojado das paixões medievais, começou a ser construído desde a segunda metade do *Trecento* a partir das posturas dos humanistas e dos artistas.

Esse interesse pelas antiguidades, conforme nos indica, se estendeu pelos séculos XVII e XVIII, onde os eruditos europeus, chamados antiquários, passaram a buscar outros lugares com o intuito de encontrar vestígios das civilizações-mães da Grécia, do Egito e da Ásia Menor. Eles fizeram também o levantamento de ruínas romanas e gregas que ficaram no solo de seus respectivos países, bem como passaram a se interessar pelas próprias *antiguidades nacionais*.

Choay (2006) também nos aponta para o surgimento da figura do *museu* nesse contexto. Este recebeu seu nome na mesma época em que o *monumento histórico* institucionalizou a conservação material das pinturas, esculturas e objetos de arte antigos e preparou o caminho para a conservação dos monumentos arquitetônicos.

Acrescenta ainda que, assim como na Inglaterra houve um movimento de reação contra os vandalismos empreendidos aos monumentos religiosos durante a Reforma, na Revolução Francesa, se manifestou uma reação contra as destruições dos bens do Clero e da Coroa. É nesse contexto que foram consolidados o conceito de *monumento histórico* e os instrumentos de preservação (museus, inventários, tombamentos, etc.) a ele relacionados.

É nesse momento também que se encontra a gênese da noção central de nossa tese – a noção de *patrimônio*. Durante a Revolução Francesa os bens da Coroa, do Clero e dos emigrados foram expropriados e devolvidos à Nação, e a esse conjunto de bens foi concedido o nome de *patrimônio*.

Nesse contexto, segundo a autora, foram adotados dois tipos de medidas de proteção ao patrimônio, nas quais percebemos duas concepções distintas a seu

respeito. As primeiras medidas derivam de uma conservação *primária* ou *preventiva*, que refletem uma concepção econômica do patrimônio. Expropriados da Coroa, do Clero e dos emigrados, esses bens eram vistos enquanto valor econômico, e sob a pena de prejuízo financeiro, deveriam ser preservados. As segundas medidas provêm de uma conservação *secundária* ou *reacional*, cujos procedimentos são mais metódicos e finos e foram elaborados para enfrentar um *vandalismo ideológico*. Tais medidas estão relacionadas a uma visão educativa de patrimônio, que considerava os valores histórico e artístico.

Contudo a abordagem de Choay (2006) não se restringe a esses dois valores (econômico e educativo) atribuídos ao patrimônio, mas aponta para uma hierarquia destes no contexto da França revolucionária. Em sua visão, primeiramente, encontrava-se o valor nacional que legitimava todos os outros. Apesar de os monumentos terem pertencido aos poderes despóticos da Coroa e do Clero, havia, por parte de mentes esclarecidas, o reconhecimento de que os mesmos representavam a história e a arte daquela Nação. Em prosseguimento, estava o valor educativo, e depois, o valor econômico, o qual remetia tanto à função modelar desses bens em relação às manufaturas, quanto ao fato de atraírem visitantes. E por último, achava-se o valor artístico, na medida em que o conceito de arte ainda era impreciso e a noção de estética acabara de surgir.

De acordo com a autora o conceito de *patrimônio*, nesse contexto, transcendia as barreiras do tempo e do espaço. Na categoria de bens imóveis englobava as antiguidades nacionais, as greco-romanas e as obras contemporâneas.

Outro ponto importante que destaca é o fato de que, diferentemente da Inglaterra, onde a proteção era promovida pelas associações de antiquários, na França, a preservação do patrimônio ficou a cargo do Estado, através dos comitês revolucionários. Ressalta ainda que a legislação francesa de proteção ao patrimônio foi referência na Europa e depois no resto do mundo e, como veremos adiante, influenciou o caso brasileiro, o que será por nós analisado.

Todavia, Choay (2006) considera que após a Revolução Francesa a noção de *patrimônio* caiu em desuso e passou a prevalecer a noção de *monumento histórico* por todo o século XIX até a década de 1960, ou, mais precisamente, até 1964, data da redação da Carta de Veneza. Segundo ela é a fase de consagração do *monumento histórico* e este vasto período se justifica em virtude de uma unidade

quanto ao *status* adquirido pelo *monumento histórico* com o advento da industrialização. Nessa fase ocorre uma inversão dos valores que lhe são atribuídos e, pela primeira vez, os valores estéticos são privilegiados.

Em sua visão a consagração do *monumento histórico*, tanto na Grã-Bretanha quanto na França, aparece diretamente ligada ao aparecimento da industrialização. Entretanto, esse advento e as suas consequências são interpretados de modo diferente nos dois países. Daí resultam diferenças quanto aos valores atribuídos por um e por outro aos monumentos históricos. Apesar de a França ser um país de tradição rural, a industrialização foi vista com positividade, já a Inglaterra, a despeito de ter sido o berço da Revolução Industrial, manteve-se mais ligada às tradições, o que levou à manifestação de um movimento de *revival.* Nesse sentido, os franceses se interessaram pelo valor nacional e histórico dos edifícios antigos e tenderam a promover uma concepção museográfica dos mesmos, enquanto os ingleses viram os monumentos antigos como parte integrante do presente.

É nesse mesmo contexto que surge a noção, que muito nos interessa, de *patrimônio urbano*. Como nos indica Choy, até o século XIX, a proteção dos monumentos se limitava aos edifícios individuais e não considerava os conjuntos arquitetônicos e a malha urbana. Até então, "[...] a cidade não existe como objeto patrimonial autônomo" (CHOAY, 1996, p.176). Acrescenta ainda que a noção de *patrimônio urbano histórico* e o projeto de sua conservação surgiram na mesma época de Haussmann, porém na Grã-Bretanha, por iniciativa de Ruskin[8].

E acordo com a autora, anteriormente a esse período, tanto nas monografias eruditas, quanto nos estudos históricos, não havia referência ao espaço urbano. A conversão da cidade em objeto de conhecimento histórico foi motivada pela transformação urbana decorrente da Revolução Industrial. Os primeiros a estudá-la numa perspectiva histórica foram os arquitetos e engenheiros, fundadores da nova disciplina, a qual Cerdá[9] concedeu o nome de Urbanismo, em sua Teoria Geral de la Urbanizacion (1867)[10].

---

[8] John Ruskin (1819-1900), crítico e filósofo da arte. Dentre inúmeras obras, autor de *As Sete Lâmpadas da Arquitetura* (1849) e *As Pedras de Veneza* (1853).

[9] Ildefonso Cerdá (1815-1876), engenheiro, urbanista e político catalão responsável pelo plano de extensão e reforma da cidade de Barcelona (o *ensanche*), aprovado por ordem real, em 1859.

[10] Em complementação ao seu plano de expansão para Barcelona, Ildefonso Cerdá desenvolveu a Teoria Geral de la Urbanizacion, na qual procurou abordar a cidade em sua complexidade, enfocando aspectos espaciais, sociológicos, econômicos e administrativos. Nesse sentido, ele é considerado o primeiro urbanista no sentido moderno do termo.

Assim sendo, Choay (2006) considera que a noção de *patrimônio urbano histórico* constituiu-se na contramão do processo de urbanização dominante, através de três principais abordagens: a *memorial*, a *histórica,* que se manifestou em duas linhas (*de papel propedêutico* e *de papel museal*) e a *historial*.

A abordagem *memorial* surgiu na Inglaterra através da obra de Ruskin que reconheceu o valor da malha urbana e da arquitetura doméstica. Ele se recusava a admitir que a transformação do espaço urbano era uma exigência da sociedade ocidental pós-revolução industrial. Assim como Morris[11], Ruskin defendia a perpetuação da cidade pré-industrial, encerrando-a no passado e rompendo com o seu *devir* histórico.

Contrariamente a esse enfoque era a visão *histórica de papel propedêutico* de Sitte[12] que considerava, por um lado, o processo de urbanização de um modo positivo e, por outro, a cidade histórica como algo do passado. Todavia, a obra de Sitte que reúne essas ideias - *A arte de construir as cidades* - foi por muito tempo distorcida. Diferentemente de um olhar retrógrado que lhe atribuíu Le Corbusier[13], Sitte tinha como interesse, não o retorno ao passado, mas a qualidade estética da cidade antiga em comparação à desarmonia da cidade contemporânea.

A abordagem *histórica de papel museal*, defendida por viajantes, cientistas e estetas, concebia a cidade como um objeto raro e precioso e, assim como as obras de arte, deveria ser conservada fora do circuito da vida, no museu. Entretanto, essa figura de *museificação* da cidade antiga não deve ser confundida com a visão de *cidade-museu.* A primeira considerava a cidade enquanto uma totalidade singular e a segunda como um receptáculo de objetos de arte. Como Choay (2006) nos aponta, a perspectiva *museal* já trazia em si os questionamentos com os quais hoje nos deparamos sobre a compatibilização da vida dos habitantes locais com a preservação do patrimônio.

O enfoque *historial* configurava uma síntese e uma superação dos anteriores. Essa figura foi construída a partir da obra de Giovannoni[14] que atribuía simultaneamente um valor de uso e um valor *museal* à cidade antiga. Ele foi o

[11] Willian Morris (1834-1896), arquiteto, poeta, pensador e militante político inglês que defendia uma visão culturalista e nostálgica no que se refere às classes trabalhadoras.
[12]Camillo Sitte (1843-1903), arquiteto austríaco que defendeu a estética da cidade antiga.
[13] Le Corbusier (1887-19650), arquiteto franco-suíço, mentor intelectual do movimento modernista em arquitetura e urbanismo.
[14] Gustavo Giovannoni (1873-1943), arquiteto italiano, planejador urbano e historiador da arte. A partir do pensamento de Camillo Boito, Giovannoni consolidou a *Teoria do Restauro Científico* em seu texto intitulado *Restauri dei monumenti* de 1912.

primeiro a nomear a noção de *patrimônio urbano* e a considerar a preservação numa visão integradora, isto é, não restrita a um campo específico, mas estendida a um âmbito mais amplo de planejamento urbano. A sua teoria também antecipou as políticas de *áreas protegidas* que foram desenvolvidas na Europa a partir da década de 1960, bem como já contém as suas contradições.

Com base na análise de Choay (2006) percebemos que a partir do século XIX, tanto se consolida a noção de *monumento histórico* (enquanto testemunho histórico e obra de arte), quanto surge a noção de *patrimônio urbano* que reúne não só os monumentos isolados, mas também os conjuntos de arquitetura modesta e a malha urbana.

Outra referência que se faz importante em nossa investigação sobre o conceito de *patrimônio*, é a obra de Fonseca (2005), a qual contém uma análise das principais noções que envolvem esse campo disciplinar.

Ao examinar a evolução dessas noções a autora afirma que foi preciso que a noção de *monumento* em seu sentido moderno fosse formulada, enquanto testemunho histórico e artístico, para que a noção de *patrimônio* se convertesse em categoria socialmente definida. Fundamentada na obra de Choay (2006)[15], Fonseca (2005) considera que a noção de *patrimônio* surgiu no âmbito de um projeto de construção de uma identidade nacional no contexto da Revolução Francesa. Nessa perspectiva, a preservação como atividade sistemática só se tornou possível porque ao enfoque cultural se somaram um interesse político e uma justificativa ideológica.

No âmbito do século XIX, Fonseca (2005) ressalta os dois modelos dominantes de política de preservação: o modelo anglo-saxônico de valoração ética-estética dos *monumentos históricos* e o modelo francês que se desenvolveu em torno da noção de *patrimônio*, visando interesses políticos do Estado. Em sua visão, este último predominou entre os países europeus e foi exportado na primeira metade do século XX para a América Latina.

Dentre as abordagens sobre o *monumento histórico*, Fonseca (2005) destaca a de Riegl[16] em *O culto moderno dos monumentos* que contribui para o pensamento

[15] Cabe destacar que, neste trabalho, consultamos a 3ª edição em português da referida obra de Choay que data de 2006 e cuja 1ª edição em francês data de 1992.

[16] Alois Riegl (1858-1905), historiador da arte vienense que estabeleceu os princípios da história e da teoria da arte, tais como foram seguidos por H. Wöfflin, H. Sedlmayr, P. Frankl, e. Panofsky, etc. Em 1903, escreveu *O culto moderno dos monumentos*, no âmbito dos trabalhos de reorganização da legislação de conservação dos monumentos austríacos. Nessa obra estabelece princípios para a preservação histórica com base nos *valores* dos monumentos.

sobre a preservação no contexto atual, não como algo controlado pelo Estado, mas a partir do reconhecimento dos bens culturais pelos diversos estratos sociais. Ao apontar para a mobilização social como um fator fundamental para a preservação, Riegl não considerava o valor nacional, nem utilizava o termo *patrimônio.* Para ele essa mobilização não passava pela persuasão ideológica, mas pela via do saber.

Na visão de Fonseca (2005), tanto a abordagem de Riegl quanto a de Argan[17] se identificam com a noção ruskiniana de humanidade e de uma demanda social fundada em valores éticos e estéticos para justificar a preservação. Transcendendo a idéia de nacionalidade, essa demanda tem sido traduzida na atualidade através da noção de *direitos culturais*.

Sob essa ótica a autora aborda a ampliação da noção de *patrimônio* no século XX e a sua legitimação via *direitos culturais*. No bojo do patrimônio, são introduzidos bens referentes a segmentos sociais excluídos, “mas que passaram a ser objeto principal da história das mentalidades: os operários, os camponeses, os imigrantes, as minorias étnicas etc” (FONSECA, 2005, p.70). Destaca também o papel da antropologia no sentido de incluir esses novos bens no universo patrimonial.

Segundo Fonseca (2005) a concepção de preservação enquanto guarda de bens de valor excepcional para serem objetos de contemplação e de conhecimento é uma postura museológica, anacrônica e elitista e reafirma que essa visão vem sendo substituída pela noção de *direitos culturais*.

Acrescenta ainda que, se a noção de *patrimônio histórico e artístico* emergiu no âmbito da formação dos Estados-Nações e da ideologia do nacionalismo, sua versão atual enquanto *patrimônio cultural* exige a sua inserção tanto num contexto mundializado quanto nos âmbitos locais.

Como mais um fundamento para a nossa análise, tomamos os documentos internacionais de proteção do patrimônio cultural (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2004), dos quais destacamos três que consideramos representativos para o exame das noções-chaves desse campo disciplinar.

[17] Giulio Carlo Argan (1909-1992), historiador da arte italiano, cuja abordagem crítica relaciona a arte e a cidade. Em sua visão, uma política de preservação do patrimônio deve estar integrada a uma política urbana que considere globalmente os problemas da cidade.

Primeiramente selecionamos a Carta de Atenas de 1931 que constitui o primeiro documento internacional sobre a temática da preservação. Nesta carta prevalece a noção de *monumento histórico*, enquanto testemunho da história e obra de arte. Há também uma preocupação inicial com a vizinhança dos monumentos e uma indicação de preservação de algumas perspectivas *pitorescas* de certos conjuntos.

O segundo documento que destacamos é a Carta de Veneza de 1964 que utiliza a noção de *monumento histórico*, mas num sentido ampliado com relação à Carta de Atenas, compreendendo não só as edificações isoladas de valor excepcional, mas também os sítios urbanos e rurais, e as obras modestas. Há também nessa carta uma breve referência ao conceito de *patrimônio*, que suscita o sentido de totalidade dos monumentos.

Como terceiro documento representativo para a nossa análise, ressaltamos a Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural da Conferência Geral da UNESCO de 1972, que constitui o primeiro documento internacional a mencionar a noção de *patrimônio cultural* entendido como os monumentos, os conjuntos e os sítios urbanos, naturais e arqueológicos de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, etnológico ou antropológico.

Ao analisar esses documentos percebemos uma transformação dos conceitos relativos ao campo disciplinar da preservação: do uso da noção de *monumento histórico* na Carta de Atenas de 1931, para uma primeira referência à noção de *patrimônio*, enquanto totalidade dos monumentos, na Carta de Veneza de 1964, até a sua ampliação através da noção de *patrimônio mundial, cultural e natural* na Convenção de 1972.

Diante desse quadro fornecido pelas obras e documentos examinados, percebemos uma evolução tanto na noção de *patrimônio* quanto nas vias de sua legitimação. Todavia, não obstante tais mudanças, notamos nesses diferentes contextos uma unidade nos modos de concepção e de apropriação do *patrimônio.* Seja enquanto valor nacional, através de uma via ideológica do Estado no contexto da França revolucionária, que também influenciou períodos históricos subsequentes, seja em tempos mais recentes a partir de uma visão crítica e democrática de grupos e entidades que defendem os *direitos culturais*, prevalecia o sentido e a apropriação do *patrimônio* enquanto *símbolo*, ou seja, aquilo que revela uma maneira de conceber e de expressar o mundo a cada época.

Cabe ressaltar que não se trata de abordar esses diferentes contextos históricos como uma massa homogênea, mas de neles perceber os modos preponderantes de pensamento e de ação sobre o patrimônio. É sob essa perspectiva que trazemos um dos pontos centrais de nossa tese: na contemporaneidade, houve uma ruptura no sentido e na forma de apropriação dominantes do patrimônio. De *símbolo* da história e da cultura de uma determinada sociedade, o patrimônio passa a ser percebido e apropriado enquanto *signo* ou *imagem*, no âmbito de uma concepção historicista de tempo e de espaço.

Faz-se também importante esclarecer que utilizamos as noções de *símbolo* e *signo* fornecidas por Baudrillard (1995) no aporte teórico da seção anterior. Contudo consideramos que o mais relevante não é a nomenclatura dessas noções (a qual pode variar no campo da semiologia, conforme o autor), e sim perceber o fenômeno que se opera de uma mudança no regime simbólico e no plano concreto, no que se refere ao patrimônio. Desse modo, a ideia que procuramos desenvolver é a de que havia uma predominância de sentido e de ação sobre o patrimônio - arraigada à cultura e à história das sociedades -, e que mais recentemente, no contexto da globalização, há uma ruptura numa dimensão simbólica, a qual repercute nos modos concretos de sua apropriação. Trata-se, pois, de uma maneira imediatista e superficial de ver e de se apoderar do patrimônio, típica da sociedade de consumo, e que não remete a nenhum sentido de profundidade e de historicidade.

A partir de uma primeira observação da realidade concreta e valendo-nos, destacadamente, da teoria de Baudrillard (1995) sobre a sociedade contemporânea, consideramos que ocorreu um processo de enfraquecimento da concepção de patrimônio enquanto *símbolo* em detrimento de sua visão como *signo*, sendo esta condição inscrita no que designamos de *reificação* do patrimônio.

Tal fenômeno foi captado no bojo de uma tendência mundial de *reapropriação de sítios históricos reconhecidos como patrimônio*, a qual examinaremos a seguir, sob as interpretações de Baudrillard (2004), Choay (2006) e Jeudy (2005).

2.1.2 **A *reapropriação de sítios históricos reconhecidos como patrimônio*: uma tendência na contemporaneidade**

2.1.2.1 A busca pelo *objeto antigo* no enfoque de Jean Baudrillard

Na seção 1 vimos que Baudrillard (1995, 2004) aborda a sociedade contemporânea sob o viés da *reificação*. Em sua análise sobre o processo de autonomização dos objetos aponta para estes enquanto um sistema de signos distintivos da sociedade. Ao trazermos o seu enfoque para a nossa discussão, percebemos que tanto a produção de novos objetos arquitetônicos, quanto a apropriação de objetos do passado, traduzem os valores da atual sociedade.

Mas como o nosso maior interesse é pelo objeto histórico, reconhecido enquanto patrimônio, voltamo-nos para essa segunda tendência e perguntamos: o que leva à busca desses objetos na contemporaneidade?

A essa questão também Baudrillard (2004) nos ajuda a responder. Em sua obra *O sistema dos objetos* propõe uma análise sobre a procura pelo objeto antigo e aponta para duas motivações: a nostalgia das origens e a obsessão pela autenticidade. Enquanto a involução para as fontes é a regressão para a mãe, a exigência de autenticidade significa a busca do traço criador, da marca do pai.

Acrescenta ainda que, enquanto as camadas sociais menos favorecidas (camponeses e operários) buscam o objeto técnico que remete à modernidade, as classes mais abastadas procuram o objeto antigo, a ancestralidade. Trata-se, em seu entendimento, do mesmo imperialismo cultural que, de um lado, submete os povos primitivos por meio dos objetos técnicos e, de outro, domestica as culturas através dos objetos antigos.

Em sua visão crítica sobre a atual apropriação do objeto antigo, Baudrillard (2004, p.82) considera que este perdeu a sua sacralidade e a sua historicidade, uma vez que o passado é visto enquanto um repertório de formas. Para ele o objeto antigo tem uma *fraqueza crônica*, ou seja, tem

> [...] sempre o ar de estar sobrando. Por belo que seja, permanece excêntrico. Por autêntico que seja, tem sempre de certo modo um ar falso. E ele o é na medida em que se faz passar por autêntico em um sistema onde a questão não é mais absolutamente a autenticidade, mas a relação calculada e a abstração do signo.

Entretanto, diferentemente da contraposição que o autor estabelece na referida obra - entre a busca do objeto técnico pelas camadas sociais pobres e do objeto antigo pelas camadas abastadas -, na obra *Para uma crítica da economia política do signo*, relativiza o que chama de *gosto pelo antigo* e afirma que, por diversos motivos, diferentes grupos sociais procuram esse tipo de objeto. Ressalta, porém, que o mais importante é perceber que cada nível social procura o objeto antigo como forma distintiva de posicionamento na escala da sociedade. Nessa perspectiva é a lógica cultural da mobilidade que é preciso perceber.

> Será, pois, um fenômeno de classes privilegiadas interessadas em transfigurar o seu estatuto econômico em graça hereditária. Mas é também um fenômeno de camadas assalariadas médias que, através da compra de móveis rústicos (pouco importa se industriais) querem igualmente consagrar o seu estatuto relativo como promoção absoluta (em relação às classes inferiores). E será também um fenômeno de setores marginais – intelectuais e artistas – onde o gosto do antigo traduzirá mais a recusa (ou a filiação envergonhada) do estatuto econômico e da dimensão social, uma vontade de se situar fora das classes, alimentando-se, tal intento, na reserva dos signos emblemáticos do passado anterior à produção industrial [...] (BAUDRILLARD, 1995, p.27).

Assim como aponta para os motivos que levam os diversos grupos sociais a procurar o objeto antigo, Baudrillard (1995) nos indica também uma busca das classes abastadas pelo objeto natural. Esse ponto de sua abordagem nos interessa em especial pelo fato de que, em nossa pesquisa empírica sobre o fenômeno de *reificação* do patrimônio no contexto brasileiro (Parte II deste trabalho), examinaremos a reapropriação de um lugar que representa tanto um *objeto antigo* quanto um *objeto natural*: o sítio histórico de Trancoso, o denominado Quadrado, localizado no município de Porto Seguro – Estado da Bahia.

Sobre essa procura pelo *objeto natural* pelas camadas sociais abastadas, o autor nos diz que diferentemente das camadas menos favorecidas economicamente, que procuram se apropriar dos objetos envernizados e polidos que representam a limpeza e a proteção, as camadas mais ricas procuram os objetos naturais – o fosco, o selvagem e o negligente.

Acrescenta ainda que, enquanto em contextos históricos anteriores os *objetos polidos* foram *signos* culturais da burguesia, hoje, estes são estigmatizados como traços distintivos dos pequeno-burgueses que deles se apoderam. Nesse sentido, no

atual contexto, as classes abastadas se apropriaram dos valores de autenticidade e de despojamento – as paredes com revestimento irregular, os couros envelhecidos e as madeiras de demolição.

2.1.2.2. A *museificação* nas abordagens de Françoise Choay e Henri-Pierre Jeudy

Uma outra referência para a nossa investigação sobre a atual tendência de *reapropriação de sítios históricos* é a abordagem de Choay (2006), a qual considera a inserção do patrimônio no âmbito da indústria cultural. Nessa perspectiva examina o processo de transformação do patrimônio de *objeto de culto* (termo introduzido por Alois Riegl) a *objeto da indústria cultural* e afirma que, a partir da década de 1960, a palavra cultura se difunde e "perde seu caráter de realização pessoal, torna-se empresa e logo indústria". Nesse contexto o patrimônio adquire uma dupla função: "obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos" (CHOAY, 2006, p.211).

Na visão da autora, na atualidade se manifestam duas tendências de interesse pelo patrimônio, uma cujo signo é o respeito e a outra que tem como foco a rentabilidade. Porém, nessa obra ela se volta para a análise crítica dessa segunda tendência e aponta para algumas de suas modalidades, das quais destacamos uma que se relaciona mais diretamente com o nosso objeto de estudo - *cidades e conjuntos antigos*.

Nesse sentido, Choay (2006) destaca a contribuição da *Recomendação relativa à proteção dos conjuntos históricos e tradicionais e ao seu papel na vida contemporânea* adotada pela UNESCO em Nairóbi, em 1976, a qual defende um tratamento não *museal* dos sítios antigos, bem como reconhece o valor social do *monumento menor*. Em sua análise tal documento constitui um enfoque crítico sobre o patrimônio na medida em que se posiciona contra o processo planetário de *banalização* e *estandartização* das sociedades. Mas, a despeito desse avanço, a autora considera que as intervenções contemporâneas em sítios históricos seguem a perspectiva da indústria patrimonial a qual cria, de um lado, bairros e cidades históricas como objetos de consumo e, de outro, um mercado internacional para esses produtos.

Ressalta ainda, como efeitos perversos da indústria patrimonial, a expropriação dos habitantes locais e de seus modos de vida, e o fenômeno de *banalização*, já destacado por nós nas visões de Benjamin (1994) e Debord (1997):

> [...] em vez de contribuir para preservar as diferenças locais e conter a banalização primária do meio onde se vive, como esperavam os redatores da Recomendação de Nairóbi, a valorização dos centros antigos tende paradoxalmente a tornar-se instrumento de banalização secundária. Algumas cidades, assim como alguns bairros, resistem a isso, ajudados por sua dimensão, sua morfologia, suas atividades, pela força de suas tradições, pela simples riqueza que possuem ou pela sabedoria de suas autoridades. Outras começam a se assemelhar tanto entre si que os turistas multinacionais nelas se sentem em casa (CHOAY, 2006, p. 226-227).

A autora se aproxima também das abordagens de Debord (1997) e de Baudrillard (2004) ao se referir a uma demanda de lazer e a uma necessidade de *status*, por parte da sociedade contemporânea, em sua busca por sítios históricos.

Entretanto, a sua questão central diz respeito à *inflação patrimonial*, ou seja, uma ânsia de preservação de objetos do passado que se deu a partir da década de 1960. Ao considerar, nesse processo de acumulação de bens patrimoniais, que a sociedade procura construir uma *imagem da identidade humana*, utiliza a metáfora do espelho:

> E aí se encontra o nó da questão: o patrimônio histórico parece fazer hoje o papel de um vasto espelho no qual nós, membros das sociedades humanas do fim do século XX, contemplaríamos a nossa própria imagem (CHOAY, 2006, p. 240).

Sob essa ótica, procura investigar o que teria levado a sociedade atual a esse culto patrimonial e considera que a *inflação patrimonial* surgiu no contexto de uma revolução tecnológica, a partir do advento da eletrônica. Mas, ressalta que os novos instrumentos eletrônicos

> [...] requerem – de nosso corpo e particularmente de nosso cérebro, que substituem, dotando-os de poderes até então insuspeitados – uma interiorização, uma integração e uma assimilação que escondem sua necessária mediação e fazem deles próteses de um novo tipo (CHOAY, 2006, p. 241).

É nesse sentido que Choay (2006, p. 242) qualifica a nova revolução tecnológica de protética, pois este termo “permite salientar a multiplicação das mediações e das telas que, por força do uso das novas próteses, se postam entre os homens e o mundo, assim como os próprios homens”.

Nessa perspectiva, chama a atenção para a repercussão dessa nova tecnologia sobre as concepções de espaço e de tempo na contemporaneidade. As novas técnicas de transporte e de comunicação alteram o sentido tradicional de lugar, bem como levam à instantaneidade do tempo.

Ao avaliar o impacto dessa tecnologia sobre a arquitetura e a cidade, Choay (2006, p. 243) aponta para a consagração de um urbanismo de redes*,* isto é*,* “pela extensão, na escala dos territórios e do planeta, de redes de infraestruturas técnicas, associadas ao gigantismo das redes de telecomunicações”. Em seu entendimento, esse urbanismo configura uma nova lógica de produção espacial que se opõe à lógica tradicional de articulação dos espaços construídos e apresenta duas consequências negativas. A primeira se relaciona à arquitetura - os edifícios passam a ter um caráter autônomo, descontextualizados do seu entorno urbano -, e a segunda se refere à produção hegemônica de uma organização reticulada em detrimento dos espaços tradicionais articulados.

Diante desse quadro, a autora estabelece uma relação entre a *revolução protética* e a função narcisista do patrimônio. A *inflação do patrimônio* deve-se, então, a uma necessidade de construção de uma imagem como modo de proteção, em um momento de uma crise profunda de identidade em escala global. Contudo, ressalta que esse olhar para o espelho deve ser temporário, ou seja, o tempo suficiente para reassumirmos a nossa trajetória histórica. A insistência nesse processo pode significar uma recusa da realidade.

> Na sua função narcisista, o culto do patrimônio só é justificável por um tempo: o tempo de interromper simbolicamente o curso da história, tempo de tomar fôlego na atualidade, tempo de confortar nossa identidade antropológica a fim de poder continuar sua construção, tempo de reassumir um destino e uma reflexão. Passado esse prazo, o espelho do patrimônio estaria nos precipitando na falsa consciência, na recusa do real e na repetição (CHOAY, 2006, p. 248).

Em sua visão, os conhecimentos de construção de monumentos e de espaços articulados foram perdidos no atual contexto e para preencher essa lacuna,

se produz uma imagem patrimonial. Finalmente, como possível solução para esse impasse, Choay (2006) aponta para uma transposição, um atravessamento do espelho, ou seja, uma abordagem crítica sobre a questão patrimonial. Mas, em conclusão, considera que isso requer uma mudança mais profunda na própria visão de mundo.

Outro enfoque recente sobre esse processo de *reapropriação de sítios históricos* é o de Jeudy (2005) em *Espelho das Cidades.* No prefácio dessa obra Paola Berenstein aborda a questão da gestão patrimonial (ou seja, de sítios reconhecidos enquanto patrimônio) no contexto da globalização e aponta para uma tendência à homogeneização desses espaços, segundo um modelo mundial. Em sua visão, essa situação configura um paradoxo: cada cidade deve buscar a sua identidade, mas como esta é produzida artificialmente, de acordo com um modelo global, todas as cidades acabam se assemelhando. Para ela, a explicação para isso reside no fato de que este modelo de intervenção urbana visa o turista internacional e não o habitante local.

Como Berenstein nos indica, Jeudy (2005, p. 11) em sua obra aponta para dois casos mundiais extremos no que se refere à preservação do patrimônio – o oriental e o europeu -, enquanto que o caso brasileiro estaria numa posição intermediária entre os dois primeiros.

> A preservação do patrimônio urbano destaca-se hoje como uma das principais estratégias para a revitalização de certas cidades. Os casos orientais, principalmente das cidades japonesas – nas quais a questão do patrimônio não tem tanta importância, uma vez que as tradições ancestrais se mantêm vivas no cotidiano da população -, poderiam ser vistos, como sugere Henri-Pierre Jeudy, como um contraponto aos casos europeus, ou seja, à atual museificação e petrificação das cidades européias, que chegam a ser consideradas cidades mortas. O caso brasileiro parece estar entre esses dois 'modelos': patrimonialização européia e inexistência da noção de patrimônio (oriental), muito embora os procedimentos técnicos e práticos sejam, em sua maioria, uma simples importação do savoir-faire europeu.

Assim como Choay (2006), Jeudy (2005) utiliza a metáfora do espelho para enfocar o culto ao patrimônio e aponta para o processo de reflexividade como princípio das estratégias patrimoniais:

> A significação contemporânea do conceito de patrimônio cultural vem de uma reduplicação museográfica do mundo. Para que exista patrimônio reconhecível, é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja no espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura. É preciso que uma sociedade opere uma reduplicação espetacular que lhe permita fazer de seus objetos e de seus territórios um meio permanente de especulação sobre o futuro (JEUDY, 2005, p. 19).

Para Jeudy (2005), o dilema da gestão patrimonial no atual contexto encontra-se no fato de que o patrimônio se torna valor de troca e perde seu valor simbólico. Nesse ponto de sua abordagem, percebemos uma aproximação com o nosso enfoque acerca de uma *reificação do patrimônio*.

Em sua visão, o culto do patrimônio surge como um mecanismo de proteção à ordem simbólica que se encontra ameaçada no contexto da globalização, mas em contrapartida, se produz uma ordem simbólica artificial. Desse modo, lugares memoráveis são produzidos e expostos para que sejam reconhecidas as suas singularidades.

Contudo, para o autor, a gestão contemporânea do patrimônio só tem finalidade se estiver fundamentada numa vontade coletiva de reatualização permanente do passado. Assim sendo, o trabalho de rememoração tem o sentido de dever cívico e fonte de prazer para as massas.

Em seu entendimento, a resistência ao esquecimento, como mecanismo de proteção contra a ordem simbólica ameaçada, impôs uma objetivação da memória que se estendeu à própria vida social. Em proximidade com a nossa visão, o autor fala da imposição de um *cenário patrimonial.*

> [...] Enquanto o patrimônio dizia respeito à história tradicional das igrejas e dos castelos, ele deixava a memória totalmente livre de seus recortes e de seus retornos. A partir do momento em que incluiu a vida social em seu conjunto, passou a impor um arcabouço semântico prévio às manifestações da memória individual. E, sobretudo, parece ter realmente liquidado a conivência implícita que animava e fundava a memória coletiva. Esse arranjo era necessário? Dentro da perspectiva do dever de não esquecer, uma tal necessidade obteve força de lei. É preciso de fato admitir que a organização patrimonial coincide com ‘uma regulação ética’ do tratamento reflexivo das memórias coletivas (JEUDY, 2005, p. 31).

Nessa perspectiva, Jeudy (2005, p. 40) ressalta que as atuais estratégias de preservação não se restringem ao patrimônio urbano, mas se estendem às etnias e ao ambiente natural[18], levando a uma *museificação do vivo*:

> A exaltação da identidade étnica funda-se em uma consagração patrimonial. Tal qual um monumento histórico, a raça, o povo, a nação tornaram-se objetos patrimoniais. E a arma da gestão dessa transmissão é a museografia do vivo [...] Do parque natural à reserva de índios, o princípio permanece idêntico: as etnias, assim como as espécies em vias de extinção, devem ser protegidas, a fim de que a humanidade conserve o espelho de sua própria história. A demarcação da reserva e o museu respondem a essa mesma vontade de controle, em nome da preservação dos traços identitários [...] A ordem patrimonial consuma a pacificação dos conflitos étnicos no tempo presente, prosseguindo em sua lógica de reservas e de limitação dos territórios. Qualquer diferença cultural se tornará aceitável somente na medida em for musealizada. Como um valor flutuante que responde às necessidades da moda, a etnicidade permanece uma referência estável, uma vez que é a condição básica da museificação das culturas.

Finalmente, o autor considera que a globalização e a heterogeneidade cultural não constituem caminhos contraditórios, mas fazem parte de um mesmo processo. Segundo ele, o turismo em escala mundial procura garantir a heterogeneidade cultural através da museografia que se estende a todos os campos da vida. Sob essa ótica, o mundo é transformado em um grande *museu*. Nesse processo de *museificação*, Jeudy (2005) aponta para três etapas que são empreendidas: primeiramente, a extinção das culturas vivas; em segundo lugar, a sua *museificação*; e finalmente, a *reabilitação* da heterogeneidade cultural.

[18] A esse respeito, lembramos, dentre os diversos casos brasileiros, de duas reservas ambientais que se encontram ameaçadas através dos próprios mecanismos institucionalizados de proteção. O primeiro caso refere-se ao Parque Nacional da Serra da Canastra – MG, cuja delimitação e decorrente desapropriação de terras, desconsiderou a população local e os seus modos de vida. Nesse sentido, o parque que pretende preservar a natureza acaba por criar um ambiente artificial que configura um objeto de consumo de um turismo ecológico. O segundo caso é o da Pratinha – lago de beleza rara com águas transparentes localizado na Chapada da Diamantina - BA - que foi banalizado pelo chamado ecoturismo.

2.2 UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO NO CONTEXTO BRASILEIRO

2.2.1 **Os desdobramentos da noção de patrimônio no caso brasileiro**

No item 2.1.1 analisamos visões sobre o patrimônio no panorama mundial, procurando perceber o que havia de predominante em termos de concepção e de ação sobre este. Do mesmo modo, nesse momento, buscamos examinar as especificidades do caso brasileiro, no que se refere ao patrimônio.

Não obstante as diferentes fases de atuação da instituição federal de proteção ao patrimônio e, posteriormente, das instituições estaduais e municipais, buscamos identificar aquilo que as une, a fim de examinar a manifestação do fenômeno de *reificação* do patrimônio no contexto brasileiro.

Assim sendo, dividimos esse item em dois subitens, a saber: no primeiro, tratamos do período de 1930 a 1990, no qual compreendemos ter ocorrido uma predominância de concepção e de apropriação do patrimônio enquanto *símbolo*. A escolha desse recorte se justifica, por um lado, pelo fato de, no final da década de 1920 e nos anos 1930, terem se manifestado as primeiras ações de preservação do patrimônio brasileiro, e por outro, uma vez que consideramos a década de 1990 como um marco temporal em termos de mudança nos modos de ver e de se apoderar do patrimônio. No segundo subitem, examinamos o período mais recente, da década de 1990 aos nossos dias, cunhado pelo fenômeno da globalização, no qual observamos a referida ruptura no que tange ao patrimônio.

2.2.1.1 O patrimônio no Brasil de 1930 a 1990

Conforme vimos, no contexto europeu, desde o século XIX, se consolidaram duas principais correntes de concepção do patrimônio: a inglesa, por parte de intelectuais e artistas, que buscavam a perpetuação dos valores éticos e estéticos da cidade antiga, e a francesa, de iniciativa do Estado, que defendia a preservação do patrimônio enquanto *símbolo* da identidade nacional, numa perspectiva museográfica. Essa segunda tendência predominou na Europa nos séculos XIX e XX e influenciou diversos países, dentre os quais, o Brasil.

Desse modo, neste país, o interesse pela salvaguarda do patrimônio surgiu e prevaleceu por muito tempo, através de uma ação do Estado, no sentido de formação de uma identidade nacional.

Desde o final da década de 1920 já se manifestava no contexto brasileiro a preocupação com a preservação dos bens culturais. Antes mesmo da criação da instituição federal de proteção alguns Estados expressaram seu interesse em preservar o patrimônio como são os casos da Bahia (1927) e de Pernambuco (1928)[19]. Contudo, devido a entraves jurídicos, como a incompatibilidade de leis estaduais e federais, a preservação não pode de fato se efetivar.

Face a essa dificuldade, em 1930 o deputado baiano Wanderley Araújo Pinho apresentou ao Congresso Nacional um projeto de lei federal mas que, devido à Revolução, não teve continuidade. Três anos após a Revolução de 1930 surgiu a primeira lei federal sobre o assunto, o Decreto nº22.928, que constituiu um marco jurídico inaugural na preservação do patrimônio. Logo depois, a Assembléia Constituinte promulgou a nova Carta fundamental do Brasil que dedicava um capítulo à educação e à cultura, e no artigo 148 dispunha sobre a proteção dos "objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país [...]" (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1980, p.16). Assim sendo, nesse contexto, o patrimônio foi consagrado enquanto princípio constitucional, ou seja, a sua preservação era um dever e um direito do Estado e de seus cidadãos.

Diante disso, faltava somente a elaboração de uma legislação federal específica. Coube, então, ao Ministro da Educação e da Saúde, Gustavo Capanema (1934-1945), a iniciativa de criação de um novo projeto de lei federal referente à temática da preservação. Primeiramente, contou com a colaboração do historiador Luís Camilo de Oliveira Neto, que recomendou a adoção de "um plano geral visando a conservação e o aproveitamento dos monumentos nacionais" (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1980, p.21), mediante legislação adequada, criação de um órgão específico e de museus regionais. Tal recomendação foi precedida por uma justificativa que fazia referência às leis francesas e ao referido projeto de Wanderley Pinho, que não fora aprovado. Contudo, o Ministro considerou que a matéria exigia maiores estudos, e desse modo, em 1936, solicitou a Mario de Andrade que lhe apresentasse um projeto.

[19] A esse respeito ver Ministério da Educação e Cultura, 1980.

A partir da proposta de Mario de Andrade, Capanema tomou duas providências: primeiramente, solicitou à Câmara dos Deputados, onde tramitava o projeto de reorganização do Ministério da Educação, que aprovasse uma emenda incluindo na estrutura ministerial, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e em segundo lugar, pediu ao Presidente da República para colocar em prática esse novo serviço, em caráter experimental.

O segundo pedido foi logo aprovado e, em 1937, tal órgão foi oficializado. Mas, devido ao Golpe de Estado que dissolveu o Congresso Nacional, o projeto de lei federal específica sobre o patrimônio foi interrompido. Todavia, mesmo nesse momento de crise política, Capanema intercedeu junto ao Presidente Getúlio Vargas no sentido de submeter-lhe o projeto, o qual acabou sendo promulgado em 1937, através do Decreto-lei nº 25.

Em nosso entendimento, na década de 1930, por iniciativa do Estado e com base no modelo francês, se consolidou no Brasil a institucionalização do patrimônio, com traços de uma vanguarda-nacionalista, expressos através de seus principais expoentes, o Ministro Capanema e seus colaboradores, como Mario de Andrade, Lúcio Costa e Carlos Drumond de Andrade.

Ao longo desse período que estamos analisando – 1930 a 1990 – percebemos na atuação do antigo SPHAN (atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN) distintas fases, mas é possível também observar um fio que as perpassa, bem como as une às instituições estaduais e municipais criadas num contexto mais recente, no que se refere ao sentido e à ação sobre o patrimônio.

Assim sendo, inicialmente, examinamos as fases representativas de atuação do IPHAN, e num segundo momento, o surgimento das instituições estaduais e municipais, a fim de verificar o que as distingue e as unifica no que diz respeito ao conceito e à apropriação do patrimônio.

Primeiramente, no que tange à atuação do IPHAN, com base na fonte examinada (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1980), observamos três distintas fases, as quais destacamos a seguir:

Uma primeira fase, de 1937 a 1967, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, se caracterizou pela ênfase na salvaguarda de bens culturais móveis e imóveis isolados. Desse modo, como nos indica Luís Saia, um dos diretores regionais do SPHAN (1977 apud MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1980, pp. 29- 30), nesse período, a preservação de conjuntos urbanos permaneceu em

segundo plano e ocorreu de modo espontâneo, devido à estagnação econômica desses sítios.

> Reconhecem todos aqueles que vêm acompanhando a trajetória do órgão que esses primeiros trinta anos destacaram-se pela atividade em favor dos bens isolados, os quais foram estudados, documentados, consolidados e divulgados.(...)
> A intensa urbanização que ocorreu no Brasil, no início deste século, notadamente no Rio de Janeiro e em São Paulo e, depois, em algumas capitais estaduais, provocou a destruição de parte considerável dos acervos culturais dessas cidades, antes da criação do SPHAN. Assim, os núcleos e os acervos urbanos que se conservavam íntegros, na época da sua fundação, eram os correspondentes a cidades e bairros que, de alguma forma, haviam ficado estagnados, pelos mais diversos motivos. Entre estes, citaremos o empobrecimento da região, como ocorreu com os antigos núcleos setecentistas de mineração de ouro e diamante, tais como Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei, Tiradentes, Diamantina, Serro, em Minas Gerais; Goiás, Pilar de Goiás, em Goiás; Lençóis, Minas do Rio de Contas, na Bahia; ou aqueles ligados ao ciclo econômico da cana-de-açúcar, como Cachoeira, Santo Amaro, Jagaripe, na Bahia; Vassouras, no Rio de Janeiro, como centro principal do ciclo do café no século XIX. Alcântara, no Maranhão, e Aracati e Icó, no Ceará, integram-se também a esse grupo (1977 apud MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1980, pp. 29- 30).

Uma segunda fase, de 1967 a 1979, se distinguiu por uma ampliação no que se refere ao conceito e à atuação sobre o patrimônio, incluindo não só os sítios urbanos, mas também os modos de fazer e de pensar. Cabe, ainda, ressaltar a abordagem crítica da instituição sobre a industrialização e a urbanização que se desenvolviam no país naquele momento e que, se por um lado, traziam benefícios econômicos, por outro, colocavam em risco o patrimônio. Nessa perspectiva, o IPHAN solicitou apoio técnico a UNESCO, principalmente, no que se refere ao turismo cultural.

> A primeira solicitação nesse sentido foi ainda na gestão de Rodrigo M. F. de Andrade, quando então a UNESCO enviou ao Brasil em 1966/67 o Inspetor Principal dos Monumentos Franceses, Michel Parent, cujo relatório passou a representar documento básico para o assunto.
> A esse relatório seguiram-se outros, de caráter regional, como do arquiteto Viana de Lima sobre Ouro Preto, São Luís e Alcântara, o do arquiteto Limburg Stirum sobre Paraty, o do urbanista Shankland sobre o Pelourinho, em Salvador, todos eles consultores da UNESCO (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1980, pp.32-33).

Finalmente, uma terceira fase, de 1979 a 1990, também se constituiu de uma visão crítica sobre o patrimônio, mesmo que, na prática, em algumas situações, não

tenha logrado efetivamente se opor às forças da globalização que começavam a despontar. Nesse sentido, no início dessa fase, sob a direção de Aloísio Sérgio de Magalhães, notamos uma preocupação em tratar os sítios históricos, não sob uma perspectiva museográfica, mas considerando a dinâmica e o cotidiano da vida nesses lugares.

Além da trajetória de atuação do IPHAN sobre o patrimônio de valor nacional, é preciso também examinar o surgimento das instituições estaduais e dos órgãos municipais, respectivamente, a partir das décadas de 1960 e 1980. As instituições estaduais tiveram como foco os bens representativos dos Estados e ampliaram o bojo do patrimônio, incluindo bens naturais e de outros períodos históricos. Enquanto os órgãos municipais procuraram preservar a arquitetura e as ambiências urbanas de valor local.

Nesse movimento, destacamos as iniciativas pioneiras e modelares de criação, em 1964, do órgão estadual de proteção do patrimônio do Estado do Rio de Janeiro, a então Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico (DPHA), atual Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), e na década de 1980, do órgão municipal de proteção da cidade do Rio de Janeiro – o Departamento Geral do Patrimônio Cultural (DGPC) -, responsável pelos tombamentos municipais e pelas Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APACs), e do Escritório Técnico do Corredor Cultural, encarregado da preservação de áreas urbanas que integram o chamado *Corredor Cultural* (Lapa, Cinelândia, Praça XV, Largo São Francisco e imediações, e SAARA).

Diante desse quadro sintético da trajetória das instituições de preservação do patrimônio no Brasil, percebemos que, não obstante as distintas fases de atuação do IPHAN e os enfoques diferenciados das instituições estaduais e municipais, existem alguns aspectos que unificam esse amplo período (1930-1990), e que o contrapõe a um período mais recente, pós-década de 1990, a saber:

Primeiramente, influenciada pelo modelo francês (jurídico, teórico e prático), a preservação do patrimônio no Brasil foi uma iniciativa do Estado, aqui, entendido enquanto autoridade público-administrativa, em quaisquer das instâncias de governo.

Em segundo lugar, assim como no caso francês, no Brasil, foi o valor nacional que, por muito tempo, legitimou a preservação, ou seja, através dele se buscava a consolidação de uma identidade nacional. Também nas instâncias estaduais e

municipais é possível perceber a ideia de construção de uma identidade, mesmo que em nível regional ou local.

Finalmente, o terceiro traço característico (e é aqui que se torna nítida uma ruptura que ocorre a partir de 1990) consiste em que, apesar de em alguns momentos o valor econômico se manifestar na visão sobre o patrimônio, ele não era predominante e, por isso mesmo, foi possível efetivar a sua preservação. Nesse sentido, nas três esferas de governo, tanto os tombamentos de bens imóveis, quanto a proteção de sítios históricos, só foram empreendidos porque não havia por parte do Mercado significativo interesse econômico por esses imóveis e sítios, pois, de outro modo, teriam sido destruídos. Assim, consideramos que o patrimônio, nesse momento, constitui-se num valor *a-econômico*, o que lhe permitiu ser preservado.

2.2.1.2 O patrimônio a partir de 1990

Com base no que foi exposto no item anterior, desenvolvemos aqui a ideia de que a partir da década de 1990 há uma ruptura no que concerne ao sentido e à ação sobre o patrimônio. A escolha desse marco temporal se justifica por considerarmos que é a partir daí que o fenômeno planetário da globalização ganha extensão e se intensificam os processos de homogeneização cultural. É justamente nesse contexto que desponta o interesse econômico por imóveis e sítios (lugares, bairros, distritos e cidades) de valor histórico-cultural e se manifestam as primeiras intervenções arquitetônico-urbanísticas na lógica da indústria e do consumo culturais.

É importante, porém, dizer que não se trata de analisar esse período enquanto uma massa homogênea, e sim de perceber os modos de concepção e de apropriação do patrimônio em termos de dominância. Em nossa visão, de *símbolo* de uma sociedade ou de um grupo social, o patrimônio passa a ser apropriado, predominantemente, enquanto *signo* da moda e de *status* social.

Contudo, cabe ressaltar que não se refere a uma forma unânime de se conceber e de se apoderar do patrimônio, pois, em nosso entendimento, as instituições de preservação apresentam um olhar crítico sobre a globalização e seus efeitos perversos sobre os sítios históricos. Também não diz respeito a algo que ocorra em todos os sítios[20], e sim de uma tendência recorrente, no bojo da qual a

[20] Como exemplo de um sítio histórico brasileiro que resiste aos processos globais de homogeneização cultural, destacamos o caso de Ouro Preto – MG. Apesar de se desenvolver uma

dimensão simbólica do patrimônio se enfraquece, e este passa a ser produzido e consumido enquanto mercadoria. No contexto brasileiro, destacamos como exemplos a Cidade Baixa de Porto Seguro e o Pelourinho - Salvador, no Estado da Bahia; Paraty, no Estado do Rio de Janeiro, e Tiradentes, no Estado de Minas Gerais.

Em muitas dessas situações, o Estado não se encontra isento ou apartado desse modo de se apropriar do patrimônio. Mas, ao contrário, se une ao Mercado, enquanto um *parceiro*, com o intuito de empreender e incentivar as ações necessárias para a *revitalização* dos centros históricos, visando, prioritariamente, fins econômicos. Como caso emblemático, destacamos o Pelourinho, onde o Governo do Estado, juntamente com o setor empresarial, constituíram agentes da transformação urbana ali empreendida, a qual gerou não só danos físicos ao patrimônio, no sentido de sua descaracterização, mas também prejuízos irreparáveis de ordem sociocultural, com a substituição da população local por atividades elitizadas.

É nessa perspectiva que identificamos duas modalidades recorrentes de concepção e de apropriação do patrimônio, no atual contexto brasileiro - a *cenarização* e o *espaço-simulacro*. Em nosso entendimento, estas constituem duas tendências de um mesmo processo de empobrecimento simbólico, ou conforme desenvolvemos, de *reificação* do patrimônio. Passo a passo, procuramos construir teoricamente tal fenômeno, desde a análise inaugural de Marx (1998) sobre o conceito de *reificação*, passando por Lukács (2003), e posteriormente, estendendo-o à cidade, onde examinamos a sua manifestação contemporânea no campo do patrimônio cultural. A seguir, analisaremos, mais de perto, as duas tendências desse fenômeno que despontam no panorama brasileiro.

2.2.2 **A *cenarização* e o *espaço-simulacro* no quadro contemporâneo brasileiro**

No item 2.1.2.2, examinamos as abordagens de Choay (2006) e de Jeudy (2005) sobre a tendência atual de *reapropriação de sítios históricos*, na qual

---

forte vertente turística nesse sítio, este apresenta uma dinâmica própria e suas características físicas e vivenciais preservadas.

consideram que ocorre um processo de *museificação* das cidades em escala mundial.

Para Choay (2006) há uma *inflação patrimonial*, ou seja, uma ânsia de preservação dos objetos do passado devido a uma necessidade de construção de uma imagem, num contexto global de crise identitária. Na visão de Jeudy (2005), essa *museificação* ocorre como um mecanismo de proteção contra a ordem simbólica que se encontra ameaçada e, em contrapartida, se cria uma ordem simbólica artificial. Considera, ainda, que essa *museificação* não se restringe aos sítios urbanos, mas se estende aos sítios naturais e às etnias.

Em nosso entendimento os dois autores tratam da tendência atual de *reapropriação de sítios históricos* sob uma perspectiva crítica da indústria cultural e, desse modo, não só se aproximam, mas constituem fundamento para a nossa construção teórica sobre o fenômeno de *reificação* do patrimônio.

Todavia consideramos que a nossa abordagem se distingue em alguns aspectos do enfoque desses autores, a saber:

Primeiramente, Choay (2006) e Jeudy (2005) examinam mais detidamente o caso francês, enquanto debruçamo-nos sobre o caso brasileiro, a fim de perceber as suas singularidades. Em nossa visão, no contexto brasileiro, não há essa obsessão pela preservação, face a uma crise identitária ou uma resistência ao esquecimento, como ocorre no caso europeu, segundo as análises dos referidos autores. Diferentemente, o que ocorre aqui é algo mais superficial, imediatista, e até mesmo, frívolo, próprio da sociedade de consumo. Nessa perspectiva, a reapropriação de objetos e de espaços do passado é mais uma moda, dentre muitas outras que ainda estão por vir, assim como a dos objetos étnicos, naturais, pitorescos e populares.[21]

A partir dessa compreensão de que não se trata de uma motivação profunda (busca de identidade ou resgate da memória) que leva à procura por esses objetos e lugares, mas sim de algo mais superficial (consumo), consideramos que essa tendência de *reapropriação de sítios históricos* no Brasil não se manifesta através da figura da *museificação* (ou seja, da concepção da cidade enquanto obra de arte e testemunho histórico, a qual deve ser conservada enquanto *museu*), como nos foi apontado por Choay (2006) e Jeudy (2005), para o caso europeu.

[21] Aqui citamos o caso da favela da Rocinha na cidade do Rio de Janeiro que tem sido objeto de consumo de intelectuais, artistas e turistas, os quais não só frequentam, mas também compram ou alugam imóveis nesse lugar.

Em nossa visão, o processo que ocorre em sítios históricos brasileiros (como por exemplo, em Salvador, Paraty e Tiradentes) e em suas imediações consiste na criação de espaços, nos quais se procura produzir um passado imaginado. Nesse sentido, insere-se muito mais numa lógica do consumo e de seu produto correlato emblemático – o *shopping center* (agora sob uma versão *cult*) –, do que num processo de compulsão pela memória e de seu espaço correspondente - o *museu* -, como nos indicam Choay (2006) e Jeudy (2005) sobre o caso europeu e, mais especificamente, sobre o francês.

A esse respeito, pensamos também que a concepção de uma cidade enquanto *museu* pressupõe um conhecimento específico que propicie as finalidades de fruição e educação. Diferente disso o que percebemos no caso brasileiro tem muito mais relação com o que Jameson (1997, p. 14) fala sobre o pós-modernismo: "é apenas divertido: uma prodigiosa alegria diante da nova ordem, uma corrida às compras [...]", ou seja, trata-se da produção e do consumo de espaços antigos, e não de transformar a cidade histórica em um *museu* da memória. Assim consideramos que, para as tendências que se manifestam recorrentemente no caso brasileiro, não é apropriado o termo *museificação,* usado por Choay (2006) e Jeudy (2005)) e sim as figuras de *cenarização* e *espaço-simulacro*, as quais conceituaremos a seguir.

Cabe, contudo, reiterar que a despeito dessas distinções entre os casos europeu e brasileiro, tanto a obra de Jeudy (2005) quanto a de Choay (2006) contribuem para a nossa investigação na medida em que consideram o patrimônio no âmbito de uma lógica da indústria cultural e, desse modo, fornecem fundamentos para a nossa discussão acerca do fenômeno de *reificação do patrimônio*.

Após o exame da tendência atual de *reapropriação de sítios históricos* em escala mundial, e mais especificamente, no que se refere ao caso francês, e também, a partir da observação da realidade, é que teorizamos as duas modalidades desse fenômeno no quadro brasileiro – a *cenarização* de sítios históricos e a criação de *espaços-simulacro*.

A *cenarização* constitui uma apropriação de um sítio histórico e/ou natural concreto (bairro, distrito ou cidade) que rompe com a dinâmica própria do lugar e, em contrapartida, cria-se um ambiente cenográfico e artificial[22], voltado

[22] Aqui, o termo artificial é utilizado no sentido de dissimulado, disfarçado e fingido.

predominantemente para o consumo e o turismo. Nessa modalidade, não só os espaços se tornam *cenários*, mas as próprias pessoas que os frequentam tendem a encenar um *espetáculo cultural e/ou pitoresco.* Ao modo como esses espaços são produzidos e consumidos, somam-se ainda os eventos (culturais) de alcance nacional e internacional que procuram potencializar ainda mais a atratibilidade desses locais.

Como situações no contexto brasileiro que nos possibilitaram construir teoricamente a modalidade de *cenarização*, destacamos os casos das cidades de Paraty - RJ e de Tiradentes - MG, que configuram exemplos emblemáticos da *cidade histórica reificada* no âmbito de uma lógica do consumo, bem como o caso do centro histórico de Trancoso - o denominado Quadrado – município de Porto Seguro – BA , que constitui um exemplo paradigmático de apropriação de um sítio histórico típico de uma classe popular por grupos sociais de elite.

A outra modalidade que identificamos é o *espaço-simulacro* que consiste na reprodução de um sítio histórico e/ou natural. Além dos lucros obtidos na *cenarização* dos sítios históricos existentes, o Mercado empreende *duplicações* desses lugares, tanto em condomínios fechados, quanto em shoppings centers e pousadas, traduzindo a tendência atual de privatização do espaço e da tentativa de recortar a realidade ou de substituí-la por imagens. Assim, os sítios históricos já *fetichizados* são reproduzidos para um público mais restrito e elitizado que, em geral, prefere a cópia ao original e se enaltece do privilégio de usufruir de um sítio histórico e/ou natural particular.

Como situação estruturante para construirmos essa modalidade num plano teórico, destacamos o caso da Vila do Outeiro no Condomínio Outeiro das Brisas localizado na Praia do Espelho - distrito de Trancoso - que reproduz a configuração espacial e a tipologia das edificações do Quadrado.

Cabe ressaltar que, para fins de nossa investigação empírica, buscaremos examinar os casos do Quadrado e da Vila do Outeiro, respectivamente, no que concerne às modalidades de *cenarização* e de *espaço-simulacro*, por considerar que ambos, de modo complementar, encerram uma situação paradigmática da *reificação do patrimônio* no contexto brasileiro.

Finalmente, com base no exame da tendência atual de *reapropriação de sítios históricos* e, mais especificamente, no que tange ao caso brasileiro, é que formulamos a questão central da nossa tese: seja através da *cenarização*, seja do

espaço-simulacro, tal tendência é uma reafirmação do fenômeno de *reificação* da cidade, sob uma nova forma – a *reificação* do patrimônio.

De *símbolo* da cultura e da história, o patrimônio se reduz a *signo*: através da modalidade de *cenarização,* os sítios históricos passam a ser produzidos e consumidos enquanto *signos* de entretenimento e de *status* social, ou ainda, duplicados através dos *espaços-simulacro*, que constituem, em sua maioria, lugares privados, para um público mais restrito.

PARTE II – A *reificação* do patrimônio no contexto brasileiro – os casos do Quadrado e da Vila do Outeiro

Esta segunda parte constitui uma pesquisa empírica com o intuito de examinar o fenômeno que designamos de *reificação* do patrimônio no contexto brasileiro. Para o seu desenvolvimento, fundamentamo-nos no estudo teórico elaborado na primeira parte deste trabalho, o qual nos permitiu construir teoricamente o fenômeno de *reificação* do espaço e uma de suas manifestações atuais – a *reificação* do patrimônio -, bem como as modalidades de *cenarização* e de *espaço-simulacro*, recorrentes no âmbito brasileiro. Do mesmo modo, identificamos os casos do Quadrado e da Vila do Outeiro, ambos localizados no distrito de Trancoso – município de Porto Seguro – Estado da Bahia, como situações representativas de tais modalidades a serem examinadas em nossa investigação empírica.

Antiga aldeia indígena catequizada pelos jesuítas e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1974 no bojo do tombamento do município de Porto Seguro, o Quadrado, segundo Carneiro (AGOSTINHO; CARNEIRO, 2004), até essa década, pela dificuldade de acesso, permaneceu geograficamente isolado e apartado da vida contemporânea. As famílias que ali viviam descendiam de índios, negros e portugueses e constituíam uma comunidade, no sentido de compartilhar valores, crenças, práticas e hábitos. As relações sociais se pautavam, predominantemente, em laços de afetividade e não em valores econômicos, prevalecentes na sociedade capitalista.

De acordo Carneiro (AGOSTINHO; CARNEIRO, 2004), um primeiro contato significativo dessas famílias com a civilização contemporânea ocorreu nos anos 1970, com o advento dos hippies. Tratou-se, no entanto, de um encontro delicado e respeitoso. Esses jovens, alguns de famílias ricas de São Paulo e do Rio de Janeiro, buscavam nesse lugar um contato com a natureza e com eles próprios. Na década seguinte também chegaram pessoas de outros lugares que procuravam em Trancoso uma vida mais tranquila. Em sua visão, nessas duas décadas, houve uma grande interação entre as antigas famílias e as pessoas que vieram de fora.

Contudo, uma apropriação mais recente e decisiva para a atual configuração do Quadrado, e sobre a qual buscamos nos debruçar, se deu a partir dos anos 1990, por parte de grupos sociais de elite, em sua maioria paulistas. Tal movimento foi

também mais contrastante na medida em que, diferentemente dos hippies e de outras pessoas que chegaram nas décadas de 1970 e 80, as quais buscaram, em geral, uma integração com os habitantes locais e seus modos de vida, os grupos de elite se apropriaram desse espaço segundo uma lógica preponderantemente econômica.

Diretamente relacionado ao caso do Quadrado encontra-se o caso da Vila do Outeiro, no Condomínio Outeiro das Brisas, na Praia do Espelho, que configura a sua imagem refletida, como num espelho. Assim como aquele caso, este também constitui uma *fetichização* de uma imagem do passado. No entanto, ao invés de uma *cenarização* de um sítio histórico existente, trata-se de um *espaço-simulacro* que tem como referência a implantação e a tipologia das edificações do Quadrado.

A escolha desses casos deve-se tanto por constituírem exemplos representativos das duas modalidades, quanto por configurarem uma situação ímpar, ao se manifestarem num mesmo município, de modo relacional e complementar. Todavia, tal escolha também se justifica pelo fato de essa situação representar duplamente um modo *sui generis* de *fetichização*. Seja na *cenarização* do Quadrado, seja no *espaço-simulacro* da Vila do Outeiro, o passado *fetichizado* não é um passado que remete a acontecimentos históricos e/ou suas formas materializadas, tradicionalmente *reificado* pelas elites, através do consumo de *sítios históricos* enquanto *objetos do passado*[23], como nos casos de Paraty – RJ e, mais recentemente, de Tiradentes – MG. Diferente disso, trata-se da *fetichização* de um passado mítico, de um retorno às origens, de um reencontro com a natureza e com um modo primitivo de vida. Ademais, tal situação configura uma forma peculiar de *fetichização* na medida em que a elite se apropria de um lugar típico da classe popular enquanto um objeto de consumo e de *status* social.

Assim sendo, no contexto brasileiro, os dois casos configuram uma situação ao mesmo tempo *sui generis*, pela peculiaridade do *fetichismo* que os envolve, e representativa do fenômeno de *reificação do patrimônio* na lógica da indústria cultural e patrimonial.

Após esse primeiro enfoque sobre os dois estudos de caso, como ponto de partida e fio condutor desta etapa de trabalho, retomamos a nossa questão de que a

[23] A esse respeito ver Baudrillard (2004), o qual nos indica que as elites procuram consumir os objetos antigos como modo de ostentação de um *status* social, enquanto que as classes populares se identificam com os objetos modernos que apontam para uma tecnologia e uma temporalidade futura.

tendência atual de *reapropriação de sítios históricos* pode ser aparentemente entendida como um movimento de resistência à globalização e aos decorrentes processos de homogeneização cultural, mas conforme procuramos examinar constitui uma nova forma de manifestação do fenômeno de *reificação* do espaço – a *reificação* do patrimônio. Ao desdobrá-la, consideramos que a *reificação* do patrimônio, não somente não se opõe à globalização, mas a reitera ativamente.

Fundamentando-nos nessa questão, buscamos perscrutar se de fato, nos dois estudos de caso, se manifesta o fenômeno da *reificação* do patrimônio, sob as modalidades da *cenarização* e do *espaço–simulacro*. Para tanto, formulamos *a priori*, num plano teórico, traços característicos das duas modalidades, a fim de permitir a verificação de sua presença nas duas situações. Como modo de sistematizar a análise e a identificação de tais traços, separamo-los em duas dimensões de manifestação – concreta e simbólica -, mesmo considerando que essas se encontram intimamente imbricadas e se influenciam mutuamente.

No que se refere à modalidade da *cenarização*, observamos seis traços característicos, no plano concreto: 1) manifesta-se em um sítio histórico e/ou natural existente; 2) há uma transformação / exacerbação da imagem / aparência, através dos tratamentos empregados na arquitetura, destacadamente, nas fachadas dos imóveis; 3) não se limita à arquitetura, mas se estende ao novos tipos humanos que passam a habitar e frequentar o espaço, bem como a representar uma *encenação cultural e/ou pitoresca*; 4) o local onde se manifesta perde as suas singularidades físicas e vivenciais e passa a se parecer com outros lugares que sofrem o mesmo processo, transformando-se, assim, num *espaço-globalizado*; 5) há uma desagregação sociocultural manifesta, tanto através da saída dos habitantes locais e de uma ruptura com os seus valores e modos de vida, quanto pela introdução de uma nova lógica, preponderantemente econômica, voltada para o consumo e o turismo; 6) ocorre uma valorização imobiliária do lugar. Já no plano simbólico, identificamos dois traços: 7) o sítio considerado patrimônio histórico e/ou natural é *reificado*, reduzido a um *fetiche* / *signo* de *status* social e da moda; 8) essa modalidade está diretamente relacionada à modalidade do *espaço-simulacro.*

Quanto à modalidade do *espaço-simulacro*, percebemos seis traços, no plano concreto: 1) constitui a reprodução de um sítio histórico e/ou natural existente; 2) por ser uma cópia, não é um lugar processual e coletivamente constituído, mas sim projetado e construído num momento determinado e por certo agente social; 3) em

sua concepção, não se visa a integração com outros sítios urbanos e/ou naturais existentes, mas pretende-se construir um *espaço em si mesmo*, um *ambiente urbano e/ou natural em miniatura*; 4) tende a ser um espaço privado ou semi-privado, tal como shopping, pousada e condomínio; 5) há uma exacerbação da imagem na arquitetura, tanto através de um *fachadismo* – uma não correspondência entre exterior e interior -, quanto pelos tratamentos empregados nas fachadas. Em quaisquer das situações, o aspecto resultante é de uma simulação; 6) os tipos humanos que frequentam o lugar também simulam personagens e modos de vida. No plano simbólico, são dois os traços: 7) a *reificação* do lugar se manifesta na medida em que o mesmo é produzido, vendido e consumido enquanto uma mercadoria; 8) essa modalidade está diretamente ligada à modalidade da *cenarização.*

3 **A *CENARIZAÇÃO* DO QUADRADO**

Conforme vimos, nos traços característicos da *cenarização,* essa se manifesta em um sítio histórico e/ou natural existente, ou seja, num espaço processualmente constituído. Assim, para o exame do caso do Quadrado, por tratar-se de um sítio histórico e natural, procedemos à formulação de três recortes temporais que se caracterizam por distintos modos de apropriação material e simbólica do lugar, bem como por diferentes concepções da noção de patrimônio.

Desse modo, estruturamos a presente seção a partir desses três momentos, a saber: o primeiro é constituído por um largo período de tempo, desde as ocupações iniciais do território até um passado mais recente, já na segunda metade do século XX, caracterizado pela presença das famílias naturais do Quadrado; o segundo recorte se configura a partir do advento dos hippies e de outros viajantes, nas décadas de 1970 e 80; e finalmente, o terceiro consiste na apropriação do lugar por grupos sociais de elite, nos últimos vinte anos. É sobre esse último momento que recai o foco maior de nossa pesquisa e no qual buscamos examinar a modalidade da *cenarização,* através da identificação de seus traços.

3.1 PRIMEIRO MOMENTO: DAS OCUPAÇÕES INICIAIS DO TERRITÓRIO AO QUADRADO DAS FAMÍLIAS – IMAGEM DE CIDADE CELESTE E PATRIMÔNIO VIVO

Para a construção desse primeiro momento, fundamentamo-nos em Agostinho e Carneiro (2004), que nos fornecem antecedentes históricos da denominada *Região do Descobrimento*, a qual corresponde ao sul do Estado da Bahia, e onde se localizam o município de Porto Seguro e o distrito de Trancoso.

Como nos indica essa obra, nesse território, a partir de 1500, aportaram os portugueses e os jesuítas criaram aldeias em sítios ocupados por índios, com os objetivos de catequização e de povoamento. Foi assim que o Padre Azpilcueta Navarro e outros onze padres, por ordem de seu superior Manuel da Nóbrega, em 1555, penetraram nessas terras a procura de

> riquezas que justificassem a vinda de outros cristãos para povoá-la e de sítios protegidos dos Aimorés, índios bravos e carniceiros, que vagueavam pelos bosques como manadas de veados, nus, com os

> cabelos compridos como mulheres[...] (AGOSTINHO; CARNEIRO, 2004, p. 30).

Em suas andanças, guiados por um índio de sua confiança, encontraram a aldeia indígena de Itapitanga, núcleo originário de Trancoso, o qual Azpilcueta descreveu a seu superior, como um lugar místico de encontro entre índios de diversas aldeias:

> Direi alguma coisa do que passamos e vimos [...] Livramo-nos também de muitos perigos de índios contrários que algumas vezes determinaram matar-nos, principalmente em uma aldeia grande, num altiplano de frente pro mar, onde estavam seus feiticeiros fazendo feitiçarias. Estava pois nesta aldeia muita gente de muitas outras aldeias que era vinda às festas dos feiticeiros [...] aos quais, porque andam de uma parte a outra, fazem os índios grandes recebimentos, consertando os caminhos por onde eles hão de vir e fazendo grandes festas de comer e beber. [...] cada feiticeiro trazia na mão uma cabaça pintada, dizendo que aqueles eram os seus santos, os quais mandavam aos índios que não trabalhassem porque os mantimentos nasceriam por si, e que as flechas iriam ao campo matar a caça. [...] no meio de uma praça tinham feito uma casa grande, e nela outra mui pequena, na qual tinham uma cabaça figurada como cabeça humana mui ataviada a seu modo, e diziam que era o seu santo e lhe chamavam Ambozarai, que quer dizer pessoa que dança e folga e que tinha a virtude de fazer que os velhos se tornassem moços. Logo que chegamos houve entre eles algum alboroto. Mas um índio principal que ia conosco, mui bom homem, começou a fazer-lhe uma prática a seu modo, nos apresentando aos principais, com que sossegaram. Apesar disso não quizemos ahi demorarmos mais que aquella noite (AGOSTINHO; CARNEIRO, 2004, p. 30).

Mas somente em 1586 os padres retornaram a Itapitanga e fundaram uma missão jesuítica, batizada de Aldeia São João. A praça, em forma de retângulo, abrigava a igreja em uma das cabeceiras, conforme configuração típica dos aldeamentos jesuíticos.

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, no século XVIII, muitas missões foram transformadas em vilas, com nomes de vilas portuguesas. E assim, em 1759, o Rei Don José I tornou a Aldeia São João, Villa Nova Trancoso, e determinou a construção de uma Casa de Câmara e Cadeia de pedra e cal e de um pelourinho de madeira.

No início do século XIX, a abertura dos portos por D. João VI estimulou a vinda de viajantes estrangeiros para Brasil e, dentre esses, o príncipe alemão

Maximiliano Wied Newied que visitou a região e chegou a Trancoso, de jegue, pela praia, e sobre o qual escreveu:

> Rumamos para Trancoso. A maré estava na maior baixa. [..] Alguns índios, moradores esparsos das pequenas matas vizinhas, apanhavam moluscos para comer. Após uma caminhada de três léguas, atingimos o ponto em que um riacho se lança ao mar. É comumente conhecido por Rio Trancoso; porém na velha língua aborígene era chamado Itapitanga – filho das pedras – provavelmente porque vem de montanhas pedregosas: corre em um vale bastante profundo, rodeado de montanhas de cimos extensos e planos.
> Do lado sul se percebem as comas dos altanados coqueiros bem como o telhado e a cruz do convento de jesuítas de Trancoso. Alguns homens, indo adiante, conduziram-nos por um caminho escabroso até a Villa, onde nos alojamos, por esse dia, na casa da Câmara. A Villa possui cerca de 50 casas e 500 habitantes, todos índios, muitos dos quais de tez bronzeada muito escura, pois bem poucas famílias de portugueses aí residem, entre outros o padre, o escrivão e um mercador. As casas, então, estavam na maior parte vazias, porque os moradores vivem nas roças e se limitam a vir à igreja nos domingos e dias santos. A situação de Trancoso é deveras aprazível (AGOSTINHO; CARNEIRO, 2004, p. 38-39).

Ao longo do século XIX, a Vila se desenvolveu economicamente e, em 1888, reunia cerca de 1.461 habitantes. Por breve período, foi transformada em município, mas segundo escritos de um dos poucos moradores letrados de Trancoso, a partir de 1895, entrou em um processo de decadência econômica e de esvaziamento populacional. Em 1927, o município perdeu a sua autonomia política, sendo extinto e anexado, como distrito, ao território de Porto Seguro.

No que se refere aos modos de vida que se desenvolveram em Trancoso, num passado mais recente, a partir da segunda metade do século XX até a década de 1980, Carneiro aponta para um espaço ocupado por famílias, onde prevalecia um sentido de comunidade, caracterizado pelo compartilhamento de valores, crenças, hábitos e práticas.

> As gentes de Trancoso viviam em comum, no alegre ritmo da vida que sempre vence, e era uma coisa muito boa, pura solidariedade, e isso praticamente acabou – reagir como aldeia. Quando acontecia alguma coisa com alguém, cada pessoa respondia imediatamente e todo o mundo estava envolvido. Alguém chamava, o primeiro que ouvia largava tudo e ia correndo. Era uma verdadeira comunidade. Você vivia pra fulano e fulano e fulano pra você. E era só chegar e o acolhimento era tanto e tão intenso que em cada viajante brotava um desejo de repartir. Trocavam tudo. Não tinha esse negócio de

> trabalhar por diária, trabalhar pro outro: trocavam era dia. No dia que tinha o adjunte [...] Depois, outro ia plantar uma roça [...] Essa ajuda mútua era inspirada também, claro pela excitação proporcionada pela festa.
> [...]
> Ao sabor dos ciclos da vida e do tempo das festas, o roceiro espera a estação das chuvas, o pescador acompanha o movimento das marés, a mulher panha água, lenha, cozinha, e vai parindo um filho a cada ano... Seja pelas terras que têm, pelo respeito que impõem, ou simplesmente, pela graça de viver, nomes, sobrenomes e apelidos vão fazendo história ao longo dos séculos e se tornando os principais do lugar, constituindo as famílias tradicionais de Trancoso: são os Vieira, os Lima, os Domingues, os Alves [...] (AGOSTINHO; CARNEIRO, 2004, pp. 46-47).

Outra fonte de pesquisa que constitui um testemunho sobrevivente e emblemático desse primeiro momento, no que tange a um passado recente, antes de um contato mais significativo com a civilização contemporânea que se processou a partir da década de 1970, é o depoimento de uma moradora e descendente das antigas famílias do Quadrado. A sua fala remete a um lugar que constitui uma totalidade, um mundo: “Parece que você entra em Trancoso e está em outro país. É um país dentro do Brasil.”[24]

Também suscita a ideia de um lugar mítico, a imagem de cidade celeste, com casas de um lado e de outro, e um jardim no centro: “Você olhava de um lado para o outro e não via as casas. O Quadrado era um bosque com muitas árvores, não tinha esse gramado.”[25]

Seu depoimento retrata, ainda, a integração ocorrida entre as antigas famílias e as pessoas que chegaram na década de 1970, em contraposição à relação estritamente capitalista dos atuais ocupantes do Quadrado.

> As pessoas que vieram na década de 70 pareciam de uma mesma tribo, falavam o mesmo idioma. Os de hoje tem uma relação mais capitalista. Eles não estão olhando pelo lado espiritual e Trancoso é um lugar espiritual. Trancoso não é um lugar para trabalhar e ganhar dinheiro. É um lugar para se viver bem; ganhar o suficiente para viver.[26]

[24] Depoimento de antiga moradora do Quadrado que permaneceu. Ver Entrevista 12, em APÊNDICE E.
[25] Depoimento de antiga moradora do Quadrado que permaneceu. Ver Entrevista 12, em APÊNDICE E.
[26] Depoimento de antiga moradora do Quadrado que permaneceu. Ver Entrevista 12, em APÊNDICE E.

Com base nessas fontes de pesquisa, entendemos que, em um passado mais recente, o Quadrado se caracterizava, num plano das relações sociais, pela presença das famílias, onde prevalecia um espírito de comunidade, e num plano simbólico, por uma imagem de cidade celeste – um modelo de perfeição, em termos de forma e conteúdo.

Em nossa visão, nesse primeiro recorte temporal, o reconhecimento do Quadrado enquanto patrimônio era inexistente, no sentido institucionalizado, enquanto *símbolo* da história e da cultura de uma sociedade. Contudo, a preservação de tradições e costumes, de formas de fazer e de pensar se processava espontaneamente, de geração para geração.

3.2 SEGUNDO MOMENTO: O QUADRADO DOS HIPPIES E DE OUTROS VIAJANTES – PARAÍSO PERDIDO E PATRIMÔNIO INSTITUCIONALIZADO

Para a formulação desse segundo momento, baseamo-nos inicialmente no exame do primeiro volume do Processo nº 800-T-68 de tombamento de Porto Seguro – BA, localizado no Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN – Rio de Janeiro – RJ.

Esse processo é constituído de 4 volumes, a saber: o primeiro trata do tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade alta de Porto Seguro, de 1968; o segundo se refere à extensão do tombamento a todo município, incluindo os remanescentes de aldeamentos jesuíticos, e dentre esses, o Quadrado de Trancoso, de 1974; o terceiro e o quarto dizem respeito à rerratificação de tombamento, ou seja, à redefinição da área tombada, de 2000.

Através da consulta ao primeiro volume, buscamos verificar os valores dominantes na época do tombamento, traduzidos no modo de reapropriação desse território, bem como na própria concepção de patrimônio.

Tal volume se inicia com o Ofício do Prefeito de Porto Seguro, Adelar Maria de Andrade, encaminhado ao Ministro da Educação, Dr. Clóvis Salgado, no qual alegava os poucos recursos do município e solicitava a proteção dos monumentos históricos – o Marco da Descoberta; duas fortalezas; quatro igrejas – Misericórdia, São Benedito, Nossa Senhora da Pena e Nossa Senhora da Ajuda – e um velho casarão. A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN – acatou a referida solicitação e José Souza Reis sugeriu um tombamento do conjunto

arquitetônico. Na carta do chefe do 2º Distrito da DPHAN, Godofredo Filho, ao Diretor Geral dessa Diretoria, Rodrigo Melo Franco, é descrito o estado de atraso e de isolamento em que se encontrava o município de Porto Seguro, bem como a situação de abandono, na qual se achava a cidade alta:

> E, ainda hoje, permanece como uma espécie de terra abandonada, um simulacro de cidade, morta mas ilustre pelo seu passado e monumentos salvos, graças ao esquecimento a que foram relegados [...] (Processo nº800-T-68 de tombamento de Porto Seguro – BA, Vol. 1, fl.07).

Na justificativa de tombamento de Paulo Ormindo David, representante da DPHAN, é mencionada tanto a importância de proteção legal do conjunto da cidade alta, quanto a oportunidade de o município tomar um novo impulso econômico propiciado pela sua vocação turística e pela abertura da rodovia Rio- Bahia.

> Se estas igrejas, assim como a belíssima Casa de Câmara e Cadeia, atualmente só cadeia, ainda não desapareceram é graças a interferência desta Diretoria em 1941, o que nos leva a pensar na conveniência de um tombamento de conjunto da cidade alta.
> [...]
> É oportuno lembrar que com a nova rodovia Rio-Bahia, que passa no município de Porto Seguro, e já se encontra bastante adiantada, poderá a cidade tomar um novo impulso principalmente como balneário dos habitantes do norte de Minas, o que já vem ocorrendo em pequena escala, apesar das quase inexistentes ligações rodoviárias (Processo nº800-T-68 de tombamento de Porto Seguro – BA, Vol. 1, fl.14).

Ao analisarmos os discursos dos representantes da DPHAN constantes nesse primeiro volume, percebemos tanto uma visão de patrimônio enquanto testemunho histórico, quanto a valorização, não só dos bens culturais isolados, mas também do conjunto urbano. Identificamos ainda uma preocupação com o aspecto econômico, através da ênfase dada ao isolamento físico e ao atraso de desenvolvimento, bem como ao potencial turístico da região.

Por outro lado, nos discursos dos representantes do poder político, identificamos outras duas concepções de patrimônio: enquanto *museu* (lugar significativo ou que reúne objetos representativos da história e da cultura de uma sociedade) e enquanto *símbolo da identidade nacional*. Cabe destacar que esses dois sentidos de patrimônio não eram desvinculados, mas se reforçavam

mutuamente. A *cidade-museu* era o lócus do passado, mas não se tratava de qualquer passado, e sim daquele representativo do poder estatal. O município de Porto Seguro e, mais especificamente, os monumentos da cidade alta, representavam o *berço do Descobrimento* e a sua preservação veiculava a afirmação de um poder político.

No período da ditadura militar, havia a necessidade por parte dos dirigentes do Estado de uma autolegitimação e a preservação do patrimônio nacional conotava os sentidos desejados de permanência e solidez. O patrimônio representava, então, um conjunto de referências que testemunhavam uma história e uma civilização, bem como identificavam e unificavam a Pátria. Esse patrimônio reconhecido pelos militares era aquele capaz de afirmar os valores que lhes eram caros. A proteção legal da cidade-alta de Porto Seguro significava a remarcação do território que deu origem à Nação e reforçava o seu papel político de *salvadores da pátria* e de *mantenedores da ordem e do progresso*. Assim sendo, o tombamento se justificava como um modo de reconhecimento e de valorização de um sítio crucial para a afirmação da identidade nacional e do poder político da época.

Esse duplo sentido de patrimônio, na concepção do poder estatal, pode ser percebido, destacadamente, no Relatório da Interventoria Federal de Porto Seguro encaminhado ao Presidente da República Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, no qual é sugerida a transformação de Porto Seguro em *território federal* e *cidade-museu.*

> É ao Governo Federal que compete a guarda das relíquias da Pátria e o culto das coisas e dos Manes do passado, como à semelhança do que se tem feito em outros países das Américas, de referência a cidades idênticas, considerando-as como um Território Federal ou Parque Nacional, ou ainda Cidade-Museu, com um Interventor nomeado pela Presidência da República, pois assim procedendo estaremos realizando um ato do mais alto patriotismo (Processo nº800-T-68 de tombamento de Porto Seguro – BA, Vol. 1, fl.46).

Em uma passagem desse documento, os sentidos de *museu* e de *símbolo da identidade nacional* aparecem reunidos numa só expressão – *museu vivo da Pátria*: “O que não é possível é deixar-se à sanha das vaidades dos maus políticos o Patrimônio Histórico, o museu vivo da Pátria que é, em verdade, o berço do Brasil – Porto Seguro” (Processo nº800-T-68 de tombamento de Porto Seguro – BA, Vol. 1, fl.46).

No parecer de Péricles Leão, constante no referido relatório, aparecem manifestos tanto o interesse pelo aspecto turístico do lugar, quanto a dupla concepção de patrimônio – *cidade-museu* e *símbolo da pátria*:

> Há mais de um ano estive nessa cidade. Surpreendi-me. Foi um dos recantos mais lindo e profundamente determinante do meu acentuado amor a história pátria. E pelo tudo que vi e senti cresceu o desejo de transformar a cidade no mais belo centro turístico das Américas Latinas e no maior centro turístico, digo de pesquisa e estudo da história do Brasil.
> [...]
> Ela é, antes de tudo, uma cidade museu. Panoramas, praias encantadoras, [...], os seus monumentos históricos, casario colonial [...] (Processo nº800-T-68 de tombamento de Porto Seguro – BA, Vol. 1, fl.50).

Percebemos, também, nesse parecer, a ênfase dada pelo poder estatal à implementação de redes de comunicação, com o intuito de abarcar e unificar todo o território nacional e, com isso, garantir um controle político:

> O adiantamento da BR-5 (atual BR-101), a futura BR-48, ligando Coroa Vermelha – Porto Seguro e Brasília; o sistema de comunicação aérea, através da Cruzeiro do Sul e marítima pelos serviços de cabotagem da Companhia de Navegação Bahiana, constituem as artérias desse coração do Brasil.
> [...]
> Medida das mais acertadas foi a nomeação de um interventor, por V.Exa. recaída na pessoa do 1º Tenente Reformado – Jonathas Ribeiro, da Nossa Marinha de Guerra, que se assessorou de um professor, poeta, escritor e advogado, o Bel. Weldon Americano da Costa.
> Acredito mesmo, Exmo. Sr. Presidente, que há necessidade urgente de uma intervenção permanente, pela mesma pessoa do atual Interventor, até que se processe a declaração por Ato de V. Exa. em decreto convertendo Porto Seguro – TERRITÓRIO NACIONAL.
> [...]
> Entretanto, esperamos suas ordens, obedientes ao são patriotismo que nos impele a esse monumento nacional que desejamos erguer, dentro de toda comunhão do movimento revolucionário de 64, e certos que estamos solidários com seus atos pois como bom brasileiros somos soldados de V. Exa (Processo nº800-T-68 de tombamento de Porto Seguro – BA, Vol. 1, fl.56).

Outra fonte de pesquisa que nos fornece subsídios para compreender o momento em questão é a já referida obra de Agostinho e Carneiro (2004), a qual nos indica que toda a região do sul da Bahia permaneceu, por muito tempo, geográfica e economicamente isolada do restante do país. Na década de 1970, no contexto

político da ditadura militar, no qual uma das principais metas era a integração nacional, através da construção de estradas, foi inaugurada a BR-101 que constituiu o primeiro impacto modernizante na região.

Segundo a citada fonte, nessa mesma época, em busca de uma ruptura com o sistema vigente, chegaram em Trancoso alguns viajantes, em sua maioria hippies, os quais buscaram se integrar com as antigas famílias, que ainda guardavam a língua e os costumes dos séculos XVIII e XIX. Conforme nos diz Carneiro (AGOSTINHO; CARNEIRO, 2004), havia um espírito de comunidade que marcava a vida dos habitantes do Quadrado, o qual foi sentido e respeitado pelos recém-chegados. Essa obra retrata, justamente, esse encontro entre as antigas famílias e os viajantes da década de 1970, respectivamente, chamados *nativos* e *biribandos*, como explicita a autora, em seu prefácio:

> Consideramos nativos os moradores do território da antiga aldeia índia – o atual Quadrado – no momento do redescobrimento (1970-1982), pertencentes às famílias tradicionais, ligados por afinidades, valores, costumes e hábitos comuns. Quanto aos biribandos, assim chamados de forma afetiva, são aqueles jovens viajantes reconhecidos pela memória nativa como os primeiros (AGOSTINHO; CARNEIRO, 2004, p. 18).

Em sua visão, esse encontro se caracterizou por uma troca generosa de culturas e valores:

> Os jovens viajantes chegaram com a intenção de viver e deixar viver. Nos primeiros anos de convivência, havia uma rejeição festiva e jovial ao sistema, a tudo que fosse ‘cerebral’, e uma ânsia de opor-se à ordem trsitonha e sem sentido da sociedade tecnológica-financeira [...] Os primeiros biribandos dos anos 70 desbundavam com o belo e encontraram amigos. Amigos pra nenhuma coisa. Sem interesses. Embrenharam na realidade do lugar e acharam uma comunidade pobre e generosa, onde a vida corria com muito bom humor. A ocupação aconteceu devagar. Experimentaram um estar no mundo sem ânsia de apoderar-se. Ainda que provisório (AGOSTINHO; CARNEIRO, 2004, p. 16).

Contudo, Carneiro (AGOSTINHO; CARNEIRO, 2004, p. 46) nos chama a atenção para o momento contemporâneo, no qual esse “reagir como aldeia” findou. As famílias tradicionais perderam seus laços com o Quadrado e a tessitura sociocultural se desfez. O lugar foi retalhado, segundo uma razão econômica, e se transformou num local sofisticado inserido na rede de turismo internacional.

> Diferentes dos nativos, somos os 'não-inocentes'. A beleza de Trancoso seduz, mas a ocupação acaba machucando o território e os costumes [...] Um novo sistema de propriedade da terra faz surgir situações de constrangimento e afastamento das famílias nativas do antigo território da aldeia. Não correm ações públicas necessárias. A estratificação social agora é visível. A 'integração nacional' cedeu lugar a uma abertura internacional [...] (AGOSTINHO; CARNEIRO, 2004, p. 19).

Para a autora, o lugar, outrora público, passou a ser privatizado e consumido:

> Trancoso continua. Quem consome terrenos e praias está repartindo o quê, com quem?
> [...] a vida simples, o riso e a festa ganharam outros significados. Não dá pra não ver [...] Para os jovens de Trancoso, a essência do progresso e do melhoramento que esse pessoal de fora trouxe não corresponde apenas a um envelope mais polpudo. Clamam pela responsabilidade dos que têm poder de criar oportunidades de educação e cultura. O amplo espaço, antes comunitário, tem donos e cercas. Que horizontes podem se abrir aos jovens nativos? (AGOSTINHO; CARNEIRO, 2004, p. 19).

Tal visão acerca do contexto contemporâneo vem confluir com o nosso entendimento de uma *reificação* que se processa no lugar, conforme veremos adiante no "Terceiro momento do Quadrado".

Ao tentarmos sintetizar esse segundo recorte, percebemos que, na onda do movimento hippie dos anos 1970, jovens de cidade grande foram para Trancoso em busca de um encontro com a natureza e com eles próprios. Em comum com as famílias do Quadrado, apresentavam um desprendimento com os valores da sociedade capitalista. As famílias o tinham porque estavam geograficamente isoladas e os hippies porque procuravam uma ruptura com esse sistema. Ali vislumbraram uma imagem arquetípica de perfeição – a igreja, as casas, o jardim e as pessoas configuravam um *paraíso perdido*. Em termos de forma, o Quadrado era perfeito porque remetia a um espaço mítico / ancestral, e em termos de conteúdo, pela convivência fraterna de seus habitantes.

Conforme vimos, nessa mesma época, em atendimento a uma solicitação da Prefeitura de Porto Seguro, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) procedeu ao tombamento da cidade alta (1968), posteriormente, estendido a todo município (1974). Na análise do processo desse tombamento, há por parte da DPHAN tanto uma concepção de patrimônio enquanto testemunho histórico, quanto

um valorização não só dos bens culturais isolados, mas também do conjunto urbano. Por outro lado, no que tange aos dirigentes políticos, verificamos uma dupla concepção de patrimônio: enquanto *museu* (lugar significativo ou que reúne objetos representativos da história e da cultura de uma sociedade) e enquanto *símbolo da identidade nacional.*

Contudo, em nosso entendimento, para os habitantes do Quadrado, o seu reconhecimento enquanto patrimônio, no sentido institucional, somente passa a ocorrer de modo mais significativo a partir da década de 1980. Primeiramente, com os estudos iniciados em 1983, para a redefinição da área tombada do município de Porto Seguro, no âmbito de um convênio entre a Prefeitura de Porto Seguro, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) / Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), o Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia (CEAB) - Universidade Federal da Bahia (UFBA), o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) e a Prefeitura Municipal de Porto Seguro. E, posteriormente, a partir do final dos anos 1980, através de uma maior atuação do SPHAN, face às primeiras intervenções arquitetônicas nos imóveis do Quadrado, a fim de adequá-los aos novos usos, que já apontavam para as transformações que iriam se processar na década seguinte.

3.3 TERCEIRO MOMENTO: O QUADRADO DAS ELITES – O *FETICHE* DO PITORESCO E O PATRIMÔNIO *REIFICADO*

Para a construção desse terceiro recorte temporal do Quadrado, fundamentamo-nos na investigação das seguintes fontes: documentos do Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Porto Seguro (processo de tombamento do município de Porto Seguro e levantamento por nós realizado de processos de solicitação de intervenção arquitetônica nos imóveis do Quadrado, nas décadas de 1990 e 2000); levantamentos realizados *in loco* no ano de 2008 (croquis e levantamento de usos, proprietários e ocupantes dos imóveis do Quadrado, e levantamento fotográfico); depoimentos (entrevistas realizadas com agentes representativos do lugar), e finalmente, documentos de Organizações Não Governamentais de Trancoso.

A pesquisa a essas fontes visava um conhecimento mais aprofundado das transformações de ordem material e simbólica ocorridas no Quadrado nos últimos

vinte anos, bem como a percepção dos traços característicos da modalidade de *cenarização.* Desse modo estruturamos esse terceiro momento por fonte de pesquisa, onde apresentamos a descrição e a análise dos dados obtidos, bem como a identificação dos referidos traços.

Primeiramente, no arquivo do Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2004) de Porto Seguro, consultamos o terceiro volume do Processo 800-T-68 de tombamento desse município, o qual foi instaurado para abrigar os estudos relativos a sua rerratificação. Cabe esclarecer que as rerratificações têm por finalidades retificar determinados aspectos, bem como ratificar os demais termos não alterados nos processos de tombamento.

Assim sendo, nesse volume, há uma proposta de delimitação da área tombada realizada a partir de estudos iniciados em 1983 e concluídos em 1992, no âmbito do já referido convênio entre o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) / Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), o Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia (CEAB) - Universidade Federal da Bahia (UFBA), o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) e a Prefeitura Municipal de Porto Seguro.

Também são descritos os sítios históricos de Porto Seguro – Arraial D'Ajuda, Trancoso e Vale Verde -, os quais constituem remanescentes de aldeamentos jesuíticos, localizados em pontos estratégicos, como elevações e vales de rios, e com uma configuração típica: a praça, em torno da qual se implantavam as funções urbanas essenciais – residencial, religiosa e administrativa.

No que se refere especificamente a Trancoso, existe uma análise realizada na época desses estudos, na qual se ressaltou um crescimento desordenado em função da ausência de uma legislação adequada, o que colocava em risco o próprio centro histórico. Nesse sentido, recomendou-se não só a preservação desse sítio, mas também da massa vegetal, a fim de garantir um equilíbrio entre os elementos naturais e os construídos. Além disso, os novos loteamentos deveriam apresentar uma densidade média e a sua arquitetura deveria ser condizente com a arquitetura local.

Há, ainda, uma classificação do território de Porto Seguro segundo zonas, dentre as quais se encontra a Zona de Proteção Urbana Rigorosa 4 (ZPUr4) que corresponde aos lotes, edificações e espaços abertos da Praça São João Batista - o Quadrado de Trancoso.

Contudo o que mais nos interessa, nesse terceiro volume, são as normas técnicas do IPHAN que nortearam as intervenções arquitetônicas no Quadrado, a partir dessa época.

Assim sendo, para as edificações tradicionais situadas na ZPUr4, recomendou-se a preservação das características tipológicas de cobertura (inclinação, estrutura e entalhamento) e de fachada (ornatos, revestimentos, serralheria e vãos). As áreas internas poderiam sofrer modificações a fim de se adaptar aos novos usos, mas não seriam permitidas ampliações que ultrapassassem 15% da área construída dos imóveis, para que se mantivesse a taxa de ocupação predominante e a preservação dos quintais. Também se aconselhou o plantio de espécies vegetais características da região nas áreas livres dos lotes.

No que se refere às novas construções nos lotes vazios, com ocupação anterior comprovada, e às construções mais recentes, foram estabelecidos parâmetros construtivos que visavam à integração da nova arquitetura com a antiga, tais como: a manutenção das características das coberturas tradicionais (inclinação, estrutura e entelhamento); a adoção de uma altura nas novas edificações que correspondesse à média das alturas das empenas dos telhados dos imóveis vizinhos; a proibição de revestimentos externos estranhos à tipologia arquitetônica tradicional (como mármores, granitos e pinturas acrílicas); a proposição de vãos que mantivessem o ritmo, a proporção e a relação entre cheios e vazios, característicos dos vãos das antigas edificações.

Ao analisarmos tais parâmetros arquitetônicos estabelecidos para as novas construções no Quadrado, percebemos que era quase inevitável a reprodução da arquitetura antiga. E de fato, muitas edificações novas, construídas com base nessas recomendações, constituem verdadeiras reproduções da arquitetura tradicional.

Conforme veremos, no depoimento de um membro integrante do Escritório Técnico do IPHAN de Porto Seguro[27], a partir das experiências realizadas, os próprios técnicos que elaboraram esses parâmetros, os repensaram. Mesmo tendo o conhecimento de que anteriormente o número de casas no Quadrado era superior ao atual, os técnicos passaram a recomendar que as novas construções fossem recuadas da linha de fachadas, a fim de marcar uma nova intervenção e não

[27] Ver Entrevista 1, em APÊNDICE E.

descaracterizar a ocupação pré-existente. O Hotel da Praça no Quadrado, que data da década de 1990, foi tomado como referência: ele se encontra recuado e a continuidade do alinhamento é garantida pela cerca. Na área de recuo, a vegetação existente cumpriu o papel de moldura da nova edificação e permitiu uma maior liberdade no projeto arquitetônico.

A análise dos primeiros parâmetros arquitetônicos estabelecidos pelo IPHAN, nos anos 1980, nos fez pensar até que ponto os mesmos não teriam contribuído para o processo de *cenarização* que se desenvolveu posteriormente. De fato, acreditamos que tais parâmetros e as experiências realizadas colaboraram para o aspecto de *cenário* hoje existente, mas somente no que tange ao suporte físico da *cenarização,* fenômeno mais complexo que envolve outros traços de apropriação material e simbólica do lugar, os quais poderão ser verificados a partir de outras fontes.

Nesse Escritório Técnico do IPHAN, além da consulta ao terceiro volume do processo de tombamento de Porto Seguro, realizamos um levantamento dos processos de solicitação de intervenção arquitetônica no Quadrado nas últimas duas décadas,[28] a fim de perceber os tipos predominantes de obra, requerente e uso. Cabe, porém, destacar que, eventualmente, podem ter ocorrido outras intervenções arquitetônicas no Quadrado que não foram oficializadas, ou seja, aquelas para as quais não foram solicitadas autorizações ao IPHAN e que, portanto, não pudemos aferi-las.

É também importante esclarecer que os dados referentes aos tipos de uso (R - residencial; C - comercial; S - serviços e M - misto) e de obra (C - construção; R/A - reforma e/ou ampliação e/ou regularização) foram identificados diretamente nos processos. No entanto, os dados relativos aos requerentes, mais especificamente, o tempo aproximado de sua estadia no Quadrado, foi obtido através de informações de um membro do Escritório Técnico do IPHAN. Assim, uma vez que consideramos o final da década de 1980 e início dos anos 1990, como um marco temporal das transformações ocorridas no Quadrado que contribuíram para a sua atual configuração, estabelecemos a seguinte classificação quanto ao tipo de requerente: T - brasileiro natural de Trancoso; F/T – brasileiro oriundo de outro lugar e que vive há pelo menos vinte anos em Trancoso; F - brasileiro oriundo de outro lugar e que

[28] Ver em APÊNDICE B, levantamento de processos de intervenção arquitetônica no Quadrado nas décadas de 1990 e 2000.

vive há menos vinte anos em Trancoso; E/T – estrangeiro que vive há pelo menos vinte anos em Trancoso; E - estrangeiro que vive há menos vinte anos em Trancoso.[29]

A partir dessa classificação de tipos de uso, obra e requerente, utilizamos os parâmetros de análise que se seguem: quanto ao uso, entendemos que o uso residencial relaciona-se a um modo de vida anterior as referidas transformações do Quadrado, enquanto que os usos comercial, serviços e misto referem-se a um novo modo de vida. No que tange ao tipo de obra, consideramos que a construção significa um maior impacto físico sobre o sítio, e já a reforma e/ou ampliação e/ou regularização representam algo mais sutil, desse ponto de vista. Finalmente, no que concerne ao requerente, compreendemos que os tipos - brasileiro natural de Trancoso; brasileiro oriundo de outro lugar e que vive há pelo menos vinte anos em Trancoso e estrangeiro que vive há pelo menos vinte anos em Trancoso - relacionam-se a um modo de vida anterior a atual situação do Quadrado, em contraposição aos demais - brasileiro oriundo de outro lugar e que vive há menos vinte anos em Trancoso e estrangeiro que vive há menos vinte anos em Trancoso -, que dizem respeito ao modo de vida presente.

Com base no levantamento realizado, verificamos a existência de quinze processos na década de 1990, dentre os quais: a) sete tratam de intervenções em imóveis de uso residencial, das quais três são construções e quatro, reformas e/ou ampliações. Quanto aos requerentes, existem duas solicitações de brasileiros oriundos de outros lugares, mas que vivem há pelo menos vinte anos em Trancoso; três de brasileiros vindos de outros lugares e que estão em Trancoso há menos de vinte anos; uma de estrangeiro que vive há pelo menos vinte anos em Trancoso e uma de estrangeiro que vive há menos de vinte anos em Trancoso; b) um processo se refere a uma intervenção em imóvel de uso comercial, do tipo construção, cujo requerente é brasileiro vindo de outro lugar e que vive há menos de vinte anos em Trancoso; c) quatro processos dizem respeito a intervenções em imóveis de uso de serviços, do tipo construção. No que tange aos requerentes, existem duas solicitações de brasileiros oriundos de outros lugares que vivem há menos de vinte anos em Trancoso; uma de pessoa natural de Trancoso e uma de estrangeiro que vive há menos de vinte anos em Trancoso; d) finalmente, três processos tratam de

[29] Ver mais a esse respeito em APÊNDICE B.

intervenções em imóveis de uso misto, sendo duas construções e uma reforma e ampliação. Quanto aos requerentes, há duas solicitações de pessoas naturais de Trancoso e uma de brasileiro vindo de outro lugar e que está há menos de vinte anos em Trancoso.

Na década de 2000 constam 22 processos, dentre os quais: a) doze são de intervenções em imóveis de uso residencial, das quais cinco são construções e sete, reformas e/ou ampliações e/ou regularizações. No que se refere aos requerentes, encontramos uma solicitação de pessoa natural de Trancoso; uma de brasileiro de outro lugar, mas que vive há pelo menos vinte anos em Trancoso; sete de brasileiros oriundos de outros lugares que vivem há menos de vinte anos em Trancoso e três de estrangeiros que vivem em Trancoso há menos de vinte anos; b) quatro processos tratam de intervenções em imóveis de uso comercial do tipo reforma e/ou ampliação e/ou regularização. Quanto aos requerentes, há uma solicitação de brasileiro oriundo de outro lugar que vive há pelo menos vinte anos em Trancoso e três de brasileiros oriundos de outros lugares que vivem há menos de vinte anos em Trancoso; c) cinco processos são de intervenções em imóveis de uso de serviços, do tipo reforma e/ou ampliação, todos solicitados por brasileiros oriundos de outros lugares que vivem em Trancoso há menos de vinte anos; d) por fim, há um processo de intervenção em imóvel de uso misto, do tipo regularização, solicitada por estrangeiro que vive em Trancoso há pelo menos vinte anos.

Ao analisarmos esses dados, percebemos que, na década de 1990, há um equilíbrio quantitativo entre as intervenções em imóveis de uso residencial, típico de um modo tradicional de ocupação do Quadrado, e as intervenções em imóveis de usos comercial, serviços e misto, característicos de um novo modo de apropriação do lugar. No entanto, há um predomínio de intervenções do tipo construção, sendo que essas se manifestam de modo equilibrado, tanto em imóveis residenciais, quanto naqueles de usos comercial, serviços e misto. Existe ainda a dominância de solicitações por parte de brasileiros oriundos de outros lugares e que vivem há menos de vinte anos em Trancoso.

Na década de 2000, permanece um equilíbrio numérico entre as intervenções em imóveis de uso residencial e aquelas em imóveis de usos comercial, serviços e misto. Mas, ao contrário da década anterior, há um predomínio das intervenções do tipo reforma e/ou ampliação e/ou regularização e uma queda do tipo construção, sendo que todas as obras de construção são relativas a imóveis residenciais. Por

fim, continua a dominar as solicitações por parte de brasileiros vindos de outros lugares e que estão em Trancoso há menos de vinte anos.

A partir dessa primeira análise, entendemos que o grande vulto de intervenções que gerou um impacto do ponto de vista físico no Quadrado se manifestou na década de 1990, na medida em que consistiram em obras de construção na parte frontal dos lotes e seguiram os parâmetros do IPHAN, da década de 1980, os quais levaram, inevitavelmente, à reprodução da arquitetura antiga. Nesse sentido, os terrenos vazios existentes entre as tradicionais casas do Quadrado foram ocupados por novas edificações de feição antiga, para abrigar tanto o uso residencial tradicional, quanto os novos usos comercial, de serviços e misto, em atendimento a uma demanda predominante de novos habitantes.

Na década seguinte, o fato de a maior parte das intervenções ter sido do tipo reforma e/ou ampliação, por um lado, pode nos levar a pensar em um menor impacto sobre o aspecto físico do lugar, mas por outro, não exclui a possibilidade de manifestação do fenômeno de *cenarização*, uma vez que essas obras também incidiram sobre a aparência do sítio. No que se refere aos demais pontos levantados, percebemos que mantiveram-se tanto um equilíbrio entre as intervenções em imóveis de usos tradicional e novos, quanto a dominância de intervenções por parte de brasileiros oriundos de outros lugares que estão há menos de vinte anos em Trancoso, o que demonstra uma permanência, em relação à década anterior, no quadro de atividades e de ocupantes dos imóveis.

Com base nessa análise, buscamos sistematizar os traços da *cenarização* manifestos no Quadrado nas duas últimas décadas, a saber[30]: em primeiro lugar, não há dúvida de que a *cenarização* se manifesta em um sítio histórico e/ou natural existente (traço 1). No que diz respeito à década de 1990, entendemos que a grande incidência de construções é um indicativo tanto de transformação da imagem do sítio (traço 2), quanto de sua valorização imobiliária (traço 6). Por outro lado, a introdução de novos usos e o predomínio de requerimentos de intervenção, por parte de brasileiros oriundos de outros lugares situados há menos de vinte anos em Trancoso, são indicativos do advento de novos tipos humanos (traço 3), bem como de uma desagregação sociocultural e a introdução de uma nova lógica predominantemente econômica (traço 5). No que se refere à década de 2000, a

[30] Ver Tabela 1 em APÊNDICE F.

ocorrência de um predomínio de intervenções do tipo reforma e/ou ampliação nos leva a crer que não houve uma transformação física no sítio tão impactante quanto na década anterior, mas também não exclui a possibilidade de transformação de sua aparência (traço 2). Além disso, o fato de as intervenções terem sido solicitadas por pessoas há menos de vinte anos no lugar, nos faz pensar na presença de novos tipos humanos (traço 3) e na continuidade de uma desagregação sociocultural (traço 5) e de uma valorização imobiliária (traço 6).

Em conclusão, entendemos que essa etapa de nossa análise permitiu-nos perceber indicativos dos traços de natureza mais objetiva da *cenarização*, tais como: a sua manifestação em um sítio histórico e/ou natural existente (traço 1); a transformação da aparência do lugar (traço 2); a mudança de usuários (traço 3); a desagregação sociocultural (traço 5) e a valorização imobiliária (traço 6). No entanto, não nos possibilitou perceber a sua transformação em um *espaço-globalizado* (traço 4), nem os aspectos subjetivos do fenômeno, a sua *reificação* (traço 7) e a sua relação com a modalidade do *espaço-simulacro* (traço 8), o que só será possível através de outras fontes pesquisadas, como veremos a seguir.

Além das fontes documentais examinadas no Escritório Técnico do IPHAN, realizamos *in loco*, no ano de 2008, croquis dos imóveis do Quadrado que forneceram base para um levantamento de usos, proprietários e ocupantes[31].

Com base nesse levantamento, observamos que, no lado esquerdo do Quadrado, de quem olha para a Igreja, existem: a) quinze imóveis residenciais, localizados de frente, sendo os proprietários: cinco naturais de Trancoso; sete brasileiros de outros lugares que estão há menos de vinte anos em Trancoso e três estrangeiros que estão há menos de vinte anos em Trancoso; b) treze imóveis comerciais, localizados de frente, sendo os proprietários: seis naturais de Trancoso; três brasileiros de outros lugares que estão há pelo menos vinte anos em Trancoso; um brasileiro de outro lugar que está há menos de vinte anos em Trancoso e três estrangeiros que estão há pelo menos vinte anos em Trancoso. Dentre esses imóveis, nove são arrendados ou alugados por brasileiros de outros lugares que estão há menos de vinte anos em Trancoso; c) nove imóveis de serviços, sendo seis de frente e quatro de fundos. Os proprietários são: quatro naturais de Trancoso; um

[31] Ver em APÊNDICE C, o levantamento de usos, proprietários e ocupantes, e em APÊNDICE D, os croquis. Cabe esclarecer que o termo ocupante se refere às pessoas que ocupam o imóvel, sejam proprietários, inquilinos ou arrendatários.

brasileiro de outro lugar que está há pelo menos vinte anos em Trancoso; três estrangeiros que estão há pelo menos vinte anos em Trancoso e um estrangeiro que está há menos de vinte anos em Trancoso. Dentre esses imóveis, dois são arrendados ou alugados por brasileiros de outros lugares que estão há menos de vinte anos em Trancoso; d) cinco imóveis de uso misto que ocupam frente e fundos dos lotes. Os proprietários são: três naturais de Trancoso; um brasileiro de outro lugar que está há pelo menos vinte anos em Trancoso; um brasileiro de outro lugar que está há menos de vinte anos em Trancoso. Dentre esses imóveis, dois são arrendados ou alugados por brasileiros de outros lugares que vivem há menos de vinte anos em Trancoso; e) três imóveis vazios, localizados de frente, sendo os proprietários naturais de Trancoso; f) dois imóveis de uso cultural (sede da Casa das Festas), localizados de frente, de propriedade da Prefeitura e utilizados por grupos sociais; g) um imóvel de uso institucional (Igreja), localizado de frente, de propriedade da Mitra e utilizado por grupos sociais.

Já no lado direito do Quadrado de quem olha para a Igreja, encontram-se: a) oito imóveis residenciais, sendo sete de frente e um de fundos, cujos proprietários são cinco naturais de Trancoso; um brasileiro de outro lugar que está há pelo menos vinte anos em Trancoso; um brasileiro de outro lugar que está há menos de vinte anos em Trancoso e um estrangeiro que está há menos de vinte anos em Trancoso. Dentre esses imóveis, dois são arrendados ou alugados por brasileiros de outros lugares que vivem há menos de vinte anos em Trancoso; b) quatorze imóveis de uso comercial, localizados de frente, cujos proprietários são quatro brasileiros de outros lugares que estão há pelo menos vinte anos em Trancoso; nove brasileiros de outros lugares que estão há menos de vinte anos em Trancoso e um estrangeiro que está há menos de vinte anos em Trancoso. Dentre esses imóveis, onze são arrendados ou alugados por brasileiros de outros lugares que estão há menos de vinte anos em Trancoso; c) dez imóveis de serviços localizados de frente, sendo os proprietários: quatro naturais de Trancoso; três brasileiros de outros lugares que estão há pelo menos vinte anos em Trancoso; três brasileiros de outros lugares que estão há menos de vinte anos em Trancoso. Dentre esses imóveis, cinco são arrendados ou alugados por brasileiros de outros lugares que estão há menos de vinte anos em Trancoso; d) três imóveis de uso misto, sendo que dois ocupam frente e fundos e um só a frente. Quanto aos proprietários: dois são naturais de Trancoso e um é brasileiro de outro lugar que está há pelo menos vinte anos em Trancoso. Dentre

estes imóveis, um é arrendado por brasileiro de outro lugar há menos de vinte anos em Trancoso; e) um imóvel vazio, de frente, cujo proprietário é natural de Trancoso.

Como modo de sintetizar esses dados referentes aos imóveis de ambos os lados do Quadrado, temos o que se segue: a) Quanto ao uso, vinte e sete são comerciais; vinte e três residenciais; dezenove de serviços; oito mistos; quatro vazios; dois culturais e um institucional; b) No que se refere aos proprietários: trinta e três são naturais de Trancoso; vinte e dois são brasileiros oriundos de outros lugares e que vivem há menos de vinte anos em Trancoso; quatorze são brasileiros de outros lugares que se encontram há pelo menos vinte anos em Trancoso; seis são estrangeiros que vivem a pelo menos vinte anos em Trancoso; seis são estrangeiros que estão há menos de vinte anos em Trancoso; a Prefeitura detém dois imóveis (Casa das Festas) e um imóvel é de propriedade da Mitra (Igreja); c) No que tange aos ocupantes: trinta e nove são brasileiros de outros lugares que vivem há menos de vinte anos em Trancoso; vinte e um são brasileiros naturais de Trancoso; seis são brasileiros vindos de outros locais e que estão há pelo menos vinte anos e Trancoso; cinco são estrangeiros que vivem há menos vinte anos em Trancosso; quatro são estrangeiros que vivem há pelo menos vinte anos em Trancoso, e por fim, três imóveis são utilizados por grupos sociais diversos – a Casa das Festas e a Igreja.

Ao analisarmos esses dados, observamos que há um predomínio de imóveis de usos comercial, serviços e misto, bem como de imóveis vazios (71%), que se relacionam a um novo modo de apropriação do lugar, em detrimento dos usos tradicionais, residencial e institucional (28%). No que tange à propriedade, percebemos que a maior parte dos imóveis permaneceu nas mãos dos antigos proprietários (66%), em comparação com os novos proprietários (34%). Já no que se refere aos ocupantes, a maioria é composta por pessoas situadas há menos de vinte anos em Trancoso (59%), em contraposição às pessoas naturais e àquelas que vivem há pelo menos vinte anos no lugar (41%).

A partir dessa análise entendemos que as grandes transformações no Quadrado, no período em questão, se deram em termos de uso e ocupante. Não obstante as mudanças físicas e vivenciais ocorridas, houve uma relativa modificação no que diz respeito à propriedade. Com isso, consideramos que a transformação processada não foi absoluta, mas o suficiente para reconfigurar material e simbolicamente o lugar.

Desse modo pensamos que a permanência da maioria dos imóveis nas mãos dos antigos proprietários, por si só, não permite afirmar a presença de nenhum traço da *cenarização*. Mas o fato de que parte desses imóveis foram vendidos para pessoas oriundas de outros lugares há menos de vinte anos em Trancoso e a considerável modificação dos ocupantes são indicativos dos seguintes traços: transformação da aparência do lugar (traço 2); mudança de usuários (traço 3); desagregação sociocultural (traço 5) e valorização imobiliária (traço 6). Entretanto, para a percepção da transformação do local em um *espaço-globalizado* (traço 4); de sua *reificação* (traço 7), e da relação com a modalidade do *espaço-simulacro* (traço 8), necessitamos de outras fontes, como veremos no prosseguimento de nossa investigação.[32]

Além do levantamento de usos, proprietários e ocupantes realizamos também *in loco*, no ano de 2008, um levantamento fotográfico[33], com o intuito de registrar as transformações físicas e nos modos de apropriação do lugar.

Do ponto de vista físico, é incontestável o aspecto de *cenário* do sítio. Através da introdução de um conjunto de efeitos cênicos (formas, cores, luzes e mobiliário), criou-se uma ambientação artificial,[34] na qual se desenvolve uma *representação*.

Diferentemente de um lugar espontaneamente conservado, onde uns habitantes cuidam de seus imóveis, e outros não, cada um a seu tempo e a seu modo, num sítio *cenarizado*, todas as ações são realizadas sincronicamente e visam um único objetivo – a criação de um espaço-mecadoria. Para isso contribuem os tratamentos nas fachadas dos imóveis que incluem o uso tanto de cores vibrantes e contrastantes, que proporcionam um aspecto de novo, quanto da técnica da pátina, que propicia uma feição envelhecida. Em ambos os casos, o resultado é o mesmo de artificialidade.

Aos tratamentos empregados nas fachadas, soma-se ainda a instalação de um mobiliário (mesas, bancos e cadeiras) na frente dos restaurantes e bares, através da qual se busca alcançar um ar de despojamento e rusticidade, mas que contribui ainda mais para o aspecto de dissimulação. Isso se deve não somente pela intenção de aparentar uma imagem, mas também pelo fato de que esse mobiliário

[32] A esse respeito ver Tabela 2 em APÊNDICE F.
[33] Ver em APÊNDICE D.
[34] O termo artificial é usado no sentido de fingimento, dissimulação.

só pode ser usado por aqueles que podem pagar os altos preços dos serviços, inviáveis economicamente para a população local.

Tal modo de ocupação do Quadrado revela, portanto, uma forma de privatização e de controle social de um espaço que é público. Cabe destacar que esse aspecto foi constatado não só pela ocupação concreta desse espaço público por particulares, mas também pelas relações sociais ali vivenciadas. No decorrer do levantamento, no horário da tarde, no qual alguns bares e restaurantes encontram-se fechados, presenciamos a gerente de um restaurante solicitar a saída de jovens e crianças naturais de Trancoso, que se encontravam sentadas nesses móveis, descascando frutas e conversando, sob o argumento de que os mesmos eram exclusivos para os clientes.

Através dos dados obtidos nesse levantamento, buscamos sistematizar os traços da *cenarização* manifestos no lugar, a saber[35]: primeiramente, não há dúvida de que a *cenarização*, no caso em estudo, se manifesta em um sítio histórico e/ou natural existente (traço 1). Também é inquestionável a exacerbação de sua aparência, verificada através dos tratamentos usados nas fachadas dos imóveis (traço 2). Ainda foi constatada a presença de novos tipos humanos e a consequente desagregação sociocultural (traços 3 e 5), assim como o fato de que o sítio passou a se parecer com inúmeros outros, nos quais se manifesta o mesmo fenômeno (traço 4). A transformação da aparência do lugar nos conduz a pensar no investimento econômico nele empregado, bem como em sua valorização imobiliária (traço 6). Pelo tipo de tratamento arquitetônico e paisagístico utilizado no sítio, o qual visa à criação de um produto a ser vendido e consumido, é incontestável a sua *reificação* (traço 7). Assim como não resta dúvida quanto a sua relação direta com a modalidade do *espaço-simulacro* (traço 8), uma vez que as duas situações acabam por se confundir em sua aparência.

Essa etapa de nossa análise permitiu-nos a ampla identificação dos traços de natureza objetiva e subjetiva da *cenarização* que se processou no sítio em estudo. Assim percebemos tanto a manifestação de novas práticas e relações sociais, quanto a transformação física e simbólica do lugar em objeto de consumo.

Além desses levantamentos realizados *in loco*, procedemos também a uma série de entrevistas, cujo principal objetivo era perceber as mudanças ocorridas no

[35] Ver Tabela 3 em APÊNDICE F.

Quadrado nos últimos vinte anos, a partir da perspectiva de agentes sociais que vivenciam o lugar.

Cabe ressaltar que o parâmetro adotado para tais entrevistas, não foi quantitativo, e sim qualitativo, no sentido de identificar e abordar os agentes sociais representativos. Desse modo, colhemos depoimentos de membros integrantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); da Prefeitura Municipal de Porto Seguro; da Câmara Municipal; da Igreja; de Organizações Não Governamentais; de uma agência de turismo e de uma imobiliária, bem como de pessoas naturais de Trancoso e de pessoas que vieram de outros lugares para ali viver.

Como base para as entrevistas, elaboramos um modelo geral[36] que foi adaptado para cada agente social. Esse modelo foi estruturado segundo quatro grupos de questões, a saber: identificação do agente social; modo de apropriação do Quadrado; reconhecimento do Quadrado enquanto patrimônio cultural e relação entre os casos do Quadrado e da Vila do Outeiro. É importante destacar que o referido modelo sofreu modificações no desenvolvimento das entrevistas, a fim de permitir-lhes ocorrer de modo mais espontâneo possível.

As entrevistas encontram-se transcritas no Apêndice E e, em nossa análise, percebemos que todos os traços da *cenarização*, que delineamos *a priori* num plano teórico, se manifestam nos depoimentos dos agentes entrevistados, sendo que cinco deles com maior incidência[37].

Primeiramente, o traço mais recorrente (presente em dezesseis das dezessete entrevistas) é o fato de que a *cenarização* ocorre em um sítio histórico e/ou natural existente (traço 1). Em segundo lugar, encontra-se a desagregação sociocultural (traço 5), que no caso do Quadrado, ocorreu através da saída da maior parte dos antigos habitantes e de uma ruptura com os seus valores e modos de vida. Em contrapartida, foi introduzida uma nova lógica, predominantemente econômica, voltada para o consumo e o turismo. Dos dezessete entrevistados, quatorze apontaram de algum modo para esse traço. E, aqui, destacamos depoimentos emblemáticos a esse respeito:

[36] Ver em APÊNDICE E, o modelo geral e as entrevistas transcritas.
[37] A esse respeito ver Tabela 4 em APÊNDICE F.

> [...] Como conciliar o patrimônio edificado, o patrimônio natural e o patrimônio imaterial? Uma coisa não sobrevive sem a outra. E o que a gente vê em Trancoso é a perda desse patrimônio imaterial ou pelo menos a sua fragilidade, o esgarçamento desse tecido. O rompimento entre a comunidade tradicional e os que vieram de fora, através do aumento do abismo econômico que se criou aí.
> Essa é uma questão que incomoda. Se por um lado, contamos com a colaboração de muitos parceiros na preservação do patrimônio natural e edificado, e principalmente, do Quadrado. Por outro lado, acompanhamos o processo de saída da comunidade tradicional que se acelerou a partir de meados da década de 1990. Ainda existem famílias que resistem e esperamos que tenham força para ficar o mais tempo possível. Mas, a gente assiste com preocupação essa saída, e ao mesmo tempo, a perda das referências culturais. Lá, você ainda assiste a diversas manifestações tradicionais, principalmente as festas religiosas. Em dois imóveis no Quadrado, que eram da Prefeitura, foram instaladas as Casas das Festas. Todo ano, uma comissão elege um ou mais festeiros que são responsáveis pelas festas. Mas estas já não têm a mesma coesão de comunidade, o mesmo brilho, o mesmo entusiasmo que havia antigamente. Então, o grande desafio é: como conciliar essas duas questões?
>
> Entrevista 1 - integrante do Escritório Técnico do IPHAN - Porto Seguro (APÊNDICE E)

> A gente diz que isso é inevitável quando um lugar se torna turístico. Mas, eu tenho muita preocupação, pois na medida em que vão saindo os moradores e se instalando o comércio, vai perdendo um pouco da história e da vida do lugar. Passa a ser um lugar comum como qualquer outro. Antes, havia um pequeno comércio, mas as pessoas moravam ali. A vida acontecia ali. Hoje, em dia não. A maioria das pessoas vão para lá trabalhar, abrir a sua loja e à noite voltam para as suas casas. Então, o Quadrado morre. Só tem festa quando têm as festas de São Sebastião e São Brás. Deixou de ser a vila onde tudo acontece, onde os nativos se encontram. Perdeu aquela integração entre as antigas famílias moradoras.
>
> Entrevista 13 - artista plástico, descendente das antigas famílias do Quadrado (APÊNDICE E)

O terceiro traço mais recorrente (constante em doze entrevistas) é a *reificação* do patrimônio (traço 7), ou seja, a sua redução a um *signo* de *status* social e da moda, a um *fetiche*, que no caso do Quadrado, se refere a um modo de vida pitoresco. Tal fenômeno consiste na transformação do lugar considerado patrimônio em mercadoria e na *fetichização* que isso implica. Como modo de evidenciar esse traço, destacamos alguns depoimentos:

> Antes, o pessoal ia para lá para ver a praia de nudismo, aquela vida bucólica. Agora, acabou. Hoje, as pessoas vão porque é um lugar muito bonito. Vão para ver o Quadrado, a praia e as casas dos artistas, mas não pelo valor paisagístico e histórico do lugar.
> Hoje, é chique casar na Igreja de São João Batista. Tem casamentos de luxo. Gente que sai da Europa para casar ali. Mas, não se sabe que é um remanescente de uma igreja jesuítica. Não se sabe que Trancoso é um dos últimos aldeamentos jesuíticos do Brasil que ainda mantém o traçado.
>
> Entrevista 1 - integrante do Escritório Técnico do IPHAN - Porto Seguro (APÊNDICE E)

No turismo de massa, eles compram porque está no roteiro e porque já ouviram falar muito do lugar. Trancoso é muito divulgado no Brasil e no exterior. Tem um nome por si só. O nome atrai, o conteúdo nem tanto.
Se todos perguntassem: 'O que vamos ver em Trancoso'? Seria mais pelo aspecto comercial; pelo poder de vendas das operadoras, aliado ao nome 'Trancoso'. Não pelo aspecto histórico.
A venda na operadora é um venda de impacto. Começa no aeroporto e termina no hotel, com a apresentação e escolha do roteiro, antes da pessoa entrar no quarto. O turista acaba comprando o pacote porque acha que só vai conhecer Porto Seguro, através daquele roteiro.
Enfim, a imagem que se vende de Trancoso é de praia; de natureza, mais do que história.
Por outro lado, as pessoas de mais alto poder aquisitivo, quando vêm pela primeira vez, se interessam pelo lado histórico. Mas na medida em que começam a frequentar, o que mais as atrai é o aspecto rústico do Quadrado.

Entrevista 2 – integrante da Prefeitura Municipal de Porto Seguro – Secretaria Litoral Sul (APÊNDICE E)

> É a palavra Trancoso que está na moda. Eles não vieram como eu, descobrindo um lugar que era alternativo, um lugar de paz. Muitos também vieram procurando drogas, porque era uma vida livre.
>
> Entrevista 4 – integrante da Associação Arte Ofício de Trancoso (APÊNDICE E)

Trancoso é vendido das duas formas: o patrimônio e a natureza. Os dois se somam para fazer a diferença do lugar.

Entrevista 9 – vereador (APÊNDICE E)

> Trancoso ficou um lugar sofisticado. Há uma aura de pessoas descoladas, intelectuais e artistas. Uma atmosfera diferente que as pessoas vêm conferir. Turismo estrangeiro. Muitos construíram casa aqui. Muitas publicações internacionais elogiando Trancoso. Um turismo bem sofisticado e selecionado. As pessoas têm um alto poder aquisitivo até pelos preços que se cobram aqui. A mesma pousada em Ajuda é quase a metade do preço, porque lá a oferta é

> maior. Até 95, Ajuda era o point. Hoje, se inverteu. Ajuda cresceu muito e começou a trabalhar com pacotes. Aqui não aconteceu isso
>
> Entrevista 17 - proprietário de pousada e restaurante no Quadrado (APÊNDICE E)

Em quarto lugar (verificado em dez entrevistas), identificamos a valorização imobiliária do sítio (traço 6) e, em quinto (presente em nove entrevistas), a relação entre as modalidades da *cenarização* e do *espaço-simulacro* (traço 8).

No que diz respeito ao processo de valorização imobiliária que ocorreu no Quadrado, ressaltamos o seguinte depoimento:

> Quando os preços do Quadrado foram subindo era muito tentador vender. Houve uma hipervalorização do Quadrado nos últimos cinco anos. Ninguém sabia o que ia acontecer com Trancoso. Era um lugar meio adormecido. O lugar era lindo e bucólico, mas havia poucas maneiras de se sustentar.
> Houve já uma segunda troca de propriedade dos imóveis do Quadrado. Na verdade, houve já algumas trocas e muitos arrendamentos. É um lugar bastante dinâmico. Tem pessoas que vêm para cá em busca de um sonho. Nos últimos seis, sete anos houve um boom imobiliário. Acabou virando quintal de paulistas. Virou um lugar badalado como Ibiza e Goa.
>
> Entrevista 16 – estrangeira que vive há pelo menos vinte anos em Trancoso e trabalha no mercado imobiliário (APÊNDICE E)

No entanto, em outro depoimento, de um proprietário de uma imobiliária, há a indicação de que ocorreu uma grande valorização dos imóveis do Quadrado, a partir da década de 2000, mas que esses valores tendem a decair, face ao empreendimento denominado Terra Vista[38], onde se localizam o resort Club Med Village Trancoso, um campo de golf e casas de alto padrão. Tal depoimento, de certo modo, confirma o nosso entendimento de que a *reificação* do sítio considerado patrimônio é algo episódico, na medida em que se insere na lógica da moda. Ou seja, assim como se torna objeto de desejo e de consumo, o lugar também deixa de ser, frente a outros objetos mais atraentes. No caso específico do Quadrado, diante de um novo e forte concorrente, como o Club Med, ele perde um pouco de sua atratibilidade para um público de maior poder aquisitivo, que muitas vezes prefere os

[38] Esse empreendimento se localiza a 6 Km de distância de Trancoso e a 20 Km de Porto Seguro.

espaços privados, com mais condições de conforto e serviços, conforme indica o depoimento abaixo:

> Em 1990, os terrenos variavam de R$50.000,00 a R$100.000,00. Não havia a distinção entre os terrenos localizados no lado esquerdo (com vista para o mar) e no lado direito (sem vista para o mar), como há hoje. Em 2008, os terrenos da esquerda estão na faixa de R$1.500.000,00 e os terrenos da direita, em torno de R$800.000,00. O aluguel de um imóvel está por volta de R$25.000,00 por ano.
> Trancoso está pagando o preço da fama. Vive da fama e não tem retorno. A classe média não vem mais, pois acha que não consegue (e não consegue mesmo) pagar os preços. Um peixe na praia está R$300,00.
> A maioria das pessoas que tem casa na praia vem uma vez ao ano. Os ricos, o topo da pirâmide, só têm interesse de comprar uma casa no Quadrado pelo status de dizer em São Paulo que tem uma casa aqui. Eles a mantêm fechada ao longo do ano. Eles preferem os grandes empreendimentos na praia, como o Terra Vista, onde está localizado o Club Med. Por isso, os terrenos do Quadrado tendem a cair. São casas muito simples, cujas intervenções são restritas pelo fato de serem tombadas.
>
> Entrevista 7 – proprietário de uma imobiliária em Trancoso (APÊNDICE E)

No que se refere à relação entre as modalidades da *cenarização* e do *espaço-simulacro*, essa fica evidente e não isenta de crítica, nos depoimentos dos entrevistados, nos quais se considera que não basta reproduzir um espaço para se alcançar a sua riqueza sociocultural e ainda que, não é possível a duplicação de um lugar historicamente constituído:

> Tentaram fazer uma réplica do Quadrado. Tem até a igreja que é um pouco parecida. Você pode até copiar o Quadrado. Mas o que faz um lugar não é só as edificações, mas o povo e a história do lugar.
> A energia de um lugar você não constrói. É uma coisa de cada lugar. Por que o Quadrado é gostoso? Porque era o lugar de convivência das pessoas. Ninguém inventou o Quadrado para vender para os turistas e fazer lojas. Tanto que ele está deixando de ter a energia, na medida em que vai se modificando. Então, não adianta fazer um lugar legal, bonitinho.
>
> Entrevista 13 - artista plástico, descendente das antigas famílias do Quadrado (APÊNDICE E)

Nos depoimentos colhidos, além desses cinco traços de maior incidência, também percebemos a manifestação dos demais traços da *cenarização*. Em ordem decrescente de ocorrência, são eles: a transformação do lugar em um *espaço-globalizado* (traço 4 - presente em cinco entrevistas); a exacerbação da aparência do lugar, tendo como resultado a sua transformação em um *cenário* (traço 2 - verificado em quatro entrevistas) e o advento de novos tipos humanos que passam a representar um *fetiche* (traço 3 - constante em três entrevistas). Como forma de evidenciar esses traços, respectivamente, destacamos alguns depoimentos representativos. No que se refere ao traço 4 [39], temos:

> [...], com a minha presença no Escritório Técnico do IPHAN, tive a oportunidade de acompanhar todo esse processo de ocupação e alteração que vem sofrendo Trancoso. Passou de uma simples vila de pescadores para uma aldeia global, frequentada por estrelas e todo o tipo de pessoas que não tem uma ligação com o local, mas que o procuram como um refúgio ou um lugar especial.
>
> Entrevista 1 - integrante do Escritório Técnico do IPHAN - Porto Seguro (APÊNDICE E)

> É uma aldeia mais do que global, pois tornou-se o lugar que eles buscam como lugar exótico. Hoje em dia, as pessoas buscam a simplicidade da vida daqui. É usar 'havaiana'. Aqui não tem paparazzi.
>
> Entrevista 16 - estrangeira que vive há pelo menos vinte anos em Trancoso e trabalha no mercado imobiliário (APÊNDICE E)

Quanto ao traço 2 [40]:

> Então, se a gente não fizer um trabalho prévio de sensibilização e de educação fica muito difícil. Aí você vai assistir ao que está acontecendo em Trancoso. Você tem aquele Quadrado, aquele cenário maravilhoso. Porque realmente, hoje, é um cenário.
>
> Entrevista 1 - integrante do Escritório Técnico do IPHAN - Porto Seguro (APÊNDICE E)

[39] A transformação do lugar em um *espaço-globalizado.*
[40] A exacerbação da aparência do lugar.

> O Quadrado virou um grande shopping, sendo que na baixa temporada, muitas lojas abrem pouco ou abrem e não vendem quase nada. A Leny se mantém. A Marcenaria Trancoso com o pouco que vende dá para se manter. É espantoso, mas você vê lojas como Salinas e Richard's. Agora tem também a nova pousada que vende tudo o que tem dentro, uma pousada-shopping, do Sig Bergamin, decorador badalado, e do Fernando da loja 'Jacaré do Brasil', que arrendaram do Manezinho, nativo dono da antiga pousada Miramar.
> Os hippies continuam vendendo artesanato no Quadrado. Fizeram tudo para tirá-los. Acham que deixam sujeira e são imundos. Eles são chamados de micróbios, não são mais os hippies.
>
> Entrevista 4 – integrante da Associação Arte Ofício de Trancoso (APÊNDICE E)

> Nós tivemos um primeiro boom de crescimento em 84/85, quando se intensificou o turismo em Porto Seguro, Arraial e Trancoso. Nesse momento, em Trancoso, começou a ter um turismo mais significativo. Começaram a aparecer turistas de carro. Antes, era mais alternativo. Até essa época, o ponto de referência era o Bar do Zé Barbudo, um nativo. No final dos anos 80, teve o Cine Rock que era um bar do Fernando Teixeira. Tinham também outros bares e restaurantes que se misturavam com as casas dos nativos, mas não havia lojas. Era tudo muito simples. Não havia essa preocupação estética que se tem hoje.
>
> Entrevista 17 - proprietário de pousada e restaurante no Quadrado (APÊNDICE E)

No que tange ao traço 3 [41], destacamos:

> Teve uma época em que houve um boom de paulistanos. Virou a Meca das 'dazuletes'. Para nós que vivíamos de uma maneira super-entrosada com as pessoas daqui era uma coisa engraçada, de repente ver essa mudança para o ultra-chic. Até a maneira de se vestir das meninas: pareciam um exército com aquelas bolsinhas Yves Saint Laurent.
> Acho que essa turma não veio por uma paixão por Trancoso. Eles vieram porque tinham que estar naquele lugar, porque era o lugar da moda. Eles iam nos lugares badalados, como iam a Maresias.
> Eles vinham, mas não como a gente por paixão e identidade, e com tempo de se sentar e conhecer as pessoas nativas. Para essas pessoas é um lugar como qualquer outro.
> Muitos paulistas construíram grandes residências. Isso faz parte do boom. Depois que essas pessoas construíram casas, vieram os seus seguidores. É uma coqueluche. As pessoas começam a sair nos jornais e colunas sociais. Fulano de tal esteve em Trancoso. O chic em Trancoso. Reveillon em Trancoso. Naomi Campbell, Robert

[41] O advento de novos tipos humanos que passam a representar um *fetiche.*

> de Niro, Geraldine Chapplin, Albert Mônaco vieram aqui. Aparecem umas figuras que você não imagina que vai encontrar aqui.
>
> Entrevista 16 - estrangeira que vive há pelo menos vinte anos em Trancoso e trabalha no mercado imobiliário (APÊNDICE E)

> Por outro lado, o que atrai os turistas de maior poder aquisitivo é o estado atual do Quadrado. É um lugar onde muita gente se encontra nos diversos restaurantes, bares e lojas e, também, pela 'primitividade' do lugar, sem nenhum tipo de intervenção de grande cidade.
> Um dia eu acompanhei uma equipe de televisão que estava fazendo uma matéria lá e de repente encontramos gente muito rica de São Paulo. E a repórter perguntou: 'Por que elas estavam ali?' E, então, disseram: 'Aqui podemos andar descalço e de short, coisas que em São Paulo não dá para fazer.
>
> Entrevista 2 – integrante da Prefeitura Municipal de Porto Seguro – Secretaria do Litoral Sul (APÊNDICE E).

Ao buscarmos concluir essa análise, entendemos que os depoimentos confirmam a manifestação do fenômeno que designamos de *reificação* do patrimônio, pela ocorrência de todos os traços da *cenarização.* Cabe ainda atentar para a grande incidência de dois traços bastante significativos: num plano concreto, a desagregação sociocultural e a introdução de uma lógica preponderantemente econômica, e numa dimensão simbólica, a redução do sítio reconhecido enquanto *símbolo* histórico-cultural a um *signo*, que remete às idéias de *status*, moda e *fetiche*.

Ainda com o intuito de completar a nossa investigação empírica, procedemos ao exame de documentos de Organizações Não Governamentais de Trancoso, a fim de perceber a sua visão a respeito das transformações que se operaram no lugar nos últimos vinte anos, bem como se constituem movimentos de resistência, frente aos processos de homogeneização cultural, e dentre esses, o fenômeno de *cenarização*.

Das ONGs existentes, tivemos somente acesso aos documentos da Sociedade de Amigos de Trancoso (SAT) e da Tradições de Trancoso. Quanto as demais ONGs – Arte e Ofício de Trancoso e Base de Apoio às Tradições e União das Culturas em Trancoso (BATUQ) –, as informações obtidas se restringiram aos depoimentos de seus integrantes, pelo fato de se encontrarem em um menor estágio de organização administrativa.

Foi na ONG Sociedade de Amigos de Trancoso (SAT) que conseguimos a mais farta documentação. O primeiro documento consultado trata do histórico, justificativa, valores e objetivos dessa Sociedade de Amigos. Nele, manifesta-se o entendimento da SAT de que foram conservadas as principais características arquitetônicas e culturais de Trancoso e, por iniciativa da comunidade e de alguns empreendedores locais, o lugar não foi destruído pela ação predatória que atingiu outras localidades da costa brasileira. Mas apesar dessa visão positiva a cerca de Trancoso, a Sociedade apresenta uma preocupação frente às mudanças que vem ocorrendo em escala mundial. Seus integrantes entendem que em Trancoso desenvolve-se um turismo não-massificado, mas diante da globalização e dos processos de uniformização cultural, atentam para a importância de preservação da identidade do lugar. Para tanto, consideram fundamental o envolvimento e a capacitação da comunidade local. Também se preocupam com o crescimento e a forma de ocupação de Trancoso, os quais devem respeitar à legislação, tanto por parte de uma população de baixa renda, proveniente de outras localidades em busca de trabalho, quanto por iniciativa de uma população de alta renda, oriunda de outros estados e países, que adquiriu imóveis em Trancoso. A SAT ainda aponta para a questão do não atendimento por parte do poder público às demandas sociais básicas.

A principal missão dessa Sociedade de Amigos é expressa nesse documento e consiste no denominado *turismo sustentável* de Trancoso, o qual deve ser alcançado através de ações de caráter ambiental, cultural, social e educativo. Dentre os valores que norteiam as ações da SAT encontram-se o patrimônio e as tradições culturais; a identidade arquitetônica e a ocupação ordenada do espaço urbano; o meio ambiente; a diversidade cultural e racial; a liberdade de expressão; a auto-estima dos “nativos” e a transmissão desses valores aos recém-chegados.

Ao analisarmos esse documento, entendemos que a SAT, por um lado, apresenta uma abordagem ampla sobre a atual situação de Trancoso e uma visão crítica sobre os processos globais de homogeneização cultural e, por outro lado, aponta para possíveis caminhos de resistência a essas forças, através do envolvimento e da capacitação social, de respeito à legislação de uso e ocupação do solo, e de atendimento por parte do poder público às demandas sociais básicas.

O segundo documento examinado consiste no *Código de postura para o uso do espaço público da Praça de São João Batista / Quadrado de Trancoso*, o qual é

estruturado segundo três itens. No primeiro item, que trata das *Regras para o uso do espaço público*, fica estabelecido o que se segue: o ordenamento do uso desse espaço por ambulantes e vendedores, bem como para a realização de eventos, fica a cargo da Administração Distrital e do Comitê Gestor do Quadrado (CGQ); o uso do espaço público fronteiro aos imóveis comerciais fica sujeito à concessão de alvará pela Prefeitura Municipal e à aprovação do IPHAN, sendo proibida a instalação de elementos como guarda-sol, expositores e engenhos publicitários; a proibição de pintura de propaganda e/ou qualquer elemento gráfico, bem como a instalação de elementos como expositores, vitrines e toldos nas fachadas dos imóveis integrantes do conjunto urbano do Quadrado; a instalação de publicidade nos imóveis deve ser submetida à análise do IPHAN e do CGQ; a proibição de privatização de áreas públicas fronteiras aos imóveis com a instalação ou construção de decks, cercas e outros elementos; a definição de um dia para a carga e descarga de materiais; a proibição de pontos permanentes de coleta de lixo; a iluminação do espaço público por particulares fica sujeita à aprovação do IPHAN e do CGQ; o uso do espaço público para atividades esportivas fica sujeito à definição de regras pelo CGQ; a instalação de equipamentos de som no espaço público só é permitida se for mantido o volume de som ambiente; o uso do espaço público do Quadrado para eventos deve passar pela aprovação do CGQ e do IPHAN, e possuir alvará da Prefeitura Municipal.

No segundo item são abordadas as *Regras para construções no Quadrado*, as quais estabelecem que: toda a obra no Quadrado e em seu entorno deve ser submetida à análise do IPHAN e da Prefeitura Municipal; a proibição de início de obras internas e externas no prazo de 01/12 a 01/03; a interrupção ou término de qualquer a obra no dia 15/12; a carga e descarga de materiais e entulhos deve respeitar o horário das 7:00 às 10:00 h; a instalação de antenas parabólicas em imóveis do Quadrado e de seu entorno deve submeter-se à análise do IPHAN e do CGQ.

No terceiro item que trata da *Circulação de veículos motorizados no Quadrado* fica estabelecido que o Quadrado é área de uso restrito para a circulação de veículos motorizados, nos seguintes termos: o horário para carga e descarga de materiais e a circulação de demais veículos motorizados é de 7:00 às 10:00 h; os proprietários de imóveis no Quadrado podem obter a chave da corrente, desde que respeitem os horários e regras estabelecidos; a entrega de materiais como água,

gás e produtos de supermercado deve ser feita em carrinho de transporte manual, guardado próximo ao Quadrado; o uso de gás abastecido deve ser evitado na área do Quadrado; as bagagens de hóspedes de pousadas devem ser transportadas por carrinhos de propriedade das mesmas; os moradores do Quadrado que possuem motocicletas podem guardar seus veículos em suas áreas privativas, mediante a emissão de crachá de identificação e da posse da chave da corrente, sendo que a saída desses veículos deverá ocorrer pela manhã e o retorno, à noite; os veículos especiais (ambulâncias; viaturas policiais e de bombeiros) têm livre acesso, sendo que os responsáveis devem retirar cópia da chave com o CGQ.

Ao analisarmos esse documento entendemos que o mesmo espelha um modelo internacional de gestão de sítios históricos, reunindo um conjunto de regras, com vistas à conservação do sítio reconhecido enquanto patrimônio histórico-cultural. Não obstante a relevância dessas regras, consideramos que as mesmas acabam por legitimar a privatização de um espaço que é público, através de seu controle por parte de determinados grupos sociais, mais especificamente, os ocupantes dos imóveis do Quadrado, em detrimento dos demais frequentadores do lugar. Assim, apesar do Quadrado constituir um espaço público, devido a sua dupla condição – de *patrimônio*, tombado pelo IPHAN, e de objeto de atratibilidade turística -, ocorre um processo de privatização de suas áreas, através de novos modos de apropriação do lugar, legitimados pelas referidas regras.

No terceiro documento consultado encontramos pesquisas desenvolvidas pela SAT a respeito de programas governamentais e iniciativas de ONGs e de empreendedores sociais relativos à preservação ambiental e cultural na região, com o objetivo de evitar a duplicidade de esforços e embasar o seu trabalho.

Nesse documento a SAT expõe a sua visão acerca do Quadrado, não só enquanto patrimônio material, mas também como bem imaterial que congrega práticas culturais coletivas. Nesse sentido reflete sobre a importância de protegê-lo enquanto um lugar singular, a exemplo da Feira de Caruaru, incluída no Livro de Registro de Lugares, no qual são inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços representativos da cultura de uma sociedade, conforme legislação federal de proteção ao patrimônio.

A SAT também menciona no documento em questão as reuniões e conversas informais com distintos agentes sociais a fim de discutir dois assuntos, em especial: a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs – na região e a

candidatura do município de Porto Seguro, com ênfase em Trancoso, a dois fundos internacionais destinados ao turismo sustentável.

Ao analisarmos esse documento entendemos que, apesar da SAT reconhecer o Quadrado enquanto patrimônio material e imaterial, sua visão insere-se numa perspectiva globalizada, na medida em que estabelece uma associação entre as esferas cultural e econômica, bem como defende uma vinculação com agentes sociais típicos de uma economia mundializada. Cabe ressaltar, porém, que essa interpretação se opõe diretamente àquela que tecemos em relação ao primeiro documento examinado.

Finalmente examinamos um documento que trata do *Projeto Trancoso Sustentável*, o qual visa à implementação do desenvolvimento sustentável da região, através da articulação de atores sociais, tais como lideranças locais, setor empresarial e órgãos públicos. Esse projeto se fundamenta tanto na filosofia de que a sustentabilidade encontra-se ligada ao sucesso de atuação das esferas econômica, social e ambiental, quanto num amplo engajamento social. Sua consolidação deverá ser efetivada através da *Carta de Trancoso*, documento que representará um pacto social entre os agentes sociais envolvidos e no qual estarão expostos compromissos a serem observados no momento de implementação de políticas, empreendimentos e programas na região.

Assim como o documento examinado anteriormente, a análise desse último documento permite-nos perceber que tanto a filosofia adotada, quanto os atores sociais a que se procura vinculação, revelam a inserção do projeto no âmbito da globalização. Desse modo, ao buscarmos concluir a análise dos documentos da SAT, entendemos que, não obstante a sua visão ampla e crítica a respeito da situação atual de Trancoso frente aos processos globais de homogeneização cultural, a mesma não constitui efetivamente um movimento de resistência.

Em prosseguimento visitamos a ONG Tradições de Trancoso, na qual fomos informados que deveríamos colher maiores dados sobre a mesma no site *A voz de Trancoso*. Nesse site, tivemos acesso ao principal projeto da ONG - *Projeto Parque Ecológico Marítimo de Trancoso* -, que propõe a criação do parque e se opõe à privatização da área que corresponde a uma faixa litorânea em frente à Vila de Trancoso, limitada pela foz do Rio Trancoso até aproximadamente 2 Km para o sul (praia do Rio Verde) e desde os corais e recifes próximos à praia até a estrada que beira as falésias.

Segundo a referida fonte, o *Projeto Parque Ecológico Marítimo* é auto-sustentável e visa contribuir para a geração de empregos, a elevação da qualidade de vida da população local e a proteção do patrimônio. Também prevê que o excedente das arrecadações do Parque será voltado para projetos comunitários nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, cultura e fiscalização da APA Caraíva-Trancoso.

O projeto tem como justificativas o impedimento da privatização ou da favelização da área em questão; a preservação do meio ambiente, com uma fiscalização constante; a aplicação efetiva das leis federais, estaduais e municipais de preservação ambiental; o impedimento de implantação de empreendimentos turísticos que devastam áreas naturais em nome de lucros privados; a criação de uma infraestrutura para receber um turismo nacional e internacional; a criação de instrumentos legais que possam controlar a visitação no Parque, limitando o número de veículos de excursão.

Ao analisarmos tais informações entendemos que, não obstante o fato de o maior enfoque do projeto ser a questão ambiental, existe por parte da ONG uma visão ampla sobre os problemas da localidade, bem como se visa através dele, contribuir para uma melhoria das condições de vida. Há também um olhar crítico no que se refere à necessidade de defesa dos interesses públicos, frente aos privados. No entanto, não conseguimos identificar uma preocupação específica no que tange ao patrimônio cultural e à sua reapropriação no contexto da globalização. A questão do turismo nacional e internacional é tratada como mais um aspecto da situação geral, sem consideração crítica a respeito de seus efeitos sobre a sociedade local.

Como modo de concluir a análise das fontes documentais relativas às duas referidas ONGs, consideramos que há, em ambos os casos, um enfoque abrangente sobre a sociedade de Trancoso e suas necessidades. No que diz respeito à SAT percebemos que, em comparação a Tradições de Trancoso, há uma abordagem mais crítica sobre a globalização e os processos de homogeneização cultural, os quais se relacionam diretamente com o fenômeno em estudo da *cenarização*. Mas apesar desse olhar crítico, essa Sociedade de Amigos não consegue efetivamente se constituir em um movimento de resistência, na medida em que a filosofia defendida, bem como os agentes sociais com os quais procura engajamento inserem-se na lógica de uma economia mundializada. No que se refere a Tradições

de Trancoso, apesar do perfil contestador de alguns de seus membros[42], não conseguimos identificar um exame crítico em relação à questão do patrimônio cultural. Não obstante seu enfoque amplo sobre a localidade, consideramos que essa ONG também não logra constituir um movimento de resistência no que tange ao nosso foco de interesse, os processos de uniformização cultural no âmbito da globalização.

Ao buscarmos concluir a análise desse terceiro momento do Quadrado, entendemos que a partir da década de 1990, grupos sociais de elite se apropriaram do lugar, não como um espaço mítico das antigas famílias, nem como o *paraíso perdido* dos hippies, mas enquanto um espaço-mercadoria, propício às trocas econômicas e com seu inerente caráter *fetichista*.

Esses novos grupos sociais foram para Trancoso para investir, comprar imóveis no Quadrado e na praia, arrendar pousadas, restaurantes e lojas e obter lucros. Buscavam também viver uma fantasia de luxo: brincar de *nativo*, se vestir de forma despojada, andar descalço ou de sandália havaiana, e frequentar um lugar pitoresco, típico de pescadores e agricultores. Nesse sentido os laços que passaram a ligar os novos grupos com o lugar não são existenciais, nem afetivos e identitários, e sim meramente econômicos e envoltos numa aura de *fetichismo.*

Assim o lugar que anteriormente constituía um todo passou a ser fragmentado segundo uma razão econômica e de *status* social: os imóveis da esquerda, de quem olha para Igreja, valem mais porque têm vista para o mar, enquanto que os da direita valem menos pelo motivo inverso. Os valores dos imóveis sofreram uma supervalorização econômica e as antigas casas, moradas das famílias, passaram a abrigar pousadas e restaurantes de alto padrão, bem como lojas de grifes famosas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Os frequentadores desse espaço não são mais as antigas famílias, nem os hippies dos anos 1970, mas pessoas *descoladas* e endinheiradas que procuram estar no *lugar da moda*. Os chamados *nativos* e os hippies ficaram do lado de fora do Quadrado, na feirinha de artesanato e no bairro da Invasão[43]. Com exceção de poucas famílias que ainda permaneceram no Quadrado, hoje esse espaço é só para quem pode pagar e bem. É claro que a Praça São João Batista – o denominado

[42] Tal perfil pode ser percebido no contato que tivemos com alguns de seus integrantes.
[43] A feirinha de artesanato é um dos lugares de trabalho e o bairro da Invasão é um local de moradia, tanto de hippies, quanto de antigos habitantes de Trancoso.

Quadrado - é considerada pública, mas os olhares e as regras ditam quem e como frequentá-la. Nesse processo de transformação as antigas famílias e os hippies foram substituídos por novos tipos - os *hippies-chic*[44] (despojados produzidos).

Para os grupos de elite que se apropriaram do lugar nesse terceiro momento, o fato de o Quadrado ser considerado patrimônio cultural não é o mais importante, mas sim que é um lugar da moda. Aqui o patrimônio aparece como um rótulo, um atrativo a mais para o consumo do lugar. Além disso o Quadrado não é apropriado enquanto um sítio histórico, mas enquanto um lugar pitoresco. A história é um componente fraco dessa *fetichização*, se comparada à que ocorre em outros sítios no Brasil, como Paraty-RJ e Tiradentes-MG.

É nesse terceiro momento que identificamos o fenômeno de *reificação* que atinge tanto as relações sociais, que se coisificam (o vínculo social passa a ser dominado pela instância econômica), quanto o próprio espaço, o qual passa de *símbolo* (imagem de cidade celeste e patrimônio vivo, num primeiro momento, e paraíso perdido e patrimônio institucionalizado, num segundo) a *signo* (*fetiche* do pitoresco e patrimônio *reificado*).

É nesse contexto também que percebemos a manifestação da modalidade de *cenarização*. Através de uma relação imediatista e superficial, o lugar é transformado em um *cenário*, uma ambientação artificial para se viver a *fetichização* de um lugar pitoresco. Assim verificamos tanto a ampla presença dos traços da *cenarização* formulados *a priori* num plano teórico, quanto traços específicos desse fenômeno, no que tange ao nosso objeto de estudo empírico, conforme indicamos a seguir.

Primeiramente, apesar da inquestionável *cenarização* manifesta, verificamos que a mesma não implicou em uma mudança absoluta na posse da terra. Como vimos, há uma considerável transformação na aparência, nos usos e nos ocupantes dos imóveis do Quadrado, mas a maior parte desses permaneceu nas mãos dos antigos proprietários.

Em segundo lugar identificamos um forte traço de exclusão social. Apesar de o Quadrado ser um espaço público, os novos ocupantes dos imóveis impõem novas formas de apropriação do lugar, legitimadas por regras e controladas por olhares e práticas, as quais constrangem e excluem a população local de baixa renda.

---

[44] Expressão utilizada, em artigos de revistas de moda, para se referir às pessoas endinheiradas, mas com visual despojado, que frequentam Trancoso.

Em terceiro lugar percebemos que os potenciais movimentos de resistência aos processos globais de homogeneização cultural tendem, de algum modo, a ser absorvidos e anulados, seja através da participação de seus integrantes na economia mundializada que atingiu o lugar, seja pelo interesse de engajamento com agentes típicos dessa economia, seja ainda nas manifestações culturais remanescentes que perderam força, pela sua cooptação por agentes globais que frequentam o lugar – pessoas famosas e endinheiradas.

Finalmente verificamos que ocorreu no lugar uma grande valorização imobiliária, no entanto esse quadro pode vir a modificar-se, uma vez que o fenômeno da *cenarização* insere-se numa lógica sazonal ou episódica da moda e do consumo, e diante de outros objetos de atratibilidade, os valores dos imóveis tendem a decair.

4 O *ESPAÇO-SIMULACRO* DA VILA DO OUTEIRO

Esta seção tem por finalidade o exame do caso da Vila do Outeiro, situada no Condomínio Outeiro das Brisas – Praia do Espelho – distrito de Trancoso – município de Porto Seguro, enquanto um exemplo do fenômeno de *reificação* do patrimônio, sob a modalidade de *espaço-simulacro*, ou seja, um espaço que constitui uma reprodução de um sítio histórico e/ou natural existente.

Diferentemente do caso do Quadrado que constitui um sítio processual e coletivamente constituído, o caso da Vila configura um empreendimento imobiliário datado, por iniciativa de um grupo empresarial. Desse modo, distintamente da seção anterior relativa ao caso do Quadrado, que foi estruturado segundo recortes temporais representativos, na presente seção não coube esse tipo de estruturação, sendo o único recorte examinado o que corresponde ao momento de criação do empreendimento (década de 1990) até os dias de hoje.

A partir de uma observação inicial do lugar, tivemos a impressão de que o mesmo configurava a imagem refletida, como num espelho, da implantação e da tipologia arquitetônica do Quadrado. Contudo, em nossa investigação empírica, procuramos examiná-lo com maior profundidade, perscrutando as motivações que levaram à sua concepção; o modo pelo qual é apropriado pelos seus usuários, e finalmente, a manifestação dos traços característicos da modalidade *espaço-simulacro*, formulados *a priori* numa dimensão teórica[45].

Como fontes de pesquisa para o caso da Vila, utilizamos um documento de divulgação comercial do Condomínio Outeiro das Brisas; levantamentos realizados *in loco* no ano de 2008 (levantamento de usos dos imóveis da Vila[46]; croquis e levantamento fotográfico[47]) e depoimentos[48].

Primeiramente examinamos um CD de propaganda imobiliária do Condomínio, produzido pelo grupo empreendedor e fornecido por um corretor. Nesse material de divulgação, o Diretor de Marketing, descreve o empreendimento como “um condomínio fechado de alto padrão”, localizado no sul da Bahia, entre Trancoso e Caraíva. Também expressa o principal objetivo do grupo empreendedor que é a comercialização de terrenos, casas e bangalôs.

---

[45] A esse respeito ver p.77-78.
[46] Ver em APÊNDICE G.
[47] Ver em APÊNDICE H, croquis e levantamento fotográfico.
[48] Ver em APÊNDICE I, modelo geral e entrevistas transcritas do caso da Vila.

É ainda apresentada toda a estrutura do Condomínio: o Club que corresponde à área social, com piscina, bar, restaurante e vestiários; uma hípica e um campo de golf, ambos em construção; uma pista de pouso e um mercado com sistema delivery.

Como todo instrumento de marketing, o CD busca transmitir uma imagem do produto para atrair o público consumidor. Nesse caso, a imagem que se procura vender é a de um lugar que reúne tanto a natureza e a liberdade, quanto o conforto e a infraestrutura da vida contemporânea. Também é enfatizado o caráter exclusivista do empreendimento na medida em que o condomínio é privado e somente para "as pessoas que têm o privilégio de estar lá"[49].

Ao analisarmos essa fonte documental percebemos que o lugar é concebido e vendido como uma mercadoria, cujo *fetiche* gira em torno de dois polos: de um lado, uma ideia de primitividade, de *paraíso*, onde a natureza, a beleza e a liberdade se congregam e, de outro lado, uma ideia de contemporaneidade e de exclusividade, cujos signos são o conforto, a infra-estrutura, a segurança e o lazer, num espaço somente para privilegiados.

Com base nessa fonte documental procuramos identificar os traços do *espaço-simulacro*, a saber[50]: com relação aos traços 1 - constitui a reprodução de um sítio histórico e/ou natural existente; 3 - em sua concepção, não se visa a integração com outros sítios urbanos e/ou naturais existentes, mas pretende-se construir um *espaço em si mesmo*, um *ambiente urbano e/ou natural em miniatura*; 5 - há uma exacerbação da imagem na arquitetura; 6 - os tipos humanos que frequentam o lugar também simulam personagens e modos de vida, e 8 – essa modalidade está diretamente ligada à modalidade da *cenarização*, nada podemos afirmar, uma vez que a fonte em questão não apresenta indicativos suficientes a esse respeito. Contudo, verificamos a presença dos traços 2, 4 e 7, na medida em que fica comprovado, respectivamente, o caráter episódico do lugar, enquanto empreendimento projetado e construído num tempo determinado e por um certo agente social; a sua natureza privada, de condomínio, e a sua *reificação*, enquanto mercadoria produzida, vendida e a ser consumida.

[49] Citado no CD de divulgação do Condomínio Outeiro das Brisas.
[50] A esse respeito ver Tabela 1 em APÊNDICE J.

Além do exame dessa fonte documental realizamos *in loco*, no ano de 2008, croquis[51] que forneceram base para o levantamento de usos[52] e levantamento fotográfico, relativos à área da Vila que corresponde à reprodução do Quadrado.

No que se refere ao levantamento de usos observamos que dos quarenta e um lotes existentes, vinte e seis foram edificados, ou seja, sessenta e seis por cento. Dessas edificações, dezesseis são de uso residencial; oito de serviços; uma comercial e uma de uso misto.

Percebemos também que esse trecho da Vila concentrou uma ocupação considerável em relação ao restante do Condomínio Outeiro das Brisas, o qual apresenta uma ocupação rarefeita. Acreditamos que isso se deva tanto pelo fato de que os lotes da Vila apresentam um preço mais acessível pelas suas menores dimensões, quanto pela atratibilidade dessa área que constitui uma reprodução de um sítio histórico.

Cabe ressaltar que no decorrer da elaboração dos croquis e do levantamento de usos, verificamos que a ideia de reprodução do Quadrado não se limita à arquitetura, mas se estende aos tipos humanos que ocupam os imóveis. Esses parecem representar personagens típicos da região, pelo uso de um vestuário despojado, e com um dissimulado ar *blasé*[53].

No que se refere à imagem do lugar captada através de nosso levantamento fotográfico, percebemos na arquitetura uma exacerbação da aparência manifesta tanto na recorrência a um *fachadismo*, ou seja, uma não correspondência entre exterior e interior (em alguns casos, há somente a fachada imitando a edificação antiga e o imóvel propriamente dito encontra-se a uma certa distância dela), quanto no emprego de cores vibrantes e contrastantes e da técnica da pátina (em ambos os casos, o resultado é o mesmo de artificialidade).

Com base nesses levantamentos realizados *in loco*, percebemos a manifestação dos seguintes traços[54]: 1- constitui a reprodução de um sítio histórico existente; 2 – não é um lugar processual e coletivamente constituído, mas sim projetado e construído em um dado momento e por um determinado agente social; 3 – constitui um espaço fechado em si mesmo, que se pretende autossuficiente, como

[51] Ver em APÊNDICE H, croquis e levantamento fotográfico.
[52] Ver em APÊNDICE G, levantamento de usos.
[53] Expressão utilizada por Georg Simmel para designar a personalidade humana incapaz de reação devido ao excesso de estímulos das grandes cidades. A esse respeito ver SOUZA; ÖELZE (2005).
[54] A esse respeito, ver Tabela 2 em APÊNDICE J.

uma *cidade em miniatura*; 4 – trata-se de um espaço privado; 5 – há uma exacerbação da aparência na arquitetura, seja pela recorrência a um *fachadismo*, seja pelos tratamentos empregados nas fachadas; 6 – o *simulacro* não se limita à arquitetura, mas se estende aos tipos humanos que frequentam o lugar; 7 – a *reificação* do lugar é incontestável, na medida em que é consumido enquanto um *fetiche* de um lugar pitoresco; 8 – há uma relação direta entre as modalidades do *espaço-simulacro* e da *cenarização*, a ponto de ambas se confundirem, em sua aparência.

Além das referidas fontes de pesquisa realizamos também entrevistas, mas distintamente do caso do Quadrado, no qual tivemos grande facilidade de identificação e de acesso aos agentes representativos do lugar, no caso da Vila do Outeiro, foi necessária uma estratégia de investigação diferenciada, compatível com as características desse espaço. Isso se deve ao fato de que, no primeiro caso, trata-se de um espaço público, reconhecido enquanto sítio histórico e patrimônio cultural, e objeto frequente de interesse por parte de pesquisadores e visitantes. Já no segundo caso, por tratar-se de um espaço privado, identificado enquanto um empreendimento imobiliário, o interesse de um pesquisador provoca um certo estranhamento e até uma desconfiança por parte dos agentes sociais envolvidos.

Diante dessa situação, excetuando-se as entrevistas com o proprietário de uma pousada situada na Vila e responsável pela implantação da infraestrutura no Condomínio, realizada no Escritório Técnico do IPHAN de Porto Seguro, mediante a sua apresentação por um técnico desse Instituto, e com um corretor de imóveis e proprietário de uma pousada em Trancoso, ocorrida nesse local, para os demais entrevistados, utilizamos um recurso diferenciado para a nossa inserção no lugar. Desse modo, primeiramente, procuramos acessá-lo como hóspedes de uma pousada na Vila, para posteriormente, de modo informal, obter os primeiros dados através dos quais identificamos os agentes representativos que buscamos entrevistar. Cabe ainda ressaltar que, para o caso da Vila, usamos também os depoimentos colhidos para o caso do Quadrado[55], no que tange à relação entre os dois.

Como base para as entrevistas elaboramos um modelo geral[56] estruturado segundo três grupos de questões, a saber: identificação do agente social;

[55] Ver em APÊNDICE E.
[56] Ver em APÊNDICE I, o modelo geral e as entrevistas transcritas.

concepção da Vila e modo de apropriação do lugar. É importante dizer que este modelo foi adaptado para cada agente social, além de sofrer alterações no decorrer das entrevistas a fim de lhes permitir acontecer da forma mais espontânea possível. As entrevistas encontram-se transcritas no apêndice I e, como modo de analisá-las, procuramos identificar os traços da modalidade *espaço-simulacro*.[57]

Em nosso exame percebemos uma maior recorrência de quatro traços, a saber: em primeiro lugar, o traço 1 (presente em onze entrevistas) – constitui a reprodução de um sítio histórico e/ou natural existente; em segundo lugar, o traço 8 (constante em dez entrevistas) – a modalidade *espaço-simulacro* está diretamente relacionada a modalidade da *cenarização*, e em terceiro lugar, tanto o traço 2 (verificado em oito entrevistas) - por tratar-se de uma cópia, não é um espaço constituído processual e coletivamente, mas projetado e construído em determinado tempo e por certo agente social, quanto ao traço 7 - manifesta-se a *reificação* do lugar, na medida em que é produzido, vendido e consumido enquanto mercadoria.

Desses traços mais recorrentes, destacamos alguns depoimentos representativos, em prosseguimento. Quanto ao traço 1 [58]:

> O desenho da Vila é inspirado no famoso Quadrado. Procurou-se resgatar um conceito de organização e de alinhamento do espaço, ou seja, um espaço cujo limite entre o público e o privado é a fachada. Buscou-se também privilegiar o espaço público. Ali, é possível resgatar essa configuração antiga porque é um condomínio, um ambiente seguro. Nas áreas públicas não circulam automóveis.
>
> Entrevista 18 – proprietário da Pousada Villaggio del Mare situada na Vila e responsável pela implantação da infraestrutura no Condomínio Outeiro das Brisas (APÊNDICE I).

No que se refere ao traço 8 [59]:

> Lá se tentou fazer um ‘mini-Trancoso’, mas alma de Trancoso não é construída. Se você chega lá fora do reveillon parece uma cidade-fantasma. Eles sabiam que o Quadrado era um lugar que as pessoas gostavam. Mas é diferente quando se tem um aldeamento jesuítico de quinhentos anos e uma coisa de quinze anos, uma reprodução, onde você não teve os nativos e os biribandos. Enquanto não tiver

[57] Ver Tabela 3 em APÊNDICE J.
[58] Constitui a reprodução de um sítio histórico e/ou natural existente.
[59] A modalidade *espaço-simulacro* está diretamente relacionada à modalidade da *cenarização*.

> uma constância de pessoas vivendo lá, será um lugar fantasma. Ninguém vive lá o ano inteiro porque não tem como viver.
>
> Entrevista 16 - estrangeira que vive há pelo menos vinte anos em Trancoso e trabalha no mercado imobiliário (APÊNDICE I).

Com relação ao traço 2 [60]:

> Em 1989, o italiano Nicola D' Ippolito que tem escritório em São Paulo comprou o Outeiro para fazer o Condomínio Outeiro das Brisas. O segundo empreendimento foi a Vila do Outeiro, aprovado em 1995, com 400 lotes urbanos de 250 m², dos quais 100 foram vendidos e 50 casas foram construídas.
>
> Entrevista 18 - proprietário da Pousada Villaggio del Mare situada na Vila e responsável pela implantação da infraestrutura no Condomínio Outeiro das Brisas (APÊNDICE I).

No que tange ao traço 7 [61]:

> [...] O Outeiro foi concebido para ser vendido na Europa. Foi lançado lá. A idéia da Vila era para os trabalhadores, funcionários do Condomínio. Era uma cidadezinha. Tinha escola e igreja. Era uma referência arquitetônica e urbanística para as pessoas – uma vila. Como o Outeiro não vendeu direito, os terrenos da Vila foram vendidos para a classe média.
>
> Entrevista 20 – proprietário de uma casa na Vila e filho do engenheiro-arquiteto que projetou o Condomínio Outeiro das Brisas e a Vila do Outeiro (APÊNDICE I).

Com uma menor incidência também identificamos a manifestação dos traços: 4 – tende a ser um espaço privado ou semiprivado; 3 – em sua concepção não se visa à integração com outros sítios existentes; 5 – exacerbação da imagem na arquitetura. No entanto, não foi possível verificar a ocorrência do traço 6 – os tipos humanos que frequentam o lugar também simulam personagens e modos de vida -, o qual foi constatado a partir dos levantamentos realizados *in loco*.

Ao procurarmos concluir a nossa análise sobre o caso da Vila, verificamos que o Condomínio Outeiro das Brisas data do final da década de 1980, quando foi realizado o primeiro lançamento de lotes de 5.000 m² e casas de alto padrão. O

[60] Por tratar-se de uma cópia, não é um espaço constituído processual e coletivamente, mas projetado e construído em determinado tempo e por certo agente social.
[61] O lugar é reificado, na medida em que é produzido, vendido e consumido enquanto mercadoria.

segundo e terceiro lançamentos datam da década de 1990 e correspondem, respectivamente, aos bangalôs e à Vila do Outeiro.

Os lotes da Vila são de menores dimensões – 250 m² - e preços mais acessíveis. Apesar disso, segundo o depoimento de um dos empreendedores, oitenta por cento dos proprietários são de classe alta, e a maioria procede de São Paulo, havendo também pessoas de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Em nossa análise percebemos que houve um grande investimento por parte do grupo empreendedor a fim de dotar o condomínio de infra-estrutura (água, esgoto, iluminação elétrica, arruamento e aeroporto) e de uma estrutura social e de lazer (club, hípica e campo de golf). Contudo, não houve o retorno financeiro esperado na venda dos imóveis e hoje o condomínio apresenta uma baixa taxa de ocupação. Ademais, o lugar só é efetivamente frequentado em duas épocas – no Ano Novo e no Carnaval – e os hóspedes das pousadas, por não encontrarem nenhum atrativo além da Praia do Espelho, não permanecem muito tempo no local, mas procuram fazer passeios em sítios da região, como Caraíva, Arraial D'Ajuda e Trancoso.

Conforme verificamos o Condomínio e a Vila não atingiram o sucesso imobiliário esperado devido à concorrência de dois grandes empreendimentos de alto padrão implantados na região posteriormente – o Itapororoca e o Terra Vista. Nesse último se situa o Club Med, no qual também se procurou produzir um conjunto arquitetônico inspirado no Quadrado[62].

No que se refere às motivações que levaram à concepção da Vila, constatamos que a maior referência era o Quadrado de Trancoso. Com a sua construção, visava-se, num plano concreto, à obtenção de um foco de atratibilidade, enquanto um espaço de convivência e, numa dimensão simbólica, enquanto reprodução de um sítio histórico e natural, *fetichizado* enquanto lugar pitoresco, objeto da moda e de *status* social.

Entretanto, a partir de nossas fontes de investigação, constatamos que tanto numa dimensão quanto noutra, esse espaço não cumpriu plenamente as idéias que lhe deram origem. No plano das relações sociais, as pessoas acabaram reproduzindo os modos de vida das grandes cidades, se fechando em suas próprias casas. Do ponto de vista simbólico, não há dúvida de que o espaço constitui uma

[62] Ver em APÊNDICE E, nas entrevista 6,12 e 13.

reprodução de um sítio histórico e natural existente, mas não houve o sucesso esperado nas vendas e só um pouco mais da metade dos imóveis foram vendidos.

Assim, a partir dos depoimentos colhidos e da observação de campo, verificamos que a atração inicial do público pelo *espaço-simulacro* logo se esvai e se transforma em tédio e frustração. Por trás daquela casca imitativa da arquitetura antiga, não há nada, ou melhor, há um imenso vazio. Do mesmo modo, a *praça-simulacro* que se pretende *Quadrado* constitui um espaço deserto e desolador. Por isso, as pessoas não conseguem permanecer muito tempo no lugar, mas insatisfeitas e ansiosas, procuram entretenimento em outros sítios da região. Aquele vazio, então, se transforma em euforia e, assim sucessivamente, vazio e euforia se intercalam.

Em nosso entendimento essas mesmas sensações de vazio e euforia que impulsionam as pessoas ao consumo dos sítios históricos enquanto *cenários*, também as atraem para as suas reproduções. Ambas as modalidades de *reificação* do patrimônio – *cenarização* e *espaço-simulacro* - inserem-se na lógica da indústria e do consumo culturais. Os lugares são produzidos e consumidos enquanto objetos *fetichizados* e os seus usuários têm uma relação imediatista e efêmera com eles. Desse modo, consome-se um lugar como uma mercadoria da moda que logo é esquecida e substituída por outra.

Quanto aos traços característicos do *espaço-simulacro*, constatamos tanto a ampla manifestação daqueles definidos *a priori*, num plano teórico, quanto a presença de dois traços singulares dessa modalidade no que se refere ao nosso objeto empírico, conforme apresentamos a seguir.

Primeiramente verificamos um traço de exclusão social, não somente devido a sua natureza privada, mas também pela ênfase dada, em sua propaganda comercial, ao aspecto de exclusividade, ou seja, ao fato de que o espaço só pode ser usufruído por alguns privilegiados.

O segundo traço diz respeito à artificialidade que não se limita às edificações, que constituem imitações da arquitetura antiga, mas se estende à sociabilidade que não consegue se efetivar, na medida em que as pessoas reproduzem o individualismo predominante nas grandes cidades, ao trancarem-se em suas casas, além de só frequentar sazonalmente o lugar, dificultando a construção de laços sociais consistentes.

CONCLUSÃO

Neste trabalho partimos do entendimento de que a modernidade instaura uma nova lógica de produção do espaço. Na Parte I, fundamentados na análise de Berman (1986, p. 15), verificamos que a modernidade abarca um amplo período, do século XVI aos nossos dias, e se caracteriza por uma “nova experiência de tempo e espaço”.

Contudo, conforme vimos em Mumford (1991), somente a partir do século XVII, é que se verificam as transformações mais nítidas no tecido urbano medieval com a introdução do traçado barroco. É nesse mesmo contexto que ocorre uma mudança econômica estrutural – a passagem da economia mercantil à economia monetária capitalista -, a qual provocou efeitos consideráveis nas vivências e correlatamente nas concepções de tempo e de espaço. O espaço passou a ser modificado de forma mais tangível e acelerada.

Sob essa ótica inaugurou-se uma nova relação econômica no espaço: a terra que constituía um bem permanente na economia feudal tornou-se um produto altamente cambiável, enquanto a arquitetura adquiriu um caráter efêmero, passível de demolições e de reconstruções a todo momento.

Diante desse quadro consideramos que também a cidade passou a ser produzida sob a lógica do mercado. Além de lugar de circulação de produtos, a cidade e a sua arquitetura tornaram-se mercadorias passíveis de serem ininterruptamente trocadas.

Aqui chegamos ao tema de nossa tese – a produção da cidade e, num sentido mais amplo, do espaço, enquanto mercadoria. É a partir daí que, fundamentados na análise inaugural de Marx (1998), posteriormente aprofundada por Lukács (2003), sobre o conceito de *reificação*, teorizamos sobre o fenômeno de *reificação* do espaço, ou seja, a sua transformação em mercadoria, objeto de trocas econômicas e de *fetichismo.*

Para os dois pensadores o fenômeno de *reificação* apresenta um duplo aspecto – o objetivo, que se refere ao objeto que se *personifica*, no sentido de adquirir caracteres sociais e uma autonomia em relação aos seres humanos, e o subjetivo, que diz respeito ao sujeito que se *coisifica*, isto é, perde a sua subjetividade e passa a se submeter às coisas.

Marx (1998) e Lukács (2003) se debruçam sobre a análise do processo de divisão social do trabalho como fundamento da *reificação*. Na visão de Marx (1998) as relações sociais não se manifestam diretamente, mas passam a ser mediadas pelos produtos, os quais, por sua vez, se personificam e se tornam independentes em relação aos seres humanos. Segundo Lukács (2003), se por um lado, devido ao processo de especialização do trabalho, a unidade do objeto é rompida e a produção torna-se a reunião de sistemas parciais, por outro, o homem deixa de ser o sujeito desse processo e passa a ser incorporado como uma peça de um sistema, a cujas leis ele precisa se submeter. Considera, ainda, que a mecanização racional do trabalho só se tornou possível com o advento do trabalhador livre, cuja força de trabalho é trocada como mercadoria. Entretanto, ressalta que a *reificação* deste não se limita a sua força de trabalho, mas se estende a sua consciência.

Se o processo de divisão social do trabalho constitui o fundamento da *reificação*, a figura central desse fenômeno não poderia deixar de ser a mercadoria. É sobre ela que Marx (1998, p. 94) vislumbra uma aura de mistério, a qual não se refere ao seu aspecto material, mas ao fato de que as relações sociais assumem uma “forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”, enquanto estas adquirem uma autonomia e uma ascensão sobre os seres humanos. É esse fenômeno que Marx (1998) designa de *reificação* ou *fetichismo*, o qual não se restringe às relações produtivas, no sentido estrito desse termo, mas se estende a todos os campos da vida material e imaterial da sociedade capitalista. Tal percepção foi captada e aprofundada por Lukács (2003) que considera a mercadoria como a questão central do capitalismo moderno. Em seu entendimento é na estrutura da relação mercantil que se encontra o modelo de todas as formas de objetividade e de subjetividade da sociedade capitalista. Ademais, atenta para o fato de que a desagregação social, à qual Marx (1867 apud LUKÁCS, 2003) se refere, ocorre somente quando a mercadoria penetra no conjunto das manifestações vitais da sociedade e as modela segundo a sua imagem. É nesse momento que a *reificação*, surgida da relação mercantil, influencia de forma decisiva o desenvolvimento objetivo e subjetivo da sociedade.

Conforme vimos, Marx (1998) e Lukács (2003) se detêm sobre a análise do processo de divisão social do trabalho e da mercadoria como elementos essenciais da *reificação*. De tal fenômeno, percebemos que decorrem dois problemas. O primeiro diz respeito ao sujeito que, no plano coletivo, deixa de se relacionar

diretamente com outros homens e, no plano individual, se *reifica*, não só enquanto força de trabalho, mas também em sua própria consciência. O segundo problema se refere ao objeto que adquire uma autonomia e uma independência em relação aos seres humanos.

Em nossa abordagem sobre a produção do espaço, ambos os problemas nos interessam. De um lado, os seres humanos passam a ter a sua consciência unificada a ponto de produzirem e consumirem espaços-mercadoria, e de outro, estes se autonomizam e exercem um poder sobre os homens, através da aura de *fetichismo* que os envolve.

Assim como em Marx (1998) e Lukács (2003) buscamos a conceituação do fenômeno de *reificação*, em Simmel (1896 apud SOUZA; ÖELZE, 2005), encontramos bases para a sua extensão ao domínio da cidade. Para esse pensador o dinheiro e a divisão social do trabalho provocaram a separação entre as culturas subjetiva e objetiva, a qual possibilitou tanto uma maior liberdade pessoal e um aumento da cultura objetiva, quanto uma objetivação dos conteúdos da vida, que teve como consequência o domínio das coisas sobre os homens. É nesse ponto de sua abordagem que identificamos o fenômeno de *reificação*, uma vez que aponta para uma separação e uma autonomização entre as esferas subjetiva e objetiva, bem como para a preponderância desta sobre aquela.

Além disso Simmel (1896 apud SOUZA; ÖELZE, 2005) observa que a relação entre o ser humano e o espaço não é meramente objetiva, mas envolve um conjunto de valores subjetivos. Ao trocar seus direitos à terra por dinheiro, como ocorreu na economia feudal, ou ao vendê-la, como acontece na economia monetária capitalista, o homem abre mão não só de um espaço físico mas também de um universo de valores que constituem a sua subjetividade.

A partir de Simmel (1896 apud SOUZA; ÖELZE, 2005) entendemos que a economia capitalista veio *reificar* tanto o espaço que se torna mercadoria, quanto o sujeito que tem sua subjetividade objetificada. Como o autor nos indica, o homem moderno tem a ideia de que a felicidade e a satisfação encontram-se ligadas à posse do dinheiro, mas nenhuma das duas são alcançadas, devido ao fato de que o dinheiro é um meio e não um fim.

Ao abordar essa incessante busca do homem por felicidade e satisfação, a qual sempre redunda em frustração, em Simmel (1896 apud SOUZA; ÖELZE, 2005), percebemos uma antevisão da sociedade contemporânea e sua correspondente

produção do espaço. Em seu enfoque sobre a situação global já anunciava o estado de tensão do homem na expectativa de atingir seu alvo principal, o dinheiro, o que o leva a viver numa permanente mobilidade. Nesse movimento ele procura uma grande quantidade de estímulos que o conduzem continuamente à situação inicial.

Tal discussão acerca do comportamento humano no contexto da economia monetária capitalista vem confluir com a nossa problemática sobre a produção do espaço na contemporaneidade. Em nosso entendimento o homem contemporâneo busca nos novos espaços ou na apropriação dos antigos, tanto fontes de produção de riqueza, quanto formas de entretenimento. É justamente esse processo de produção do espaço e a sua *reificação*, o tema sobre o qual procuramos nos concentrar.

Conforme vimos, como manifestação material das transformações de ordem econômica, política e social, a cidade do século XIX mostra os primeiros sinais de sua *reificação* através do fenômeno de *colportage* teorizado por Benjamin (1994, 2006). Com base em seu enfoque entendemos que tal fenômeno constitui um novo modo de percepção e de produção do espaço, não mais perene, mas modificado num perpétuo *vir-a-ser*.

Num segundo momento debruçamo-nos sobre a análise dos processos de produção da cidade contemporânea, para a qual fundamentamo-nos no pensamento crítico de Debord (1997), Baudrillard (1995, 2004) e Jameson (1997). Não obstante a singularidade de suas abordagens, identificamos um fio condutor que as une e nos revela pontos essenciais para a construção teórica do foco maior de nossa tese – a *reificação* do espaço e suas formas de manifestação na contemporaneidade.

Para Debord (1997), há uma hegemonia da imagem sobre a realidade objetiva no atual contexto, onde a mercadoria dominou totalmente a vida social.

Através de seu enfoque sobre o pós-modernismo, Jameson (1997) nos aponta para o papel central da cultura nesse contexto, bem como para as novas tendências de produção da cidade. Com base nas formulações do economista Mandel (1978 apud JAMESON, 1997), o autor nos indica que esse momento é marcado pela expansão global da forma mercadoria e que, apesar da existência de forças heterogêneas e resistentes, estas tendem a ser dominadas e anuladas por um processo mundial de homogeneização cultural.

Pautado no pensamento de Marx, Baudrillard (2004) considera o fenômeno de autonomização dos objetos, e estes enquanto um sistema de *signos* distintivos

da atual sociedade. Tal visão contribui para teorizarmos sobre a transformação do espaço em um objeto de consumo e de distinção social. Ademais esse pensador traz à luz o fenômeno que nomeia de *redução semiológica*, ou seja, a redução do *símbolo* ao *signo*, o qual constitui base fundamental para a construção teórica sobre a *reificação* do patrimônio – fenômeno central de nossa tese. Em nosso entendimento o patrimônio, de *símbolo* da cultura e da história de uma sociedade, é reduzido a *signo*, *fetiche*, objeto da moda e de *status* social.

Para a teorização desse fenômeno procedemos a um exame da própria noção de patrimônio e da tendência atual de *reapropriação de sítios históricos* na lógica da indústria cultural, tanto em âmbito mundial, quanto no caso brasileiro, no qual identificamos duas modalidades recorrentes – a *cenarização* e o *espaço-simulacro*.

A *cenarização* constitui uma apropriação de um sítio histórico e/ou natural concreto (bairro, distrito ou cidade) que rompe com a dinâmica própria do lugar e, em contrapartida, cria uma ambiência artificial, voltada predominantemente para o turismo e o consumo. O *espaço-simulacro* configura a reprodução de um sítio histórico e/ou natural existente. Sob a ótica do Mercado, além dos sítios *cenarizados*, torna-se atraente a produção de suas *duplicações* em condomínios, pousadas e shoppings, o que traduz as tendências atuais de privatização e de elitização do espaço, bem como de substituição da realidade por imagens.

Na Parte II desta tese perscrutamos o fenômeno de *reificação* do patrimônio no contexto brasileiro, a partir dos casos do Quadrado e da Vila do Outeiro, respectivamente, representativos das citadas modalidades. Para essa investigação delineamos *a priori*, numa dimensão teórica, traços característicos da *cenarização* e do *espaço-simulacro*, a fim de que fossem verificados numa dimensão concreta.

No caso do Quadrado, por tratar-se de um sítio processualmente constituído no tempo, estruturamos a nossa análise a partir de três recortes, a saber: um primeiro constituído pelas ocupações iniciais do território e pela presença, num passado mais recente, já na segunda metade do século XX, das famílias naturais do Quadrado; um segundo momento, caracterizado pelo advento dos hippies e de outros viajantes nas décadas de 1970 e 80; e um terceiro que corresponde aos últimos vinte anos e se distingue pela apropriação do lugar por grupos sociais de elite.

É sobre esse terceiro momento que debruçamos o nosso maior interesse e no qual buscamos identificar os traços da *cenarização*. A partir de distintas fontes de pesquisa observamos a ampla presença dos traços previamente definidos. No plano concreto verificamos que a *cenarização* se manifesta em um sítio histórico e/ou natural existente (traço 1); há uma exacerbação da imagem, através dos tratamentos empregados nas fachadas dos imóveis (traço 2); o fenômeno não se limita à arquitetura, mas se estende aos novos tipos humanos que passam a habitar e frequentar o espaço, bem como a representar uma *encenação cultural e/ou pitoresca* (traço 3); o local perde as suas singularidades físicas e vivenciais e passa a se parecer com outros lugares que sofrem o mesmo processo, transformando-se, assim, num *espaço-globalizado* (traço 4); há uma desagregação sociocultural manifesta, tanto através da saída dos habitantes locais e de uma ruptura com os seus valores e modos de vida, quanto pela introdução de uma nova lógica, preponderantemente econômica, voltada para o consumo e o turismo (traço 5); ocorre uma valorização imobiliária do lugar (traço 6). No plano simbólico, percebemos que o sítio considerado patrimônio histórico e/ou natural é *reificado*, reduzido a um *fetiche* / *signo* de *status* social e da moda (traço 7) e que a modalidade da *cenarização* está diretamente relacionada à modalidade do *espaço-simulacro* (traço 8).

Contudo cabe destacar que, além desses traços previamente definidos, durante a investigação empírica identificamos outros traços específicos de nosso objeto de estudo. O primeiro deles refere-se ao fato de que não houve uma mudança absoluta na posse da terra. Não obstante a considerável transformação na aparência, nos usos e nos ocupantes dos imóveis do Quadrado, a maior parte desses continuou nas mãos dos antigos proprietários. O segundo traço corresponde a uma exclusão social. Apesar de o Quadrado ser um espaço público, os novos ocupantes dos imóveis impõem novas formas de apropriação do lugar, legitimadas por regras e controladas por olhares e práticas, as quais constrangem e excluem a população local de baixa renda. O terceiro traço consiste em que os potenciais movimentos de resistência aos processos globais de homogeneização cultural tendem, de algum modo, a ser absorvidos e anulados por estes. E finalmente, o quarto traço diz respeito ao quadro de valorização imobiliária que se desenvolveu no lugar, mas que tende a modificar-se frente a novos objetos de atratibilidade, o que

de certa forma confirma o nosso entendimento de que o fenômeno da *cenarização* insere-se numa lógica sazonal ou episódica da moda e do consumo.

No que tange ao caso da Vila do Outeiro, com base em nossas fontes de pesquisa, também constatamos a presença dos traços *a priori* definidos da modalidade do *espaço-simulacro.* No plano concreto verificamos que constitui a reprodução de um sítio histórico e natural existente (traço 1); por ser uma cópia, não é um lugar processual e coletivamente constituído, mas sim projetado e construído num momento determinado e por certo agente social (traço 2); em sua concepção, não se visa à integração com outros sítios urbanos e/ou naturais existentes, mas pretende-se construir um *espaço em si mesmo*, um "ambiente urbano e/ou natural em miniatura" (traço 3); tende a ser um espaço privado ou semiprivado, tal como shopping, pousada e condomínio (traço 4); há uma exacerbação da imagem na arquitetura, tanto através de um *fachadismo* – uma não correspondência entre exterior e interior -, quanto pelos tratamentos empregados nas fachadas (traço 5); os tipos humanos que frequentam o lugar também simulam personagens e modos de vida (traço 6). No plano simbólico observamos que a *reificação* do lugar se manifesta na medida em que o mesmo é produzido, vendido e consumido enquanto uma mercadoria (traço 7), e que a modalidade do *espaço-simulacro* encontra-se diretamente ligada à modalidade da *cenarização* (traço 8).

Entretanto, assim como no caso do Quadrado, além dos traços previamente delineados numa dimensão teórica, identificamos traços específicos do caso da Vila. O primeiro refere-se a uma exclusão social, também verificada no caso do Quadrado, e aqui manifesta não só devido à natureza privada da Vila, mas também pela ênfase dada ao seu caráter exclusivista, em sua propaganda comercial. O segundo traço consiste em que a artificialidade do espaço não se limita às edificações, que constituem uma imitação da arquitetura antiga, mas se estende à sociabilidade que não consegue se efetivar, na medida em que as pessoas reproduzem o individualismo das grandes cidades, além de só frequentarem sazonalmente o lugar, o que dificulta a construção de laços sociais consistentes. O terceiro diz respeito a uma atração inicial do público-consumidor pelo espaço, mas que logo se esvai diante do vazio da arquitetura e da praça enquanto *simulacros*.

Finalmente, como modo de relacionar e concluir a análise sobre as duas modalidades, mais especificamente no que se refere aos nossos objetos de estudo empírico, consideramos que, num plano de concretude, a *cenarização* de um sítio

histórico e/ou natural engendra, num plano simbólico, um *signo*, que passa a constituir um modelo, o qual tende a ser reproduzido, através da figura do *espaço-simulacro*, novamente, numa dimensão concreta. Assim, distintamente da *cenarização* que constitui uma *fetichização em primeiro grau*, ou seja, o próprio lugar reconhecido como patrimônio é *fetichizado*, o *espaço-simulacro* configura uma *fetichização em segundo grau*, pois é o *fetiche* de um lugar já *fetichizado*.

A partir de nossa pesquisa empírica percebemos que, por um lado, nas duas últimas décadas, o Quadrado foi apropriado por grupos sociais de elite, não como *símbolo* de uma cultura e de uma história, mas enquanto *signo* de *status* social e da moda, e também como *fetiche* do pitoresco. Por outro lado, na Vila do Outeiro, tentou-se reproduzir o Quadrado, mas não aquele identificado enquanto patrimônio histórico-cultural, e sim o Quadrado *fetichizado*, transformado num *signo* globalizado, num plano simbólico, e frequentado por celebridades e endinheirados, num plano concreto.

Em nosso entendimento tanto a *cenarização* quanto o *espaço-simulacro* são produtos dos processos de homogeneização cultural no contexto da globalização, onde a mercadoria abarca todos os campos da vida material e imaterial, sendo o próprio espaço produzido e *fetichizado* com esse caráter.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO; Cristina; CARNEIRO, Fernanda. *Nativos e Biribandos: memórias de Trancoso.* São Paulo: Do autor, 2004.

BAUDRIALLARD, Jean. *A sociedade de consumo.* Lisboa: Ed. 70, 2007.

_____. *O sistema de objetos*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. *Para uma crítica da economia política do signo.* Lisboa: Ed. 70, 1995.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire*: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura*.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Passagens;* edição alemã de Rolf Tiedemann; organização da edição brasileira Willi Bolle; colaboração na organização da edição brasileira Olgária Chain Féres Matos. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade*.* São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BO, João Batista Lanari. *Proteção do patrimônio na UNESCO*: ações e significados. Brasília, DF: UNESCO, 2003.

BOITO, Camillo. *Os Restauradores*: *conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884.* São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração.* São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo.* Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

EGLER, Tâmara Tânia Cohen. Políticas urbanas para o espaço global. *Economia, Sociedade y Território*. V. 5, no. 17, ene./abr. 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

FONTENELLE, Isle Arruda. *O nome da marca*: McDonald´s, fetichismo e cultura descartável. São Paulo: Boitempo, 2002.

GARCIA CANCLINI, Nestor. *Imaginários urbanos*. Buenos Aires:Eudeba/Universidad de Buenos Aires, 1999.

GUERRA, Isabel. Planejamento estratégico das cidades: organização do espaço e ação coletiva. *Cidades*, Lisboa, n. 1, dez. 2000.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

_____. Modernidade: um projeto inacabado. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; ARANTES, Paulo Eduardo. *Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas*: arquitetura e dimensão estética depois das vanguardas e duas conferências de Jürgen Habermas. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2000.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, Departamento de Promoção, Paço Imperial. *Memória e Educação*. Rio de Janeiro: lBPC, 1992.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

JAMESON, Fredric. *A cultura do dinheiro*: ensaios sobre a globalização. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Espaço e imagem*: teorias do pós-moderno e outros ensaios. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

_____. *Pós-modernismo*: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997.

JENCKS, Charles. *What is post-modernism?* Chichester: Academy Editions, 1996.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KLEIN, Naomi. *Sem logo*: a tirania das marcas em um planeta vendido. Rio de Janeiro: Record, 2003.

KOSTOF, Spiro. *The city shaped*: urban patterns and meanings through history. Hong Kong: C& C Offset Printing, 1999.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade.* [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LEFEBVRE**,** Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero*: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LYOTARD, Jean-Françoise. *A condição pós-moderna.* Rio de Janeiro: J. Olympio, 2004.

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. Livro I, v.1.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil*: uma trajetória. Brasília, DF: Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história, suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PATRIMÔNIO Mundial no Brasil. Brasília, DF: UNESCO, 2002.

PEIXOTO, Nelson Brissac. *Paisagens Urbanas*. São Paulo: Editora SENAC, 1996.

ROUANET, Sérgio Paulo. *A razão nômade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

SÁNCHEZ, Fernanda; BIENESTEIN, Glauco. Competitividade, reestruturação urbana e projetos estratégicos: Caminho Niemeyer em Niterói e Museu Guggenheim no Rio de Janeiro. In: INSTITUTO DE ESTUDIOS Y TERRITORIALES PONTIFICIA UNIVERSIDAD CATÓLICA DE CHILE. *Gobernanza, competitividad y redes*: la gestión en las ciudades del siglo XXI. 1. Ed. Santiago de Chile: RIDEAL, 2003.

SÁNCHEZ, Fernanda; MOURA, Rosa. Cidades-Modelo: espelhos de virtude ou reprodução do mesmo? *Cadernos IPPUR/UFRJ*, Rio de Janeiro, Ano 13, n. 2, jul./dez. 1999.

SÁNCHEZ, Fernanda et al. Produção de sentido produção de espaço:convergências discursivas nos grandes projetos urbanos. *Revista Paranaense de Desenvolvimento,* Curitiba, n. 107, jul./ dez. 2004.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2004.

SARTRE, Jean-Paul. *Questão de método*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SIMMEL, G. *A metrópole e a vida mental*. In: VELHO, Gilberto (Org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1976.

SOUZA, Jessé; BERTHOLD, Öelze (Org.). *Simmel e a modernidade*. Brasília, DF: UnB, 2005.

NESBITT, Kate (Org.). *Uma nova agenda para a arquitetura*: antologia teórica 1965-1995. São Paulo: COSAC & NAIFY, 1995.

VAINER, Carlos B. *Pátria, empresa e mercadoria*: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

VENTURELLI, Suzete. *Arte*: espaço, tempo, imagem. Brasília: UnB, 2004.

VENTURI, Robert; SCOTT, Denise Brown; IZENOUR, Steven. *Aprendendo com Las Vegas.* São Paulo: COSAC & NAIFY, 2003.

VIOLLET-LE-DUC. Eugène Emmanuel. *Restauração.* São Paulo: Atelê, 2000.

WERTHEIM, Margaret. *Uma história do espaço de Dante à Internet*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

ZUKIN, Sharon. Aprendendo com Disney World. *Espaço & Debates,* São Paulo. p. 43-44, já./dez. 1981.

Apêndice A - Localização do Quadrado e Vila do Outeiro

APÊNDICE B – Levantamento de processos de intervenção arquitetônica nos móveis do Quadrado nas décadas de 1990 e 2000

Década de 1990[63]

Ano	Uso do imóvel	Tipo de intervenção	Tipo de requerente
1989	C/S	C	F
1989	R	C	F/T
1991	C/S	C	T
1993	C/S	C	E
1993	C/S	C	T
1994	R	C	E
1994	M	C	T
1995	R	R/A	E
1995	C/S	C	F
1996	R	C	F/T
1997	R	R/A	F
1997	R	R/A	F
1997	R	R/A	F
1998	M	R/A	F
1999	C/S	C	F

Década de 2000

Ano	Uso do imóvel	Tipo de intervenção	Tipo de requerente
2001	R	C	F
2002	R	C	E
2002	R	C	F/T
2002	R	R/A	F
2003	C/S	R/A	F/T
2003	C/S	R/A	F
2003	C/S	R/A	F
2003	C/S	R/A	F
2003	R	R/A	F
2003	R	R/A	F
2004	R	R/A	E
2004	C/S	R/A	F
2004	M	R/A	E
2005	R	R/A	T
2006	C/S	R/A	F
2006	C/S	R/A	F
2007	R	C	F
2007	R	R/A	F
2007	R	R/A	F
2007	R	C	E
2007	C/S	R/A	F
2007	C/S	R/A	F

[63] Para fins de nossa análise, incluímos os primeiros processos de intervenção no Quadrado que datam do ano de 1989 na década de 1990.

Quadro-síntese do levantamento de processos de intervenção arquitetônica nos imóveis do Quadrado nas décadas de 1990 e 2000:

Uso	Nº de proc. 1990	Tipo interv.		Tipo req.				Nº de proc. 2000	Tipo interv.		Tipo req.			
		C	R/A	T	F/T	F	E		C	R/A	T	F/T	F	E
R	7	3	4	-	2	3	2	12	5	7	1	1	7	3
C/S	6	6	-	2	-	3	1	9	-	9	-	1	8	-
M	2	1	1	1	-	1	-	1	-	1	-	-	-	1
Totais	15	10	5	3	2	7	3	22	5	17	1	2	15	4

Legenda:

Usos:
R – residencial
C/S – comércio ou serviços
M – misto

Tipos de intervenção:
C – construção
R/A – reforma e/ou ampliação e/ou regularização

Tipos de requerente:
T – brasileiro natural de Trancoso
F/T – brasileiro oriundo de outro lugar e que vive há pelo menos vinte anos em Trancoso
F – brasileiro oriundo de outro lugar e que vive há menos de vinte anos em Trancoso
E - estrangeiro

APÊNDICE C - Levantamento de usos, proprietários e ocupantes dos imóveis do Quadrado realizado *in loco* em 2008

Nº imóvel lado esq. Quadrado	uso	Nome atividade ou morador	Tipo de proprietário	Tipo de ocupante	Localiz. em rel. ao Quadrado
1	S	lanchonete	T	-	frente
2	C	Jambo Arte	T	-	frente
3	S	Toca Chop bar e rest.	E/T	-	frente
4	R	-	E	-	Frente
5	C	Lenny	F/T	F	Frente
6	C	Cerâm. Fazenda Bel Prisco	F/T	F	Frente
7	C	loja	F/T	F	Frente
8	S	Pous. e Rest. Capim Santo	F/T	-	Fundos
9	C	Fases da Lua	T	-	Frente
10	C	Iemanjá	T	-	Frente
11	S	Cantinho Doce rest.	T	-	Frente
12	R	D. Higina (professora)	T	-	Frente
13	S	Rest. Portinha	T	F	Frente
14	M	loja e res.	F	-	frente e fundos
15	M	Café, loja e res.	T	-	frente e fundos
16	C	Imobiliária Altos de Trancoso	F	-	Frente
17	C	loja	E/T	F	Frente
18	C	Deus Dará	E/T	F	Frente
19	S	Pous. Bom Astral	E/T	-	Fundos
20	C	Loja Bom astral	E/T	-	Frente
21	R	res.	F	-	Frente
22	M	Casa Pintanga e res.	F/T	-	frente e fundos
23	S	Café Esmeralda Albergue	E/T	-	frente e fundos
24	C	Cobras e Lagartos	T	F	Frente
25	V	-	T	-	Frente
26	Cul	Casa de Cultura	P	S	Frente
27	Cul	Casa de Cultura	P	S	Frente
28	R	res.	T	-	Frente
29	R	res.	T	-	Frente
30	R	res.	F	-	Frente
31	R	res.	F	-	Frente
32	R	res.	F	-	Frente
33	M	Mercato loja e rest.	T	F	Frente
34	R	Padre Jarbas	F	F	Frente
35	C	LW (couro e junco)	T	F	frente

36	C	Divino	T	F	Frente
37	R	res.	E	-	Frente
38	R	Sr. João e Dª Esther	T	-	Frente
39	V	para arrendamento	T	-	Frente
40	R	Sr. Fro e Dª Creuza	T	-	Frente
41	R	res.	E	-	Frente
42	V	à venda	T	-	Frente
43	M	Loja Taioba e res. Leda	T	-	frente e fundos
44	S	Pous. e rest. El Gordo	E	-	frente e fundos
45	R	res.	F	-	Frente
46	R	res.	F	-	frente
47	S	Pous. Jacaré do Brasil	T	F	Frente
48	Rel	Igreja São João Batista	M	-	Frente

Nº imóvel lado dir. Quadrado	**Uso**	**Nome atividade ou morador**	**Tipo de proprietário**	**Tipo de ocupante**	**Localiz. em rel. ao Quadrado**
1	S	Escritório Direito	F	-	Frente
2	S	Escritório Direito	F	-	Frente
3	S	Lanchonete e café	T		Frente
4	S	Rest. Sabor da Bahia	T	-	Frente
5	S	Rest. Vitória	T	-	Frente
6	C	Marta Meyer Atelier	F/T	-	Frente
7	M	Fulô café e galeria	F/T	-	Frente
8	C	Etnia	F	-	Frente
9	C	Empório Aldeia Trancoso	F	-	Frente
10	C	Cheia de Graça	F	-	Frente
11	C	Ave Maria	F	-	Frente
12	S	Sushibar e rest. Japaiano e Hotel da Praça	F/T	F	frente
13	M	Loja e res.	T	-	frente e fundos
14	R	res.	F	-	Frente
15	V	-	T	-	Frente
16	C	Pindorama arte brasileira	E	F	Frente

17	C	Doc Dog	F	-	Frente
18	C	loja	F	-	Frente
19	R	Da Glória (parteira)	T	-	Fundos
20	S	Rest. da Silvana	T	-	Frente
21	R	Sr. João (pai Silvana)	T	-	Frente
22	R	res.	T	F	Frente
23	C	Cerâmica Calazans	F/T	-	Frente
24	R	res.	E	-	Frente
25	R	res.	T	-	Frente
26	C	Richard's e Salinas	F	-	Frente
27	C	Marisa Ribeiro	F	-	Frente
28	S	Tempo rei bar e rest.	F/T	F	Frente
29	C	Joana Vieira Atelier	F/T	F	Frente
30	C	Lê com Cré	F	-	Frente
31	M	Loja Eugênia e res.	T	F	Frente e fundos
32	C	Marcenaria Trancoso	F/T	-	Frente
33	S	Konistore e Pous. Porto Bananas	F/T	F	Frente
34	R	res.	T	-	Frente
35	S	Rest. Cacau	F	-	Frente
36	R	Ricardo Salém	F/T	-	Frente

Quadro-síntese do levantamento de usos, proprietários e ocupantes dos imóveis do Quadrado (lado esquerdo) realizado *in loco* em 2008:

Uso	Nº imov. lado esq.	Tipo de prop.							Tipo de ocup						Local. Quad.	
		T	F/T	F	E/T	E	P	M	T	F/T	F	E/T	E	GS	Fe	Fu
R	15	5	-	7	-	3	-	-	5	-	7	-	-	-	15	-
C	13	6	3	1	3	-	-	-	3	-	9	1	-	-	13	-
S	9	4	1	-	3	1	-	-	2	1	2	3	-	-	6	4
M	5	3	1	1	-	-	-	-	2	1	2	-	-	-	5	5
V	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-
Cul	2	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2	2	-
Rel	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-
Subtotais	48	21	5	11	6	4	2	1	12	2	20	4	4	3	45	9

Quadro-síntese do levantamento de usos, proprietários e ocupantes dos imóveis do Quadrado (lado direito) realizado *in loco* em 2008:

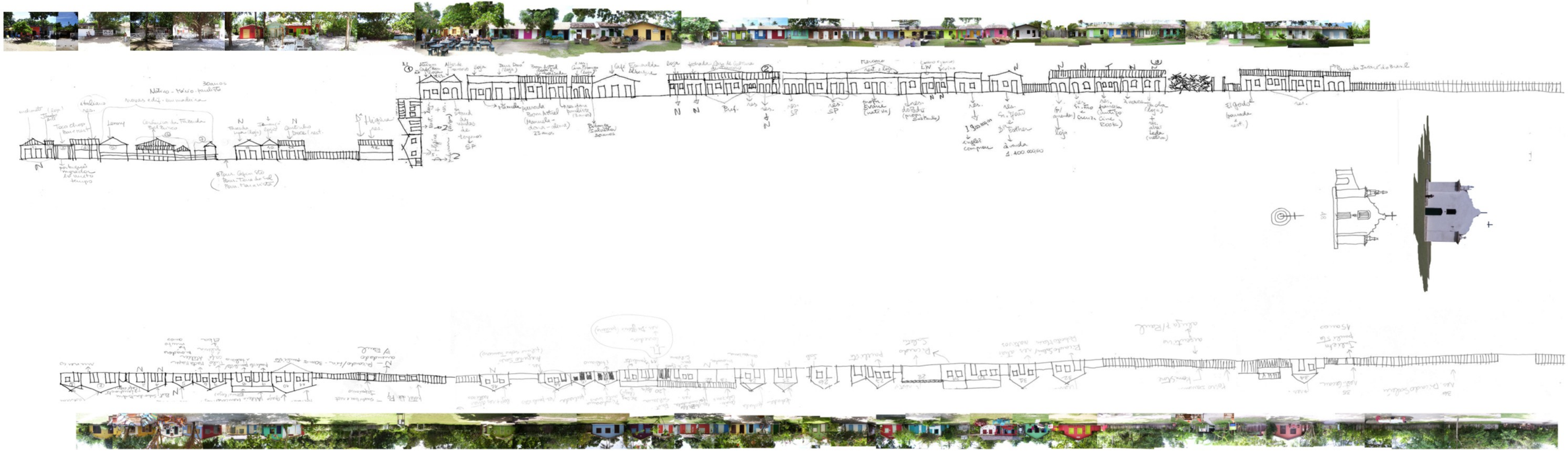
Uso	Nº imóv. lado dir.	Tipo de prop.							Tipo de ocup						Local. Quad.	
		T	F / T	F	E / T	E	P	M	T	F / T	F	E / T	E	GS	Fe	Fu
R	8	5	1	1	-	1	-	-	4	-	2	-	1	-	7	1
C	14	-	4	9	-	1	-	-	-	3	11	-	-	-	14	-
S	10	4	3	3	-	-	-	-	4	-	5	-	-	-	10	-
M	3	2	1	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	3	2
V	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Subtotais	36	12	9	13	-	2	-	-	9	4	19	-	1	-	35	3

Quadro-síntese do levantamento de usos, proprietários e ocupantes dos imóveis do Quadrado (geral) realizado *in loco* em 2008:

uso	quantitativo	proprietário	quantitativo	ocupante	Quantitativo
C	27	T	33	F	40
R	23	F	22	T	21
S	19	F/T	14	F/T	7
M	8	E/T	6	E	5
V	4	E	6	E/T	4
Cul	2	P	2	GS	2
Rel	1	M	1	GS	1
Total	84		84		80

Legenda:
Uso:
R - residencial
S - serviços
M – misto
CuI – cultural
Rel – religioso
V – vazio

Tipo de proprietário e ocupante:
T – brasileiro natural de Trancoso
F/T – brasileiro oriundo de outro lugar e que vive há pelo menos vinte anos em Trancoso
F – brasileiro oriundo de outro lugar e que vive há menos de vinte anos em Trancoso
E/T – estrangeiro que vive há pelo menos vinte anos em Trancoso
E – estrangeiro que vive há menos de vinte anos em Trancoso
P- Prefeitura
M – Mitra
GS – grupos sociais



Apêndice D - Croquis e levantamento fotográfico do Quadrado

APÊNDICE E - **Modelo geral e entrevistas transcritas - caso do Quadrado**

Modelo geral de entrevista – caso do Quadrado:

1) Identificação do agente entrevistado

2) Questões relativas ao modo de apropriação do lugar:
- O que levou o(a) senhor(a) a sair do (ou ir para o) Quadrado?
- Qual a relação das antigas famílias com o Quadrado, hoje?
- E dos que vieram de outros lugares?
- Como os turistas veem o Quadrado?
- Quais as principais mudanças que ocorreram nos últimos vinte anos?
- Houve uma interação entre os antigos habitantes do Quadrado e os que vieram de outros lugares ao longo desses anos?

3) Questões relativas ao reconhecimento do Quadrado enquanto patrimônio cultural:
- Em geral, as pessoas reconhecem o Quadrado como patrimônio cultural?
- Elas se interessam pela história e a cultura locais? E pelo aspecto religioso?
- Há algum projeto de preservação do Quadrado?
- Como é a atuação do IPHAN no Quadrado?
- E da Prefeitura?

4) Questões que relacionam os casos do Quadrado e o da Vila do Outeiro:
- O(A) senhor(a) conhece a Vila do Outeiro no Condomínio Outeiro das Brisas?
- O que acha desse lugar?
- Há uma relação entre a Vila e o Quadrado?
- Existem outros casos de reproduções de sítios históricos em Porto Seguro?

Entrevistas transcritas - caso do Quadrado

Entrevista 1 - caso do Quadrado

Agente entrevistado: integrante do Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – Porto Seguro

1) Como membro do Escritório Técnico do IPHAN, quais as principais mudanças que ocorreram no Quadrado nos últimos vinte anos (1988-2008)?

A minha relação com Trancoso é muito forte. Remonta aos meados dos anos 80, quando ainda era estudante de arquitetura e participei de um projeto de preservação desenvolvido através de um convênio entre a Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, o IPHAN, o IPAC e a Prefeitura de Porto Seguro. Nessa época, Trancoso era um lugar fantástico. Havia uma interação entre a comunidade tradicional, chamada nativa, e as pessoas que vieram de fora. Não havia uma distinção entre eles. Além disso, o patrimônio edificado e natural ainda era bastante preservado.

Depois, com a minha presença no Escritório Técnico do IPHAN, tive a oportunidade de acompanhar todo esse processo de ocupação e alteração que vem sofrendo Trancoso. Passou de uma simples vila de pescadores para uma aldeia global, frequentada por estrelas e todo o tipo de pessoas que não tem uma ligação com o local, mas que o procuram como um refúgio ou um lugar especial.

Qual o nosso entendimento disso? Como conciliar o patrimônio edificado, o patrimônio natural e o patrimônio imaterial? Uma coisa não sobrevive sem a outra. E o que a gente vê em Trancoso é a perda desse patrimônio imaterial, ou pelo menos, a sua fragilidade, o esgarçamento desse tecido. O rompimento entre a comunidade tradicional e os que vieram de fora, através do aumento do abismo econômico que se criou aí.

Essa é uma questão que incomoda. Se por um lado, contamos com a colaboração de muitos parceiros na preservação do patrimônio natural e edificado, e principalmente, do Quadrado. Por outro lado, acompanhamos o processo de saída da comunidade tradicional que se acelerou a partir de meados da década de 1990. Ainda existem famílias que resistem e esperamos que tenham força para ficar o mais tempo possível. Mas, a gente assiste com preocupação essa saída, e ao mesmo tempo, a perda das referências culturais. Lá, você ainda assiste a diversas manifestações tradicionais, principalmente as festas religiosas.

Em dois imóveis no Quadrado, que eram da Prefeitura, foram instaladas as Casas das Festas. Todo ano, uma comissão elege um ou mais festeiros que são responsáveis pelas festas. Mas estas já não têm a mesma coesão de comunidade, o mesmo brilho, o mesmo entusiasmo que havia antigamente. Então, o grande desafio é: como conciliar essas duas questões?

2) Esse abismo econômico a que você se refere ocorre entre os antigos habitantes e as pessoas que vieram de fora?

Esse abismo se intensificou com as pessoas que vieram, notadamente, nas décadas de 1990 e 2000. São pessoas bilionárias que não têm uma relação com o lugar. Têm ali uma segunda residência, na qual passam poucos dias no ano. Elas se instalam no Quadrado e na orla. Se por um lado, se localizam em áreas onde a ocupação é rarefeita e contribuem para a preservação ambiental e paisagística, como no caso de Itapororoca, onde a orla foi parcelada em grandes glebas e só existem casas unifamiliares. Por outro lado, essas pessoas contribuem para essa distinção social.

É inegável que elas empregam a mão-de-obra local em suas construções. Existem artesãos fantásticos que trabalham com madeira. Mas, depois, essa mão-de-obra não consegue ser absorvida. Isso se reflete numa questão regional. Toda essa região tem uma população excedente em função da lavoura cacaueira que entrou em declínio, devido a uma praga - a "vassoura de bruxa" - que atacou as plantações de cacau. Essa região se tornou então um polo de atração tanto pelo turismo, quanto por ocupações incentivadas pelo poder público a fim de criar redutos eleitorais. Em gestões passadas, a Prefeitura favoreceu essas ocupações irregulares, essas invasões, e com isso, atraiu mais e mais esse pessoal.

Hoje, o trecho oeste de Trancoso é bastante comprometido por esse tipo de ocupação irregular. Foi justamente esse pessoal que veio procurando trabalho e encontrou essa facilidade de se instalar. Essas pessoas continuam vindo. Elas têm trabalho no verão, mas depois ficam vagando porque não existe, além do turismo, outro tipo de atividade para absorvê-las. E isso não se resolve só com ações locais.

3) Além do trabalho de fiscalização e de orientação técnica, o IPHAN desenvolve algum projeto que vise à preservação material e imaterial do Quadrado?

A gente não tem corpo técnico suficiente para isto. A nossa área de competência é imensa. São 60 km de costa; 8 núcleos urbanos; comunidades indígenas, e só tem um técnico. Não há pessoal para desenvolver um trabalho de educação patrimonial e fazer uma publicação. Infelizmente, a gente não conta com isso e, hoje, é premente. Não adianta somente uma atitude repressiva. Não funciona. O sistema de apuração e de reparação de danos é moroso e não acompanha o nível de degradação que está instalado.

Então, se a gente não fizer um trabalho prévio de sensibilização e de educação fica muito difícil. Aí você vai assistir ao que está acontecendo em Trancoso. Você tem aquele Quadrado, aquele cenário. Porque realmente, hoje, é um cenário. O casario está lá preservado e tem uso, que é um grande problema da preservação. Há algumas exigências que eles nem questionam e respeitam, como por exemplo, a impossibilidade de abertura de vãos nas fachadas. Existem alguns problemas, como a circulação de veículos. Alguns insistem em circular de veículo e não é mais possível. Tem alguns pontos de atrito. Mas, na verdade, há um entendimento geral, por parte dos nativos e dos que vieram de fora, de que o centro principal de Trancoso é o Quadrado e que merece ser preservado. Isso é inquestionável para todos. Como a gente tem carência de pessoal, eles estão sempre nos ligando. Há uma fiscalização voluntária que nos ajuda na preservação.

4) Como o IPHAN vê a atuação da administração pública local no Quadrado?

A Prefeitura nos envia os processos de intervenções construtivas, mas não patrocina nenhuma ação de preservação no Quadrado. Alguns administradores locais tentam fazer alguma coisa a mais, porém se deparam com a escassez de recursos.

Já aqui, na cidade-alta de Porto Seguro, estamos vivendo um momento muito interessante. Foi criada uma associação de moradores e amigos da cidade histórica que era uma demanda da comunidade e que demorou para se organizar. Além disso, a Prefeitura colocou um administrador da cidade histórica que é uma pessoa muito ativa. Ele, hoje, acumula duas funções de Secretário de Meio Ambiente e de administrador da cidade

histórica. Na verdade, ele começou como administrador e como fez um bom trabalho, foi chamado para o outro cargo. Ele manda pintar as edificações e cortar a grama. A cidade histórica tem um jardineiro. Aqui não circula nem carro, nem moto. A PM fiscaliza e autua os veículos. São ações repressivas, mas que são necessárias. São regras que precisam ser estabelecidas e cumpridas. Aqui estamos num patamar de organização mais elevado do que em Trancoso.

5) O fato de Trancoso estar mais distante da Prefeitura de Porto Seguro e do Escritório Técnico do IPHAN prejudica a preservação do Quadrado?

Sim, o fato de Trancoso não ter a nossa presença efetiva e nem da Prefeitura prejudica essa preservação. Lá existem algumas pessoas da Prefeitura, mas geralmente todos têm uma ligação com a comunidade. E aí fica difícil.

Fora o abismo econômico, o maior problema do Quadrado é o modo de apropriação do espaço público. Muita gente extrapola ao colocar mesas e cadeiras nas áreas públicas frontais a seus imóveis, entendendo que elas fazem parte destes. Por um lado, a gente entende que a alta temporada é uma época na qual eles têm a oportunidade de garantir a sua sobrevivência, já que na baixa temporada não têm renda suficiente para sustentar os seus empreendimentos. Por outro lado, a Prefeitura e o IPHAN precisam estar ali atuando. Mas, são problemas de uso e intervenções reversíveis que passam por uma questão de sensibilização e educação.

Acredito que a outra questão, sobre a perda da identidade e do patrimônio imaterial e desse abismo econômico, é muito mais complexa e difícil de resolver. A organização social em Trancoso é muito frágil. Em Caraíva, há um momento em que todo mundo se une. Em Arraial D'Ajuda, existem muitas associações. Mas, infelizmente, em Trancoso, a gente não consegue organizar a comunidade. A ONG "Tradições de Trancoso" congrega alguns nativos, mas as outras, pelo que conheço, são mais de pessoas de fora, que há muito tempo estão em Trancoso e têm uma relação com o lugar, mas que não são nativos.

6) As pessoas em Trancoso (re)conhecem o Quadrado como patrimônio cultural?

Sim. A comunidade, tanto os nativos quanto os que vieram de fora, tem como ponto de referência o Quadrado.

Agora, para a gente interessa não só o Quadrado – a praça, a Igreja e o casario -, mas também o seu entorno. Tem todo um contexto que nos interessa preservar.

7) Há uma relação entre o turismo e o fato de o Quadrado ser considerado patrimônio?

Não. Aqui na costa, infelizmente, não há esse enfoque. O turismo cultural nunca foi enfocado. É mais o turismo de sol, mar e festa. Nem é eco-turismo. Teve a época da lambada. Tem muitos que não sabem que foi aqui que o Brasil foi descoberto. Tem gente que pergunta coisas absurdas, como por exemplo, se foi Pedro Álvarez Cabral que construiu essas casas na cidade-alta de Porto Seguro. Pessoas que estão descontextualizadas.

8) E no caso específico de Trancoso, existe uma relação entre o turismo e o patrimônio cultural?

Antes, o pessoal ia para lá para ver a praia de nudismo, aquela vida bucólica. Agora, acabou. Hoje, as pessoas vão porque é um lugar muito bonito. Vão para ver o Quadrado, a praia e as casas dos artistas, mas não pelo valor paisagístico e histórico do lugar.

Hoje, é chique casar na Igreja de São João Batista. Tem casamentos de luxo. Gente que sai da Europa para casar ali. Mas, não se sabe que é um remanescente de uma igreja jesuítica. Não se sabe que Trancoso é um dos últimos aldeamentos jesuíticos do Brasil que ainda mantêm o traçado.

9) Na cidade-baixa de Porto Seguro foram feitas reproduções do casario antigo? Foi uma iniciativa pública ou privada?

Foi uma iniciativa privada. Não foi uma iniciativa da Prefeitura, nem uma orientação do IPHAN.

Existem as normas e critérios do IPHAN, elaboradas no âmbito daquele convênio que mencionei, as quais nunca foram publicadas, mas orientaram as intervenções nos sítios históricos de Porto Seguro.

Em Trancoso, tem algo interessante a esse respeito, pois houve algumas intervenções no Quadrado ao longo desse tempo. Segundo as normas, são permitidas novas construções em lotes vazios, desde que sejam

comprovadas ocupações anteriores. As novas edificações devem seguir o alinhamento e a tipologia das antigas construções. A altura da cumeeira deve ser a média da cumeeira dos imóveis vizinhos. Os vãos das fachadas devem seguir o ritmo e a proporção dos vãos das edificações tradicionais. No entanto, com base na nossa vivência, nos exemplos e resultados, a gente repensou alguns critérios, pois estes podem induzir a uma reprodução. Você mostra isso a um profissional e ele não entende. Nem todos têm a sensibilidade de projetar e respeitar o pré-existente. Infelizmente, as nossas faculdades não atentam para as intervenções em sítios históricos e não históricos.

Um bom exemplo de intervenção em sítio histórico é a Casa do Bispo de Heolo Maia em Mariana. No Quadrado, a gente teve a oportunidade de trocar idéias com colegas e de tentar outras alternativas para não induzir a uma reprodução ou a uma situação em que todas as edificações ocupassem o alinhamento frontal. Mesmo que tenhamos notícia de que antigamente havia muitas casas, tal situação poderia levar a uma idéia de que Quadrado era todo fechado.

No Quadrado, a gente tinha como um bom exemplo, o Hotel da Praça da década de 1980. Era uma lacuna muito arborizada, na qual a pousada foi inserida com recuo e o alinhamento foi mantido através da cerca. A partir daí, se viu então que as lacunas poderiam ser preenchidas por intervenções diferenciadas e não visíveis do Quadrado. Já não precisavam mais atender àquela exigência de ritmo de vão, pois as novas edificações estariam recuadas e teria uma massa vegetal de moldura.

As situações de Trancoso, Caraíva e cidade-alta de Porto Seguro permitiram essa nova orientação, mas na cidade-baixa de Porto Seguro, já havia todo aquele conjunto arquitetônico no alinhamento. Não tinham lacunas e algumas construções já não eram antigas. No referido estudo de Porto Seguro, nas Zonas de Preservação Rigorosa, hoje chamadas de Zonas de Valor Urbano Arquitetônico, foram realizados levantamentos, onde todas as edificações foram cadastradas e valoradas. Conforme a classificação, algumas construções poderiam ter as suas fachadas alteradas. O IPHAN aceitava a remoção das platibandas que não tinham elementos ornamentais e o retorno do telhado de duas águas, frente e fundos. Só se permitia a manutenção das platibandas com elementos decorativos. E foi nesse contexto que surgiram as

casas que parecem antigas, mas que não são. Os proprietários dessas casas quiseram retornar ao aspecto predominante do entorno. E mesmo que a gente recomendasse para não tirar a platibanda, eles queriam tirar.

10) O que o IPHAN acha do caso da Vila do Outeiro no Condomínio Outeiro das Brisas na Praia do Espelho?

O Projeto passou pelo IPHAN. A Vila não tem nada a ver com o Quadrado. Não é uma réplica do Quadrado.

11) Existem casos de reproduções de sítios históricos em Porto Seguro?

A gente teve um caso de um senhor que queria fazer uma réplica do Quadrado numa fazenda, mas que acabou não sendo executado. Ele queria construir as fachadas e inclusive a Igreja, a fim de criar um espaço para shows.

Levantamos uma série de questões sobre o fato de que ele estaria se apropriando de um bem cultural e negamos o estudo.

Entrevista 2 – caso do Quadrado

Agente entrevistado: integrante da Prefeitura Municipal de Porto Seguro – Secretária do Litoral Sul

1) Como integrante da Secretaria do Litoral Sul, o que você considera mais significativo em termos de transformação que tenha ocorrido no Quadrado de Trancoso nos últimos vinte anos (1988-2008)?

Ocorreu uma reciclagem de ocupação. As casas dos nativos passaram a ser restaurantes dos próprios nativos e de gente de fora; pousadas e lojas. Isso foi a grande mudança no Quadrado. Mas, com relação à aparência, nada mudou. Mesmo que alguém tenha comprado uma casa e transformado em pousada ou restaurante, isso não causou nenhum impacto visual. Foram preservadas as características originais.

2) Como é atuação da Secretaria do Litoral Sul no Quadrado?

Do ponto de vista da administração pública, a gente tem muita dificuldade de intervir ali. O Quadrado não precisava ser um 'jardim produzido', mas poderia ser mais elaborado, através da delimitação dos caminhos e das

áreas de vegetação. Mas, o pessoal que vive ali acha melhor que não haja nenhuma interferência.

O pessoal de Arraial D'Ajuda também achava que não deveria mudar, mas depois acabou gostando. Quando se falou em calçar a Rua do Mucugê, que era de terra, todos foram contrários. Mas acabou sendo calçada e todos ficaram satisfeitos.

Nessa questão de mudanças é preciso avaliar os impactos e não ser extremamente radical nem resistente a qualquer tipo de transformação. Nem sempre as mudanças são para pior.

É lógico que Trancoso ficou muito elitizado, embora ainda haja os dois lados da história: o turismo de massa que vem para Porto Seguro e as operadoras montam programações para Trancoso e o turismo de pessoas de grande poder aquisitivo do Brasil e do exterior que vêm especificamente para ficar em Trancoso,

Os que mais têm resistência às mudanças são as pessoas de fora de alto poder aquisitivo que não necessariamente têm imóveis em Trancoso, mas que têm uma convivência constante com o lugar. São pessoas que a qualquer oportunidade pegam um avião e vêm para Trancoso, às vezes quatro, cinco, seis vezes ao ano. Pessoas importantes e celebridades, como o filho do ex-Presidente Fernando Henrique e a atriz Bruna Lombardi. Essas pessoas querem preservar para si aquilo que não encontram nos grandes centros urbanos.

Sou favorável a dotar o Quadrado de um pouco mais de infra-estrutura que desse um aspecto melhor. Cuidar dos caminhos não significa colocar pedra-portuguesa, mas fazer um piso de solo-cimento, como foi feito na cidade-alta de Porto Seguro.

3) Com essa mudança de uso que ocorreu no Quadrado, os antigos moradores ainda mantêm uma relação com o lugar? Como?

Sim. Isso se dá através das pessoas que ainda continuam morando lá. As pessoas voltam por uma questão de laços de convivência ou exercem alguma atividade dentro da cadeia turística.

4) O que atrai mais as pessoas ao Quadrado, hoje?

Por um lado, no turismo de massa, são os programas vendidos pelas operadoras. As pessoas já ouviram falar de Trancoso e vão cumprir um roteiro turístico. Esse turismo de massa vai para lá diariamente. Do meu ponto de vista, é prejudicial para Trancoso, pois os turistas dessa faixa social não têm cultura de preservação, jogam lixo, pisam onde não deve.

Por outro lado, o que atrai os turistas de maior poder aquisitivo é o estado atual do Quadrado. É um lugar onde muita gente se encontra nos diversos restaurantes, bares e lojas e, também, pela 'primitividade' do lugar, sem nenhum tipo de intervenção de grande cidade.

Um dia eu acompanhei uma equipe de televisão que estava fazendo uma matéria lá e de repente encontramos gente muito rica de São Paulo. E a repórter perguntou: 'Por que elas estavam ali?' E, então, disseram: 'Aqui podemos andar descalço e de short, coisas que em São Paulo não dá para fazer.

5) Há um interesse pelo fato de Trancoso ser considerado patrimônio cultural?

No turismo de massa, eles compram porque está no roteiro e porque já ouviram falar muito do lugar. Trancoso é muito divulgado no Brasil e no exterior. Tem um nome por si só. O nome atrai, o conteúdo nem tanto.

Se todos perguntassem: 'O que vamos ver em Trancoso'? Seria mais pelo aspecto comercial; pelo poder de vendas das operadoras, aliado ao nome 'Trancoso'. Não pelo aspecto histórico.

A venda na operadora é um venda de impacto. Começa no aeroporto e termina no hotel, com a apresentação e escolha do roteiro, antes da pessoa entrar no quarto. O turista acaba comprando o pacote porque acha que só vai conhecer Porto Seguro, através daquele roteiro.

Enfim, a imagem que se vende de Trancoso é de praia; de natureza, mais do que história.

Por outro lado, as pessoas de mais alto poder aquisitivo, quando vêm pela primeira vez, se interessam pelo lado histórico. Mas na medida em que começam a frequentar, o que mais as atrai é o aspecto rústico do Quadrado.

Um outro exemplo desses dois tipos de turismo que ocorre é o caso da reserva indígena Patachó da Jaqueira, também em Porto Seguro. Esta reserva foi preparada e aberta à visitação, a fim de divulgar e preservar essa cultura. A

dois grupos de turistas, um brasileiro e outro estrangeiro, são oferecidas opções de roteiro: um de preservação - a reserva indígena Patachó da Jaqueira- , e um de destruição - os Recifes de Fora, onde as pessoas pisam nos bancos de corais e retiram pedaços para levar para o seus apartamentos nas cidades grandes. O grupo estrangeiro prefere a primeira opção, pois sabe que a visitação aos recifes é destrutiva e se interessam muito pelos indígenas. Ao contrário, o grupo brasileiro não se interesse pela reserva indígena e opta pelos corais.

6) Há um interesse pelo aspecto cultural e religioso do Quadrado?

De certa forma, as pessoas de fora passaram a se interessar por esses aspectos na medida em que passaram a frequentar o Quadrado e foram envolvidas nas festas pelas pessoas de lá. Por exemplo, teve um ano em que a Elba Ramalho foi convidada e aceitou ser festeira. Se ela não tivesse sido envolvida pela comunidade, certamente não teria ocorrido isso. As pessoas se envolvem com a comunidade e acabam se envolvendo com a festa.

Diferentemente disso, é o que acontece nas festas de N. Sra. da Pena, em Porto Seguro, e de N. Sra. da Ajuda, em Arraial D'Ajuda. São festas que atraem muita gente, mas é um público de menor poder aquisitivo. Pessoas que vêm especificamente para isso. São pessoas pobres que vêm de longe, de maneira sofrida. Ficam três, quatro, cinco dias, mal alojados, mas vêm todo ano.

<u>Entrevista 3 - caso do Quadrado</u>

Agente entrevistado: pároco da Igreja de São João Batista

1) Desde quando o senhor é responsável por esta paróquia?

Desde 2002.

2) Em sua visão, quais as principais mudanças que ocorreram no Quadrado nos últimos anos?

Muitas famílias venderam ou alugaram as casas. Só ficaram cinco famílias. Chegaram muitos estrangeiros que compraram imóveis. É uma situação que está sempre mudando.

3) Há um programa e/ou projeto de preservação do Quadrado?

Os que compram os imóveis têm a preocupação, mas não há um projeto efetivo. Há um Conselho do Quadrado.

4) Além da preocupação com a preservação material do Quadrado, existe um interesse pelos valores imateriais (festas e tradições) do lugar?

Há duas tradições culturais, mas não muito religiosas. As festas populares de São Sebastião e São Brás, cuja expressão maior se dá no samba, na busca do mastro, no almoço, do que na própria missa, e o artesanato.

5) Como o senhor vê a atuação do IPHAN no Quadrado?

Falta um pouco de atenção do IPHAN. A Igreja estava repleta de cupim. Veio uma pessoa para imunizar. Mas, não tem manutenção...

6) E como é a atuação da Prefeitura no Quadrado?

Aqui, muda-se muito. É muito complicado. Em alguns momentos, o dinheiro fala mais alto. A figura do padre, enquanto autoridade religiosa, é colocada de lado.

7) Os antigos moradores do Quadrado ainda mantêm uma relação com o lugar?Como?

Sim, através das festas populares-religiosas.

8) O que o senhor acha que atrai as pessoas ao Quadrado, hoje?

A beleza do lugar. A praia. A natureza. Os costumes. Você fica muito a vontade. Mas, ainda tem uma imagem negativa de um lugar permissivo.

9) As pessoas que vieram de fora nos últimos anos reconhecem o Quadrado como um sítio histórico?

Eles sabem, mas como têm muito dinheiro acham que podem fazer tudo. Tem conhecimento, mas falta atitude. Há um desejo de exploração, de ganhar dinheiro. Um custo de vida muito alto.

10) Elas se interessam pelo aspecto religioso do lugar? Como?

Pouco. E a própria comunidade também se afasta no verão.

11) O senhor conhece a Vila do Outeiro no Condomínio Outeiro das Brisas na Praia do Espelho? O que acha de lá?

Muitas mansões de milhões.

12) Há uma relação ente a Vila e o Quadrado?

Por mais que seja a intenção, acho que não.

Entrevista 4 - caso do Quadrado

Agente entrevistado: integrante da Associação Arte Ofício de Trancoso

1) Quando foi criada a Associação Arte Ofício de Trancoso? E onde fica a sua sede?

Em 1998. A sua sede fica na Casa da Cultura. O terreno foi cedido pela Prefeitura, mas a casa foi construída com muita ajuda da Elba Ramalho.

2) Quais são os objetivos da Associação?

Segundo o estatuto, os objetivos são a complementação artística da escola e a educação ambiental.

3) Quais são os seus programas e projetos?

O curso mais importante se chama 'Jovens pintores de Trancoso'. Tem também a capoeira e o trabalho com material reciclado. Há um projeto de dez cursos gratuitos para o aluno.

4) A Associação visa o desenvolvimento de atividades artísticas e de educação ambiental com os habitantes locais. Como é a participação deles?

É muito difícil. Eles só acreditam no resultado. Quando na festa de fim de ano, veem a criança ou o adolescente expondo a sua obra de arte, se entusiasmam. Mas, precisam ver para crer.

É muito difícil você conviver com eles trazendo boas idéias. Eles não aceitam. Você precisa entrar na estrutura deles, para que não achem você totalmente forasteiro e, assim, conseguir um intercâmbio.

5) O que você acha de mais significativo que ocorreu em termos de mudança no Quadrado nos últimos vinte anos (1988-2008)?

O Quadrado virou um grande shopping, sendo que na baixa temporada, muitas lojas abrem pouco ou abrem e não vendem quase nada. A Lenny se mantém. A Marcenaria Trancoso com o pouco que vende dá para se manter. É espantoso, mas você vê lojas como Salinas e Richard's. Agora tem também a nova pousada que vende tudo o que tem dentro, uma pousada-shopping, do Sig Bergamin, decorador badalado, e do Fernando da loja 'Jacaré do Brasil', que arrendaram do Manezinho, nativo dono da antiga pousada Miramar.

Os hippies continuam vendendo artesanato no Quadrado. Fizeram tudo para tirá-los. Acham que deixam sujeira e são imundos. Eles são chamados de micróbios, não são mais os hippies.

6) Mesmo com essas transformações as tradições culturais são mantidas no Quadrado?

Para o grande público, o Quadrado é festa de Reveillon. Mas, resgatamos o Quadrado através das festas populares. Primeiro, é a festa de São Sebastião. Depois, dia dois de fevereiro, vem a festa de Yemanjá. Nesse mesmo dia, à noite, começa a preparação com o samba de couro da festa de São Brás, que continua no dia três.

7) Então, as tradições culturais são mantidas através dessas festas?

Sim e, também, com as poucas famílias que ainda vivem no Quadrado e que dão a cor local.

No domingo, a turma vai jogar futebol no Quadrado. Os nativos e os filhos de nativos, mesmo que não vivam mais no Quadrado.

8) Os habitantes locais reconhecem o Quadrado como um sítio histórico?

A ligação é muito grande. Alguns são revoltados. Acham que aqueles que vieram, os poderosos... Eles fazem um crítica muito forte.

Tem família inteira que se recusa a vender o imóvel no Quadrado. Não quer se deixar dominar pelos que chegaram. São muito poucos.

A família do Damião, por exemplo, tem uma resistência muito grande. Tanto que tem um irmão dele, o Manuel, que participa da ONG Tradições de Trancoso que é muito radical.

9) Há uma relação entre o turismo e o fato de o Quadrado ser considerado patrimônio cultural?

Nenhuma. Os guias turísticos são muito mal formados e informados. Os turistas gostam porque é bonito. Uns veem para casar, porque se conheceram aqui.

10) O que atrai os turistas, hoje?

É a palavra Trancoso que está na moda. Eles não vieram como eu, descobrindo um lugar que era alternativo, um lugar de paz. Muitos também vieram procurando drogas, porque era uma vida livre.

11) Como a ONG vê a atuação do IPHAN no Quadrado?

Permitir que um 'El Gordo', restaurante-pousada do Quadrado, fizesse o que fez... O proprietário retirou não sei quantos caminhões de terra da encosta para colocar uma piscina. Ele fez absurdos. Isso não poderia ser permitido. O IPHAN embargou, mas o proprietário fez o quis.

A minha pergunta é a seguinte: quando existe um patrimônio, não tem verba para cuidá-lo? Se o Quadrado fosse realmente tombado... Tombado por tombado não me interessa. Quero ver na prática. Vamos irrigar esse Quadrado. Vamos fazer alguma coisa que evite que o mirante despenque num dia de chuva forte.

Por exemplo, para evitar de entrar caminhões que abalam a estrutura das edificações, deveriam ter carrocinhas para transporte.

O que o 'El Gordo' fez foi escandaloso. É maravilhoso, do ponto de vista do luxo. Mas se você olha do outro morro, você avista o fundo da pousada. Parece um cemitério de cimento. Para por aquela piscina, tirou muita terra. Foi agressivo do ponto de vista ambiental e estrutural. Por isso, a ONG 'Tradições de Trancoso', em alguns aspectos, tem muita razão.

Acho que não muito mais do que dez anos não haverá morador nativo no Quadrado. Se não eles, os filhos e os netos. Os primeiros que chegaram

comprando imóveis no Quadrado, vindos da França e da Espanha, trocavam uma geladeira a gás por uma casa.

Entrevista 5 - caso do Quadrado

Agente entrevistado: integrante da Sociedade de Amigos de Trancoso (SAT)

1) Como membro da SAT, fale-me um pouco da sua relação com Trancoso. Quando você veio para cá? E o que você buscava nesse lugar?

Vim em 1976 e encontrei um lugar isolado, puro da civilização da época.

2) Você era hippie?

Sim era hippie, mas fui criado em São Paulo e estudei engenharia. Eu, minha mulher e meu filho de um ano de idade estávamos passeando pelo Nordeste. Nós morávamos numa comunidade hippie em Piraí no Estado do Rio de Janeiro. O último trecho da BR-101, que liga Ilhéus a Boca da Mata, tinha sido recém inaugurado, em 1975. Entramos em Porto Seguro e pegamos a estrada para Cabrália, quando encontrei uma amiga, a Madalena, no meio da estrada. Parecia uma miragem. Então disse para ela que estava procurando um lugar como Arenbepi. E ela disse que esse lugar era Trancoso. E aí, atravessei o rio. Eram duas canoas que mal cabiam o carro. Quando chegamos, vimos aquele descampado, casinhas de um lado e de outro e a Igreja. Mas só que não era tudo assim 'pintadinho', era meio destruído. Já estavam aqui: Ricardo Salém, Lia, Calé, Vegetal e Joel. Ficamos um mês. Depois, voltamos para o Rio, saímos da comunidade e viemos para cá de vez.

3) Quando surgiu a SAT?

A SAT foi criada duas vezes. Primeiramente em setembro de 1994, quando o turismo em Trancoso estava começando a se intensificar. Já estavam ocorrendo problemas como: excesso de ônibus de turismo, escunas e uma desordem urbana.

Sempre gostei de trabalhar nessa coisa comunitária. Então, eu e um grupo de pessoas criamos essa associação de moradores de Trancoso que juntava as pessoas de fora e os nativos. Na época ainda não havia uma divisão grande entre os nativos e os de fora, que depois foi criada politicamente. Havia uma integração.

4) Qual o objetivo de criação da SAT?

Fundamos a SAT para ordenar e tentar uma coordenação entre os nativos e a gente. O meu sonho era que Trancoso continuasse a ter as características de um lugar de paz, da arquitetura do nativo, das festas e não um lugar de turismo de massa como está se tornando agora.

No começo foi uma união entre todos. Mas, na mesma época, foi criada por Roberto Pinho a Fundação Quadrilátero, uma ONG que causou uma cisão política entre as pessoas de Trancoso. Um grupo de pessoas se aliou a Fundação e ficou tramando o destino econômico de Trancoso. Contudo, a Fundação durou quatro anos e acabou.

A SAT durou até 2001 e ficou parada desse ano até 2005, quando foi reativada. Trancoso estava completamente sem rumo. De um lado, os empresários e seus projetos; de outro lado, uma turma contra os empresários e contra qualquer projeto para Trancoso, e ainda, uma administração incompetente.

Então, pensamos que era importante dar um rumo para Trancoso. A nossa idéia não era dividir, mas juntar todo mundo: o poder econômico; os nativos; a classe média e os revoltados. E hoje em dia, o rumo é a sustentabilidade.

Mas, sustentabilidade não é mais o ambiental separado do capital. Acabou essa história. O econômico tem que se adequar ao ambiental este tem que ser economicamente viável.

5) E quais os projetos da SAT, hoje?

Estamos desenvolvendo o Projeto 'Trancoso Sustentável'. Em 2007, fizemos um evento chamado 'Trancoso Sustentável", onde estiveram presentes agentes sociais, políticos, econômicos.

6) Quais as propostas do projeto "Trancoso Sustentável'?

O turismo ecológico; um planejamento do futuro de Trancoso e que todos os agentes estejam unidos e trabalhando em um rumo.

7) Como é a relação desses agentes sociais?

Antes havia uma integração entre os nativos e os de fora. Nós aprendíamos com eles e eles com a gente. Mas, desde a Fundação Quadrilátero se criou uma divisão. Mas não é uma cisão real, e sim, uma cisão manipulada por políticos nativos que dizem que os que vieram de fora querem mandar. O pior é que não é um poder político pró-comunidade, mas pró-eles mesmos. Eles só trouxeram favelas e desordem urbana para cá.

8) No início dos anos 90, o Quadrado não tinha esse aspecto que tem hoje. Quando se consolidou esse aspecto atual?

Na década de 90 já tinham sinais do que estava por vir. Mas, esse aspecto atual se intensificou nos anos 2000. No contexto da comemoração dos quinhentos anos ocorreu o asfaltamento da estrada e com isso a chegada de pessoas de maior poder aquisitivo; a instalação do Club Med...

9) Quem são essas pessoas que vieram de fora a partir dos anos 2000?

São pessoas milionárias, principalmente paulistas e estrangeiros, que compraram os terrenos da praia e as casas do Quadrado.

10) Algumas famílias antigas permaneceram no Quadrado?

Poucas famílias. À medida que as pessoas mais velhas vão morrendo, os filhos vendem.

11) E essas pessoas que vieram mais recentemente têm alguma integração com a cultura local?

Quase não têm.

12) Com relação à preservação do patrimônio arquitetônico, a SAT tem algum projeto?

Temos. Nós queríamos que Trancoso fosse realmente tombado pelo IPHAN; que tivesse mais atuação do IPHAN nessa preservação, e ainda, que tivesse uma harmonização arquitetônica que no começo foi conseguida, na época do Prefeito Parracho. Inclusive, em Porto Seguro, havia uma lei que obrigava as novas construções a seguir o estilo tipo colonial ou tipo nativo. As casas novas de Porto Seguro seguiram esse estilo.

13) E as novas edificações no Quadrado?

Aqui no Quadrado não pode mexer em nada.Tem que continuar no padrão do Quadrado.

14) E como a SAT vê a atuação do IPHAN no Quadrado?

Até que continua preservando o Quadrado. Não por falha do IPHAN, mas, às vezes, ocorrem pressões de pessoas que conseguem furar o esquema e têm o acobertamento da Prefeitura.

15) E a Prefeitura reconhece e valoriza o Quadrado enquanto patrimônio cultural?

Não. O Prefeito atual gostaria de colocar blocretes coloridos, pintar os meio-fio e as árvores de branco, como fez em Porto Seguro. Mas, não quer uma coisa mais simples como fazer jardins bonitos e manter o aspecto bucólico. Porque ninguém vem aqui para ver avenida. Avenida tem em São Paulo. Quer moderno vai para Nova York, Xangai, Hong Kong. A pessoa vem a Trancoso para ver um lugar tranquilo e bucólico. Ela não vem buscar o que já tem lá. Vem buscar o diferente. Tem que incentivar o diferente.

16) Como é esse projeto da SAT de preservação do Quadrado?

Se o poder político não apoiar não tem nenhum projeto.

17) Ainda há uma relação das antigas famílias com o Quadrado, mesmo com a saída de muitas delas?

Não. Tem umas poucas famílias que mantêm raiz no Quadrado. Para os que saíram, acabou a relação. Só há relação no dia de festa.

18) Em sua visão, o que atrai as pessoas a Trancoso, hoje?

Elas vêm pela história de Trancoso. A lenda que ficou de Trancoso e que na realidade já foi.

Na época em que nós chegamos era um lugar que tinha uma cultura nativa, cabocla, pura, não tinha violência, nem polícia. Como uma amiga fala: não tinha pai, nem mãe. Não tinha padre. Não tinha água, nem luz. Todo mundo tomava banho nu no rio. Aprendemos um monte de coisas com eles

sobre madeiras, animais, pesca e eles aprenderam novas técnicas com a gente. As festas, o cine-rock... As festas eram nas casas do Quadrado; na casa do Zé Barbudo. A gente afastava as mesas, colocava uma vitrolinha e todo mundo dançava apertadinho.

19) Então, o que atrai as pessoas hoje é essa lenda?

A lenda e porque é um lugar bonito. Tem poucos lugares no mundo que tem uma natureza como essa. O Quadrado é um lugar especial.

20) E as pessoas vêm pelo fato de o Quadrado ser considerado um sítio histórico?

Não.

21) A SAT conhece a Vila do Outeiro no Condomínio Outeiro das Brisas? Qual foi a

ideia ali?

Sim. A ideia era criar uma vila tipo Trancoso.

22) Como é a relação das pessoas com o lugar?

Lá, poucas pessoas moram. É uma cidade que só acontece nas férias. Não tem vida própria.

Entrevista 6 - caso do Quadrado

Agente entrevistado: integrante da ONG Tradições de Trancoso

1) Como e quando surgiu a ONG Tradições de Trancoso?

Surgiu há cinco anos em função de um projeto de um hotel que iria ocupar a Área de Proteção Permanente Federal e privatizar a praia.

2) Em sua visão, quais as principais mudanças que ocorreram no Quadrado nos últimos vinte anos?

O boom foi em 2000, com o asfaltamento da estrada. Nessa época, houve a restauração da Igreja com recursos do BIRD.

3) Como era o Quadrado antes dessa época?

Em 1986, quase todos eram nativos.

4) Como você vê o Quadrado hoje?

Ora é um sítio histórico, ora é um espaço de entretenimento.

5) Quais são os objetivos da ONG?

O foco da ONG é o parque ecológico e o Quadrado.

6) Como a ONG vê a atuação do IPHAN no Quadrado?

O IPHAN faz tudo que pode dentro das possibilidades. Só que contra advogados e dinheiro não consegue ir adiante. O IPHAN é o maior aliado da ONG.

7) Como a ONG vê a atuação da administração pública local?

A Prefeitura é fraquíssima. Só quer cobrar imposto. Trancoso é um patrimônio histórico e natural. Falta planejamento.

8) Como a ONG vê a relação dos antigos habitantes com o Quadrado, hoje? E das pessoas que vieram de fora mais recentemente? E dos turistas?

Os que saíram vêm pouco. Só nas festas. Os que vieram de fora não têm uma relação afetiva, só uma relação econômica. Os turistas adoram.

9) O que atrai as pessoas a virem para Trancoso, hoje?

É o todo. Tanto a natureza, quanto o Quadrado. Existem poucos espaços no mundo como o Quadrado. É um caledoscópio de gente. É um espaço público. Tem gente jogando futebol. Tem gente desenhando.

10) Elas se interessam pelo aspecto religioso do lugar?

Não. Queriam fazer da Igreja um museu.

11) Vocês conhecem a Vila do Outeiro no Condomínio Outeiro das Brisas na Praia do Espelho? O que vocês acham de lá?

Ninguém pode reproduzir o Quadrado. O quadrado é vivo, não é um objeto. Você não pode duplicá-lo. O Club Méd também fez um Quadrado e a propaganda é a seguinte: 'Quando você vier ao Club Med, não precisa ir a Trancoso, porque incorporamos as casinhas.'

Entrevista 7 - caso do Quadrado

Agente entrevistado: proprietário de uma imobiliária de Trancoso

1) Gostaria que você falasse sobre o processo de valorização dos terrenos no Quadrado que ocorreu nos últimos anos.

Em 1990, os terrenos variavam de R$50.000,00 a R$100.000,00. Não havia a distinção entre os terrenos localizados no lado esquerdo (com vista para o mar) e no lado direito (sem vista para o mar), como há hoje. Em 2008, os terrenos da esquerda estão na faixa de R$1.500.000,00 e os terrenos da direita, em torno de R$800.000,00. O aluguel de um imóvel está por volta de R$25.000,00 por ano.

Trancoso está pagando o preço da fama. Vive da fama e não tem retorno. A classe média não vem mais, pois acha que não consegue (e não consegue mesmo) pagar os preços. Um peixe na praia está R$300,00.

A maioria das pessoas que tem casa na praia vem uma vez ao ano. Os ricos, o topo da pirâmide, só têm interesse de comprar uma casa no Quadrado pelo status de dizer em São Paulo que têm uma casa aqui. Eles a mantêm fechada ao longo do ano. Eles preferem os grandes empreendimentos na praia, como o Terra Vista, onde está localizado o Club Med. Por isso, os terrenos do Quadrado tendem a cair. São casas muito simples, cujas intervenções são restritas pelo fato de serem tombadas.

2) Você conhece a Vila do Outeiro no Condomínio Outeiro das Brisas? O que você acha de lá?

Todo mundo quer reproduzir o Quadrado. O Quadrado é chic.

3) O que atrai os turistas a virem para Trancoso, hoje?

Eles são atraídos pela fama, pelos artistas.

Entrevista 8 - caso do Quadrado

Agente entrevistado: proprietário de uma agência de turismo de Trancoso

1) A agência funciona desde quando?

Desde 99.

2) Como Trancoso é apresentado aos turistas?

Trancoso não é vendido como destino histórico. E sim, pelas praias, a natureza.

3) Hoje, Trancoso se insere no turismo internacional?

Sim. A partir do Club Med, Trancoso passou a ter uma divulgação mais ampla. Trabalhamos com operadoras de todo o mundo.

Entrevista 9 - caso do Quadrado

Agente entrevistado: vereador

1)Você é daqui de Trancoso? E seus pais e avós?

Sim. Também. Meu pai foi vereador quatro vezes.

2) Há quanto tempo você está como vereador?

Três anos.

3) Você mora no Quadrado?

Não. Vendemos a casa em 2006 e arrendamos a pousada em 2007. Moro no bairro chamado Invasão.

4) O que o levou a sair do Quadrado?

Economicamente foi mais interessante. Meu pai construiu umas lojas no bairro da Invasão, porque viver da pousada não era bom, a alta temporada é muito pouco tempo.

5) Em sua visão, quais as principais mudanças que ocorreram no Quadrado nos últimos vinte anos?

A parte boa é a questão da valorização imobiliária. TV, geladeira que antes não tinha. Deu uma qualidade de vida.

6) Como você vê a atuação da Prefeitura no Quadrado?

Ela não tem dado a importância que disse que ia dar. Existem problemas como carga e descarga fora do horário; não há fiscalização. Deixam abandonado.

7) O que você acha da atuação do IPHAN no Quadrado?

O mesmo critério que é usado para um, não é usado para o outro.

8) Nesses últimos anos, houve uma interação entre os antigos habitantes do Quadrado e as pessoas que vieram de fora?

Há dois grupos: os nativos e os de fora. Tem aquela diferença.

9) Os antigos habitantes do Quadrado que venderam seus imóveis ainda mantêm
uma relação com o lugar?

Sim. Eles vêm para as festas.

10) O que você acha que atrai as pessoas ao Quadrado, hoje?

O Quadrado é um lugar único. As casinhas e a vista para o mar.

11) Há uma relação entre o turismo e o fato de o Quadrado ser considerado patrimônio?

Trancoso é vendido das duas formas: o patrimônio e a natureza. Os dois se somam para fazer a diferença do lugar.

12) As pessoas sabem que o Quadrado é considerado patrimônio?

Ainda tem pouca informação.

13) Elas se interessam pelo aspecto religioso do lugar?

O religioso se mistura com a festa.

14) Qual é o seu foco na política?

Atuei na luta pelas Casas das Festas. O propósito é, não só as festas, mas também oficinas.

15) Você tem parceria com algum outro agente social?

Quero criar a ONG BATUQ, com todo o pessoal nativo que participa da festa. A sede da ONG é a Casa das Festas. Falta só registrá-la.

Entrevista 10 - Caso do Quadrado de Trancoso

Agente entrevistado: antiga moradora do Quadrado que saiu

1) Quanto tempo a Senhora morou no Quadrado?

Morei 20 anos no Quadrado. Sai em 2003.

2) A onde a Senhora mora, hoje?

No bairro da Invasão.

3) Quais as principais mudanças que ocorreram no Quadrado nos últimos vinte anos?

Aumentou a população em Trancoso. Há pouco trabalho. A população está muito pobre. No Quadrado, eles têm a preocupação de tirar os pobres. Os empreendimentos maiores não aproveitam a mão-de-obra local. Eles trazem as pessoas para trabalhar. É importante que haja cursos profissionalizantes para a população local. Com esses empreendimentos caiu o turismo no Quadrado.

4) Houve uma interação entre os habitantes tradicionais do Quadrado e as pessoas

que vieram de fora?

Com os que vieram primeiro houve uma interação. Com os novos, não.

5) Como é a atuação do IPHAN no Quadrado?

Hoje, tem um rigor maior.

6) Como é a atuação da Prefeitura no Quadrado?

Não faz nada. Só perto da eleição.

7) Os antigos habitantes do Quadrado ainda mantêm uma relação com o lugar?

Continuam frequentando.

8) O que atrai as pessoas a virem para o Quadrado, hoje?

Porque eles não são certos. Para sair de uma capital e morar aqui, é porque alguma coisa tem.

Entrevista 11 - caso do Quadrado

Agente entrevistado: antigo morador do Quadrado que permaneceu.

1) O Senhor é daqui de Trancoso?

Vivo há 38 anos no Quadrado. Cheguei com trinta anos, com minha mulher e um filho.

2) Como era o Quadrado nessa época?

A igreja estava abandonada. Não tinha padre. Vivia-se de pesca. Pesquei 15 anos.

3) Quais as principais mudanças que ocorreram no Quadrado nos últimos vinte anos?

A energia elétrica há 24 anos atrás. Antes, o transporte era a pé pela praia. Fazíamos compras em Porto Seguro. Eram 18 Km para ir e 18 Km para voltar. Há 8 anos que asfaltaram. O que há de ruim, hoje? Tem assalto, roubo, acidente de trânsito. Três quartos dos nativos saíram do Quadrado. Muitos morreram e outros mudaram.

4) Como é a atuação do IPHAN no Quadrado?

O IPHAN faz pouco aqui.

5) Como é a atuação da Prefeitura no Quadrado?

Devagar.

6) Os antigos moradores do Quadrado ainda mantêm uma relação com o lugar?

Não. Uns foram para Porto Seguro, outros para Itabela, outros para Eunápoles. Só vêm nas festas.

7) E as pessoas que vieram mais recentemente para o Quadrado têm uma relação com o lugar?

Não. Vieram só para ganhar dinheiro.

8) O que o Senhor acha que atrai as pessoas a virem para o Quadrado?

A praia. Lugar sossegado.

Entrevista 12 - caso do Quadrado

Agente entrevistado: moradora e proprietária de loja no Quadrado, descendente da antigas famílias

1)Você é daqui de Trancoso? E seus pais e avós?

Sim. Sou filha daqui. A minha família está aqui desde o tempo da colonização. Foi uma das primeiras famílias a chegar.

2) Qual é a sua família?

Lima. Tem outras famílias que também são raízes daqui como, Alves e Vieira. Depois veio a família da minha mãe que é Martins.

3) Você sempre viveu no Quadrado?

Não. Saí com 15 anos para morar em São Carlos – SP, onde vivi cinco anos. Depois, fiquei três anos em São Paulo. Em 83, nas férias em Trancoso, conheci meu ex-marido, suíço que estava morando aqui havia um ano e meio. Casei em 84, vivi um ano aqui e depois fiquei quatorze anos na Suíça.

4) Essa casa no Quadrado, onde você mora e tem comércio era da sua família?

Não. Na verdade, era uma ruína que comprei em 84 e reconstruí em 94, conforme a orientação do IPHAN, da Prefeitura e do IBAMA.

5) Você reconstruiu a casa com a finalidade de passar as férias?

Sim. Mas, também com a intenção de voltar a viver no Brasil.

6) Como você vê as transformações que ocorreram no Quadrado nos últimos vinte anos?

Na verdade, desde 1979/80, já havia uma frequência grande de turistas estrangeiros como franceses, italianos e suíços. Mas a mudança se deu de modo mais acelerado em 93/94. Essa mudança tem dois lados: um positivo, que é a informação e o esclarecimento para as pessoas, e o negativo... O que a gente quer é um equilíbrio. Do jeito que está indo...está meio acelerado. O mais importante é preservar a nossa cultura e a história da nossa cidade. As pessoas novas que estão chegando não sabem muito de nossa história. E às vezes, muitas coisas são quebradas.

Tem um lado espiritual que é preciso ser cuidado. Vejo o Quadrado como um grande santuário. E muitas vezes, por exemplo no reveillon, a gente gostaria que as coisas fossem diferentes. A virada do ano é para trazer paz, amor e harmonia, para dar as mãos. Mas, de repente tem uma queima de fogos. No dia seguinte, o Quadrado está cheio de lixo. Dói muito... É preciso cuidar e respeitar mais as coisas. Não misturar as coisas sagradas e as coisas mundanas. Trancoso é um lugar muito especial. Talvez, um dos lugares mais importantes do planeta nesse milênio.

7) Como você vê a relação entre as famílias tradicionais do Quadrado e as pessoas que vieram de fora?

As pessoas que vieram na década de 70 pareciam de uma mesma tribo, falavam o mesmo idioma. Os de hoje têm uma relação mais capitalista. Eles não estão olhando pelo lado espiritual e Trancoso é um lugar espiritual. Trancoso não é um lugar para trabalhar e ganhar dinheiro. É um lugar para se viver bem; ganhar o suficiente para viver.

8) E você acha que as outras pessoas que são daqui e permaneceram no Quadrado sentem isso?

Sim. As famílias que permaneceram é porque sentem isso. Ficaram porque sentem esse lado espiritual. Para mim, Trancoso é um grande mosteiro ao ar livre com todas as raças e religiões. Antigamente, não tinha cerca, não tinha muro. Era tudo solto. A gente era solto.

9) Os antigos moradores do Quadrado que venderam os seus imóveis ainda mantêm uma relação com o lugar?

Nem todos. Talvez uma boa parte tenha consciência, mas nem todos.

10) O que você acha que atrai os turistas a Trancoso?

Os turistas vêm pela fama de Trancoso, de um lugar para onde vêm muitos artistas. E na realidade, não é nada disso. A realidade é que Trancoso tem a sua própria entidade. Parece que você entra em Trancoso e está em outro país. É um país dentro do Brasil.Têm muitas pessoas que chegam pela primeira vez e choram.

Trancoso teve seus altos e baixos ao longo da história. Teve o auge dos barões de café. E há um século atrás, na queda do café no Brasil, Trancoso decaiu. Trancoso era um município. Foi o segundo município de nosso país.

Trancoso ficou setenta anos abandonado. As famílias abandonaram a cidade. Ficaram só sete famílias. Você olhava de um lado para o outro e não via as casas. O Quadrado era um bosque com muitas árvores. O povo não tinha mais dinheiro para conservar as casas. A maior parte das antigas casas ruíram.

11) Você acha que as pessoas têm o reconhecimento do Quadrado como um sítio histórico?

Mesmo os filhos daqui, muitos não conseguem reconhecer a beleza de Trancoso. Talvez porque nunca tenham saído daqui e não conheçam outro lugar. As pessoas que já estão aqui há muito tempo e cujos filhos nasceram aqui reconhecem, assim como muitos nativos também. Mas, dos últimos que chegaram poucos reconhecem, pois vieram mais para investir. Não estão ligados ao lado espiritual ou ao lado cultural do Quadrado.

12) Para essas pessoas que valorizam, qual o interesse que predomina: o aspecto espiritual ou o aspecto cultural?

As duas coisas juntas.

13) Como você vê a atuação do IPHAN?

Agradecemos ao IPHAN por ter tombado um lugar tão especial. Esse tombamento foi uma coisa preciosa. Mas é preciso ter mais pessoas atuando.

14) E como é a atuação da Prefeitura?

Poderia colaborar mais com a gente na preservação, saúde, educação, segurança. Dar mais apoio ao IPHAN.

15) Você conhece a Vila do Outeiro no Condomínio Outeiro das Brisas na Praia do Espelho? O que você acha de lá?

Sim. Foi uma reprodução do Quadrado, assim como o Club Med.

16) O que você acha que motivou os empreendedores a reproduzir o Quadrado?

Imagino que foi a simplicidade do Quadrado. Para chamar a atenção dos clientes. E para seguir um padrão construtivo da região. Se não, acontece como em Trancosso que cresceu sem manter as características arquitetônicas.

<u>Entrevista 13 - caso do Quadrado</u>

Agente entrevistado: artista plástico descendente das antigas famílias do Quadrado

1)Você é daqui de Trancoso?

Sim. Pai, mãe, avós, bisavós, tataravós.

2) Você viveu no Quadrado?

Vivi muitos anos no Quadrado. Eu não nasci no Quadrado, mas meus avós moravam lá. Na verdade, eu morei na praia até os doze anos, num sítio perto do Quadrado. Quando meu avô morreu em 1978, fomos morar com

minha avó no Quadrado. Morei lá de 1978 até 1985/87. Hoje, minha mãe, e meu pai ainda vivem lá: Dª Cleuza e Sr. Florisvaldo, conhecido por Flô.

3) O que o levou a sair do Quadrado?

Eu já tinha um terreno fora do Quadrado, no bairro da Invasão, e depois que casei, resolvi construir a minha casa e o ateliê.

Mas mantenho um vínculo com o Quadrado, pois meus pais ainda moram lá. Quase todos os dias vou ao Quadrado. Tudo que tem no Quadrado, procuro participar. Qualquer mudança que tiver, estou interessado em dar a minha opinião.

4) Você reconhece a importância de preservá-lo?

Claro que sim, pois para mim o Quadrado é o coração de Trancoso. Não só por ter nascido e crescido ali, mas porque é um lugar de convívio das pessoas. Durante todo o tempo da minha infância e adolescência, tudo acontecia no Quadrado. Só existia o Quadrado. Para mim o Quadrado é uma coisa muito forte. Tem a história do lugar. Não sei explicar...

5) Como você vê a venda dos imóveis no Quadrado e a transformação em lojas, restaurantes e pousadas?

A gente diz que isso é inevitável quando um lugar se torna turístico. Mas, eu tenho muita preocupação, pois na medida em que vão saindo os moradores e se instalando o comércio, vai perdendo um pouco da história e da vida do lugar. Passa a ser um lugar comum como qualquer outro. Antes, havia um pequeno comércio, mas as pessoas moravam ali. A vida acontecia ali. Hoje, em dia não. A maioria das pessoas vão para lá trabalhar, abrir a sua loja e à noite voltam para as suas casas. Então, o Quadrado morre. Só tem festa quando tem as festas de São Sebastião e São Brás. Deixou de ser a vila onde tudo acontece, onde os nativos se encontram. Perdeu aquela integração entre as antigas famílias moradoras.

6) Assim como você, outras pessoas compartilham dessa visão?

Acho que algumas pessoas sim. Tenho conversado com algumas pessoas e muita gente sente isso.

7) Quem são essas pessoas?

Os antigos moradores e um ou outro da minha faixa etária. Não digo que seja um sentimento de perda, mas é um sentimento de mudança radical dos costumes. E mesmo quem veio para Trancoso há vinte anos atrás e pegou esse jeito de vida do povo quando morava no Quadrado, também sentiu muito.

É difícil descrever... Só quem viveu é quem sabe. Poucas famílias que ainda moram ali.

8) Quais são as famílias que ainda permaneceram?

A família dos meus pais. Dª Esther e Sr. João Lima. Dª Joaquina, irmã de Dª Esther, que ora mora na frente, ora nos fundos, com comércio próprio na frente. Silvana que tem restaurante, mas tem as casas de seu pai e de seu sogro, Sr. Pedrinho, que a aluga. Sr. João e Dª Da Glória , a parteira. A família da Dª Higina. A família do Zé Barbudo, que teve um dos primeiros bares na época dos hippies, e da Evane, irmã da Silvana. Dª Maria, mulher do Sr. João, que alugam na frente e moram nos fundos. Muitas dessas famílias que permaneceram fazem comércio na frente e moram atrás.

9) Essas pessoas têm a preocupação que você tem de manter as tradições do lugar?

Acho que sim. Mas chega uma hora que as pessoas têm uma dificuldade financeira e surge uma proposta boa. Então, as pessoas acabam vendendo ou alugando.

10) O que mais une vocês, hoje?

A gente se une mais nas festas, porque são feitas pelos antigos moradores.

11) E como é a sua atuação nas festas?

As festas de São Sebastião e de São Brás sempre foram feitas na casa do festeiro que podia ser uma pessoa ou mais. O festeiro dava almoço e bebida; organizava a igreja e providenciava os fogos. Era uma festa enorme para a cidade inteira. A festa era feita na casa da pessoa porque todos

moravam no Quadrado. Na medida em que foi abrindo mais comércio no Quadrado, as casas já não podiam mais abrigar as festas. Então, as festas passaram a acontecer em um bar ou restaurante. Cada vez foi ficando menor o número de espaços para abrigar as festas. Mas, havia duas casas no Quadrado que eram da Prefeitura, onde funcionaram uma subdelegacia e um posto de saúde. Depois, essas casas ficaram ociosas e em ruínas. Então, fizemos um movimento e a Prefeitura reconstruiu as casas nesse último mandato. E fizemos uma casa de cultura que é chamada de Casa das Festas. O carro-chefe da Casa são as festas, mas no momento em que essas festas não estão acontecendo, podem ocorrer outros eventos culturais. Esse ano, montamos uma exposição de fotografias de Pierre Verger.

12) Quem dirige a Casa das Festas?

Os mais atuantes são: eu, meus irmãos – Manuel e Jonga -, Leo, Nido, Dora do restaurante Cacau, Eduardo, e mais um monte de gente. Tem um grupo enorme.

A gente está montando uma associação para organizar a Casa e buscar recursos até que ela possa adquirir uma autossustentabilidade. A gente espera que a Casa abrigue, durante o ano, oficinas de culinária como se fazia antigamente, principalmente nas festas; curso para aprender a fazer e tocar os instrumentos que são tocados no samba de couro das festas. A idéia é manter um lugar de referência da cultura.

13) A manifestação cultural mais forte são essas festas?

Sim. São as festas de São Sebastião e de São Brás, porque apesar de São João ser padroeiro, a festa não é tão forte. A festa de São João acontece em todo Brasil, mas essas outras acontecem em poucos lugares. Então, existem as particularidades que só tem aqui. Hoje, considero essas festas o que há de mais importante em termos de tradição.

14) Como você vê a atuação do IPHAN no Quadrado?

Não posso falar da instituição. Conheço há muitos anos a técnica responsável que dá o sangue para tentar manter o Quadrado preservado, para que as pessoas cumpram as leis. Mas, nem sempre ela consegue porque o lugar vai crescendo e vão surgindo empreendimentos milionários.

Tem muitos sítios históricos no município de Porto Seguro - Trancoso, Arraial, Caraíva e Porto -, além dos municípios de Belmonte e Cabrália. Acho que o IPHAN deveria manter pelo menos uma pessoa em cada um desses sítios para cuidar e fiscalizar.

15) E como é a atuação da Prefeitura no Quadrado? Ela valoriza o fato de o Quadrado ser um sítio histórico?

Acho que não valoriza tanto. Se valorizasse a gente não teria tantas invasões na periferia de Trancoso. Loteamentos com terrenos de 10X15; 10X10; 5X10.

16) Há em Trancoso um processo de favelização?

Tem a favela da periferia e tem a favela chic – o povo que entulha os mangues e as encostas e constrói um casarão onde poderia ser uma mata. Mas esta ocorre com menor frequência em Trancoso. Mas, se você olha pela costa de Porto Seguro, já detonaram muita coisa.

Em Trancoso com a chegada dos hippies havia algumas pessoas que já tinham visto isso acontecer em diversos lugares no Brasil e se preocuparam em passar essa consciência ecológica para os moradores.

Acho que a Prefeitura deveria vender Porto Seguro de um outro jeito, como um lugar menor, um lugar de cultura. Acho que eles deveriam sentar mais com a população para discutir que caminho queremos tomar. Nem sempre os Secretários são preparados para fazer o que é melhor para o lugar.

Não adianta fazer uma grande promoção para vender o lugar e encher de gente, se não tem saúde, educação e órgãos fiscalizadores do meio ambiente e do patrimônio histórico.

17) Como você vê as pessoas que nos últimos anos compraram imóveis no Quadrado? Elas têm uma relação com o lugar?

Algumas que vieram há muitos anos ainda conseguem segurar e não fazer transformações tão radicais. Mas quem veio há quatro, cinco anos atrás, pelo fato daqui ser um lugar valorizado, tem feito muita coisa que não era para fazer. Só não altera totalmente porque a lei não permite. Por sorte a gente tem

um tombamento rigoroso no Quadrado. E na hora que o 'bicho pega', os moradores vão lá e dizem que isso não pode.

18) E o que atrai os turistas a Trancoso?

Tem diversos tipos de turistas. Tem os grandes grupos que vêm através dos pacotes das operadoras, os quais incluem passeios a Trancoso e à Arraial. Eles vão ao Quadrado, à Igreja e à casa da Elba Ramalho. Os guias vêm com os grupos e contam uma história que na maioria das vezes não tem a ver com a história do lugar. Depois, os turistas vão à praia, comem e voltam.

19) Você sabe que imagem de Trancoso as operadoras procuram passar para os

turistas?

Eu não sei mesmo. Só sei que a cidade não se organizou o bastante para fazer com esses turistas deixassem algum lucro para Trancoso. Além de muito lixo, eles não deixam muita coisa e também não levam muita coisa do lugar. Acho que turismo é isso: ir ao lugar e se integrar das coisas, saber como as pessoas vivem e levar alguma coisa para a sua vida de um lugar legal.

Esse tipo de turista não é bem preparado até chegar aqui e a cidade também não conseguiu se organizar para recebê-lo. Talvez, um dia a gente consiga isto.

20) Os turistas têm o reconhecimento do Quadrado enquanto um sítio histórico?

Não. Só aqueles que se hospedam aqui e ficam mais tempo. São grupos pequenos ou só uma família. Esse é o turismo que realmente sustenta o lugar. Geralmente esse turista gasta um pouco mais. Mas a questão não é só pela quantia que gasta, mas, com certeza, também aproveita mais. Se essas operadoras deixassem um pouco do que elas ganham aqui seria melhor.

21) O que você acha da Vila do Outeiro no Condomínio Outeiro das Brisas?

Tentaram fazer uma réplica do Quadrado. Tem até a igreja que é um pouco parecida.

Você pode até copiar o Quadrado. Mas o que faz um lugar não é só as edificações, mas o povo e a história do lugar.

A energia de um lugar você não constrói. É uma coisa de cada lugar.

Por que o Quadrado é gostoso? Porque era o lugar de convivência das pessoas. Ninguém inventou o Quadrado para vender para os turistas e fazer lojas. Tanto que ele está deixando de ter a energia na medida em que vai se modificando. Então, não adianta fazer um lugar legal, bonitinho.

22) Você acha que na Vila eles procuraram propiciar a convivência que havia no Quadrado?

Acho que não, porque ninguém mora lá o ano inteiro. A maioria mora em São Paulo e vem para cá quando está de férias. E o que faz a convivência do lugar é estar lá há cem anos, morando, conhecendo o vizinho, um é parente, o outro não. Isso com o tempo vai criando uma identidade, um jeito de um lugar ser. Não é só no final do ano quando as casas estão ocupadas de gente que nunca se viu. Falaram que também iam fazer uma vila no Club Med...

Entrevista 14 - caso do Quadrado

Agente entrevistado: proprietária de restaurante no Quadrado, descendente das antigas famílias

1) Você é daqui de Trancoso?

Sim. Nasci aqui há 50 anos. Meus pais e avós paternos e maternos também são daqui.

2) Você mora no Quadrado? E seus pais?

Moro num sítio fora do Quadrado. Tenho um restaurante há 26 anos no Quadrado, onde era a minha casa antes. Meus pais moram na casa ao lado do restaurante.

3) O que a levou a morar fora do Quadrado?

Saí do Quadrado por uma questão de privacidade. Quando você mora no mesmo lugar que trabalha, toda hora vem alguém te procurar. Preferi ter o comércio separado da morada.

4) Em sua visão, quais as principais mudanças que ocorreram no Quadrado nos últimos vinte anos?

Essa mudança se deu de 96 para cá. Mas a primeira mudança mesmo foi na década de 1970 quando chegaram os hippies. Mas, eles eram pessoas que não queriam transformar Trancoso. Achamos que eram ciganos, porque usavam roupas compridas. Eles eram muito legais e ajudaram a gente a ter um conhecimento melhor em medicina e educação. Alguns deram aula em Trancoso. Eles chegavam, mas ninguém alugava casa, a gente emprestava. Hoje, a maioria dos hippies são empresários aqui e ainda têm a preocupação de preservar. Eles não vieram para destruir.

5) Eles têm imóveis no Quadrado?

Sim. Uns oito. Na verdade, uns não eram hippies, mas vieram com eles. É gente muito boa que até hoje ajuda a comunidade: Ricardo Salém, Dora, Fernando do Capim Santo. São pessoas que se tornaram nativos.

6) As pessoas que vieram de fora mais recentemente e compraram imóveis no Quadrado têm essa mesma relação com vocês?

Não tanto quanto os outros. Mas, eles têm muito respeito com os nativos.

7) Existe algum projeto de preservação do Quadrado por parte dos moradoes e comerciantes?

Que eu tenha conhecimento não. Mas, a gente está sempre se reunindo para não deixar entrar carro e moto.

8) Como vocês se reúnem?

Sempre aqui no restaurante. Mas, tem uma associação informal – o Conselho do Quadrado – que está tentando se organizar.

9 Como você vê a atuação do IPHAN?

Eles estão sempre presentes.

10) E como é a atuação da Prefeitura?

Também estão sempre presentes. O Prefeito escuta a comunidade.

11) Vocês fazem contato com a Prefeitura através da administração local?

Não. Vamos direto a Porto Seguro. Todos os prefeitos que entram procuram respeitar o patrimônio.

12) Os antigos moradores do Quadrado, que venderam as suas casas, ainda mantêm um vínculo com o lugar?

Eles não foram para outro lugar. Eles saíram daqui e foram morar ali pertinho, no bairro da Invasão. Então, eles estão sempre aqui.

13) E as pessoas que compraram imóveis no Quadrado nos últimos anos têm uma relação com o lugar?

Sim. Se não tivessem não teriam comprado.

14) O que atrai os turistas a virem para Trancoso?

As praias e o Quadrado, porque não existe em lugar nenhum um Quadrado destes.

15) Você acha que os turistas têm conhecimento de que o Quadrado é um sítio histórico?

Sim.

16) E os habitantes de Trancoso têm conhecimento disso?

A maioria. Mas, é preciso um centro de informação com livros. A própria Casa das Festas poderia ser um lugar. E cada um que se preocupe em ensinar seus filhos e netos.

17) Há uma relação dos habitantes de Trancoso com a Igreja do Quadrado?

Sim. Em Trancoso, nós temos várias igrejas: duas católicas e várias protestantes.

18) Você conhece a Vila do Outeiro no Condomínio Outeiro das Brisas?

Não.

Entrevista 15 - Caso do Quadrado de Trancoso

Agente entrevistado: proprietária de restaurante no Quadrado, descendente das antigas famílias

1)Você é daqui de Trancoso? E seus pais e avós?

Sou de Porto Seguro. Minha mãe também. Meu pai e meus avós são de Trancoso, mas saíram do Quadrado há muito tempo, antes da valorização.

2) Essa casa onde funciona o seu restaurante era do seu pai?

Não. Comprei essa casa em 98. É uma construção recente, de 96.

3) O que motivou você a vir para o Quadrado?

A tranquilidade. Mas aqui a vida é bem difícil, bem cara. As pessoas que chegam aqui na alta temporada acham que é sempre assim. Mas, não é. Tem que batalhar muito para sobreviver. Tem que administrar o dinheiro o ano todo.

4) Desde quando você tem comércio no Quadrado?

Antes do restaurante, tinha uma doceria em outra casa no Quadrado. Abri a doceria em 87, mas registrei em 88. Há vinte anos que tenho negócio no Quadrado.

5) Como foi esse processo de transformação do Quadrado nesses últimos vinte anos?

Sofisticou mais. O turismo mudou muito. Ficou muito elitizado. Por um lado é bom, mas por outro, não. Antigamente vinham muitas pessoas de classe média e hoje não vêm mais. A classe média viajava o ano todo. Hoje, o movimento fica concentrado de 27 de dezembro a 10 de janeiro. A temporada de Trancoso se resume a esses dias. Depois fica pingadinho. Antes, a temporada era dezembro, depois do Natal, janeiro e fevereiro. Como ficou muito caro, o povo só vem no Reveillon e a maioria tem casa aqui e traz tudo de fora. O ricos mesmo trazem tudo de fora. Então é muito difícil se manter. O ano todo você paga as contas, para esperar dez dias de temporada. Eu consigo segurar porque faço a comida. Tenho uma vida simples, sem luxo.

6) Quando se deu de modo mais visível essa transformação do Quadrado?

Trancoso virou o lugar da moda em 2000. Ainda bem que eu já tinha comprado a casa, senão não conseguiria. As grifes que tem em São Paulo, têm aqui. Durante o ano, quase todas as lojas fecham. Às vezes, só alugam na alta temporada. Quem tem dinheiro consegue segurar.

7) Há uma interação entre os antigos habitantes do Quadrado e esses que compraram ou arrendaram imóveis mais recentemente?

Hoje, cada um é por si. Acho que esses empresários já que são tão ricos poderiam ajudar mais. Por exemplo, o Club Med não foi legal para Trancoso. Caiu muito o movimento durante o ano. Lá tem gente o ano todo. Eles fizeram tipo um Quadrado. Lá tem tudo: lojas e restaurantes. As pessoas não vão pagar a um táxi R$70,00, para vir para cá. Não compensa.

8) Você conhece a Vila do Outeiro no Condomínio Outeiro das Brisas? Lá eles também tentaram reproduzir o Quadrado?

É uma maneira que eles encontraram de atrair as pessoas. Mas, mesmo os hóspedes do Outeiro vêm jantar aqui de noite. Eles ligam para marcar a hora e vêm para passar a noite, depois voltam.

9) Os turistas têm o reconhecimento do Quadrado como um sítio histórico?

Têm, mas nem todos. Não é uma questão de classe social, mas de cultura, da cabeça de cada um.

10) E os nativos têm esse reconhecimento?

Hoje tem poucos nativos no Quadrado. A maioria já vendeu as casas. Engraçado que eles vendem, mudam lá para cima e depois a maioria vai trabalhar para essas pessoas. Eles não têm cabeça para administrar o dinheiro. Não foram preparados para isso. Alguns ainda têm casa aqui. Mas, são pessoas muito simples e aí chega um de fora que fala bonito, com a postura de quem tem dinheiro, com a chave de um carrão na mão. E eles ficam com medo de exigir muito, de falar o que pensam. Aí, o povo vai fechando a entrada da praia, vai proibindo, e eles pensam: 'Sr. Fulano tem dinheiro'. Infelizmente, é isso que acontece.

11) E os antigos habitantes do Quadrado ainda mantêm uma relação com o lugar?

Sim, através das festas.

12) O que atrai os turistas a Trancoso?

A beleza do lugar. As praias. Muitos vêm porque é chic. Leem no jornal, veem na televisão. Esperam ver os artistas. Tem aqueles que vêm porque curtem o lugar. Por ser um lugar que tem tudo, mas ainda é uma roça.

13) Como é a atuação da Prefeitura?

É decepcionante. A escola é uma vergonha. A Prefeitura não investe nisso.

14) E a atuação do IPHAN?

A técnica responsável tenta, mas é complicado. Ela embarga a obra, mas alguém libera na Prefeitura.

Entrevista 16 - caso do Quadrado

Agente entrevistado: estrangeira há mais de vinte anos em Trancoso, empresária do setor imobiliário

1)O que levou você a vir para Trancoso?

Era um lugar com muita liberdade, no qual não existiam muitas regras. Uma sociedade aberta. Tinha uma coisa encantadora. As pessoas eram encantadoras

A primeira vez que eu vim foi em 83. Tinha 17 anos. Peguei uma balsa com meu pai. Passava um carro por vez. A estrada era terrível. A gente ouviu falar desse lugar encantado e teve perseverança de chegar, pois o acesso era muito difícil. Depois fiquei indo e vindo para Trancoso, pois estava na Universidade, na Suécia. Até que casei com Calé, fiquei grávida e me mudei de vez em 88.

2) Como era a relação entre os habitantes do Quadrado e as pessoas que vinham de fora?

Em Trancoso, houve uma proximidade entre as pessoas nativas e as de fora porque não havia hotéis. Quase todas as famílias que moravam no Quadrado eram nativas. Eu me hospedei no Miramar que ainda é de uma família antiga, do Manezinho. Agora eles arrendaram. Eu fiquei lá num quarto.

Como as pessoas que vinham de fora conviviam de modo muito próximo com as famílias nativas houve um entrosamento interessante. Houve uma troca. Nós de fora virávamos parte da família.

Às vezes, há um atrito entre as pessoas de fora e as nativas, como uma coisa invasiva. Não houve isso porque foi uma coisa lenta e respeitosa. E as pessoas daqui são extremamente abertas, puras e hospitaleiras. Existia um prazer de receber o novo. Estavam curiosos.

Na verdade, eram duas famílias parentes, uma de um lado e uma de outro do Quadrado: a família Vieira e a família de João Antídio. Para casar tinha que cruzar o Quadrado. No final virou uma só família.

Hoje, permanecem a família de João Antídio, pai da Silvana, e a família do Sr. Frô e D. Creuza, pais de Damião. Essas pessoas não venderam as casas. À vezes, alugam ou arrendam. Muitas famílias venderam por um preço barato. Mas, ainda tem lugares de encontro, como a casa da Da Glória, a parteira; o restaurante da Silvana e a casa do Sr. Frô e D. Creuza.

3) Quais as principais mudanças que ocorreram no Quadrado nos últimos vinte anos

(1988-2008)?

As pessoas que chegaram compraram áreas grandes na praia. A praia não era valorizada, porque não dava comida. Aqui era um lugar de agricultores. A roça que era um lugar valorizado.

Quando os preços do Quadrado foram subindo era muito tentador vender. Houve uma hipervalorização do Quadrado nos últimos cinco anos. Ninguém sabia o que ia acontecer com Trancoso. Era um lugar meio adormecido. O lugar era lindo e bucólico, mas havia poucas maneiras de se sustentar.

Houve já uma segunda troca de propriedade dos imóveis do Quadrado. Na verdade, houve já algumas trocas e muitos arrendamentos. É um lugar bastante dinâmico. Tem pessoas que vêm para cá em busca de um sonho. Nos

últimos seis, sete anos houve um boom imobiliário. Acabou virando quintal de paulistas. Virou um lugar badalado como Ibiza e Goa.

É diferente de Ajuda que é muito mais próximo de Porto Seguro. É a balada de Porto Seguro. Lá os terrenos da praia são muito menores do que os daqui. Aqui são grandes terrenos com baixa densidade. Ajuda acabou sendo um filtro para Trancoso. A estrada de terra para Trancoso era muito cansativa. Depois veio o asfalto e viabilizou Trancoso em termos econômicos.

Ao mesmo tempo que havia esse encanto em Trancoso, não havia infraestrutura nenhuma. Não havia sofisticação, nem informação. Não havia televisão, nem telefone. Para mim como sueca, foi um choque cultural. No início foi um encanto, mas depois de três anos tive uma crise, pois não havia bibliotecas, universidades, nem estrutura de saúde.

Vim de uma cultura extremamente estruturada e fui parar no 'primitivão'. Me enriqueceu no sentido de que aprendi a me virar em qualquer situação. Mas, hoje, estou contente porque tem vindo mais informação. Ao mesmo tempo, dá uma tristeza vendo as mudanças, mas elas vão acontecer de qualquer maneira. Estou atuando no mercado imobiliário, sou diretora e sócia de um grupo sueco que está desenvolvendo um resort em Itapororoca, penso que é preciso haver dinheiro circulando em Trancoso.

4) As pessoas reconhecem e valorizam o Quadrado como um sítio histórico?

Acho que há uma valorização grande das pessoas nativas porque as tradições foram muito bem mantidas, inclusive pelas pessoas de fora. Houve aquele entrosamento inicial que foi crucial para isto. São as festas: junina, São Sebastião, São Brás. As pessoas de fora ajudam até a resgatar essas tradições porque injetam dinheiro para fazer uma festa melhor.

Muitas pessoas de fora se casaram com pessoas daqui. Houve uma mescla de pessoas. Diluiu muito o que é nativo e o que é de fora. A nova geração de nativos foram criados com a internet. Quando cheguei em 83, sueca e com a base que tive lá, foi um contraste muito maior, porque a maioria das pessoas eram analfabetas. Eram pescadores e agricultores. Converso muito com João Antídio que diz que era uma época difícil.

Da nova geração de trancosenses, muitos já foram à Europa. As tradições das famílias continuam. Mas, como em qualquer lugar do mundo, a

globalização chegou aqui também. Tem muitos meninos que foram para a Europa através da capoeira e a lambada. Alguns estão estudando fora.

5) Hoje, o que atrai as pessoas a vir para Trancoso?

Teve uma época em que houve um boom de paulistanos. Virou a Meca das 'dazuletes'. Para nós que vivíamos de uma maneira super-entrosada com as pessoas daqui era uma coisa engraçada, de repente ver essa mudança para o ultra-chic. Até a maneira de se vestir das meninas: pareciam um exército com aquelas bolsinhas Yves Saint Laurent.

Acho que essa turma não veio por uma paixão por Trancoso. Eles vieram porque tinham que estar naquele lugar, porque era o lugar da moda. Eles iam nos lugares badalados, como iam a Maresias.

Eles vinham, mas não como a gente por paixão e identidade, e com tempo de se sentar e conhecer as pessoas nativas. Para essas pessoas é um lugar como qualquer outro.

Muitos paulistas construíram grandes residências. Isso faz parte do boom. Depois que essas pessoas construíram casas, vieram os seus seguidores. É uma coqueluche. As pessoas começam a sair nos jornais e colunas sociais. Fulano de tal esteve em Trancoso. O chic em Trancoso. Reveillon em Trancoso. Naomi Campbell, Robert de Niro, Geraldine Chapplin, Albert Mônaco vieram aqui. Aparecem umas figuras que você não imagina que vai encontrar aqui.

É uma aldeia mais do que global, pois tornou-se o lugar que eles buscam como lugar exótico. Hoje em dia, as pessoas buscam a simplicidade da vida daqui. É usar 'havaiana'. Aqui não tem paparazzi.

6) Quem são os novos proprietários do Quadrado?

São paulistas, franceses, ingleses, italianos e argentinos. Tem uma grande rotatividade. Os preços acabam sendo muito tentadores. Hoje em dia, os imóveis estão muito caros. O que não pode virar é um lugar onde as pessoas não ficam. Onde as casas ficam vazias. Às vezes acontece isso, quando é uma terceira residência.

7) O que você acha da Vila do Outeiro no Condomínio Outeiro das Brisas na Praia do Espelho?

Lá se tentou fazer um 'mini-Trancoso', mas alma de Trancoso não é construída. Se você chega lá fora do reveillon parece uma cidade-fantasma. Eles sabiam que o Quadrado era um lugar que as pessoas gostavam. Mas é diferente quando se tem um aldeamento jesuítico de quinhentos anos e uma coisa de quinze anos, uma reprodução, onde você não teve os nativos e os biribandos. Enquanto não tiver uma constância de pessoas vivendo lá, será um lugar fantasma. Ninguém vive lá o ano inteiro porque não tem como viver.

A indústria aqui em Trancoso é o turismo. Por isso, digo que o importante é um turismo com consciência ecológica e histórica. Com relação ao Terra-Vista, onde se localiza o Club Med, um club de golf e casas de alto padrão, todos ficaram horrorizados e acharam que ia destruir Trancoso. No entanto, hoje é o empreendimento que mais dá emprego e paga impostos para a Prefeitura.

Trancoso é muito lindo para quem vem. Mas para as pessoas que vivem é preciso uma economia constante. E aqui é um lugar que poderia ter um turismo de baixa densidade, o ano inteiro.O turismo de luxo traz muito mais receita e destrói menos. Ele acaba educando, porque a exigência do público é maior. Mas é preciso também ter uma consciência socioambiental porque senão você cria 'bolhas de luxo' que também não é bom. Você tem que inserir o que está em volta, usar a mão-de-obra local.

Entrevista 17 - caso do Quadrado de Trancoso

Agente entrevistado: brasileiro há mais de vinte anos em Trancoso, proprietário de pousada e restaurante no Quadrado

1) Fale um pouco da sua vinda para Trancoso.

A primeira vez que eu vim a Trancoso foi em 1978. Mas, vim definitivamente em 1981. O primeiro lugar que moramos foi na atual casa do padre no Quadrado que foi emprestada por uma amiga. Ficamos lá alguns meses. Depois, morei um ano fora do Quadrado. Em 85, inaugurei o restaurante e em 87, a pousada. Foi uma das primeiras pousadas. Nessa época já havia a Hibisco, que era do Randolfo, e o Hotel da Praça.

2) Como você vê as mudanças que ocorreram no Quadrado nos últimos vinte anos?

Nós tivemos um primeiro boom de crescimento em 84/85, quando se intensificou o turismo em Porto Seguro, Arraial e Trancoso. Nesse momento, em Trancoso, começou a ter um turismo mais significativo. Começaram a aparecer turistas de carro. Antes, era mais alternativo. Até essa época, o ponto de referência era o Bar do Zé Barbudo, um nativo. No final dos anos 80, teve o Cine Rock que era um bar do Fernando Teixeira. Tinha também outros bares e restaurantes que se misturavam com as casas dos nativos, mas não havia lojas. Era tudo muito simples. Não havia essa preocupação estética que se tem hoje.

O segundo boom se deu a partir de 92 com a inauguração do atual aeroporto de Porto Seguro. Porque até então era um aeroporto muito simples. Com ampliação, começaram a descer os boeings. Nessa época, se deu um boom de operadoras e pacotes em Porto Seguro. E em Trancoso, por consequência, começou a ter um movimento maior.

De 90 a 95, Ajuda era o 'point'. Os preços eram o dobro dos de Trancoso. Pela dificuldade de acesso, o turismo em Trancoso era menor. Caraíva, então, nem pensar.

A partir de 95/96, Trancoso passa a ser o 'point'. Começa a sofisticar e a se sobressair com relação a Ajuda. Pessoas compram terrenos e constroem na praia. O turismo começou a elevar. Até que, em 2000, a imagem de Trancoso está bem solidificada. Hoje, se fala em Trancoso, como se fala em Búzios e Floripa.

3) Você acha que o Quadrado é reconhecido como patrimônio cultural?

Sim. As pessoas valorizam esse tombamento do Quadrado. Tem orgulho. Apesar de que há uma falta de visão do poder público. A administração municipal é um caos.

Em 84, houve um movimento das pessoas que moravam no Quadrado para fechá-lo com corrente e impedir a circulação de veículos. Mas, houve uma resistência, por parte de alguns nativos que tinham negócio no Quadrado, por receio de perder os fregueses, e também, por uma rebeldia.

Diante dessa situação, o prefeito da época disse que se continuasse essa polêmica, iria tirar a corrente e colocar piquetes. Formamos uma comissão e fomos conversar com ele. Argumentamos que era melhor a

corrente por motivos de emergência. Então ele nos deixou como responsáveis pela corrente. Esse prefeito teve uma atitude, uma tomada de posição em defesa do Quadrado, o que não vejo atualmente. Hoje, entra moto e carro fora do horário.

4) Há um Conselho do Quadrado?

Sim. Mas o problema é que são intermináveis reuniões e não se chega a nenhuma conclusão.

5) Quem faz parte do Conselho?

Os moradores e comerciantes do Quadrado. Mas, poucos participam. Com o tempo, vão se perdendo o sentido e a força porque não se conclui o assunto.

Há dois anos, fizemos uma reunião com uma percentagem expressiva dos moradores e elaboramos um regulamento do Quadrado. Esse regulamento foi discutido exaustivamente. Mas, o prefeito não o implantou. Há um decreto regulando isso, mas falta fiscalização e coerção. Os maiores problemas são a circulação de veículos e carga e descarga fora dos horários permitidos.

6) Pelo que você falou, existe uma dificuldade de interação entre as pessoas do Conselho do Quadrado?

As pessoas de Trancoso são muito heterogêneas e desmobilizadas. Até hoje, não temos uma associação de pousadas. Não existe uma interação entre as pessoas. É cada um por si. Somente em situações emergenciais, as pessoas se reúnem. Não há uma continuidade. As pessoas não estão acostumadas a participar de associações. Já em Arraial da Ajuda, eles se organizaram muito cedo. E inclusive teve um enfretamento das pessoas de fora com os nativos. Eles disseram que também viviam lá e que queriam ser escutados.

7) E a Fundação Quadrilátero?

No início da década de 90 veio uma pessoa de Salvador que se entrosou com as pessoas influentes com o objetivo de criar a fundação. A Fundação conseguiu que o governo federal criasse o Museu Aberto do Descobrimento, um parque nacional da foz do Rio Caí até Belmonte. A ideia

era muito interessante. Mas os nativos não foram consultados. Faltou discussão.

8) Nesses últimos vinte anos houve uma interação entre as famílias tradicionais e as pessoas que vieram de fora? Como foi essa relação? E como é hoje?

No começo da década de 80 a gente tomava uma cachacinha com os nativos. A relação era muito próxima. Hoje, há um distanciamento. Os pontos de vista começaram a ficar diferentes.

Na verdade, o nativo sumiu. Com o crescimento de Trancoso nos últimos vinte anos, veio uma grande população de fora achando que aqui é o Eldorado e procurando trabalho, mas que não tem uma relação com o lugar. Os nativos são uma minoria no meio dessa população.

8) Como você vê a atuação do IPHAN no Quadrado?

O IPHAN é presente. Apesar de que, não por falta de atuação do IPHAN, aconteceram coisas graves de proprietários de pousada estrangeiros construírem fora do padrão permitido.

9) Nesse processo de transformação de uso do Quadrado nos últimos anos, as famílias tradicionais que saíram ainda mantêm um vínculo com o lugar?

Essas pessoas foram morar no bairro da Invasão e perderam o vínculo, porque aqui estão os bares e as lojas. Com a Igreja, eles também não têm muita relação, pois só foi ter padre residente há uns dez anos. Então, as pessoas procuraram a religião protestante. Só depois com a chegada do padre que se começou a resgatar essa relação com a Igreja Católica. Os nativos vêm ao Quadrado só pontualmente nas festas e no reveillon. Mesmo porque, só existem duas ou três famílias morando aqui. Então, não há mais uma relação como Quadrado.

10) O que você acha que atrai as pessoas a Trancoso, hoje?

Trancoso ficou um lugar sofisticado. Há uma aura de pessoas descoladas, intelectuais e artistas. Uma atmosfera diferente que as pessoas vêm conferir. Turismo estrangeiro. Muitos construíram casa aqui. Muitas publicações internacionais elogiando Trancoso. Um turismo bem sofisticado e selecionado. As pessoas têm um alto poder aquisitivo até pelos preços que se cobram aqui. A mesma pousada em Ajuda é quase a metade do preço, porque

lá a oferta é maior. Até 95, Ajuda era o 'point'. Hoje, se inverteu. Ajuda cresceu muito e começou a trabalhar com pacotes. Aqui não aconteceu isso.

11) Você acha que os turistas reconhecem o Quadrado como um sítio histórico?

O logotipo de Trancoso é o Quadrado. Nas excursões da CVC, os guias falam para os turistas que aqui é um antigo aldeamento jesuítico, tombado pelo patrimônio. Os estrangeiros se encantam com essa forma que é única.

12) Você sabe como foi a concepção e a construção da Vila do Outeiro no Condomínio Outeiro das Brisas?

O Condomínio data da década de 90 e o grupo italiano empreendedor tinha a pretensão de que fosse um lançamento de ponta, de alcance internacional. Tanto que o lançamento foi em Londres e Paris. Os fundos dos lotes davam para um aeroporto para descer jatinhos. Mas faltou infraestrutura. Na época, era um lugar muito precário. Não foi a coisa que eles esperavam. Num certo momento, quiseram fazer uma réplica do Quadrado. Mas é uma coisa meio fake.

Já, em compensação, o Condomínio Terra Vista decolou. Lá se localizam o Club Méd, um campo de golf e casas de altíssimo padrão. O problema do Outeiro é que ele chegou vinte anos antes do tempo.

APÊNDICE F – Tabelas de sistematização dos traços da *cenarização*, segundo as fontes de pesquisa – caso do Quadrado

Tabela 1

Levantamento de processos / traços	traço 1	traço 2	traço 3	traço 4	traço 5	traço 6	traço 7	traço 8
década 1990	X	X	X		X	X		
década 2000	X	X	X		X	X		

Tabela 2

Levantamento	traço	traço	traço	traço	traço	traço	traço	traço

realizado *in loco* / traços	1	2	3	4	5	6	7	8
usos	X	X	X		X	X		
proprietários	X	X	X		X	X		
ocupantes	X	X	X		X	X		

Tabela 3

Traços	traço 1	traço 2	traço 3	traço 4	traço 5	traço 6	traço 7	traço 8
Levantamento fotográfico	X	X	X	X	X	X	X	X

Tabela 4

Entrevistas/ traços	traço 1	traço 2	traço 3	traço 4	traço 5	traço 6	traço 7	traço 8
Entrevista 1	X	X	X	X	X	X	X	
Entrevista 2	X		X		X		X	
Entrevista 3	X				X		X	
Entrevista 4	X	X			X	X	X	X
Entrevista 5	X	X		X	X	X	X	X
Entrevista 6	X				X		X	X
Entrevista 7	X					X	X	X
Entrevista 8	X			X				
Entrevista 9	X				X	X	X	
Entrevista 10	X				X			
Entrevista 11	X				X			
Entrevista 12	X				X	X	X	X
Entrevista 13	X				X		X	X
Entrevista 14								
Entrevista 15	X				X	X	X	X
Entrevista 16	X	X	X	X	X	X	X	X
Entrevista 17	X	X		X	X	X	X	X
Recorrência	16	4	3	5	14	10	12	09

APÊNDICE G – Levantamento de usos dos imóveis da Vila do Outeiro (área que corresponde à reprodução do Quadrado)

Nº imóvel[1]	uso	Nome da atividade
1	C	Mercado
2	V	
3	R	
4	R	
5	V	
6	R	
7	V	
8	V	
9	R	
10	R	
11	R	
12	S	Pousada e Restaurante do Espelho
13	S	Pousada e Restaurante do Espelho
14	R	
15	R	
16	R	
17	V	
18	S	Pousada Villagio Del Mare
19	S	Pousada Villagio Del Mare
20	S	Pousada e Restaurante do Espelho
21	S	Pousada e Restaurante do Espelho
22	R	
23	R	
24	R	
25	R	
26	S	Pousada Villagio Del Mare
27	S	Pousada Villagio Del Mare
28	V	
29	V	
30	V	
31	V	
32	V	
33	V	
34	V	
35	V	
36	R	
37	R	
38	M	Bar e residência
39	V	
40	V	
41	R	

Legenda: R- residencial; C – comercial; S – serviços; V – vazio (terreno não edificado)

[64] Ver localização do imóvel na planta esquemática da Vila em APÊNDICE H.

Apêndice H - Croquis e levantamento fotográfico da Vila do Outeiro

APÊNDICE I – Modelo geral e entrevistas transcritas – caso da Vila do Outeiro Modelo geral de entrevista

1)Identificação do agente entrevistado

2) Questões relativas à concepção da Vila:

- De quando data o projeto e a construção do Condomínio Outeiro das Brisas e da Vila?
- De quem foi a concepção da Vila?
- O que motivou a concepção da Vila?
- Qual o lugar que inspirou essa concepção?
- Há uma relação entre a Vila e o Quadrado de Trancoso?
- Que público-alvo se pretendia alcançar com esse empreendimento?

3) Questões relativas ao modo de apropriação do lugar:

- Como as pessoas se apropriaram do lugar?
- Elas permanecem aqui ou procuram outros lugares para passear?
- Qual a procedência dos proprietários das casas e dos hóspedes das pousadas?
- O que o atraiu o senhor(a) a comprar um imóvel na Vila?

Entrevistas transcritas

Entrevista 18 – caso da Vila do Outeiro

Agente entrevistado: proprietário de uma pousada na Vila e arquiteto responsável pela implantação de infraestrutura no Condomínio (água, esgoto, arruamento).

1) De quando data o projeto e a construção do Condomínio e da Vila?

Em 1989, o italiano Nicola D' Ippolito que tem escritório em São Paulo comprou o Outeiro para fazer o Condomínio Outeiro das Brisas. O segundo empreendimento foi a Vila do Outeiro, aprovado em 1995, com 400 lotes urbanos de 250 m², dos quais 100 foram vendidos e 50 casas foram construídas.

2) O que motivou os empreendedores a projetarem e edificarem a Vila do Outeiro?

O desenho da Vila é inspirado no famoso Quadrado. Procurou-se resgatar um conceito de organização e de alinhamento do espaço, ou seja, um espaço cujo limite entre o público e o privado é a fachada. Buscou-se também privilegiar o espaço público. Ali é possível resgatar essa configuração antiga porque é um condomínio, um ambiente seguro. Nas áreas públicas não circulam automóveis.

3) O senhor participou mais diretamente da implantação da infraestrutura do Condomínio, mas parece ter se entusiasmado com a idéia que motivou a concepção da Vila. E na prática, como essa idéia se implementou?

É aqui que faço as minhas críticas: muitos espaços destinados para o uso público acabaram sendo usados como espaços privados e a Igreja não ficou no centro das atenções, como é no Quadrado.

4) E as pessoas que compraram as casas se sensibilizaram para essa idéia de resgatar um espaço que privilegia as áreas públicas?

Não. Elas se fecham em suas casas.

5) Quem são as pessoas que compraram essas casas?

70% são paulistas que têm casa de veraneio.

Entrevista 19 - caso da Vila do Outeiro
Agente entrevistado: morador e proprietário de uma pizzaria na Vila

1) Há quanto tempo o senhor vive na Vila do Outeiro?

Em 1996, mudei para a Praia do Espelho. Nessa época não tinha nada. Em 98 as pessoas começaram a arrendar as casas do Espelho. Comprei o terreno na Vila do Outeiro em 99 e mudei em 2000.

2) O que acha da idéia de construção da Vila?

Quanto mais você oferece para o público um espaço sem trânsito melhor, ainda mais quando está organizado, gramado. Mas acho pouca área livre com relação à área construída.

3) O que o atraiu a comprar um imóvel aqui?

Aqui são três condomínios: a Vila com lotes de 250 m²; o Outeiro das Brisas com lotes de 5.000 m², mais a área de reserva, e os bangalôs. Era um lugar interessante, com infraestrutura, comércio e possibilidade de trabalho.

4) Existem regras para se manter o padrão construtivo na Vila?

O proprietário do condomínio Sr. Nicola D'Ippolito construía e vendia. Até hoje, constrói e vende. Mas cada proprietário pode ter o seu arquiteto. Tem um conselho que analisa o projeto da casa. Não são regras, e sim recomendações. Mas, às vezes, o dinheiro fala mais alto...

5) Por que a Vila à noite é pouco iluminada?

Optamos por uma iluminação sutil para vermos o céu estrelado.

6) A concepção do Quadrado da Vila, enquanto um espaço público de convivência, aconteceu na prática?

Não. As pessoas acabam reproduzindo o seu comportamento na cidade grande. Os lugares de encontro são os bares e restaurantes. Era preciso que houvesse alguém responsável por uma atividade de entretenimento.

7) Os proprietários das casas e hóspedes das pousadas da Vila permanecem aqui ou procuram outros lugares para passear?

A maioria das pessoas que têm imóveis aqui são de São Paulo. TEm também alguns mineiros e capichabas. Os cariocas ficam nas pousadas. As pessoas acham bonito. Mas não há nada que atraia as pessoas a ficar aqui. Então, fazem passeios a Caraíva (de barco, de carro e a pé) e vão à noite para Trancoso. As pessoas acham que aqui não tem nada. Aí saem em busca de um lugar para consumir.

Entrevista 20 - caso da Vila do Outeiro

Agente entrevistado: proprietário de uma casa na Vila e filho do engenheiro-arquiteto que projetou o Condomínio Outeiro das Brisas e a Vila do Outeiro.

1) De quem foi a concepção do Condomínio e da Vila?

Não sei se foi de meu pai ou do proprietário, Sr. Nicola D'Ippolito. Meu pai os projetou. O Outeiro foi concebido para ser vendido na Europa. Foi lançado lá. A idéia da Vila era para os trabalhadores, funcionários do Condomínio. Era uma cidadezinha. Tinha escola e igreja. Era uma referência arquitetônica e urbanística para as pessoas – uma vila. Como o Outeiro não vendeu direito, os terrenos da Vila foram vendidos para a classe média.

2) Em que lugar seu pai se inspirou para projetar a Vila?

Meu pai fez uma pesquisa tipológica da arquitetura da região. Ele desenhava fachadas e elementos típicos dessa arquitetura para se inspirar no projeto da Vila. Havia uma planta-tipo e as fachadas eram variadas.

Entrevista 21 - Caso da Vila do Outeiro

Agente entrevistado: corretor de imóveis e proprietário de uma pousada em Trancoso

1) De quando data a construção do Condomínio Outeiro das Brisas?

No final da década de 1980, ocorreu o primeiro lançamento no Condomínio, que foi de casas de alto padrão. Havia também o projeto de um aeroporto que foi construído e de um campo de golf que não aconteceu.

Por volta de 1997/98 surgiram as primeiras pousadas na Praia do Espelho: a Porto Espelho de João Paulo Arruda (Zumbi), paulista muito articulado que trouxe muita gente bacana para o Espelho, e a Pousada do Baiano. Depois, os clientes das pousadas começaram a arrendar as casas do Sr. Arão, pescador, proprietário das terras da Praia do Espelho. Essas pessoas reformavam as casas e após três anos, devolviam para o Sr. Arão. Dentre essas pessoas, estavam alguns paulistas que possuíam casas em Paraty, como João Augusto, proprietário de uma marina lá.

Nessa época, veio também Adalberto Bueno, paulista, proprietário da construtora Bueno Neto, que aproveitou o público da Praia do Espelho e fez com os empresários do Outeiro, o segundo lançamento no Condomínio que foi dos bangalôs. Estes foram vendidos para os gringos. Hoje existem de vinte a vinte e cinco bangalôs vendidos. Nesse período construíram também o campo de pólo. Eduardo da Mitsubishi e os Mansur compraram terrenos no Condomínio.

2) E de quando data a construção da Vila do Outeiro?

Em 2000/2002 só havia as casas e pousadas da Praia do Espelho e as casas e bangalôs do Condomínio. Faltava um espaço de convivência para ir à tarde e à noite. Então, foi feito o terceiro lançamento que foi da Vila.

3) E os outros grandes empreendimentos que ocorreram em Trancoso?

O Terra Vista é de 2000. O Club Med está à frente desse empreendimento. Há um campo de golf, um loteamento, um aeroporto de asfalto e um hotel só para golfistas (em construção).

O Club Med foi inaugurado em 2000/2002 e foi positivo para Trancoso. Os empresários disseram que iriam aproveitar a mão-de-obra local. Não foi exatamente o que ocorreu, mas de qualquer forma, aproveitaram na construção e, ainda hoje, nas atividades do hotel. Muita gente que trabalhou na obra ficou em Trancoso. A cidade cresceu.

Outro grande empreendimento é o de Itapororoca. Lá, os terrenos são no alto da falésia, pois acabaram os terrenos da praia.

Entrevista 22 - caso da Vila do Outeiro

Agente entrevistado: socioproprietário e empreendedor do Condomínio Outeiro das Brisas, e proprietário de uma pousada na Vila

1) De quem foi a concepção da Vila do Outeiro?

A concepção antropológica foi da gente. Minha e de meus sócios.

2) O que os motivou a conceber aquele espaço?

Nasceu de uma observação de sítios históricos: Trancoso, Ajuda, Ouro Preto. O conceito é sempre o mesmo. As casas juntas... Nós concebemos esse espaço no Condomínio para se ter um lugar para tomar um sorvete, passear, sentar num banco. E a maior prova é que deu certo.

3)Tive a informação de que a Vila foi inicialmente concebida para abrigar as casas

dos funcionários do Condomínio e que depois acabou sendo vendida para um outro público. Foi isso mesmo?

Não. Só parte dos funcionários, como o pessoal da segurança e manutenção, vive no Condomínio, na chamada colônia. O restante vive em Itaporanga.

4) Qual o público-alvo que vocês pretendiam atingir com esse empreendimento?

Meus colegas tinham receio de que o baixo custo dos terrenos, que equivalem ao preço de um carro, viesse a atrair um público de uma classe socialmente baixa. Eu confiava que isso não ia acontecer por algumas razões, como o difícil acesso à praia que impede a chegada de transportes coletivos e, com isso, dos farofeiros. Hoje, isso pode ser confirmado pelo nível sociocultural dos proprietários da Vila que é superior à média do Outeiro. Existem pessoas economicamente poderosas que preferem ter uma casa na Vila do que no Outeiro, há também intelectuais e artistas. Oitenta por cento dos proprietários da Vila são de classe social alta e somente dois por cento são de classe inferior, como um empreiteiro que trabalhou e conseguiu comprar um imóvel lá.

APÊNDICE J – Tabelas de sistematização dos traços do *espaço-simulacro*, segundo as fontes de pesquisa – caso da Vila do Outeiro

Tabela 1

Traços	Traço 1	Traço 2	Traço 3	Traço 4	Traço 5	Traço 6	Traço 7	Traço 8
CD		X		X			X	

Tabela 2

Traços	Traço 1	Traço 2	Traço 3	Traço 4	Traço 5	Traço 6	Traço 7	Traço 8
Levantamentos realizados *in loco*	X	X	X	X	X	X	X	X

Tabela 3[1]

Entrevistas / traços	traço 1	traço 2	traço 3	traço 4	traço 5	traço 6	traço 7	traço 8
Entrevista 5	X							X
Entrevista 6	X						X	X
Entrevista 7	X						X	X
Entrevista 12	X						X	X
Entrevista 13	X	X					X	X
Entrevista 15	X							X
Entrevista 16	X	X	X					X
Entrevista 17	X	X		X	X		X	X

[65] As entrevistas 5 a 7; 12 e 13; 15 a 17 são referentes a agentes representativos do Quadrado, no que tange à relação entre os dois casos, e as entrevistas 18 a 22 dizem respeito especificamente ao caso da Vila.

Entrevista 18	X	X		X				X
Entrevista 19		X		X				
Entrevista 20		X	X	X			X	
Entrevista 21	X	X	X				X	
Entrevista 22	X	X	X	X			X	X
Recorrência	11	8	4	5	1		8	2

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo